



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0541/15	DATA: 11/05/2015	
LOCAL: Fórum Federal Manoel de Oliveira Franco Sobrinho	INÍCIO: 09h35min	TÉRMINO: 19h19min	PÁGINAS: 352

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ALBERTO YOUSSEF - Depoente. MÁRIO FREDERICO MENDONÇA GOES - Depoente. NESTOR CUÑAT CERVERÓ - Depoente. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES - Depoente. GUILHERME ESTEVES DE JESUS - Depoente. ADIR ASSAD - Depoente. IARA GALDINO - Depoente.

SUMÁRIO
Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Há falhas na gravação. Há oradores não identificados em breves intervenções. Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. .



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Cumpridas as normas regimentais, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Expediente.

Mensagem eletrônica enviada pela Diretora da Secretaria Administrativa da Justiça Federal do Paraná, Subseção de Curitiba, confirmando a cessão do auditório principal do Foro da Seção Judiciária do Paraná para a realização deste evento.

Mensagem eletrônica enviada pela 13ª Vara Federal de Curitiba, Paraná, com decisão exarada pelo Exmo. Juiz Sérgio Fernando Moro, em resposta ao ofício encaminhado pela CPI. A decisão autoriza as oitivas solicitadas, aponta providências a serem observadas e indica datas em que os custodiados serão ouvidos, conforme o que segue: dia 11 de maio, Adir Assad, Alberto Youssef, Fernando Antônio Falcão Soares, Guilherme Esteves de Jesus, Iara Galdino, Mário Frederico de Mendonça Goes e Nestor Cerveró; dia 12 de maio, André Luiz Vargas Ilário, Carlos Habib Chater, João Luiz Argôlo dos Santos, Nelma Kodama, Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto e René Luiz Pereira.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública para tomada de depoimento dos senhores: Alberto Youssef, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 11, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci, 73, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho, 164, de autoria dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues, e 221, de autoria do Deputado Júlio Delgado, todos de 2015; Mário Frederico Mendonça Goes, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 16, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci, 120, de



autoria dos Deputados Eliziane Gama e Moses Rodrigues, 171, de autoria dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues, 308, de autoria do Deputado Júlio Delgado, e 586, de autoria do Deputado Celso Pansera, todos de 2015; Nestor Cuñat Cerveró, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 21, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci, 85, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho, 163, de autoria dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues, e 229, de autoria do Deputado Júlio Delgado, todos de 2015; Fernando Antônio Falcão Soares, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 31, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci, 68, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho, 158, de autoria dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues, 230, de autoria do Deputado Júlio Delgado, 407, de autoria dos Deputados Eliziane Gama e Moses Rodrigues, e 552, de autoria da Deputada Maria do Rosário, todos de 2015; Guilherme Esteves de Jesus, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 115, de autoria dos Deputados Eliziane Gama e Moses Rodrigues, e 590, de autoria do Deputado Ivan Valente, ambos de 2015; Adir Assad, convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 528, de autoria do Deputado Ivan Valente, 537, de autoria do Deputado Leo de Brito, e 540, de autoria do Deputado Valmir Prascidelli, todos de 2015; Iara Galdino, convocada pela aprovação do Requerimento nº 607, de 2015, de autoria do Deputado Celso Pansera — também temos requerimentos, que chamam a Sra. Iara Galdino, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci —; Gerson...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, o Requerimento nº 607 abrange todos (*ininteligível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. figurará como autor de todos os requerimentos.

Continuando, Gerson Machado, Delegado de Polícia Federal, convocado pela aprovação do Requerimento nº 732, de 2015, de autoria do Deputado Celso Pansera.

Comunicações.

Em diligência para intimação do Delegado do Departamento de Polícia Federal, Gerson Machado, que prestaria depoimento à CPI nesta data, a Secretaria



da Comissão obteve informação, por parte do Delegado Nóbrega, Chefe da Assessoria Parlamentar da Polícia Federal no Congresso Nacional, de que esse depoente encontra-se aposentado por invalidez. Por essa razão, não foi possível intimá-lo para esta audiência.

Examinando os requerimentos de convocação para esta assentada e considerando a condição de presos que ora se impõe a todos os depoentes, em face da contribuição que poderão dar aos objetivos desta investigação, informo que os depoentes serão ouvidos na condição de investigados, sendo-lhes garantidos os direitos constitucionais de permanecer em silêncio e não prestar o compromisso de dizer a verdade, exceção feita ao depoente convocado Alberto Youssef, que se encontra na condição de réu colaborador, renunciando, portanto, a esses direitos, nos termos do disposto no art. 4º, § 14, da Lei nº 12.850, de 2013.

Nesse sentido, é também a decisão proferida pelo Juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos que responde na 13ª Vara Federal, em resposta ao requerimento formulado pela CPI:

*“Consigno, de forma redundante e desnecessária, que devem ser garantidos a eles os direitos inerentes à condição de acusado/investigado, inclusive assistência pelo defensor constituído e direito ao silêncio, à exceção dos colaboradores que expressamente renunciaram a esse direito.”*

Convido primeiramente o Sr. Alberto Youssef a tomar assento à mesa.  
(Pausa.)

Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos previstos na Constituição e nas leis. Assim, prestará V.Sa. o compromisso de dizer a verdade, renunciando ao direito ao silêncio, nos termos do art. 4º, § 14, da Lei nº 12.850, de 2013, já que se encontra na condição de investigado colaborador em processos judiciais em curso.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garanta.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.



Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo desta Comissão; os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Alberto Youssef.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom dia, Presidente; bom dia, Relator; bom dia, Srs. Deputados; bom dia a todos que estão aqui presentes. Eu, na condição de réu colaborador, estou aqui à disposição de todos vocês para esclarecer os fatos que me forem perguntados. E mais uma vez quero lhes dizer que eu não fui mentor deste assunto referente à PETROBRAS, simplesmente uma engrenagem nesse processo. Mas, o que me for perguntado e que eu souber e eu puder esclarecer, estou à disposição de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Antes de passar a palavra ao Relator, numa conversar prévia com a grande maioria dos Parlamentares aqui presentes, nós acordamos, diante do fato de termos diversas pessoas para serem ouvidas no dia de hoje, que abriremos mão de cumprir alguns direitos regimentais que os Parlamentares têm, como palavra a Líder e outros. Nós daremos total tempo para que as perguntas sejam feitas, sem nenhum problema, mas nós estamos aqui visando dar agilidade ao trabalho. Temos que ouvir hoje sete pessoas. Então, gostaria de contar com a colaboração de todos para que tenhamos um dia produtivo para a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Bom dia a todos, Presidente, Deputados, assessores, imprensa.

Alberto Youssef, V.Sa. fez um acordo de delação premiada pelo seu envolvimento no caso BANESTADO.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Naquele processo, V.Sa. foi condenado por algum crime, como lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, evasão de divisas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. logo após foi informado sobre os riscos que corria, caso houvesse quebra daquele acordo de delação?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E mesmo assim, posteriormente aquela primeira delação ter sido homologada, ficou evidenciada a quebra do acordo estabelecido?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na minha concepção, eu cumpri o acordo celebrado, na época do BANESTADO, em 100%.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quando o Ministério Público Federal informou ao Supremo que a homologação da delação premiada, do benefício... que V.Sa. teria voltado a delinquir, e, por causa disso, a Justiça Federal declarou quebrado o primeiro acordo de delação premiada. V.Sa. se sente injustiçado? O que V.Sa. tem a dizer, quando a Justiça Federal quebrou o acordo da primeira delação premiada?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não vou dizer que me sinto injustiçado porque realmente em um item eu penalizei. Então não vou dizer que sou injustiçado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Que item é esse?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Voltei a operar no mercado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - No mercado de quê?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - No mercado de capitais. Voltei a operar no mercado, fazendo operações não registradas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas fazia parte do primeiro acordo que V.Sa. não voltaria a operar no mercado paralelo do dólar?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então houve quebra?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Dentro desse item, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas o acordo é que não podia voltar a item nenhum do acordado.



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Isso é uma questão jurídica, Relator. Não quero discutir esse assunto aqui.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. sempre operou acerca de transações em dólar, com doleiro. V.Sa. conhece o Sr. Dario Messer?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Armando Santone?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Oscar Frederico?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Oscar Frederico?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - É.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não me lembro por Oscar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ettore Reginaldo Tedeschi?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Como?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ettore Reginaldo Tedeschi.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Chaim Zaucberg?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Por esse nome, não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Antônio Wanis Filho?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Antônio...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Wanis Filho.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu conheço o Antônio que era o Toninho da Barcelona. Não sei se é esse.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Roberto Matalon?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O próprio Roberto em pessoa, não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ele em pessoa, não, mas operou com...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Operei com operadores dele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Clark Setton?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Gabriel Lewi?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Clemente Dana?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também não me lembro.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Benjamim Katz?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu me lembro que operei com um Benjamim, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quanto a Dario Messer, V.Sa. pode informar se ele operou ou opera com alguma empreiteira ou pessoas envolvidas na Operação Lava-Jato? Sabe dizer se Dario...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. ainda opera ou operou contas com Dario Messer?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor, Excelência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. já foi investigado em outras operações, salvo a Lava-Jato e o caso do BANESTADO?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - No caso do BANESTADO, eu fui investigado em várias operações.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, além do BANESTADO e do Lava-Jato, V.Sa. já foi...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Que eu me lembre, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E qual era o tipo de relacionamento que V.Sa. teria mantido com Fernando Baiano?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Meu relacionamento com Fernando Soares, que todo mundo chama de Fernando Baiano, veio por conta do Paulo Roberto Costa, por conta de operações feitas pela PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. também teve algum contato com ou conta no banco Delta Bank?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E no Banco Alfa?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também não, senhor.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não. V.Sa. podia também relatar a esta Comissão se participou da operação, em 2009, para abafar uma CPI no Senado?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, o que eu posso esclarecer sobre essa situação foi que em 2010 eu fui cobrar a empreiteira Queiroz Galvão. E quando eu fui cobrar a Queiroz Galvão para que ela pudesse pagar seus débitos referentes aos contratos que ela tinha na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, fui informado de que eles teriam repassado 10 milhões de reais por conta... a pedido do Paulo Roberto Costa, por conta do abafo da CPI.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. também conheceu ou conhece ou manteve relação com o Jaime Careca?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço e tive relação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E que tipo de operação realizou com essa pessoa?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele fazia transporte para mim de numerários.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E para quais pessoas V.Sa. solicitou esse serviço a ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Solicitei para várias pessoas e para vários endereços, muitos deles que eu nem sabia quem era a pessoa que estava recebendo do outro lado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E tem alguma dessas pessoas que V.Sa. sabe relatar que conhecia para quem estava sendo feita a entrega desse dinheiro?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A maioria era para as empresas que me pediam que entregasse nas suas sedes, ou Rio de Janeiro ou Brasília ou Belo Horizonte.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então V.Sa. operava para as empresas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E quais empresas eram essas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - OAS, UTC.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só essas ou tinha outras?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Só essas. O resto das minhas operações e entregas que eu pedia para o Careca fazer, o Jaime, no caso, eram Júlio Camargo,



também pedi para entregar vários recursos a ele, e pedi também que fosse entregue a Fernando Soares algum recurso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E qual era o seu relacionamento com o Júlio Camargo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Além de cobrar as operações dele, de que ele representava através da Toyo e Camargo Corrêa, eu também fazia algumas operações para ele de caixa dois e trazia alguns recursos dele do exterior para que pudesse viabilizar dinheiro efetivo, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, a ele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E ele relatava para quem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Alguns, sim; alguns, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E quais ele relatava?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Que eu me lembre bem, foi uma operação que ele pediu que eu fizesse a ele a respeito de um aluguel de sondas que ele fez, junto com o Fernando Soares, para a PETROBRAS, e que precisava pagar o Fernando Soares, por conta de um requerimento que o Fernando tinha pedido para o Deputado Eduardo Cunha que pedisse, através da Comissão de Fiscalização, informação sobre a Mitsue Toyo e sobre Júlio Camargo, sobre as empresas que ele representava. E assim ele me pediu ajuda, que eu trouxesse alguns recursos dele e que pudesse entregar ao Fernando Soares.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. conheceu ou mantinha alguma relação com o Sr. Leonardo Meirelles?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheci, sim. Mantinha relação com ele comercial.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa... O Leonardo Meireles afirma que V.Sa. ocultou seu patrimônio, dizendo que V.Sa. teria muito mais bens do que os revelados à Justiça e ao Ministério Público. Se isso não é verdade, o que V.Sa. tem a dizer sobre isso e se promove algum tipo de ação contra o Sr. Leonardo Meirelles?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu já entreguei todo o meu patrimônio à Justiça e deixei bem claro que tudo que eu tinha é o que está aí. Não tenho mais nada. Quanto à questão do Leonardo Meirelles dizer que eu estou ocultando patrimônio, cabe a ele provar. Eu já pedi que isso seja feito.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas — uma situação extremamente delicada, em que V.Sa. está sendo processado, se encontra preso — um ex-sócio de V.Sa. faz uma acusação de que as suas revelações à Justiça não são verdadeiras, e V.Sa. não toma nenhuma providência?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - As providências foram tomadas. Está no processo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas V.Sa. não o processou e nem questionou judicialmente para que ele comprovasse essas afirmações.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Questionei ele no processo, judicialmente, que ele provasse isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. mantém ainda hoje contas no exterior que não estão declaradas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., na primeira delação premiada, fez um acordo com a Justiça de que não voltaria a operar no mercado de dólar. Quebrou este acordo, enganou a Justiça e voltou a operar. Que base nós temos para acreditar que desta vez o senhor está efetivamente convicto de se manter firme nesta segunda delação premiada, porque V.Sa., na Justiça, é o primeiro brasileiro a fazer e o segundo a fazer também?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Com certeza, isso não vai acontecer mais.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - No caso do Leonardo Meirelles, V.Sa. realizava direta ou indiretamente contratos de câmbio com o Sr. Leonardo Meirelles?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Com o Sr. Leonardo Meirelles, o que mais eu fazia era trocar TEDs por dinheiro vivo com ele. Fiz pouquíssimas operações de câmbio com ele, a não ser quando eu colocava dólares para ele lá fora e recebia isso em reais aqui no Brasil.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Outro assunto que ganhou muita notoriedade foi quando V.Sa. também afirmou, em algum momento, que essas operações eram com o Deputado Janene, que V.Sa. operou conjuntamente, era algo que já ocorria há muito tempo, e se referia inclusive a uma operação que iniciaram juntos, em Furnas. V.Sa. confirma isso? Foi quando começou a operar com o Deputado Janene?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu já operava com o Deputado Janene muito antes. E quanto à questão de Furnas, eu já detalhei o que eu sabia, e por ouvir do Deputado José Janene.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Por ouvir. Não significa que tivesse operado junto com ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu recebia os recursos dele e ele me dizia de onde eram. Era isso que acontecia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O senhor recebia os recursos da operação à época, da questão envolvendo a empresa Furnas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E operou para ele nessa época?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E que operação se constituía isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele me entregava os recursos, pedia que eu entregasse a ele na casa dele em Brasília ou na casa dele em Londrina. Nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. operou diretamente a partidos políticos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, eu operei para o Deputado José Janene quando ele era já do Partido Progressista. É... A partir do momento em que ele adoeceu, eu passei a falar mais diretamente com os líderes do Partido Progressista e também com o Paulo Roberto Costa. E logo após que ele faleceu, eu dei continuação às operações junto ao Partido Progressista e ao Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, Paulo Roberto Costa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, diretamente, quando se falou em partidos políticos, a sua operação foi apenas com Janene?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Foi com os outros líderes do partido também. Primeiro, no primeiro momento, tratava com José Janene; no segundo momento, quando ele adoeceu, passei a tratar com Mário Negromonte, com João Pizzolatti, com Nelson Meurer, com Pedro Corrêa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. conheceu o Vaccari, tesoureiro do PT?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheci.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E operou com ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Diretamente, não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Diretamente, não?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Diretamente, não. Eu nunca operei com o Vaccari diretamente. Fiz uma operação para a Toshiba, onde a Toshiba disse que esse dinheiro era direcionado ao tesoureiro do PT, João Vaccari.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E qual era o seu nível de relação com Paulo Roberto Costa? Já o conhecia antes de ele estar na PETROBRAS ou...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, conheci o Paulo Roberto Costa já quando ele estava na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E operaram juntos? Tiveram contas juntas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Operei e recebi ordens dele, não que eu operasse contas junto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. teve conta conjunta com o ex-Deputado José Janene no exterior?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não teve?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Nem... E nem com a esposa do Sr. José Janene?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conta conjunta também não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. sabe que tem membros desta CPI que gostariam de convidar a esposa do Sr. José Janene, com a alegação de que ela afirma que V.Sa. teve conta conjunta com ela no exterior?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu nunca tive nenhuma conta conjunta com ela no exterior, nem com o Sr. José Janene.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E apenas uma outra pergunta. Quer dizer, o fato que nós teríamos para acreditar que desta vez V.Sa. está afirmando a verdade e vai seguir na linha de cumprir a verdade é apenas essa palavra? Desta vez é para valer?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu sempre disse a verdade. E não estou aqui para incriminar ninguém que não esteja envolvido; estou aqui para dizer a verdade.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. se arrepende de ter quebrado a primeira delação premiada?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Muito. Me arrependo e muito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Presidente, vamos aos Sub-Relatores. Havendo necessidade, eu retorno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, para que a gente possa ter um melhor funcionamento e também atender a imprensa que está aqui presente, nós sempre vamos avisar quem será o próximo a falar depois do que chamarmos, para que o Deputado possa vir até a mesa, para facilitar a transmissão que está sendo feita pelos órgãos de imprensa aqui presentes.

Então, falará agora o Deputado Altineu Côrtes, que é o primeiro Sub-Relator, em seguida, o Deputado Bruno Covas, o segundo Sub-Relator, e assim daremos seguimento aos demais inscritos.

Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Alberto Youssef, o senhor mantém ou mantinha alguma conta em seu nome — ou algum familiar do senhor, ou alguma pessoa que trabalhava diretamente com o senhor, algum funcionário do senhor — no exterior?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, eu nunca mantive conta, nem minha... Ah, depois do BANESTADO, é claro. Eu nunca mantive conta nenhuma minha, nem de meus familiares; e, sim, as contas que eu mantinha no exterior eram controladas pelo Sr. João Procópio. Essas eram as únicas contas que eu mantinha no exterior.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - O senhor tinha procuração para operar alguma conta no exterior de outra pessoa?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, procuração nenhuma.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Eu tenho uma informação. E como o nosso nobre Relator, Deputado Luiz Sérgio, disse, eu estou fazendo um requerimento, que deve ser votado nesta próxima quinta-feira, para convocar a Sra. Stael Fernanda Janene, esposa do ex-Deputado José Janene. Eu tenho uma informação de que ela mantinha uma conta em Luxemburgo, o Deputado José



Janene e ela, essa conta teria 185 milhões de euros, o senhor tinha uma procuração dessa conta e, após o falecimento do Deputado José Janene, o senhor operou esse recurso, o senhor teria esse recurso dessa conta. Isso procede? O senhor tem conhecimento dessa conta em Luxemburgo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não procede e eu não tenho conhecimento dessa conta. E se V.Exa. pode convocá-la... Eu nunca tive nenhuma conta corrente com José Janene, nem com sua ex-esposa, nem com ele próprio, nem procuração.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Nem nenhuma procuração? Nem nenhuma procuração?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nem procuração.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Bom, o senhor sabe que, obviamente, já aconteceu o fato do senhor, no BANESTADO, de o senhor ter feito uma delação premiada e não ter cumprido... E agora o senhor fez esta delação premiada. Só o senhor, a família do senhor sabe o quanto é doloroso passar por essa situação. E esta CPI vai atrás dos recursos no exterior. E eu tenho essa informação de que essa conta existe e de que o senhor participou de retirar os recursos dessa conta do exterior, e a CPI vai buscar esses recursos. Então, o senhor tem aqui uma oportunidade de deixar esse assunto bem claro, porque esta oitiva do senhor obviamente vai estar registrada, e a CPI vai achar esses recursos no exterior, dessa conta. Então, se o senhor tem alguma participação — o senhor está dizendo que não tem —, que fique bem registrada essa questão aqui.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Quero deixar bem registrado que eu nunca tive procuração e nunca tive nenhuma conta corrente do Seu José Janene ou de algum familiar dele no exterior.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quem era o braço do senhor em relação as suas operações? Qual doleiro que operava com o senhor no Rio de Janeiro, que fazia os recursos virarem dinheiro lá?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, normalmente eu fazia esses recursos é... em São Paulo e levava para o Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor nunca fez com nenhum doleiro do Rio de Janeiro operações para que os recursos saíssem em reais no Rio de Janeiro e fossem entregues para quem quer que seja?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Agora, já na Operação Lava-Jato?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Na PETROBRAS... Na PETROBRAS... O senhor esteve na sede da PETROBRAS?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca estive na sede da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Além do Sr. Paulo Roberto Costa, com quais diretores da PETROBRAS ou com quais funcionários da PETROBRAS o senhor esteve pessoalmente?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Só o Paulo Roberto Costa, que eu me lembre.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Barusco.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Barusco, eu nunca estive, nem Renato Duque.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor comprou um Land Rover para o Sr. Paulo Roberto Costa.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na verdade, foi ele que comprou, e eu só fiz o pagamento da Land Rover.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor financiou alguma campanha política diretamente, algum candidato, via caixa dois, do Paraná ou do Brasil?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, a campanha de 2010... Na verdade, anteriormente eu já financiava o Sr. José Janene, na época já do BANESTADO, emprestando recursos a ele para que ele financiasse campanhas, políticos de seu partido.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, através dele o senhor financiou diversas campanhas políticas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim. E em 2010 financeiei, através de recebimentos de contratos da PETROBRAS junto ao Paulo Roberto Costa, campanhas de vários Deputados, Senador do Partido Progressista e também, a pedido do Paulo Roberto Costa, uma doação oficial, através da Queiroz Galvão, para também o, na época candidato, Senador Valdir Raupp. Também foi feito um entregue de caixa dois aqui em Curitiba a pedido do Paulo Roberto Costa para a campanha de 2010 da Senadora Gleisi Hoffmann.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor neste momento não tem nada a acrescentar em relação à movimentação do senhor no exterior, de nenhum banco que o senhor não tenha colocado para a Justiça Federal, para a Polícia Federal ou que consta nos depoimentos do senhor? O senhor tem a acrescentar algum banco que o senhor operou diretamente, através de alguma pessoa ligada a sua família, algum funcionário do senhor? O senhor tem a acrescentar alguma coisa em relação a isso? Essa é uma questão muito importante. Esta CPI está atrás e vai buscar os recursos no exterior. Nós temos informações sobre isso. Eu quero fazer esta pergunta clara: além do que o senhor já declarou à Justiça Federal, tem algum banco ou alguma operação no exterior que o senhor não tenha colocado até agora?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. As contas que eu movimentei no exterior, todas eu já repassei à Justiça e à Procuradoria Federal. Não tenho conta no exterior.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E qual é o motivo que fez o senhor optar rapidamente pela delação premiada nesse caso da PETROBRAS?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, eu achei que era a melhor decisão a ser tomada, era fazer o acordo para que eu pudesse seguir minha vida em frente, pagar a minha pena e cuidar da minha família.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Em relação à Sra. Stael Fernanda Janene, qual era a relação do senhor com ela e quantas vezes o senhor esteve com ela após a morte do Deputado José Janene? O senhor tratou em algum momento de alguma conta que ela tinha no exterior?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conta que ela tinha no exterior, eu nunca tratei.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ela nunca deu conhecimento ao senhor de que ela tinha uma conta no exterior, de que ela tinha conhecimento da conta do Deputado José Janene no exterior, em Luxemburgo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Para mim, não.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Nunca falou sobre isso com o senhor? O senhor não tem conhecimento sobre isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não tenho.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor, no último dia 29, declarou que havia operado, arrecado entre 150 e 180 milhões de reais e que o senhor ficou



com cerca de 8 milhões de reais do total arrecadado. O senhor confirma isso? Porque operações tão vultosas, milhões e milhões de reais... Nesse caso... Oito milhões de reais é uma fortuna, mas perto dessa movimentação... Além disso, o senhor não recebeu mais nada?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, isso foi uma conta de cabeça que eu fiz. Eu acredito que seja aproximadamente isso mesmo. Na verdade, esses valores eram repassados ao partido, ao Dr. Paulo Roberto Costa. Pode ser que tenha alguma diferença para cima ou para baixo, mas não muito mais que isso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor fazia todas as operações do Deputado José Janene? Não existia ninguém que operava para ele? O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na verdade, pode ser que ele fizesse com alguma outra pessoa também, mas difícil, difícil, no meu entendimento.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Em relação aos depoimentos prestados pelo senhor anteriormente, ninguém tem conhecimento de que o ex-Deputado José Janene tinha um outro operador que não fosse o senhor. E com essa informação, que esta CPI deve confirmar, é uma situação realmente delicada, porque a informação que nós temos é que essa conta no exterior mantém ou mantinha — nós não sabíamos onde estávamos em busca disso — mais de 180 milhões de euros. Então, somente essa conta é superior a tudo que o senhor disse que havia arrecadado.

São esses os meus questionamentos. Muito obrigado, Sr. Alberto Youssef.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - De nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos Sub-Relatores, passo a palavra ao Deputado Bruno Covas.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Bom dia a todos.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom dia.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Alberto Youssef, no Termo de Colaboração nº 2, V.Sa. declarou:

*“(...)o declarante gostaria de ressaltar que tanto a presidência da Petrobras quanto o Palácio do Planalto*



*tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal;...tanto a presidência da República, Casa Civil, Ministro de Minas e Energia, tais como Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, Ideli Salvatti, Gleisi Hoffmann, Dilma Rousseff, Antonio Palocci, José Dirceu e Edison Lobão; (...) que reafirma que o alto escalão do governo tinha conhecimento.”*

Diante do exposto, indago: V.Sa. confirma esta declaração?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Confirmo e digo que isso é no meu entendimento.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. entende que havia uma coordenação desse esquema pelo Palácio do Planalto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, eu não digo que havia uma coordenação. Mas eu acredito que eles tinham conhecimento, no meu entendimento, do que acontecia.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E V.Sa. entende que esse esquema servia aos interesses do Governo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Servia aos interesses do partido, automaticamente dos partidos da base aliada.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Ainda quanto ao envolvimento do Palácio do Planalto com o esquema, V.Sa. relatou o seguinte:

*“Todo mundo sabia lá em cima que tinha aval para operar. Não tinha como operar um tamanho esquema desse se não houvesse o aval do executivo. Não era possível que funcionasse se alguém de cima não soubesse, as peças não se moviam. Era impossível o Lula governar se não tivesse esse esquema. O Lula era refém desse esquema.”*

V.Sa. entende que esse esquema só funcionou porque havia aval do Palácio do Planalto?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, para simplificar um pouco esse assunto, em determinado momento houve um racha no Partido Progressista e isso foi motivo de várias discussões entre os Líderes que estavam coordenando essa situação atual com a outra fatia do partido, a outra Liderança. E isso foi discutido tanto pelo Líder Nelson Meurer, na época, quanto pelo Arthur Lira, Ciro Nogueira, e foi parar isso no Palácio do Planalto, e foi discutido isso com Gilberto Carvalho, com Ideli... E foi dito pelo Paulo Roberto aos Líderes que ele ia se reportar a quem o Palácio do Planalto indicasse que ele tivesse que se reportar. Eu escutei por várias vezes ele dizer isso ao *(falha na gravação.)* E não foi uma vez só, foram várias vezes.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, está cortando o som. A última frase do depoente eu não pude ouvir, infelizmente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Se ele pudesse repetir a última frase...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tem uma interferência aí que precisava ser resolvida, porque a pergunta anterior não ficou clara, do Deputado Covas.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Se V.Exa. pudesse refazer a última pergunta...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A pergunta foi se o esquema funcionou somente com o aval do Palácio do Planalto. Se o senhor puder retomar a resposta também...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu disse *(falha na gravação)* houve um racha entre as Lideranças do Partido Progressista, aonde isso foi parar no Palácio do Planalto...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Dr. Alberto, o senhor troque de microfone, porque esse daí deve estar *(ininteligível)* de pilha. *(Pausa.)*

Obrigado.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Novamente eu vou responder. Para simplificar esse assunto, em 2012 ou 2011, já no segundo semestre, houve um racha entre os Líderes do Partido Progressista e isso foi motivo de discussão dos Líderes com a Casa Civil, com o Secretário-Geral da Presidência da República, com o Paulo Roberto Costa, onde inclusive houve a queda do Nelson Meurer e o Arthur Lira assumiu a Liderança do Partido. Esse assunto, o Paulo Roberto deixou claro ao Líder Nelson Meurer aqui e ao Presidente do Partido hoje, Ciro Nogueira, na época



não sei, não me lembro se era Senador já, que esse assunto teria que chegar a ele através do Palácio, a quem ele ia se reportar. E isso eu escutei dele por várias vezes.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quer dizer, o Palácio determinava com quem que o Paulo Roberto Costa tinha que conversar. Não era o Partido Progressista que decidia quem fazia a interlocução.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A interlocução sempre foi do José Janene, depois passou a ser do Líder Mário Negromonte, depois passou a ser do Líder Nelson Meurer, do Líder João Pizzolatti, e num determinado momento aconteceu o racha no partido, essa situação foi parar no Palácio e o Paulo deixou claro para o Nelson Meurer que quem tinha que indicar o novo interlocutor era o Palácio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E o Palácio indicou esse novo interlocutor?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Foi trocada na época a Liderança e a outra parte passou a ter os seus recebimentos como a Liderança anterior tinha.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O Palácio que o senhor fala é o quê?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quem é o Palácio, exatamente? É Ministro? Quem é?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor disse Gilberto Carvalho e Ideli Salvatti?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu me lembro que foi conversado com a Ideli Salvatti e com o Secretário Gilberto Carvalho.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Num outro trecho de depoimento prestado por V.Sa., foi mencionada a pressão para a nomeação de Paulo Roberto Costa na Diretoria de Abastecimento. O senhor disse o seguinte:

*“Eu tenho conhecimento de que, para que Paulo Roberto Costa assumisse a cadeira de Diretor da Diretoria de Abastecimento, esses agentes políticos trancaram a pauta no Congresso durante 90 dias. Na época, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou louco, teve que ceder e realmente empossar o Paulo Roberto Costa.”*



Indago então a V.Sa.: V.Sa. entende que o ex-Presidente Lula ficou contrariado com a indicação de Paulo Roberto?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Deputado Bruno, antes que ele entre nesse assunto, é o seguinte: o Alberto Youssef operava com o Nelson Meurer a relação. Quando troca o comando e o Palácio influencia, ele continua operando ou tem um novo interlocutor do grupo novo? Isso é importante.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor precisa que repita a pergunta?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu continuei operando junto com esse novo interlocutor, que foi o Henry Hoyer.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É só para deixar claro que, quando houve o racha, como, desde o Janene, Deputado Bruno, o Sr. Alberto Youssef fazia a operação, ele continua, mas há um novo personagem por conta do novo grupo que está no comando. É importante, porque, se houve uma interferência do Palácio do Planalto, foi tão intensa, que inclusive mudou quem era o destinatário dos recursos. É por isso que era relevante ajudar neste momento.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - É isso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Muito bem. O senhor pode agora responder a última pergunta que eu fiz? O senhor pode responder?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O senhor pode fazer a pergunta novamente, por favor?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Claro. O senhor disse que tinha conhecimento de que, *“para que Paulo Roberto Costa assumisse a cadeira de Diretor da Diretoria de Abastecimento, esses agentes políticos trancaram a pauta no Congresso durante 90 dias. Na época, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou louco, teve que ceder e realmente empossar o Paulo Roberto Costa”*.

V.Sa. entende que o ex-Presidente Lula ficou contrariado com a nomeação de Paulo Roberto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu sei que demorou 1 ano para que o Paulo Roberto Costa fosse nomeado. E também, ouvindo as conversas do Deputado falecido José Janene acredito que ele ficou contrariado, sim.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E por que que ele ficou contrariado? Por que que ele não queria o Paulo Roberto Costa?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Aí eu não tenho como lhe informar, porque eu não participava efetivamente desse assunto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Num outro depoimento, V.Sa. sinalizou que seria um dos operadores das contas secretas do PT mantidas em paraísos fiscais. A propósito desse assunto, inclusive V.Sa. teria dito que em março de 2014 um membro da coordenação da campanha presidencial de Dilma Rousseff, chamado de Felipe, contatou V.Sa. e solicitou a repatriação de 20 milhões de reais.

Pergunto: V.Sa. confirma que foi contatado pela coordenação da campanha de Dilma Rousseff em 2014?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Eu me lembro que o Felipe pediu que eu repatriasse um recurso, mas isso não chegou a acontecer.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Esse Felipe era José de Felipe Júnior?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não sei o sobrenome dele.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor sabe algum histórico dele, quem ele era, que cargo ele ocupava...?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, ele não ocupava cargo nenhum no Governo, não fazia parte do Governo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor não sabe quem é esse Felipe?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sei que ele mora em Brasília, e ele esteve por algumas vezes no meu escritório. Mas ele não tinha nenhum cargo político, não ocupava nenhum cargo político.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ele representava quem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não representava ninguém, representava ele mesmo, no meu entendimento.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Ele foi lá pedir a repatriação de recursos. É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele perguntou se eu poderia repatriar. Eu disse que sim. Se tivesse com os valores, eu repatriaria sem problema algum.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E ele não disse de onde eram esses recursos.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não me disse.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sinalizando que a cadeia de comando poderia ter se estendido para além da alta administração da PETROBRAS, V.Sa. pontuou, em depoimento prestado sob o regime da delação premiada, que haveria pessoas muito mais importantes nessa organização criminosa, inclusive acima de Paulo Roberto Costa. O senhor disse o seguinte: *“Eu sou apenas uma engrenagem desse assunto que ocorria na PETROBRAS. Tinha gente muito mais elevada acima disso, inclusive acima de Paulo Roberto Costa, no caso agentes públicos”*.

V.Sa. estava se referindo a quem especificamente?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Aos políticos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A quais políticos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nelson Meurer, Mário Negromonte, Ciro Nogueira, as pessoas do Partido Progressista.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. confirma que intermediou o repasse de 2 milhões de reais para a campanha de Dilma Rousseff em 2010?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. Vaccari Neto, quando prestou depoimento na CPI, negou todas as declarações de V.Sa. em relação à pessoa dele. V.Sa. já esteve alguma vez com Vaccari Neto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Estive com o Vaccari. Cruzei em restaurantes... Uma vez ele esteve no meu escritório, mas eu não estava, e acabei não conversando mais com ele. E o único repasse que eu fiz ao Vaccari, por intermédio da Toshiba, eu já relatei no meu termo de colaboração.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Relator, só para tentar acrescentar, por oportunidade da ida do Sr. Vaccari à CPI, nesse encontro agendado no escritório do Sr. Youssef não ficou claro quem convidou quem e o intuito desse encontro. O senhor poderia pedir para ele esclarecer isso?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Agradeço, Deputado Aluisio.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E mais uma pergunta: em que ano foi isso?



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Agradeço também. Esse encontro no escritório de V.Sa., como é que ele foi agendado? Como é que o Sr. Vaccari foi parar lá no seu escritório?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, não foi agendado, porque eu nem estava no escritório. Eu fiquei sabendo, por intermédio da secretária, que ele tinha passado no escritório, e eu não estava. Eu perguntei: *“Ele deixou recado? Vai voltar?”* Ela disse que não, e ficou por isso mesmo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quer dizer, o Sr. Vaccari estava passando na rua e falou: *“Aqui é o escritório do Alberto Youssef. Deixa eu ver se ele está lá para eu tomar um cafezinho”*. Como é que isso aconteceu?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu não posso dizer que foi isso o que ele pensou. Talvez ele quisesse falar alguma coisa comigo, e não me encontrou.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Como é que ele sabia que ali era o seu escritório?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Todo mundo sabia que o meu escritório era ali.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Todo mundo, não! Eu nunca soube que o seu escritório era lá, e não é por aí a resposta.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor não sabe quem contou para ele onde era o seu escritório? Ele pesquisou? Entrou no Google?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sinceramente, eu não sei, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Em que ano foi?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quando foi esse episódio?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Acho que foi em 2014.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Em 2014. Em 2014 que ele o procurou no seu escritório.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Acho que sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. João Vaccari Neto também disse que o relato de V.Sa. sobre a entrega de 400 mil reais a pedido da empresa Toshiba não era verdadeiro, assim como o repasse de outros 400 mil reais à cunhada dele. O Sr. João Vaccari mentiu ou o senhor se equivocou?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, a empresa Toshiba me contratou para que eu fizesse esse repasse ao Vaccari, que no primeiro momento falou que uma



peessoa fosse retirar esse dinheiro no meu escritório, e no segundo momento o meu funcionário foi junto com o funcionário da Toshiba para entregar o recurso. Então, eu, diretamente com o Vaccari, não falei sobre esse assunto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O recurso foi entregue a quem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - No primeiro momento, foi entregue à Marice, no meu escritório. Fui eu mesmo que entreguei. E no segundo momento, o meu funcionário foi até a porta do Diretório Nacional do PT, junto com um funcionário da Toshiba, entregou o recurso a ele, e o funcionário que se encarregou de resolver esse problema.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - A ele quem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A ele Piva.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Que Piva?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O Diretor da Toshiba.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E qual foi o funcionário que foi levar esse valor?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Rafael Ângulo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Isso foi entregue em espécie, em real?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em espécie.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor sabe se o Sr. Vaccari soube que o senhor entregou 400 mil reais à cunhada dele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não fiquei sabendo, porque eu nunca comentei esse assunto com o Vaccari.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Deputado Bruno, o Sr. Alberto Youssef é preso em 14 de março de 2014.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em 17 de março.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Em 17, desculpe. Essa visita do Vaccari foi em 2014? Ou pode ter sido antes?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Pode ter sido antes, final de 2013, começo de 2014.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Tá. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Deputado Covas, só uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Claro.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quando ele falou no racha que teve no PP... Todos os depoimentos, Sr. Youssef, falam que entrou um outro esquema, do PMDB, em seguida. O Paulo Roberto Costa fala isso. O senhor confirma?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu confirmo. Na verdade, quando o Paulo Roberto Costa ficou doente, ele passou a ser também apoiado pelo PMDB. E algumas empresas eu não operava por conta de que o Dr. Paulo Roberto Costa dizia que essas empresas... ele arrebanhava os recursos e direcionava ao PMDB.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Além desse recurso que foi entregue à cunhada do Sr. Vaccari, teve algum recurso que foi depositado em alguma conta de uma parente dele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Por mim, não.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor conhece o Sr. José Sérgio Gabrielli?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Nunca esteve com ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. José Gabrielli negou o episódio relativo a uma suposta captação de recursos para o pagamento de uma agência de publicidade com envolvimento do ex-Presidente Lula. De acordo com V.Sa., na sua colaboração premiada, a empresa estava pressionando o Governo Lula para receber os valores atrasados. V.Sa. declarou que Lula soube da ameaça e teria determinado a Gabrielli que usasse o dinheiro das empreiteiras para resolver essa pendência. Gabrielli então pediu a Paulo Roberto Costa que intercedesse e determinasse a V.Sa. que realizasse o pagamento de 1 milhão e 700 mil reais à Muranno Marketing Brasil, o que foi efetivamente feito. A Receita Federal inclusive identificou o mencionado pagamento em 2010 no contexto do esquema instalado na PETROBRAS. A confirmar todo o enredo, no dia 9 de setembro de 2014, o Sr. Ricardo Vilani, sócio da Muranno, foi ouvido pela Polícia Federal. Ele teria confirmado a prestação de serviços sem contrato entre 2006 e 2009, para a PETROBRAS. Vilani teria afirmado que tinha 7 milhões de reais a receber. Segundo ele, depois de ter se reunido pessoalmente com Paulo Roberto Costa, ainda Diretor



da PETROBRAS, foi procurado por V.Sa., que se identificou como primo. V.Sa. teria providenciado o pagamento de parte da dívida.

V.Sa. confirma que houve essa articulação entre Gabrielli e Paulo Roberto Costa a pedido do ex-Presidente Lula?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu ouvi isso do Paulo Roberto Costa e confirmo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Poderia fornecer mais detalhes sobre essa operação?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, essa operação aconteceu da maneira que eu descrevi no meu termo de colaboração. O Paulo Roberto Costa me passou que eu procurasse não só a Muranno, mas também tem uma outra empresa no Rio de Janeiro que não foi mencionada — não me lembro do nome —, e eu procurei esses dois dirigentes dessas empresas de *marketing* para que pudesse reparar esses pagamentos. E assim foi feito. Parte foi feita através da MO, parte foi feita com recursos em efetivo. O Dr. Paulo disse que — na época foram 6 milhões e pouco, se não me engano, no total —, disse que isso o PT teria que dividir: que 3 milhões e pouco seriam descontados do nosso partido e os outros 3 milhões e pouco o PT teria que honrar.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Do nosso partido, quando o senhor fala, é o PP.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - É o PP. E, em determinado momento, o Júlio Camargo me fez esse repasse desses três milhões e pouco por conta do PT.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. já esteve com o Sr. Glauco Legatti?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. confirma que foi apresentado ao empresário Mendonça Neto por José Janene?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Confirmo. Mendonça é da Setal, que é sócio da Setal.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Isso. V.Sa. conhecia Adir Assad?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não conheço. Vim a conhecer aqui na carcerária da Polícia Federal.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. sabia que ele operava sistemática semelhante à sua?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu... eu vi um escândalo do Adir nas revistas há um bom tempo atrás já, mas, só pela mídia.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor sabe quem colocou ele nesse esquema?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, eram essas as perguntas que eu tinha a fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O próximo Deputado inscrito é o Deputado Izalci. V.Exa. tem a palavra. Convido V.Exa. para sentar à mesa, para facilitar o acompanhamento da imprensa e dos cidadãos que estão nos acompanhando por todo o Brasil.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, a ordem que está sendo seguida agora é...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A ordem de inscrição.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Os Sub-Relatores já foram, não é? Agora são os requerentes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não, agora são os inscritos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Os requerentes não têm prioridade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sim, nós tínhamos adotado aqui uma nova dinâmica para que nós pudéssemos ter o melhor andamento dos trabalhos. Vamos obedecer a ordem de inscrição.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas o requerente não se inscreve normalmente, Presidente. Estamos aqui eu, o Deputado Onyx e outros requerentes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não, então, daremos a palavra aos requerentes primeiramente e depois aos membros.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Deputado Izalci pode falar. O Deputado Izalci pode falar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O primeiro requerente é o Deputado Antonio Imbassahy... O primeiro é o Deputado Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci. Quem vai falar como requerente, dos quatro? *(Pausa.)* Em seguida, Deputado Onyx, Deputado Ivan Valente, Deputado Júlio Delgado e depois o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Em alguns dos depoimentos que prestou em regime de colaboração premiada, V.Sa. afirmou a diversos Parlamentares que recebeu repasses mensais — está no Termo de Colaboração 1.749 —, provenientes do esquema criminoso instalado na PETROBRAS. Esses pagamentos eram feitos com o objetivo de influenciar os Parlamentares nas decisões políticas que eram tomadas na Câmara Federal, isto é, na votação de projetos de interesse do Poder Executivo.

Diante do que V.Sa. afirmou, é correto concluirmos que o petrolão é uma continuidade do mensalão? V.Sa. conhecia a operação do mensalão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Poderia dizer que o petrolão é mais ou menos o mesmo modelo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - No Partido Progressista, acredito que sim, na minha opinião.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim. Sabe informar se recursos provenientes da PETROBRAS chegaram a alimentar o escândalo do mensalão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nessa época, eu não posso lhe informar, porque eu estava preso, cumprindo pena do BANESTADO.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Bem, no livro *Uma Ovelha Negra no Poder*, escrito agora com relatos do ex-Presidente uruguaio José Mujica, há registro de encontro entre ele, o Mujica, e Danilo Astori, que seria o Vice-Presidente uruguaio, e o então Presidente Lula, ocorrido em Brasília, nos primeiros meses de 2010. Eis o que ficou registrado no livro. V.Sa. tem conhecimento desse livro ou não?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Então, eu vou dizer a V.Sa.:

*“Lula teve que enfrentar um dos maiores escândalos da história recente do Brasil, o mensalão.*



*Uma mensalidade paga a alguns Parlamentares, para que aprovassem os projetos mais importantes do Poder Executivo. Compra de votos - um dos mecanismos mais velhos da política. Até José Dirceu, um dos principais assessores de Lula, acabou sendo processado pelo caso.”*

“Lula não é um corrupto como Collor de Mello e outros ex-Presidentes brasileiros”, disse Mujica ao falar do caso.

Ele contou que Lula viveu todo esse episódio com angústia e com um pouco de culpa — abre aspas —: “Nesse mundo, eu tive que lidar com muitas coisas imorais, chantagens”, disse Lula. “Essa era a única forma de governar o Brasil”, diz Lula.

Pergunto: dada a contemporaneidade da descoberta entre o escândalo do mensalão e a instalação do petrolão, o conhecimento do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma a respeito do segundo, conforme revelado por V.Sa., pressupõe que Lula e Dilma também soubessem do mensalão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho conhecimento, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas, com relação ao petrolão, V.Sa. afirmou diversas vezes que eles teriam conhecimento?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na minha opinião, sim. Na minha opinião, sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Exatamente em função da forma como se governava.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na minha opinião, sim. No mensalão, eu não posso dizer. Então, na questão mensalão, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. confirma o pagamento de 800 mil de propina para o PT, metade dos quais foram entregues na porta do Diretório Nacional, como foi dito por V.Sa., para Vaccari?

Eu gostaria que V.Sa. entrasse um pouquinho mais nesse detalhe, porque, no depoimento de Vaccari, ele disse que não encontrou com V.Sa. E V.Sa. acabou de dizer que ele o procurou no escritório, V.Sa. não estava, mas que V.Sa. almoçou com ele algumas vezes. Confirma?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, eu não almocei. Cruzei com ele em alguns restaurantes algumas vezes.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E, nesse cruzamento...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - E, sim, ele esteve no meu escritório. Nesses cruzamentos: *"Boa tarde! Bom dia! Tudo bem? Como vai?"* Nada de excepcional. Quanto à questão dos pagamentos que a Toshiba pediu que eu entregasse ao Vaccari, eu já relatei no meu termo de colaboração e já relatei aqui como foi entregue. Parte foi entregue no meu escritório, eu mesmo, pessoalmente, entreguei à pessoa de Marice, e a outra parte o Rafael Ângulo acompanhou.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O valor total era quanto desse pagamento da Toshiba?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Oitocentos e poucos mil reais.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. confirma que repassou 1 milhão para a campanha de Gleisi Hoffmann, no Senado Federal, em 2010?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Confirmo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Confirma ainda que o pleito partiu do marido da Senadora, o ex-Ministro de Comunicações do Governo Dilma Rousseff, Paulo Bernardo e intermediado por Paulo Roberto Costa?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Assim me informou Paulo Roberto Costa, quando pediu que eu fizesse o pagamento...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Qual a origem desses valores repassados? De onde veio esse recurso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Veio dos contratos das empreiteiras com a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Foi entregue onde?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em Curitiba.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor tem detalhes dessa operação?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Tenho e já relatei como foi entregue.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quantos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores receberam o repasse de valores oriundos da PETROBRAS?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A pedido do Paulo Roberto Costa, também entreguei alguns valores ao Deputado Cândido Vaccarezza.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só lembra desses dois, Gleisi e Cândido Vaccarezza? Mais algum?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Que eu me lembre, do PT, sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Enquanto eu faço as outras, vai lembrando para ver se tem mais algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O que V.Sa. tem a declarar sobre o contrato firmado entre a 2S Participações Ltda., empresa de Marcos Valério e Fernando de Souza, e a Remar Agenciamento e Assessoria Ltda., que teria sido indicada por Enivaldo Quadrado, condenado no processo do mensalão? Conhece?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho nada a declarar, porque, nessa época, eu não estava...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não conheceu a 2S nem a Remar?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. confirma a informação de que quem solicitou que Enivaldo Quadrado formulasse o documento era Breno Altman?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Qual a ligação do Breno Altman com o PT? Conhece?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Que eu sei, ele tem ligação com o PT. Agora...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É operador ou o que é que era?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não posso dizer que é operador.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O que levou Breno Altman a realizar a operação? Quem foi beneficiado dessa operação e por que razão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu sei que havia um envelope com essa... com essa... com esse contrato que o Erivaldo, uma época, pediu que eu guardasse. Eu me recusei a guardar, não guardei, e esse envelope, se eu não me engano, foi apreendido numa busca e apreensão na contadora Meire, que o Erivaldo pediu que ela o guardasse. O que eu posso informar disso é o que eu já relatei no meu termo de colaboração.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. nunca tomou conhecimento, nunca ouviu falar que esses 6 milhões deste contrato estavam ligados ao caso de Celso Daniel?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, eu já tinha ouvido falar pelo...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O que V.Sa. ouviu falar sobre isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, só que era a respeito do Celso Daniel, mais nada.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. sabia que o, conheceu Bumlai?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não conheci o Bumlai.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ele recebeu empréstimo de 12 milhões, dos quais 6 milhões geraram este contrato.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não conheci o Bumlai, porque eu não tive acesso ao contrato, eu não abri o envelope.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, só para informar V.Exa., eu já estou juntando tempo de autor com tempo de inscrito. V.Exa. tem 5 minutos como autor, 3 minutos como inscrito. Claro que seremos tolerantes, mas já informo a V.Exa. que esgote todas as perguntas para que a gente possa dar agilidade aos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k., Sr. Presidente.

V.Sa. confirma que o ex-diretor Paulo Roberto Costa, em depoimento à CPI, declarou que nunca manteve relação com o Sr. João Vaccari. Afirmou que chegou a vê-lo num restaurante, quando almoçava com V.Sa. Na ocasião, relatou Paulo Roberto Costa que V.Sa. acenou para João Vaccari e que foi igualmente cumprimentado por ele. V.Sa. confirma esse fato?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Confirmo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. tem conhecimento se este foi o único contato do ex-diretor Paulo Roberto Costa com o João Vaccari Neto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Aí eu já não posso...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foi a única vez que V.Sa. encontrou com o Vaccari?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Quando estava eu e o Paulo Roberto Costa foi a única vez que nos encontramos. Agora, se Paulo Roberto Costa encontrou...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, sim, mas na presença de V.Sa.



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na minha presença, só essa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Bem, V.Sa. já afirmou que não o conhecia, não conversava com João Vaccari Neto, não o conhecia, só de restaurante, só de encontros casuais.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. nunca tratou com João Vaccari Neto nenhum assunto específico?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Referente a numerários, referente a assuntos da PETROBRAS, nada.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas em outros assuntos, assuntos particulares, tinha negócio com ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não tinha negócio nenhum com João Vaccari.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - No depoimento que prestou à CPI, o ex-tesoureiro Sr. João Vaccari Neto declarou que foi uma única vez ao escritório de V.Sa. Indago sobre a razão de ele ter ido ao seu escritório, reforçando aqui o que já foi perguntado. Às vezes, V.Sa. lembrou de mais detalhes. João Vaccari, então, respondeu: “Sr. Deputado” — quando foi indagado na CPI —, “*eu volto a insistir. eu fui ao escritório do Alberto Youssef sem agenda, porque ele havia me convidado para ir lá, ele não estava*”. Portanto, essa dúvida que o senhor tem eu também tenho.

V.Sa. o convidou para ir lá, como foi afirmado aqui. Ele foi e V.Sa. não estava, mas quando V.Sa. ligou para ele e o convidou, ou ligou para alguém convidando, o que V.Sa. queria tratar com ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, eu não liguei para ele convidando ele para que ele fosse ao meu escritório. Pode ser que num desses encontros casuais em algum restaurante eu disse a ele: “*Passe no meu escritório para tomar um café*”. Pode ser que ele tenha passado. Nesse dia, eu não estava — e realmente não estava.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, mas quando V.Sa. o encontrou: “*Olha, passa lá no escritório para tomar um café*”, era só para dar o café mesmo ou tinham outros assuntos que o senhor achava que podia...



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, era só para tomar um café.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só tomar café?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas V.Sa. sabia que ele era o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sabia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. sabia inclusive que ele era responsável pela arrecadação de recursos do PT, inclusive antes de ser oficialmente o diretor financeiro.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sabia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sabia que ele já operava bem antes disso.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Onyx Lorenzoni.

V.Exa. terá 5 minutos como autor mais 3 minutos como inscrito. O mesmo tratamento dado ao Deputado Izalci será dado aos demais autores. Até os que não estavam inscritos, como o Deputado Júlio Delgado, já se encontram inscritos por este Presidente para serem atendidos com o mesmo tratamento.

Deputado Onyx, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Alberto Youssef, o senhor, no episódio do BANESTADO, fez um acordo naquela época com o Dr. Sérgio Moro e aqui foi dito que o senhor quebrou parcialmente o acordo. Pelo que eu entendi, a parte que o senhor quebrou foi a volta ao mercado e às operações de dólares e tal.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Mas em relação aos conteúdos que o senhor revelou ao Dr. Sérgio Moro e que serviram para rastrear uma série de questões que envolveu o BANESTADO — inclusive teve aquela operação em agosto de 2004, em que vários operadores do mercado de câmbio foram detidos de três Estados da Federação —, em relação a todos aqueles episódios que o senhor relatou, aí houve quebra do acordo ou não houve quebra do acordo?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não houve quebra do acordo. Tudo o que eu relatei foi comprovado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Comprovado. Então, a delação do ponto de vista das informações que o senhor forneceu foi fidedigna e não houve nenhuma quebra?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Todas fidedignas, e não houve nenhuma quebra.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - A quebra que houve foi do compromisso de não retornar a operar no mercado de dólares. Correto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Correto.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O.k. Isso é muito importante porque a legislação mudou daquela delação para esta. Os seus advogados sabem disso.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na verdade, foi renovado e incorporado novamente o acordo anterior.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Certo, mas hoje ele é muito mais rígido do que era na época em que o senhor fez o primeiro acordo.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Muito mais rígido.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Então, qualquer informação sua que não seja fidedigna coloca em risco, e sério risco, todo e qualquer eventual benefício que o senhor possa obter através dos seus advogados.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O senhor tem consciência disso, e o episódio que ocorreu é apenas na questão do retorno à atividade, e não no conteúdo que o senhor delatou.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Correto, perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado. Isso é importante para esclarecer aqui a nossa investigação.

Eu tenho uma dúvida importante. O senhor faz aqui um Termo de Declaração 08, de 10 de outubro de 2014, e aqui textualmente o senhor diz o seguinte: “*que Júlio Camargo era operador do esquema criminoso perante a Diretoria de Serviços, coordenada por Renato Duque.*” E o senhor diz aqui no depoimento que, assim como o senhor operava na Diretoria de Abastecimento, com Paulo Roberto, Júlio



operava na Diretoria de Serviços, mas reduzido à participação em três empresas, a Mitsui, a Camargo e a Pirelli. Está correto o que eu disse?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Está correto.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Muito bem. Aí o senhor também, na segunda folha, folha 3 desse depoimento, diz textualmente o seguinte: *“que o dinheiro entregue pelo declarante em São Paulo a Júlio Camargo servia para pagamento da Camargo Corrêa e da Mitsui Toyo ao Partido dos Trabalhadores, sendo que as pessoas indicadas para efetivar os recebimentos, à época, eram o João Vaccari e o José Dirceu”*. Um pouquinho mais adiante, perguntado pelos investigadores, qual o valor total operado através dessa forma de ação, o senhor relata que foram 27 milhões de reais e que esse *modus operandi* que está no texto foi desenvolvido no final do ano de 2005 até meados de 2012.

É isso o que me intriga. Se João Vaccari Neto era o operador e o arrecadador do PT, se o senhor tinha consciência, desde 2005 em diante, e depois o senhor passa a atuar de maneira mais forte em 2007, segundo as suas próprias declarações e do Paulo Roberto Costa, porque é posterior inclusive à sua libertação...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Se o senhor tem consciência de que esses recursos eram desviados no valor de 2% para o Partido dos Trabalhadores, esse dinheiro... Como é que o Sr. Vaccari acessava ele? O senhor em 2007 teve contato com ele? O senhor conversou com ele em 2008? O senhor tinha informações ou aquelas operações da Marice são só de 2012 para a frente? Da Toshiba.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A operação da Toshiba foi só depois, após a Toshiba ter assinado contrato com o COMPERJ. Aí que eu fui entregar o dinheiro diretamente ao Vaccari. Posteriormente, tudo que o Julio me pedia, eu entregava ao escritório do Julio, e era o Julio que repassava.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sim, mas, em 2007, o senhor entregou valores; em 2008, o senhor entregou valores.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Entreguei para o Julio, tanto no Rio quanto em São Paulo.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E, na sua opinião, o destino, porque era o que tocava a Diretoria de Serviços, era o Partido dos Trabalhadores?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Aqui tem um outro aspecto que eu quero evoluir um pouquinho, que é em cima daqueles 800 mil. O senhor emitiu pela Rigidez três notas fiscais — 498, 498, 498. Dá 1 milhão 4 mil e 318 reais.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Desse dinheiro foi apurado 800 mil reais. Desses 800 mil reais, o senhor entregou em duas parcelas de 400, uma retirada no seu escritório pela cunhada do Sr. Vaccari.

Aí, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: a Sra. Marice soube como que o dinheiro estava em seu escritório?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu fui informado pelo Sr. Piva que a pessoa da Sra. Marice iria ao meu escritório e que eu marcasse uma data e uma hora e que, se eu pudesse, a deixasse entrar pela garagem, e assim foram marcados, a hora e o dia, e assim foi feito. Ela entrou pela garagem, subiu ao escritório, se identificou, e eu entreguei o recurso a ela.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Os 400 mil que vinham lá da Toshiba?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O senhor lembra da data aproximada, o mês e o ano?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Foi logo após a emissão da nota. Eu não vou lembrar a data.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É de 9/4/2012 a primeira nota de 400 mil; 24/4/2012, a segunda nota de 498 mil. Aqui, o senhor emitiu, na verdade, 1 milhão. Quer dizer, aqui dava para pagar, não é?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, e os outros 400 foram para o Partido Progressista. Então, quer dizer, são 1 milhão 498...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Isso.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - ....deduzidos os impostos...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Certo, claro.



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ficou quatrocentos...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - A sua parte da operação, que era 5%, não é?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Isso. Então, confirma.

O senhor entrega isso em abril, e a outra parte é entregue quando, no final de abril de 2012?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Foi a última nota emitida, o último pagamento feito.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Vamos voltar, porque isso é importante temporalmente para a nossa investigação. O senhor emite uma nota em 9 de abril, 24 de abril e 15 de maio.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Quinze de maio, eu acredito, seja no outro ano.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não, não, tudo em 2012.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Tudo 2012...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - São 1 milhão 498, como falamos há pouco.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - É, o primeiro pagamento veio para o Partido Progressista, o segundo pagamento para o PT e o terceiro pagamento para o PT.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Então, provavelmente, a D. Marice buscou esse recurso com o senhor em abril de 2012...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - ... entre o final do mês abril e o início do mês de maio, provavelmente na última semana de abril e primeira semana de maio. E o segundo pagamento, que foi lá na sede do Partido dos Trabalhadores, que vai o Rafael e o Sr. Piva, foi provavelmente na segunda quinzena de maio de 2012?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Provavelmente, sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Tá. Durante toda essa operação, o senhor teve contato com o Sr. Vaccari?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O senhor apenas atendeu às demandas do Sr. Piva?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Atendi à demanda do diretor e do presidente da Toshiba.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Que pagavam a assinatura do contrato para o COMPERJ?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Que pagavam a assinatura do contrato para o COMPERJ.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O.k. Obrigado.

Eu tenho uma questão aqui que me parece importante e que é a seguinte: o Sr. Paulo Roberto Costa fez uma declaração no dia 2 de setembro de 2014, um termo de colaboração — é o de número 16. Esteve lá na CPI, na semana passada, e confirmou.

Então, vou aqui reler, porque o senhor fez uma afirmação aqui em que, parece-me, há uma contradição, e eu quero descobrir se há contradição ou não há contradição. Aqui ele declara que, *“...quanto a Antonio Palocci Filho, o conheceu em 2004, quando o mesmo era membro do Conselho de Administração da Petrobras e Dilma Rousseff era Presidente do referido Conselho (...); que esteve em várias reuniões com Antonio Palocci, pois este era membro do Conselho de Administração (...); que no ano de 2010”* — Palocci já não era mais Ministro, Palocci trabalhava na arrecadação para a campanha da então candidata Dilma Rousseff — *“recebeu uma solicitação, por meio de Alberto Youssef, para que fossem liberados R\$2.000.000,00 do caixa do PP, para a campanha presidencial de Dilma Rousseff; que a declarante autorizou referida entrega (...)”* — sendo que Youssef operacionalizou o pagamento e o confirmou ao declarante posteriormente.

Ele só não sabe como é que o senhor fez isso.

Eu quero lhe perguntar se o senhor fez isso.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Eu não conheço Antonio Palocci; Antonio Palocci nunca me fez nenhum pedido para que eu angariasse recurso para a campanha de 2010 da Dilma Rousseff, e eu creio que o Dr. Paulo Roberto esteja equivocado com referência a esse assunto.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Então, o senhor acha que houve aqui uma mentira do Sr. Paulo Roberto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu não digo que seja uma mentira. Pode ser que outra pessoa tenha pedido esse recurso a ele, e ele tenha viabilizado isso através de outra pessoa. Mas isso não aconteceu comigo. Não fui eu que fiz esse pedido a ele. Eu não conheço o Palocci e nenhum assessor de Palocci.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Aqui tem uma declaração, uma colaboração sua, a de número 2, em que o senhor diz claramente aqui que, *“tanto a Presidência da PETROBRAS”* — aí estamos falando dessa época à qual o senhor se refere a Sérgio Gabrielli — *“quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal. (...) Indagado quanto a quem se referia em relação ao termo ‘Palácio do Planalto’, esclarece que tanto a presidência da República, Casa Civil, Ministro de Minas e Energia, tais como Lula, Gilberto Carvalho, Ideli, Gleisi, Dilma, Antonio Palocci, José Dirceu e Edison Lobão”*. O senhor confirma isso, essa declaração?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Por opinião minha, confirmo isso.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Ah, sim. O.k.

*“Que se recorda de uma situação”* sobre a Presidência da estatal — o senhor fala aqui a seguir no texto — *“em que havia uma determinada situação em que houve determinado processo relacionado à (...) serviços de marketing para a Petrobras e que teria sido interrompido em razão de irregularidades; que numa dessas ‘atas paralelas’...”* Atas paralelas são os despachos junto com o Paulo Roberto Costa? É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - ... *“o declarante recebeu a incumbência de pagar essas despesas das participantes em razão de determinação direta de Sérgio Gabrielli, (...), que teria repassado a determinação ao então Diretor Paulo Roberto”*. O senhor confirma isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Confirmo.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O Paulo Roberto lhe disse que o Presidente Sérgio Gabrielli pediu para que fosse resolvido o problema da empresa?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu concluo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já vai usando quase 15 minutos... Eu só estou avisando para que V.Exa. possa...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, eu não vou levar mais do que 1 minuto só, mas eu acho que é muito importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não, sem dúvida...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - ... porque o Sr. Sérgio Gabrielli tem de maneira reiterada dito que não tem nada a ver com essa questão que envolve toda a PETROBRAS e que ele ficou muito surpreso. E eu já afirmei, inclusive diante dele, que eu não acredito numa palavra dele; ao contrário, ele era, na minha opinião, um dos grandes articuladores dessa tragédia que aconteceu na PETROBRAS.

Mas eu quero voltar e concluir.

Os pagamentos, então — o senhor recorda — foram feitos por meio de TEDs, a partir da MO Consultoria; que o senhor recebeu valores de empreiteiras, os quais o senhor acabou transferindo para o pagamento das empresas, uma delas sediada em São Paulo e outra no Rio de Janeiro.

A pergunta que eu faço para o senhor é a seguinte: o senhor ofereceu à Justiça alguma comprovação? O senhor tinha algum documento em sua posse? Essas TEDs foram localizadas na MO para permitir a identificação dessas empresas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Foram confirmadas.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O senhor lembra o nome das empresas, que o senhor possa nos ajudar?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A de São Paulo, que era do Dr. Ricardo, é a Muranno...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - A Muranno?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ricardo é o Presidente dela.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Certo.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - E, a do Rio de Janeiro, eu não me lembro do nome.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Mas está nos autos do processo, na quebra de sigilo da MO? É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E o senhor lembra a data da transferência do dinheiro, aproximadamente?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu não me lembro, porque já faz um bom tempo.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Anterior à 2010 ou posterior à 2010?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu acho que entre 2009 e 2010.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Entre 2009 e 2010. Tá bom, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O próximo autor é o Deputado Ivan Valente. V.Exa. pode se sentar aqui à Mesa e fazer seus questionamentos. Informo que V.Exa. terá 8 minutos, sendo prorrogáveis de acordo com a tolerância deste Presidente, que tem sido tolerante com V.Exa. em todas as reuniões.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Se V.Exa. for tão tolerante como foi com o Onyx, está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Sr. Alberto Youssef, eu ouvi atentamente até agora. Então, foi bastante explorada já a questão do Sr. Vaccari. Eu quero começar só com uma pergunta sobre o PT, porque vários já trataram dessa questão, que é a seguinte: quando o senhor diz "Palácio", o senhor está se referindo exatamente ao quê? Porque existia um esquema entre o PP e o senhor, com o Sr. Janene e depois com outros líderes. Depois, passou-se ao esquema do PMDB a que vou me referir em seguida. Mas, pelo que entendi, o senhor disse que um novo *status* seria negociado direto com o "Palácio". O "Palácio" negociava a quota do PP? É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O Dr. Paulo Roberto sempre deixou claro aos líderes que ele ia falar com o interlocutor do Partido Progressista quando ele tivesse um sinal do Planalto...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quem falava isso?



---

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Paulo Roberto Costa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Era o Paulo Roberto Costa que falava isso, então?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, falou isso várias vezes, tanto ao Mário Negromonte, à época Ministro das Cidades, que depois caiu, quanto ao Nelson Meurer.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ficou claro agora, perfeito.

São as palavras do Paulo Roberto Costa, não é?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: o senhor conhece bem o Sr. Julio Camargo, não é?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Inclusive tem uma delação sua, no Termo nº 10; em que o senhor fala que tratou com ele em relação a um contrato com a Pirelli — não é? — e que trouxe 1 milhão de dólares numa conta chamada “Conta Pelego” — “Conta Pelego”; que interessante! — de um contrato fraudulento.

Então, o senhor já tinha, em relação a fiscais, conhecimento de propinas a fiscais do ICMS em São Paulo. O senhor poderia falar um pouco sobre isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu não conheço os fiscais. Eu não conhecia; assim, o Dr. Julio Camargo me repassou...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pediu...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele me pediu que eu fizesse o pagamento, eu fui e fiz.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Muito bem. Então, o Sr. Julio Camargo é alguém que o senhor conhece bem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Dentro...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor deu uma informação importante que foi a seguinte: que ele teria sido pressionado, através do Fernando Baiano, a continuar pagando propina no caso Samsung e que requerimentos foram apresentados à Comissão de Fiscalização e Controle. E o senhor sabia desses detalhes que agora foram comprovados pela PGR, que são de autoria do Deputado



e Presidente da Casa, Eduardo Cunha, e apresentados pela Deputada Solange Almeida. Certo?

Então, eu pergunto ao senhor o seguinte: na sua delação, o senhor disse que, depois, o Sr. Julio Camargo, vendo os requerimentos apresentados, em que ele é citado nominalmente na justificativa, ficou apavorado e pagou 6 milhões de reais ao Sr. Fernando Baiano e que esse dinheiro era endereçado ao Presidente Eduardo Cunha. Confirma?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Isso eu escutei da boca do Dr. Júlio Camargo, que foi quem me chamou e pediu ajuda para que eu fizesse e repatriasse esse recurso, para que ele pudesse pagar o Fernando Soares. E assim eu fiz. Eu confirmo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E ele pagou?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - E ele pagou.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Seis milhões de reais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Entre 4 milhões e 6 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Entre 4 e 6 milhões de reais. Perfeito. O senhor conhece o Sr. Jayme de Oliveira — já foi dito aqui, né?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele é o Careca. Ele era um entregador do senhor. Eu queria que o senhor detalhasse melhor: ele era um operador constante da sua...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele não era um operador constante. Sempre que eu necessitava de entrega de valores e que não tinha pessoas que pudessem fazer essa entrega, eu solicitava o seu trabalho.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas por que ele exatamente? Ele era um policial, né? Por segurança? Por que exatamente?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Por segurança.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E há uma denúncia de que ele teria entregue recursos numa casa na Barra da Tijuca, que acabou sendo no advogado que trabalhou com o Sr. Jorge Picciani, no Rio de Janeiro. E o senhor colocou, na delação, que era para o Sr. Eduardo Cunha. Confirma?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não! Eu não coloquei na minha delação que era para o Sr. Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Para quem era esse dinheiro então|?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na verdade, eu recebi da OAS para que fosse entregue esse recurso nesse endereço. E assim eu pedi que o Sr. Jayme fosse a esse endereço e entregasse. Eu não sabia quem era o morador dessa residência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quem pediu para o senhor entregar?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A OAS.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Deputado Ivan Valente, só para acrescentar aí, para facilitar: era comum o senhor receber orientação para fazer depósito de dinheiro num local sem saber para quem era, quanto era e a troco de quê? Isso era comum?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Era comum.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Estranho isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Um novo depoimento também desse Sr. Jayme de Oliveira, que agora anda meio desaparecido, ninguém sabe se ele está foragido, se ele não está foragido... E eu também não consigo convocá-lo lá na Câmara dos Deputados, para esclarecer esse fato, já que ele foi a essa residência e também teria entregue a um cidadão, em Minas Gerais, que depois ele veio a reconhecer como o Governador eleito Antonio Anastasia. O senhor o mandou a Minas Gerais, a Belo Horizonte, entregar 1 milhão de reais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu pedi a ele que fosse várias vezes a Belo Horizonte, sempre com endereços. Mas quem ia aos endereços era ele, e não eu, então...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E quem mandou ir a Belo Horizonte? A mando de quem o senhor entregou esse dinheiro?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A UTC pedia que levasse dinheiro a Belo Horizonte. Acredito que a OAS deve ter pedido para ser entregue dinheiro em Belo Horizonte também. Não sei lhe dizer qual das empresas foi.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eram sempre as empresas que mandavam, e o senhor não precisava saber?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Você tem os endereços de Minas Gerais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu entregava os endereços à pessoa que ia levar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eram endereços fixos, não era na rua?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não era na rua. E eu não tenho esses endereços guardados, mas eu entregava os endereços. Alguns desses endereços até o Rafael Ângulo chegou a entregar para o Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Deputado Ivan, pergunte ao inquirido Alberto Youssef como se procedia? Quer dizer, ele entregava o dinheiro e dizia: "*Vá a essa casa e entregue*". A quem? Batia na porta e dizia: "*Olha aqui uma encomenda*". De quem? Para quem? Ninguém chega à porta de uma casa e entrega 400 mil reais e vai embora, sem dizer para quem vai entregar, em nome de quem está sendo entregue. É totalmente inverossímil essa versão dele.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Deputado, eu recebia o endereço, com a cidade, o local e quem iria receber. E assim era entregue.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Essa pergunta foi feita, e o senhor disse que não tinha nome. Disse que chegava lá e entregava no endereço. Então, tinha uma pessoa que iria receber. Quem eram as pessoas identificadas para receber?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ah, não me lembro. Faz tanto tempo que eu não me lembro. Eu não me lembro de ter alguém me pedido para entregar (*ininteligível*) como Anastasia.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor conhece bem o Sr. Jayme de Oliveira? Conhece, né?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço, conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor conhece bem o Sr. Jayme de Oliveira? Conhece, né?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço, conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Por que ele inventaria esses nomes?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho ideia.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele inventou nomes?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu não sei se ele inventou nomes, porque quem foi ao endereço foi ele; quem viu a pessoa a quem ele entregou foi ele.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas, veja, o senhor agora falou do seu outro maleiro, o Sr. Ângulo...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...que foi entregar na porta do PT. Ali, o senhor lembra perfeitamente para quem foi, para a D. Marice, à porta do PT e tal. E aí o senhor não sabe exatamente? Como funciona isso? Num o senhor sabe, no outro o senhor não sabe. É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Deputado, alguns eu lembro; alguns eu não lembro. Eu não posso lembrar de todos. Eu estou dizendo a verdade.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Chama-se memória seletiva isso aí.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não é memória seletiva.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Aí é complicada a sua resposta. O senhor deve ter anotado todos, porque ninguém manda 1 milhão de reais ou para o PT, ou para o PMDB, ou para o PSDB, ou para qualquer um sem saber para quem vai — entende? Isso aí não é real. Eu quero deixar isso claro. Isso aí é uma ficção. Desculpe-me, o senhor está em delação premiada. O senhor deveria falar a verdade.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Estou sendo verdadeiro.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, o senhor não está sendo verdadeiro.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Estou.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu peço que V.Sa. seja verdadeiro nisso, já que está em delação premiada. É evidente que V.Sa. sabe. Eu vou até fazer perguntas que são mais diretas, quer ver? Eu vou ler a lista daqui a pouco. Quero até perguntar ao Presidente quantos minutos eu tenho ainda, porque eu preciso controlar meu tempo. Eu vou chegar aos 15 minutos do Deputado Onyx, pelo menos.

Eu só queria colocar o seguinte: V.Sa. afirmou em delação premiada que pagou resquícios de campanha, dívidas de campanha no ano de 2010 dos



candidatos a Senador e a Deputado Federal Benedito de Lira e Arthur Lira; que os pagamentos foram feitos pela MO Consultoria; que parte foi dada diretamente a Arthur Lira — que hoje é o Presidente da CCJ na Câmara —, em seu escritório, em espécie, e o restante mediante transferência da MO Consultoria. O senhor lembra disso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Lembro.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, o senhor conhece o Sr. Arthur Lira e entregou lá nesse endereço?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço e estive pessoalmente com ele. Ele foi várias vezes ao meu escritório.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E o Senador Benedito de Lira também?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Estive com o Senador Benedito de Lira também.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito. Eu quero saber... O senhor colocou várias questões em relação a Furnas. O que o senhor tem a dizer em relação a requerimentos que foram feitos pela Deputada Solange Almeida também em relação a Furnas? O senhor conhece a Deputada Solange Almeida, ex-Deputada?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sobre Furnas o que o senhor tem a dizer?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A não ser aquele relato que me foi repassado pelo Deputado falecido, José Janene, fora isso, não tenho mais nada a relatar de Furnas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria... A sua contribuição é muito importante. Eu fiz uma comparação e vou precisar que o senhor diga “sim” ou “não”. Eu fiz uma lista dos que foram indiciados na Lava-Jato. Eu quero que o senhor responda “sim” ou “não”, se o senhor conhece e se tem problemas de ilegalidades, de irregularidades e de propinas. O senhor conhece o Senador Renan Calheiros?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Passou recursos para ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Sr. Eduardo Cunha, conhece?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Passou recursos para ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Diretamente não, senhor. Mas a pedido do Júlio Camargo, para que entregasse dinheiro ao Fernando Soares.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Certo. O Sr. Aníbal Gomes, conhece?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Edison Lobão, Ministro?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Romero Jucá?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também não conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nem nunca teve relação? Valdir Raupp, o senhor já confirmou, né?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Já confirmei.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Aguinaldo Ribeiro?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E passou recursos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Passei recursos ao Partido Progressista, que a Liderança diz ter repassado dinheiro a ele também.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ciro Nogueira?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Dilceu Sperafico?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eduardo da Fonte?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas isso... o senhor passou recursos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Passei recurso à Liderança, que repassava a eles.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, o senhor tinha essa lista de nomes?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu... Os Líderes faziam a lista, com os valores de cada recurso...



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, os Líderes apresentavam os nomes para o senhor?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Às vezes sim, às vezes não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eu queria só que o senhor dissesse quem o senhor conhece pessoalmente nessa lista do PP que eu vou citar. Gladson Cameli, Senador? (*Pausa.*) Jerônimo Goergen? Do Gladson Cameli o senhor lembra?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Devo ter visto uma ou duas vezes no apartamento do Deputado Pizzolatti.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - De qual deles o senhor está falando?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Do Cameli.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E o Jerônimo Goergen?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também o vi uma ou duas vezes.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O João Sandes Júnior?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Já o vi na casa do Deputado João Pizzolatti.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - José Afonso Camargo... Perdão, Afonso Hamm?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também já o vi lá.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Todos no apartamento do Sr. Pizzolatti?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor. Pizzolatti.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Que agora não é mais Deputado, é Secretário em Roraima.

José Olimpio Moraes, Missionário José Olimpio.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não me lembro se tenho visto ele lá ou não, se cheguei a ver...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - José Otávio Germano?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Lázaro Botelho?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Já o vi na casa do Deputado João Pizzolatti.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Luis Carlos Heinze.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também já o vi lá.



---

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Certo. Luiz Fernando Faria?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Várias vezes na casa do Mário Negromonte e na casa do João Pizzolatti.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Nelson Meurer o senhor já confirmou, né. E Renato Molling?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também já o vi na casa do João Pizzolatti.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Roberto Britto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também já o vi.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Roberto Balestra?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também já o vi.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Simão Sessim?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Simão Sessim, não. Não o conheço pessoalmente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Waldir Maranhão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço pessoalmente o Sr. Waldir Maranhão.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Deputado Valente, só uma questão. Gostaria de perguntar se o viu na casa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu digo assim... só para não ficar esse negócio no ar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não tem importância. Mas veja: ele esteve com as pessoas. Tem uma lista que foi apresentada, e eu vou comparar com a lista do Paulo Roberto, confirmada. Mas ele conheceu as pessoas. O Paulo Roberto não conhecia.

Só queria terminar a lista, Presidente, rapidamente.

Waldir Maranhão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Falei com ele pessoalmente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Simão Sessim, não, o senhor não o conhece.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas falou pessoalmente o quê? Falou sobre assuntos de desvios de recursos? Falou sobre o quê? Falou sobre futebol, sobre o tempo, sobre o que exatamente?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, ele foi pegar um recurso no meu escritório uma vez.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu estou entendendo que quem estava lá...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Está entendendo, não, Ivan. Ele é quem vai dizer se foi ou não. Pergunte a ele.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - É importante frisar exatamente isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Todas essas reuniões em que o senhor viu as pessoas foi na casa do Sr. João Pizzolatti. É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - João Pizzolatti.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sim, mas a reunião era para tratar de dinheiro...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, é isso. Ele está falando que sim, que as pessoas estavam lá, e eles estavam tratando desse assunto. É isso que eu estou entendendo.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Deputado Ivan, desculpe-me, V.Exa. está entendendo isso, mas é bom que ele especifique, porque, se alguém passou por acaso na casa do Pizzolatti...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu vou complementar isso com uma pergunta. Deixem o Deputado Ivan concluir, porque a gente vai continuar a história, na nossa visão, para poder justamente chegar a isso aí.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu acho que V.Exa. vai ter oportunidade. A diferença é que ele conhece a lista toda, ele esteve com as pessoas, e a lista foi apresentada para ele como "recebendo". Isso, depois, vai ficar provado.

Senadora Gleisi Hoffmann?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca estive com ela.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas também não tratou diretamente de recurso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca tratei diretamente de recurso com ela.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Apenas com Paulo Bernardo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Somente com Paulo Roberto da Costa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Com Paulo Bernardo não?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor. Paulo Roberto da Costa pediu que eu entregasse 1 milhão de reais para a campanha da Gleisi, em 2010, a pedido do Paulo Bernardo e deu um número de telefone e o nome de uma pessoa que eu contatasse para que eu pudesse fazer o pagamento.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Humberto Costa o senhor conhece?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não o conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - José Mentor?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Passou recursos?

Lindbergh Farias?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não o conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vander Loubet?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Passou recurso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Passei.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Fernando Collor?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não o conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nem passou recurso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A pedido de uma terceira pessoa, repassei recurso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Senador Fernando Bezerra Coelho?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Fernando Bezerra não conheço, mas sei que, por intermédio da RNEST, algumas empresas lhe repassaram recurso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Roseana Sarney?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não a conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Aline Corrêa?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Passou recursos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ajudei na campanha e passei recurso na campanha.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Carlos Magno Ramos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - *(Pausa.)* De Rondônia?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Isso, exatamente.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Passei recurso. Ele tem um problema de fígado, e eu o ajudei com recursos, mas não eu diretamente, eu pedi para um funcionário lhe enviar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - São ex-Deputados. João Leão, ex-Deputado.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço o João Leão.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Passou recurso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu diretamente não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Indiretamente?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - João Pizzolatti, o senhor já falou. José Linhares Ponte?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sei que fazia parte e que recebia, mas não eu passei diretamente recurso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mário Negromonte e Pedro Corrêa, certamente, o senhor conhece. E passou diretamente...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Passei diretamente recurso para eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só para concluir agora, Presidente. Pedro Henry?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Conhece?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Mas não passei recurso diretamente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Roberto Teixeira?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Passou recurso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não diretamente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vilson Covatti?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço, mas não passei recurso diretamente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Antonio Palocci, o senhor já falou agora que não, que não conhece.

Cândido Vaccarezza, já passou recurso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço e entreguei pessoalmente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Vaccari já foi explorado aqui.

O Sr. Luiz Argôlo, conhece?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço e passei recurso pessoalmente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Certamente. E o senhor conhece o Sr. Fernando Soares?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A minha última pergunta é exatamente isso. Qual é a relação que o senhor manteve com o Sr. Fernando Soares, o Baiano? O senhor era um doleiro, não é?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E ele era o operador do PMDB. Em que momentos mais importantes o senhor operou com ele nessa denúncia toda da Lava-Jato?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, quem intitulava o Fernando Soares “operador do PMDB” sempre foi o Paulo Roberto da Costa. Eu estive meia dúzia de vezes com o Fernando Soares — acredito eu. E, nessa meia dúzia de vezes, foi para resolver assunto do Júlio Camargo, com referência aos valores que o Júlio passou a ele, e também ao repasse que ele fez para mim, em 2010, intermediando recursos que vieram da Andrade — e que ele tratava com a Andrade — e que eu recebi na campanha de 2010 para poder repassar ao Partido Progressista.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor falou em duas empreiteiras no começo, a UTC e a Camargo Corrêa, mas o senhor conhece ou conhecia todos esses empreiteiros das grandes empresas empreiteiras que estavam presos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conhecia.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Todos eles.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - É. Léo Pinheiro eu não conhecia pessoalmente, também os donos da Galvão eu não conhecia, e o Idelfonso, da Queiroz Galvão, também não conhecia pessoalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, para concluir.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vou concluir só com essa pergunta, Presidente. Obrigado, já agradecendo aí pela tolerância de V.Exa.

Sr. Youssef, só uma última pergunta: o senhor que operou tanto e foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já concluiu, Deputado?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...a grande delação que iniciou a carreira aí, o senhor acha que os empresários foram inocentes nessa história? O senhor acha que eles foram vítimas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu acho que isso é uma coisa sistemática que acontece no País e eu acho que isso a Justiça vai decidir.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Júlio Delgado, como próximo autor e Deputado inscrito, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Youssef, Presidente, Relator, nobres Deputados, imprensa aqui presente, nós temos como presunção acreditar — estamos aí na apuração da CPI e tenho certeza que, mesmo através dos seus advogados, na carceragem, V.Sa. tem acompanhado — e nós temos tentado ouvir dessas pessoas, principalmente dos agentes públicos, daqueles que exerceram cargos de direção da PETROBRAS, para desvendar aquilo tudo que aconteceu. E já ouvimos lá o Sr. Barusco, ouvimos lá o Sr. Vaccari, tesoureiro do PT, e todas as vezes que eles contraditam a fala do senhor e a fala do Sr. Paulo Roberto Costa, a gente — e refiro-me a nós lá, os Deputados estão aqui e tenho o testemunho de todos, dissemos o seguinte — faz essa pergunta que eu fiz para o Dr. Vaccari e que eu fiz para o Dr. Barusco: *“Não é possível que o senhor está aqui ainda não sob delação, mas o Dr. Youssef está sob delação e ele sabe o que é uma delação, ele sabe o que é uma quebra de delação. O senhor vai pedir a quebra da delação dele?”* Eles não respondem, porque dizem que aquilo que o senhor diz a respeito deles não



corresponde com a verdade, dizem que o que o Sr. Paulo Roberto diz a respeito deles não corresponde com a verdade.

Então, nós partimos da presunção — e eu parto, na minha formação acadêmica de Direito — de que a delação é algo muito valioso. É muito valiosa a delação, sob a pena de V.Sa., em algum momento, cometer algum equívoco e perder o direito àquilo que é muito precioso, tenho certeza, que é a sua liberdade.

E a gente tem, por isso, a tentativa neste momento de esclarecer alguns pontos que o senhor trouxe aqui, já nesses depoimentos e também nas delações que tomamos conhecimento, alguma coisa que foi dita e alguma coisa aqui que foi interrompida, da pergunta que foi feita pelo Deputado Onyx, pelo Deputado Ivan, pelo Deputado Bruno, que eu tive a oportunidade de acompanhar.

Então, eu estou dizendo que, no princípio da delação, eu parto da presunção de que tudo aquilo que V.Sa. vem dizendo é verdade. Corresponde à verdade porque está envolvendo a sua vida e a sua liberdade.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu tenho certeza disso. Trabalho com essa presunção. E aí começo a lhe fazer algumas indagações. Para lembrá-lo: V.Sa. disse aqui duas coisas que são muito intrigantes para nós que estamos apurando a CPI. Uma é a seguinte: *“Eu entregava dinheiro em endereços, a pedido da UTC, a pedido da OAS, a pedido de outras, em local. Eu não sabia para quem era, mas era uma pessoa que tinha um portador para receber”*. Uns lugares o senhor lembra; outros, não lembra. Era importante tentar lembrar, porque o senhor diz *“Não me lembro de alguns”*. Não tem obrigação de lembrar-se de todos mesmo, eu concordo com V.Sa. Mas dizer o seguinte: *“Uns eu lembro; outros não”*. Foi entregue no Rio de Janeiro, nós temos que saber para quem. Não quero saber se foi para Fulano. Quem era a pessoa para receber? Tinha que ter uma pessoa. Tinha que estar lá o Deputado Izalci, para poder estar na porta, ou o Izalci cidadão, ou o cidadão Aluisio, para poder ser a referência. Não tem como entregar para alguém. O senhor não pode entregar um valor para alguém. *“Ah, entreguei para alguém lá”*. Um valor desse, com a ciosidade que V.Sa. tem com os seus negócios, não pode entregar para alguém?



Então, eu vou lembrá-lo de um fato aqui, porque isso que o Deputado Ivan disse, eu sou conhecido lá na Câmara como aquele que quer muito pegar os colegas Deputados. Não. Eu quero pegar aqueles que têm culpa e quero proteger aqueles que não têm. Quero protegê-los no seguinte sentido: quem tem culpa no cartório tem que pagar — V.Sa. sabe disso — e quem não tem não deve ser responsabilizado por algo que não fez.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - E eu penso da mesma maneira, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - E eu concordo com V.Sa. ao dizer que fui abordado por colegas do PP, porque em todo momento o Paulo Roberto disse para nós, na CPI e em todos os depoimentos, que ele era na Diretoria um operador do PP e que V.Sa. também era um operador para o PP mais fortemente, mas que tinha derivações para outros partidos. Por exemplo, ele dizia que quem operava para o PMDB era o Diretor Nestor Cerveró. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu sei que a Diretoria Internacional teve indicação do PMDB, mas eu não sei se, na época, o Dr. Nestor já foi indicado pelo PMDB ou não.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Correto. Tenho também conhecimento, através de Deputados do PP, que V.Sa., no início de 2011, fevereiro ou março, salvo engano, logo após a nossa posse, teve um jantar com a bancada do PP, e foi apresentado pelo Sr. Pizzolatti ou pelo Mário, não sei por quem, para a bancada como uma pessoa que era um facilitador para a bancada do PP. Procede esse jantar?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, esse jantar foi feito para o Paulo Roberto Costa, em agradecimento a tudo que ele tinha feito para o partido na campanha de 2010. Isso aconteceu — eu acho — no final de 2010 ou começo de 2011.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Isso mesmo. Nesse jantar estive quase toda a bancada do PP.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Estava praticamente toda a bancada do PP.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Por isso que, quando V.Sa. diz, na pergunta do Deputado Ivan, *“Eu estive uma vez com ele”* ou *“Conheço, sei quem é”*,



há uma diferença muito grande em *“Repassei dinheiro para ele e sei pra quem que foi”*, por que isso pode ser feito.

E aí é uma outra pergunta, como o Deputado Waldir já iria fazer, que eu queria fazer a V.Sa. O senhor, alguma vez, recebeu dos Líderes uma lista de Deputados do PP dizendo *“Deputados Fulano, Beltrano e Terciano, tem que repassar para eles”*, que o senhor tenha repassado para um número “x” de Deputados, sem necessariamente ter passado diretamente para eles ou sem ter estado com eles para fazer essa tratativa?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A maioria... Eu não estive com eles, e, sim, era feita uma lista, onde essa lista era passada com os nomes, valores e...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quem lhe passava essa lista, Dr. Youssef?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O Líder do partido.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Qual Líder, à época?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nelson Meurer, João Pizzolatti. Passaram vários Líderes.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor pode dizer quem são os Líderes que passaram e que entregaram essas listas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Mário Negromonte, João Pizzolatti, Nelson Meurer.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Alguns Deputados...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu digo valores porque o que é que acontecia? *“Olha, nós precisamos de 1 milhão e 200, em Brasília, em tal dia”*. Por quê? *“Porque nós temos que fazer os pagamentos: “x” para Fulano, “x” para Beltrano, “x” para Sicrano”*.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Essa é a dúvida. E sabemos que o nome de alguns dos Deputados que a gente tem por presteza de correição na Casa foi usado indevidamente. E alguns desses podem ter estado com o senhor nesse jantar em que foi apresentado à bancada, sem saber, inclusive, que o senhor estava lá ou que era um operador.

Por isso que quando o senhor disse *“Há alguns Deputados com quem eu estive e passei dinheiro e ajudei na campanha e houve Deputados com quem eu estive uma ou outra vez”*. É importante tentar ouvir um colega aqui do PP, para a



gente poder — eu tenho dito o tempo todo, Dr. Youssef — separar o joio do trigo. Lá nós temos muito joio, na Câmara dos Deputados, mas nós temos muita semente boa também.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Muito trigo também.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Muita semente boa.

E, nessa feita, foram incluídos indevidamente nessa lista que saiu por alguns Líderes, que pode envolver um colega Parlamentar do qual nós temos muita certeza.

Seria surpresa se V.Sa. dissesse *“Com esse eu estive e passei dinheiro”* e *“Com esse eu não estive, ou só estive eventualmente, num jantar como esse, apresentado pela bancada”*. Sei disso, porque colegas do PP têm dito que foram nesse jantar e que viram o senhor uma vez na vida — nesse jantar —, mas que nunca tiveram tratativas, o procuraram no seu escritório, como outros o fizeram, de receber dinheiro ou pelo senhor ou por intermediários, como outros o fizeram.

Acho que é importante V.Sa. dizer, para esclarecimento nosso, no momento, com o PP pelo menos, já que é uma memória mais recente, e V.Sa. tem lembrança da operação, quem foram aqueles que V.Sa. fez repasse direto, com quem V.Sa. esteve uma, duas ou três vezes, porque lhe procuraram para essa operação. Digo-lhe isso.

Faço uma outra pergunta. O senhor conhece — já ouviu falar — o Sr. Ari Ariza, conhecido como Louquinho?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Conhece bem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Ele era uma pessoa que operava para V.Sa.?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele é uma pessoa que operava alguns fundos de previdência.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Por que o Sr. Ari Ariza, quando estourou esse escândalo todo, logo na prisão de V.Sa., em um diálogo com a sua contadora, disse: *“Temos que procurar Fulano no Congresso Nacional”*? Ele é alguma referência de proteção?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho nem ideia e não fiquei sabendo dessa conversa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Ele teria estado com a sua contadora. A sua contadora disse que o senhor havia sido preso novamente, num escândalo maior da PETROBRAS, e que isso poderia ter repercussões, como está tendo, no Congresso Nacional. E essas repercussões poderiam atingir. Ele falou assim: *“Temos que procurar Fulano, Beltrano e Sicrano”*. O senhor tem conhecimento dessa relação com esses políticos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não tenho conhecimento. Não tenho conhecimento. O senhor está falando...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - É que veio depois da sua prisão, é lógico.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - ... com o Ari Ariza com a contadora. Então, eu não tenho o relato dessa conversa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Mas o senhor conhecia os dois?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conhecia.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - E ele operava fundos de pensão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Operava fundos de previdência.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O.k.

Sérgio Moro. Eu vou lhe fazer também uma pergunta com relação a isso. O Sr. Sérgio Moro tem dito que dinheiro sujo lavado não passa a ser limpo. Ele continua sujo.

O que ele quis dizer com isso? Que várias empresas que operaram com os senhores recebiam recurso da PETROBRAS, frutos desse esquema de corrupção, legalizavam esse dinheiro, quer dizer, oficializavam dentro dos partidos políticos, e os partidos políticos, de forma oficial, repassava para candidaturas. O senhor concorda com o juiz em relação a esse depoimento?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, o que eu posso lhe dizer é que eu fiz algumas doações oficiais oriundas de recebimentos de contratos da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Oficiais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Oficiais.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - E o senhor colocou isso no documento que ofereceu à Justiça?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Oriundos de contratos da PETROBRAS, como empresas também fizeram, V.Sa. recebeu...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Através das empresas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Das empresas. Foi feito repasse oficial?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - E descontado da conta corrente.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Então, o senhor acredita que as empresas tenham feito a mesma coisa?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu fiz através das empresas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Das empresas que prestaram serviço?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A meu pedido, a meu pedido... Por exemplo, a Queiroz Galvão tinha que pagar sob contrato. A meu pedido, foram feitas doações oficiais e descontado...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Do montante?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O que ela teria de pagar do montante...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Da propina.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Daquela propina.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Então, tem muito dinheiro legalizado que era propina?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Para campanha também, além do partido?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não. Para partido, mas para campanhas, é lógico! Para campanhas.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O que o Deputado está perguntando, Deputado Júlio Delgado, é se além de partidos candidatos especificamente. Não para partidos, mas para candidatos.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Teve doação diretamente ao partido e teve doação diretamente ao candidato.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor pode afirmar que isso foi uma prática executada por todas as empresas do cartel?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na minha opinião, sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quais partidos?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor se lembra dos partidos e quem recebeu doação direta que pode ter sido recebida dessas empresas dessa forma?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Que eu fiz, foi para o PMDB, que foi uma doação, no caso, para o Valdir Raupp, a pedido do Dr. Paulo Roberto Costa, e para o PP.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Para o PP partido?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - PP partido e PP candidatos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Em 2010, 2014?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em 2010; 2014 não estava.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Então, V.Sa. concorda comigo, porque o que nós estamos vivendo na CPI? Tem gente que fala o seguinte: *“Ah! O dinheiro foi doado de forma legal. Nós temos a prestação de contas de forma legal, e isso se torna uma questão legal.”* Há dinheiro que veio, foi oficializado, e nós temos que agora, com essas empresas, separar o que a empresa pode ter feito e o que foi fruto da propina, como foi a atuação com a PETROBRAS, que V.Sa. exerceu. É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Deputado, o que eu posso lhe afirmar é que eu fiz doação oficial e descontei daqueles contratos.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Das propinas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Das propinas. Está certo? Agora, quem pode explicar melhor, se também fez doações oficiais e descontou dos contratos que tinha que pagar propina, são as empresas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Lógico! Nós vamos atrás, e perdemos algumas delas. Eu queria fazer uma última pergunta a V.Sa.

Conforme nós estamos tomando conhecimento desse cartel do grupo de amigos de empresas até então nacionais, as empresas internacionais que tinham atuação, conforme diz, Samsung, Mitsui, Toyo Setal, Toshiba. O senhor pode me



dizer se essas operações com empresas internacionais eram da mesma prática do grupo das empreiteiras nacionais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na minha opinião, sim, mas acredito que as internacionais pagavam lá fora. Era mais fácil.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Pagavam lá fora?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Então, muito desse dinheiro, fruto da propina da PETROBRAS, que ainda está nessas empresas internacionais, está no exterior?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Acredito que sim. É opinião minha.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Por último, agradecendo a V.Sa. esses esclarecimento, eu acho que no momento oportuno, e hoje aqui, ainda com os advogados, se a gente pudesse, com a sua boa memória, elucidar e esclarecer a questão daqueles Deputados do PP, para os quais V.Sa. passou recursos, tem conhecimento, ou aqueles que especificamente o senhor tem estado uma vez ou outra só num encontro social.

Era isso que eu queria saber e perguntar a V.Sa. Eu lhe agradeço.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - No Termo 17 da minha colaboração tem essa lista. Se o Sr. Deputado precisar...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Discriminada dessa forma que eu estou lhe pedindo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Discriminada dessa forma.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Discriminada um por um, a quem ele entregou pessoalmente.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim. O que foi pessoalmente e o que foi pela Liderança.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Tá. Eu pego com seus advogados. Muito obrigado.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Obrigado, Excelência. Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Júlio Delgado.

O próximo autor inscrito é o Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem a palavra.



**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Alberto Youssef, eu li toda a sua delação premiada, ou quase toda. E o importante aqui é a gente verbalizar também essas questões, por isso, eventualmente, as perguntas são repetitivas.

Agora, há um fato: o senhor esteve envolvido na questão do BANESTADO, fez a delação, esteve preso e retornou nessa questão da PETROBRAS com muita força, como operador privilegiado desse processo.

Eu vou fazer uma pergunta: seria razoável supor que o seu principal ativo para entrar nesse esquema com tanta força é o fato de o senhor ter muita facilidade de obtenção de recursos em espécie e também de movimentação de recursos no exterior?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, acredito que sim. Infelizmente, isso aconteceu.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Isso. Então, por que eu lhe pergunto isso? Porque o senhor iniciou a operação aqui no Paraná, em Londrina — não é, isso? — com proximidade com a tríplice fronteira, um lugar em que se movimentam muitos recursos. E, com frequência, como o Delegado sabe, a gente vê matérias sobre a movimentação muito forte de recursos ali sem origem comprovada. Parece-me que isso pode ser um facilitador.

E aí vem a minha outra pergunta: esse seu ativo, por assim dizer, essa sua força para voltar a operar com tamanha dimensão depois de estar preso nos indica, ou pode nos indicar, que, de fato, o senhor tem uma estrutura muito grande de operadores — como a gente vê aqui — e de pessoas que movimentam cifras altas. É difícil um cidadão ir ao banco e pegar muito dinheiro. A gente tem que pedir no dia anterior ao gerente, anotar o CPF e essas coisas todas. Mas o senhor tinha essa facilidade. E aí, com toda essa facilidade, vou repetir uma pergunta que já foi feita pelo Relator e pelo Sub-Relator: o senhor, de fato, na sua delação premiada junto à Justiça Federal, registrou todas as contas no exterior movimentadas pelo senhor e pelos seus familiares?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Recentemente — e refiro-me ao policial Jaime “Careca” — saíram matérias em uma série de jornais e a gente ouviu falar que foi o senhor quem entregou a ele uma relação de pessoas, para refrescar a



memória dele, com as quais ele havia operado e feito a entrega de recursos. O senhor confirma essa informação?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Na carceragem da Polícia Federal, quando o Sr. Jaime veio preso, para ficar alguns dias — no caso, a prisão dele foi provisória —, ele veio conversar comigo para reavivar a memória sobre alguns endereços em que ele tinha comparecido. E eu disse a ele que ele fosse aos endereços e visse de quem eram esses endereços, porque eu, na verdade, não sabia a qual endereço ele teria ido.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor não entregou uma relação de nomes e endereços para ele na carceragem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não entreguei. Simplesmente houve uma conversa de reviver memórias. Só isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor reviveu o que, exatamente?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele perguntou para mim a respeito do 1 milhão de Belo Horizonte, eu disse que não sabia se era o Anastasia ou não e que ele tinha que ir na casa e ver se realmente era ou não. Reavivei a ele que ele ia em Belo Horizonte na sede da UTC; reavivei a ele que ele ia no Rio de Janeiro na sede da OAS, reavivei a ele que ele ia no Rio de Janeiro na sede da UTC. E, quanto aos endereços em que ele foi, em condomínios, que ele fosse no condomínio e pegasse quem era o morador daquela casa onde ele compareceu. Essa foi a minha conversa com o Jaime. E posso acarear com ele, se for o caso.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Em 2006, lá no início, durante o processo do mensalão, quando surgiu pela primeira vez com força o nome do falecido Deputado Janene, lá em Londrina, o Delegado da Polícia Federal Gerson Machado foi o responsável pela operação, houve a apreensão de computadores, ele inquireu os familiares do falecido Deputado Janene e essas coisas todas. O senhor conhece o Delegado Gerson Machado, da Polícia Federal?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor já esteve com ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Várias vezes.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Tem relação de amizade com ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nenhuma.



**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Nenhuma relação de amizade com ele. Nem de operação, nada... ele não se...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nada.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Está bem. Obrigado.

Vamos seguindo. Sobre os políticos, já foi bastante tocado aqui, só quero lhe fazer... só reforçar uma coisa: o senhor falou aqui que esteve em diversos momentos, cinco ou seis vezes, com o Fernando Baiano, ou Fernando Soares...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - ... e que quem havia lhe falado que ele operava pelo PMDB foi...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Paulo Roberto Costa.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O Fernando Baiano afirmou isso para o senhor alguma vez?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - É porque daqui a pouco ele vem para cá, e a gente vai conversar com ele, a gente vai inquiri-lo.

Eu só queria lhe fazer essa pergunta, já que iremos, logo mais, inquirir o Fernando Baiano.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A mim, não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Ao senhor nunca falou?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Mas ele operou verbas do PP?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele operou verbas de contratos que o PP teria que receber e que ele recebeu — aonde o Paulo Roberto dizia que ele estava recebendo para repassar ao PMDB.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Obrigado.

Vamos lá. Agora, vamos falar um pouquinho sobre empreiteiros. O Paulo Roberto Costa declarou que o valor da propina destinada aos grupos políticos era extraído do lucro das empresas contratadas, e não de eventuais sobrepreços nos contratos. Essa é uma questão que a gente tem debatido muito aqui na CPI da PETROBRAS e acho que vai ser um item importante do nosso relatório final.



O senhor tem essa dimensão de onde viria esse recurso; se, de fato, era do lucro ou se havia sobrepreço? Essas coisas eram comentadas entre vocês quando faziam as reuniões, combinavam as operações?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, na minha concepção, não havia superfaturamento. Várias vezes, conversando com empreiteiros, eles pediam que esse comissionamento fosse reduzido, por conta de que eles não estavam dando conta de fazer a obra dentro daquele preço e que, muitas vezes, o comissionamento de 1% foi reduzido por conta disso.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor falou que conhecia quase todos os empreiteiros — citou Léo Pinheiro, que o senhor não conhecia, mas um ou dois. Mas o senhor tratava amiúde dessas questões diretamente com os empreiteiros, conversava com eles? *“Olha, o contrato tal vai ser direcionado para a empresa tal”*. Isso era tratado dentro dessa estrutura de uma forma, obviamente, informal? Isso era tratado?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - De acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 8 de maio, o ex-Diretor da Galvão Engenharia, Erton Medeiros da Fonseca, afirmou em depoimento à Justiça Federal que foi ameaçado por V.Sa., em 2011, para que a empreiteira não atrapalhasse a Construtora Odebrecht, em um processo de contratação de 1,8 bilhão com a PETROBRAS nas obras do COMPERJ. Segundo ele, V.Sa. teria dito: *“Não era para incomodar a Odebrecht, que uma dessas obras seria da Odebrecht. Não me falou qual, só que era para não incomodar”*. O senhor confirma esse diálogo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu tive um diálogo com ele, mas não foi um diálogo de ameaça. Simplesmente conversei com ele, porque o que a Galvão estava fazendo era mergulhando nos preços e, depois, não conseguia entregar a obra. Isso trazia problemas para a PETROBRAS e, inclusive, para a empresa que ele era diretor.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Deputado Celso, eu só quero perguntar a ele quem o credenciou para ir à empresa e fazer esse questionamento.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Considero como uma pergunta minha.



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O Dr. Paulo Roberto Costa.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Dr. Paulo Roberto Costa.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Quem me pediu que eu fosse pedir para que a Galvão Engenharia não mergulhasse no preço foi o Márcio Faria, da Odebrecht. E eu pedi autorização ao Paulo Roberto Costa, para que eu pudesse ter essa conversa com o Erton.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Era essa a ideia: a Mesa ver como funcionava essa informalidade, ou seja, em *petit comité* eles ficavam acertando as coisas. Além dessas, quais foram as providências adotadas em benefícios distribuídos como contrapartida pela Odebrecht e por V.Sa.? Ou seja, além dessa obra, onde mais o senhor entrou? Em que outras disputas o senhor entrou para resolver questões internas do cartel? Em que outros momentos o senhor foi chamado para resolver problemas internos do cartel, de disputas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Especificamente, que eu me lembre, foi essa obra, que foi a obra do COMPERJ.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - E a da Abreu e Lima, do GASENE e Sete Brasil? O senhor nunca interferiu, nunca tem nenhuma...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Não entrou. E nem tinha conhecimento? O senhor fez uma referência aqui ao Senador Fernando Bezerra e às obras da RNEST, que é a Abreu e Lima. O senhor tem mais informações sobre como se deu a disputa nesse certame que cuidava da construção da RNEST, da implantação?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não tenho.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor tem conhecimento do esquema entre a PETROBRAS e a SBM Offshore?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor conheceu o Sr. Julio Faerman?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Nós já o convocamos. Não tivemos sorte em localizá-lo. Nessas conversas, como há uma troca de informações entre os



operadores, o senhor nunca ouviu informações sobre o possível paradeiro do Sr. Julio Faerman?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Nós iremos para Londres, na próxima semana, para questionar e encontrar o ex-diretor, ex-gerente da SBM, que está disposto a colaborar com a CPI, pois ele está dizendo que tem informações para passar à CPI em relação à questão do contrato da SBM Offshore com a PETROBRAS. O senhor não tem nada a declarar em relação a esse fato?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O.k.

Obrigado, Presidente. Era o que eu tinha a perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Agora entraremos na lista dos inscritos como membros da CPI.

Concedo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Caso seja a inscrição de V.Exa., eu já tive o cuidado de fazê-la.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu só quero saber se os autores falarão também mais uma vez, considerando as inscrições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não. Quanto à ordem de inscrição, já permitimos aqui aquilo que não fazemos comumente quando as oitivas são no Congresso Nacional. Nós juntamos o tempo de autor com o tempo de membro inscrito. Todos os autores já falaram.

Agora, teremos apenas os membros: Deputado Aluisio Mendes, Deputado Antonio Imbassahy, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Delegado Waldir e V.Exa., Deputada Eliziane Gama.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Youssef, eu, por dever de ofício — estou Deputado, mas sou da Polícia Federal — tenho por hábito e até por doutrina, quando a gente vai ouvir alguém, no caso é o senhor aqui, pega a folha



pregressa dessa pessoa. E, analisando a sua, o senhor já teve oito prisões, algumas delas iniciadas ainda no início da sua vida, quando o senhor vendia pastel. E, depois, seguindo o ramo que o seu pai e a sua irmã já praticavam ali no Paraná, na fronteira com o Paraguai, começou com contrabando — e foi preso cinco vezes por contrabando — e, posteriormente, na atuação no mercado ilegal de comércio de dólares, também encaminhado por sua irmã, que tinha uma casa de câmbio no Paraguai.

Então, diferente de alguns colegas aqui, eu vejo com muito ceticismo as suas declarações, até porque o senhor, por ocasião do BANESTADO, o senhor foi preso, assinou um termo de colaboração e rompeu esse acordo — como o senhor mesmo disse e declarou aqui.

Mas, de qualquer maneira, eu vejo que o senhor tem colaborado muito com a investigação. Acredito que nem tudo o que o senhor tem dito aqui tem sido verdadeiro, mas grande parte do que o senhor dito tem sido comprovado através de documentos que o senhor mesmo está entregando à Justiça Federal, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

A Operação Lava-Jato, e até o termo “lava-jato” vem disso, iniciou-se em um posto de gasolina em Brasília. E o alvo dessa operação era o Sr. Chater. Qual é a sua relação com o Sr. Carlos Habib Chater?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu fiz algumas operações com ele, de empréstimo. E, quando eu precisava de alguns valores em reais, eu pegava com ele em Brasília.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Essa sua relação com o Sr. Chater remonta a quantos anos, ou remontava, antes da prisão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - De 2006 ou 2007 para cá.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor poderia nos dizer se o Sr. Chater operava para algum outro grupo político ou algum político específico em Brasília? O senhor tinha conhecimento disso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não tinha.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Uma das coisas que me chamou a atenção no seu termo de colaboração, Sr. Youssef, é a promiscuidade da sua relação com os políticos, com os funcionários da PETROBRAS. E o senhor me disse



aqui que nunca foi à PETROBRAS. Isso é verdadeiro? O senhor nunca entrou na PETROBRAS?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca fui à PETROBRAS. Nunca entrei no prédio da PETROBRAS, em nenhum dos prédios da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas, pelo grau de envolvimento e de relação que o senhor tinha com os funcionários da PETROBRAS, o senhor podia até requisitar um crachá da PETROBRAS. O senhor podia não entrar, mas a sua relação — como o senhor agora acabou de dizer — era a de interlocutor, inclusive, de diretores da PETROBRAS, para ir a uma empresa, achacar uma empresa ou pedir que uma empresa não atuasse em certa licitação, por delegação de funcionários da PETROBRAS. É verdade?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não é diretores, é o diretor: Paulo Roberto da Costa.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Bom, não deixa de ser um diretor, um funcionário da PETROBRAS.

O senhor tinha alguma relação mais próxima ou se reunia com frequência com o Sr. Pedro Barusco?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não o conheço.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Nunca esteve com o Sr. Pedro Barusco?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca estive.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sabia, pelo menos, que o Sr. Pedro Barusco existia e que era o homem de confiança do Sr. Paulo Roberto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Sabia que ele existia e que ele era o homem de confiança do Sr. Renato Duque.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Certo. Nessas reuniões... Eu vi aqui que o senhor declara minuciosamente no termo de delação a sua relação com um partido político, o PP, onde o senhor participava de reuniões, inclusive, para confecção das listas de quem receberia e que valores receberia. O senhor confirma isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Confirmo que a lista era feita na minha frente.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não. Aqui, no Termo de Declaração nº 27, o senhor diz que o senhor participava ativamente da confecção da lista e destinando valores específicos a cada um daqueles que constavam da lista. É o que o senhor declara no seu Termo de Declaração nº 27. O senhor confirma isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Confirmo.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Quem é que coordenava essas reuniões e de que maneira? Como era a metodologia dessa reunião? Como ela funcionava? O senhor era convocado a Brasília ou a qualquer lugar e lhe diziam: *“Youssef, vem cá que nós vamos discutir a distribuição de propina para o PP”*. Era assim que se davam essas reuniões?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Normalmente, toda segunda ou toda sexta os Líderes do partido se reuniam comigo.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Toda segunda e sexta o senhor tinha já uma reunião agendada com os Líderes?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Praticamente sim. Às vezes não vinham todos, às vezes deixava de vir um ou outro.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Deputado Aluisio, onde eram feitas as reuniões?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A reunião era semanal, mensal...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Ele está dizendo que, semanalmente, segunda e sexta-feira...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Segunda ou sexta...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Segunda ou sexta. Eram em Brasília essas reuniões? Sempre em Brasília?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Às vezes em Brasília, às vezes em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E, quando era em São Paulo, toda a bancada do partido se deslocava para lá, ia um representante... Como se dava essa reunião?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, era só com os Líderes.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não. O senhor disse que, em várias oportunidades, esteve com os Líderes e com alguns Deputados também presentes à reunião.



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Alguns Deputados presentes, que eu disse, é o seguinte: Líderes, para discutir assuntos. E disse que na casa do Deputado João Pizzolatti sempre havia alguns outros Deputados.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sempre na casa do Pizzolatti ou havia um rodízio no local dessas reuniões?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Às vezes na casa do Pizzolatti, às vezes na casa do Mário Negromonte.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - De forma mais efetiva, durante esse período em que senhor passou participando dessas reuniões, nas confecções dessas listas, qual dos Líderes do PP o senhor percebeu que tinha maior ascendência sobre a bancada e que tinha, realmente, um poder de comando sobre a bancada? A partir de um momento, houve uma cisão do grupo, como o senhor disse no seu termo de delação. Então, quem era o Parlamentar, o Líder, que o senhor percebeu que tinha maior ascensão e com o maior domínio sobre essa distribuição de dinheiro à bancada?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Depois do Deputado José Janene, eu digo: Mário Negromonte e João Pizzolatti.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor entregou pessoalmente, durante essas reuniões, recursos em espécie a algum Parlamentar? No curso dessas reuniões, o senhor foi instado alguma vez a já levar recursos em espécie para que fossem entregues a algum desses Parlamentares?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Que Parlamentares e quantas vezes isso ocorreu?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Mário Negromonte, João Pizzolatti, Nelson Meurer...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Então, para essas reuniões, o senhor ia com encomendas de valores e alguém dizendo: *“Venha e já traga os valores”*.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Muitas vezes ocorreu assim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. me permite...



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Pois não, Deputado. O senhor já não teve tempo suficiente, e agora vou ceder-lhe parte do meu.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - De 3 a 5 milhões eram mensais. Na delação premiada...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu vou falar sobre isso.

O senhor também declara, aqui, no seu termo de colaboração, que havia parcelas fixas que eram destinadas aos Líderes e a alguns Parlamentares, e essas parcelas eram mensais. Então, nesses encontros já ficava acertado que esses valores deveriam ser entregues durante essas reuniões, dentro daquela tabela que o senhor apresentou ao Ministério Público e à Polícia Federal?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Muitas vezes não, porque, às vezes, eu entregava no Estado dele, na cidade dele, daquele Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas sempre ficava acertado que mensalmente aqueles valores deveriam ser entregues, seja no Estado, seja em Brasília, durante essas reuniões?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim. Desde que conseguisse que esse dinheiro fosse arrecadado, sim.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Em algum momento, em algum episódio o senhor teve dificuldade na arrecadação desses recursos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em vários momentos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E qual era o procedimento quando uma empresa deixava de cumprir o que tinha sido acertado?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O procedimento era continuar cobrando as empresas.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não! Do mau pagador não adianta você continuar cobrando. Se você não tiver argumentos muito fortes, ele vai continuar sem pagar. Deveria haver mecanismos para que essa empresa entendesse que, se ela não fizesse presente aquilo que foi acertado, iria sofrer alguma sanção. Eu quero que o senhor me diga especificamente qual era o tipo de pressão que era exercida sobre essas empresas quando esses recursos não vinham de acordo com o combinado.



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Muitas vezes era pedido ao Dr. Paulo Roberto que requisitasse um encarregado de resolver este assunto, para que ele cobrasse diretamente essa pessoa.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Então, o cobrador-mor era o Sr. Paulo Roberto. Quando a coisa não funcionava nos acertos entre as empresas e você, o que acontecia era que vocês iam à instância superior, que era o Paulo Roberto, e ele se encarregava de pressionar a empresa. O senhor acabou de me dizer aqui e dizer aos meus colegas que em alguns momentos o Paulo Roberto delegava ao senhor a atribuição de ir à empresa e pressioná-la: *“Aqui você não vai entrar. Nesta licitação você não entra. Aqui você está complicando”*. Então, quando era cobrança...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Isso aconteceu em uma empresa.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Tá, mas quando era cobrança, o senhor não tinha essa delegação do Paulo Roberto, e ele pessoalmente fazia essa cobrança.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ou juntos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Então, em algumas oportunidades, o senhor, junto com o Paulo Roberto, chamava os empresários e dava aquele carão nos empresários, estou correto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Correto.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E de que maneira essa conversa se procedia?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Normal.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não, normal não!

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Era cobrança, normal.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu quero saber o mecanismo. Como todo bandido, a gente tem um mecanismo de cobrar. Então, vamos lá: quando o senhor convocava o representante dessa empresa junto com o Sr. Paulo Roberto, como é que essa conversa transcorria?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Normal, dizendo ao empresário que ele estava com os seus pagamentos atrasados e que, por favor, que ele conseguisse o quanto antes colocar em dia...



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - *“Por favor”?* Era assim que se tratava: *“Por favor”?*

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim. Muitas vezes, sim.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não havia nenhum tipo de ameaça velada, tipo: *“Se você não fizer presente a sua colaboração, você não vai mais receber, a sua fatura vai ficar retida, o seu contrato vai ser rescindido”*. Eu duvido muito, Sr. Youssef, que essa conversa transcorresse assim, nessa cordialidade. Se alguém está devendo, já nesse esquema criminoso, você convocasse essa pessoa e dissesse: *“Olha, por favor, vamos botar em dia o pagamento, porque nós estamos tendo um tipo de problema”*. Eu queria saber que tipo de mecanismo devia acontecer — devia existir esse mecanismo —, era feito para que essa empresa voltasse a cumprir aquilo que já tinha acertado.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Esses pagamentos já eram acertados antes. Simplesmente as empresas atrasavam, e nós cobrávamos de maneira normal. Nunca teve nenhum tipo de ameaça velada para que eles pudessem pagar ou retornar a pagar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio, para concluir.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente, eu acho que V.Exa. tem que ser um pouquinho mais condescendente. Eu não estou nem usando o meu tempo de Líder, então vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Estou sendo. V.Exa. já usou mais de 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Pois é, mas pelo menos uns 15 minutos, que foi o que todos usaram aí. Não é, Presidente?

Sr. Youssef, o senhor já disse aqui que a sua relação junto à PETROBRAS era exclusivamente com o Sr. Paulo Roberto, quer dizer, a sua relação próxima era com o Sr. Paulo Roberto. Mas, e com relação ao Sr. Cerveró e ao Sr. Renato Duque, o senhor nunca esteve com eles, nem em episódios informais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca estive com o Sr. Nestor Cerveró e nunca estive com o Sr. Renato Duque.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - As informações que o senhor tinha, com essa proximidade que o senhor tinha com o Paulo Roberto — na verdade, dentro da PETROBRAS, o Sr. Paulo Roberto, o Sr. Cerveró e o Sr. Duque eram uma quadrilha organizada —, nessas conversas que o senhor tinha com o Sr. Paulo Roberto, ele lhe relatava que nessas diretorias o esquema era igual, semelhante ou parecido com o que ocorria na diretoria dele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele me relatava que era igual.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E neste momento em que ele lhe relatava, nessas conversas informais, que o esquema também existia nas outras diretorias, ele lhe dizia que o mecanismo era o mesmo, os operadores quem eram, ou ele descrevia como isso acontecia nas outras diretorias?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor saberia pelo menos nos apontar, dentro dessas conversas, se ele citava algum operador mais próximo desses diretores, do Sr. Paulo Roberto... aliás, do Sr. Renato Duque e do Sr. Cerveró?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O do Renato Duque, ele me relatava que era o tesoureiro do partido, o João Vaccari.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Então ele, pessoalmente, o Paulo Roberto, disse que o Renato Duque dizia a ele que o operador junto à diretoria do Sr. Duque era o Sr. Vaccari, mesmo antes de ser tesoureiro do PT?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - É. O Dr. Paulo Roberto dizia isso, mas não dizia que o Sr. Renato Duque disse a ele isso.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Então, ele fazia isso, palavras dele, Ele não dizia que era...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Palavras dele.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E com relação ao Sr. Nestor Cerveró?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca conversei a respeito do Sr. Nestor Cerveró com Paulo Roberto Costa.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Como é que o senhor conheceu o Sr. Jayme Careca? Como é que se deu essa relação? Eu sei que o senhor usava o



Sr. Jayme Careca pela função dele de policial federal, de agente federal, e pela facilidade que ele tinha de transportar esses recursos com menos possibilidade de ser pego. Como é que se deu essa aproximação? Quando é que o senhor conheceu o Sr. Jayme Careca? Quem o apresentou a ele? E há quanto essa relação existia?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu o conheci através de um amigo, o Carlos Rocha, e isso aconteceu, sei lá, não me lembro se foi antes de 2003 ou se foi depois de 2006. Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Num dos termos de colaboração, o de nº 28, o senhor faz menção a uma relação da “transcareca”. O que seria essa “transcareca”?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, isso é uma contabilidade que o meu funcionário Rafael Ângulo fazia. Quando a gente pedia que o Careca transportasse os valores, ele lançava nessa planilha.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Isso é muito importante. O senhor nos disse aqui, sobre as entregas feitas pelo Sr. Careca, que o senhor não tinha controle delas, ou não se lembrava delas. O Sr. Ângulo era um homem muito organizado, e isso eu pude ver na apreensão dos documentos que ele forneceu à Polícia Federal. Então existia uma relação específica com relação às entregas do Sr. Careca, Jayme Careca — não é correto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Se o Deputado prestar atenção à planilha, vai ver que nesta planilha só estão os valores e para onde foi e algumas vezes até com ponto de interrogação. Os endereços, era normal que nós recebêssemos os endereços com: endereço, cidade e nome da pessoa que estava recebendo. E não quer dizer que exatamente nós conhecêssemos essas pessoas, ou não. É isso que eu quero lhe dizer, e é isso que eu tentei explicar aqui para o Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - É porque não ficou muito claro. O senhor disse aqui — e isso está gravado — que muitas das entregas eram feitas única e exclusivamente com o endereço. Aqui ninguém acredita...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Quando eu falo...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Deixe-me terminar, Sr. Youssef, só um minutinho. Ninguém aqui acredita que o senhor mandava entregar quantias superiores a 1 milhão, 400 ou 500 mil reais apenas assim: “Sr. Careca, pegue este



*pacote e entregue no endereço tal*”, sem dizer quem estava mandando, para quem isso ia ser entregue. É impossível o senhor bater na porta: *“Olha, eu trouxe aqui uma entrega”*. De quem? Para quem? Isso não é verossímil. Então, é importante o senhor dizer. Existia então uma contabilidade, uma relação de todas as entregas que o Sr. Jayme Careca fazia — não é correto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, foi... Tem lá, tem a contabilidade.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E nessa contabilidade o senhor está dizendo que só constavam valores?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, valores e o local de onde foi a entrega, não com o endereço, e sim com a cidade.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Então, quem detinha a informação de a quem deveria ser entregue, o endereço específico e também quem era o autor da entrega? Quer dizer, porque não era o Sr. Jayme Careca: *“Olha, isso aqui veio do Sr. Youssef; isso aí veio do Sr. Ângulo; isso aqui veio...”*. Deveria ter um controle sobre isso.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, o mercado funciona dessa maneira: eu recebia o endereço com cidade, endereço de rua, o nome da pessoa que ia receber e por conta e ordem de tal empresa. Só isso, somente isso.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - A relação já melhorou. Já entraram mais detalhes na relação, e eu acho que já começa a gente ver uma luz no fim do túnel.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Aluisio.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Vou concluir.

O senhor teve um episódio de fúria na carceragem da Polícia Federal. Inclusive, nesse episódio o senhor destruiu o vidro do parlatório. O que motivou esse seu surto de fúria? Foi a sensação de abandono em que o senhor se encontrava na Polícia Federal.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor poderia nos dizer o que levou o senhor a esse momento de fúria, de raiva, que o senhor veio a quebrar inclusive o vidro do parlatório?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu acho que isso foi uma questão pessoal minha, com o advogado que estava falando comigo do outro lado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Para encerrar aqui, Presidente.

Sr. Youssef, aqui, durante os vários depoimentos que nós colhemos na CPI, durante a análise dos documentos a nós repassados pela Polícia Federal e pelo Juiz Sérgio Moro, há várias contradições entre o que o senhor diz, o que o Sr. Paulo Roberto diz, o que o Sr. Fernando Baiano. Todos eles apresentam contradições com relação ao que o senhor apresenta. O senhor se proporia, aqui, nesta oportunidade, a fazer uma acareação com essas pessoas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em primeiro lugar, eu falo só por mim. Em segundo, faço a acareação com todos que for necessário.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Muito obrigado. É só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Antonio Imbassahy, V.Exa. tem a palavra.

O próximo é o Deputado Perondi, a quem eu já convido para vir à Mesa, para que a gente possa agilizar.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, são poucas as perguntas. Serão duas ou três no máximo, Sr. Alberto Youssef.

A primeira é a seguinte: quais as razões ou os principais motivos que levam V.Sa. a acreditar que o Palácio do Planalto — e V.Sa. traduza, quando eu digo Palácio do Planalto, incluindo o ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a atual Presidente da República, Dilma Rousseff, que, aliás, exerceu o cargo de Ministra das Minas e Energia e também foi Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS —, quais as principais razões para que V.Sa. acredite que eles tinham conhecimento, Sr. Alberto Youssef, da organização criminosa instalada dentro da PETROBRAS? Aliás, essa denominação é uma denominação que a Polícia Federal faz em registro nas investigações da Operação Lava-Jato. Então, quais são os principais motivos para V.Sa. acreditar?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Primeiro, porque o Dr. Paulo Roberto Costa sempre mencionava, quando havia algum imprevisto e alguma discussão entre os



próprios Líderes do partido, que tinha que ter um aval do Palácio. Segundo, a partir do momento em que o Dr. Paulo Roberto Costa chega para a minha pessoa e diz que Paulo Bernardo foi pedir a ele dinheiro para a campanha da sua esposa, Gleisi Hoffmann, Chefe da Casa Civil, para a campanha a Senadora, em 2010, eu não tenho, a não ser entender que o Palácio sabia o que acontecia. Mas isso é uma opinião minha.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - A partir dessa crença e dessa opinião de V.Sa. no conhecimento dessas principais figuras da República, inclusive personalidades também que ocupavam cargos relevantes no Palácio do Planalto, a partir dessa crença V.Sa. se sentia mais seguro para participar desse esquema? Quer dizer, era uma espécie, assim, de retaguarda de proteção, até porque era um risco relativamente muito alto, em função dos volumes de recurso e de estar se tratando da PETROBRAS, uma empresa de conceito internacional. V.Sa. se sentia mais protegido ou mais seguro?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Bem, eu quero encerrar, Sr. Presidente, Sr. Relator, estou satisfeito com as duas respostas. Realmente é um quadro dramático, dantesco que o Brasil está vivendo, daí a importância... E vejo, na pessoa não apenas do Presidente, como também de todos os membros da CPI, o desejo muito firme de alcançar um resultado que permita de forma responsável levar não apenas indícios, mas provas materiais que possam contribuir com a Justiça brasileira, para que aquelas pessoas que causaram tanto mal ao País, que trouxeram tanta indignação aos brasileiros possam, realmente, ser penalizadas. E, ao lado disso, uma conversa que nós estamos sempre tendo e uma preocupação também muito forte do Relator Luiz Sérgio é a questão da recuperação da PETROBRAS.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Darcísio Perondi.

V.Exa. tem a palavra.

Em seguida, o Deputado Delegado Waldir.



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É bom lembrar que nós — e eu sou Deputado há 20 anos — ouvíamos conversa pequena de que havia um sistema alimentador pesado da má política, para manter, para ficar no poder, para manter-se no poder e para o enriquecimento também de partidos e de pessoas do partido. E isso irrompeu com a coragem do Paulo Roberto da Costa e do Alberto Youssef. O Barusco foi claro também que se montou uma estrutura sistêmica, endêmica de assaltar a PETROBRAS e não ficaria apenas nisso. Aí foi o Paulo Roberto Costa. E que Lula era o Presidente no seu primeiro mandato, e a Dilma era Ministra de Minas e Energia e Presidente do Conselho da PETROBRAS. Lula, no seu segundo mandato, Dilma, Chefe da Casa Civil e continuava Presidente do Conselho da PETROBRAS. Virou Presidente da República e aí estourou e irrompeu. E, para mim, está claro: Renato Duque, Barusco, esquema do PT; Paulo Roberto da Costa, Youssef, pelo que ele disse — disse antes na delação e está dizendo para nós —, esquema do PT. O PMDB não vai cobrir ninguém se chegar algum parceiro nosso. Mas está muito claro aqui. Assaltaram o País e de forma normal, conversas tranquilas. O Governo do PT assaltou o País para se manter no poder por 12 anos e com alguns partidos aliados. Assustador, dantesco, dramático, usando os adjetivos do companheiro baiano.

Perguntas: o senhor declarou que, por volta de 2005, 2006, Paulo Roberto ficou doente e houve um movimento político para que fosse mantido no cargo e que entrou em cena a bancada do PMDB no Senado. V.Sa. afirmou que o PMDB passou a receber uma parcela das comissões relativas a contratos da PETROBRAS, cabendo a Fernando Soares fazer as transferências financeiras, limitando-se o declarante aos recursos do PP. V.Sa. possui provas dessas transferências de recursos, no caso, de Fernando Soares à bancada do PMDB ou a algum de seus membros?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, Deputado...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - V.Sa. tem receio de que sua delação premiada possa ser desconsiderada e, por consequência, sua pena será quadruplicada em razão da fragilidade de alguma alegação?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor, porque tudo que eu estou dizendo aqui é verdade, é a pura verdade.



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - E em relação ao PMDB?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em relação ao PMDB, o que eu posso lhe dizer é que eu ouvia isso do Diretor Paulo Roberto Costa e sempre ouvi isso do Diretor Paulo Roberto Costa, porque eu, como o emissário de ir receber valores das empreiteiras, algumas dessas empreiteiras eram limitadas a mim para não ir receber, por conta de que Paulo Roberto Costa dizia que esses valores iriam ser recebidos pelo Fernando Soares, para que pudesse ajudar o partido do PMDB.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O senhor sabia que o Lula chamava o Paulo Roberto Costa de Paulinho?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ouvi algumas vezes, mas... Ouvi dizer.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O senhor sabia que ele participou do casamento da filha da Dilma?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Também sei que ele foi ao casamento da filha da Dilma.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O senhor foi convidado?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor. Não conheço.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - V.Sa. declarou em delação premiada já ter utilizado o serviço de Habib Chater, para a realização de pagamentos em Brasília, sendo que o declarante mandava o emissário até o mesmo recolher a quantia e fazer a entrega a quem de direito. V.Sa. pode detalhar as operações regulares que executou com esse cidadão? Quem era o emissário utilizado e como eram executadas essas operações? Quem foram os respectivos beneficiários?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, na verdade, eu pedia que o Rafael Ângulo fosse até lá, retirasse os recursos e entregasse ou ao João Pizzolatti, ou ao Mário Negromonte, ou ao Nelson Meurer, e, muitas vezes, em alguma sede de empresas que eu fazia o caixa dois.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Ia lá aonde?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Apartamento funcional.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Apartamentos funcionais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Dos Deputados.



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Em depoimento prestado à Polícia Federal, V.Sa. disse que João Vaccari, ligado ao Duque, PT, mesmo antes de assumir como Tesoureiro do PT, atuava perante a Diretoria de Serviços, dando ordens ao Diretor Renato Duque, sendo que alguns pagamentos de comissões devidas pelas empreiteiras teriam sido feitos por meio de doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores. Porém, o Sr. Vaccari disse à CPI que não atuava na arrecadação dos recursos antes de 2010. V.Sa. sabe precisar a partir de quando o Sr. Vaccari passou a atuar na arrecadação ilícita de recursos ao PT? Poderia descrever exemplos de casos em que ele atuou no esquema em período anterior a 2010?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - O que eu posso lhe dizer é que sempre se cogitava o nome dele, tanto nas empresas quanto por parte do Deputado José Janene. Agora lhe informar diretamente eu não sei dizer, porque não era o operador do partido trabalhista.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - A minha última pergunta reflete a hipocrisia, a mentira, o assalto de um partido, no caso, à PETROBRAS, que é orgulho de todos os brasileiros, mas que perpassa endemicamente a diversas empresas estatais — ELETROBRAS, Caixa, Banco do Brasil e outros.

Em depoimento prestado à Polícia Federal, em 13 de outubro de 2014, V.Sa. afirmou que, em complementação ao termo de declaração realizado no dia anterior — abre aspas — *“o declarante gostaria de ressaltar que tanto a Presidência da PETROBRAS quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal”* — fecha aspas —, citando, como exemplos, o ex-Presidente Lula, a Presidente Dilma, o ex-Ministro Antonio Palocci, José Dirceu, Gleisi Hoffmann, Gilberto Carvalho e outros.

Dá nojo mesmo, dá nojo mesmo fazer essa pergunta. V.Sa. poderia detalhar essa declaração? V.Sa. possui...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu já respondi, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Eu gostaria que o senhor repetisse. Um momentinho, eu tenho mais uma, e depois o senhor conclui, o senhor responde.



V.Sa. possui elementos que indicam o conhecimento dessas autoridades em relação ao esquema? Acho que eu não fiquei bem atento, fui tomar um cafezinho, e eu gostaria que o senhor repetisse, por gentileza, a resposta.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Primeiro, que eu escutava isso do Dr. Paulo Roberto Costa, quando sempre havia alguma discussão interna do partido, de que ele tinha que receber alguma notícia do Palácio. E, segundo, a partir do momento em que Paulo Bernardo, enquanto Ministro — acredito que ele era Ministro nessa época —, faz um pedido ao Paulo Roberto para que eu entregue 1 milhão de reais para a campanha da Gleisi Hoffmann, a campanha dela ao Senado, de 2010; a questão da Muranno, que foi resolvida a pedido do Presidente Gabrielli, para o Dr. Paulo Roberto Costa ter reportado ele a mim. Em todas essas, que eu me lembre. A opinião é minha, é meu sentimento. Agora, provas eu não tenho.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Eu não consigo lhe desejar sorte, em função do seu comportamento, aceitando delação premiada para abrir esses múltiplos abscessos. Eu diria, é um estado septicêmico. Eu sou médico. É uma infecção generalizada que afeta o Brasil nos últimos 10 anos. A corrupção existe em quase todos os países. Quase todos os países têm índices de corrupção. O do Brasil é extraordinário, e a sua delação e a do Paulo Roberto confirmam. Mas eu preciso aqui ressaltar a posição dele e também dizer que nós, no Congresso, em sua grande maioria, e os brasileiros, torcem sim pelo Juiz Sérgio Moro e torcem sim, com toda a força também, pelo Promotor Dallagnol, para que ele continue com esta coragem.

O que me deixa, meus queridos colegas, angustiado, enojado, muito enojado, é que, no momento em que se fazia o julgamento do mensalão, corria paralelamente, de forma intensa e de forma geométrica, o petrolão. É assustador! Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Obrigado, Deputado.

O Deputado Delegado Waldir é o próximo inscrito. Em seguida, a Deputada Eliziane Gama.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Boa tarde a todos! Boa tarde, Brasil! Boa tarde, eu gostaria de dirigir algumas perguntas a V.Sa. O Ministério



Público, na denúncia que fez agora recentemente, à página 11, disse que toda essa organização criminosa é liderada pelo senhor. Está lá na denúncia do Ministério Público. Está correta essa afirmação? Verdadeiramente, eu quero saber, os jornalistas estão aqui, o meu Presidente quer, o Relator quer saber, todo mundo quer saber quem é o líder dessa organização criminosa. Está na denúncia escrita do Ministério Público.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Com certeza, Deputado Delegado Waldir, não sou eu o líder desta organização criminosa. Eu acho que isso começou lá atrás já quando Paulo Roberto Costa foi eleito Diretor da PETROBRAS, por um grupo de políticos que o colocou lá. Então, não tem como eu ser o líder dessa organização. Eu fui uma engrenagem que operacionalizou parte desses recursos para que pudesse chegar à mão do Diretor da PETROBRAS e do partido.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Pela sua experiência e pelo seu conhecimento, quem é o líder? Toda organização tem, na máfia da Operação Mãos Limpas tinha um líder, toda operação tem um líder. No seu entendimento, quem é o líder desta organização criminosa? Tem que ter um líder! Toda operação tem um líder. A polícia tem um líder. Aqui, nós temos um Presidente. Quem é o líder desta organização criminosa? Todo mundo quer saber.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Da que eu fazia parte, num primeiro momento, era o Deputado José Janene.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - De toda a organização, quem levou o Deputado José Janene para lá? Quem levou o Deputado José Janene para achacar, tirar dinheiro? Quem o autorizou a colocar lá o Paulo Roberto? O que era isso? Era um acordo político? De que forma funcionava isso? Quem é esse líder?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, quem nomeia é o Planalto.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - É o Planalto. Quem nomeia é o Planalto então. Então, o líder vem do Planalto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Se o Planalto era o líder, isso eu não posso lhe dizer.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Mas era ele que nomeava?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu acredito que sim.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. Está respondida a minha pergunta. Quem permitiu que o Janene assumisse a cobrança? Eu até fiz essa pergunta. Essa questão de o Janene assumir foi um acordo político em relação à campanha presidencial de 2002, 2006, 2010 ou esse acordo com o Janene — e o senhor era muito próximo dele — foi para votação de projetos de interesse do Governo no dia a dia? Era um acordo político lá de trás do PT apoiar, ter apoiado as campanhas presidenciais ou foi um acordo para cada... para as votações que aconteciam no plenário da Câmara ou do Senado?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu não tenho essa resposta.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor não conversava com o Deputado a respeito disso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho essa resposta.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não tem essa resposta. Obrigado.

No caso do BANESTADO e agora, novamente, o senhor foi preso. É a segunda vez que o senhor é preso, peixe pequeno. Eu vejo que o senhor — como o senhor disse — é uma engrenagem apenas. Agora alguns políticos foram presos, estão lá no presídio — acho que com o senhor, não sei se estão no mesmo local. Está faltando muita gente ser presa? Na vez passada, também não tivemos líderes, o mandante não foi preso. Dessa vez, mais uma vez, o senhor está sendo penalizado e muita gente pequena. Dessa vez, chegou a alguns políticos. Existe alguma coisa? Está faltando muita gente ser presa ainda? O Dr. Sérgio Moro vai meter caneta em muita gente aqui ainda? Vai colocar muita gente atrás das grades?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado.

O senhor conhece o senhor Léo Pinheiro ou o conheceu no presídio?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conheci ele no presídio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Conheceu-o no presídio. Segundo as informações que nós temos, o senhor operou para ele ou não?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu operei para a empresa dele.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Para a empresa dele.



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Conversava com um funcionário da empresa e fazia operações de caixa dois a ele e entrega de valores em algumas cidades, que eu recebia os endereços para que esses valores fossem entregues.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certo. Foi ele que construiu o Itaquera, não é? Foi a empresa dele que construiu, não é?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ah, tá.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu acredito que tenha sido a Odebrecht.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A Odebrecht, tá. O senhor teve conhecimento, talvez por notícias, de que ele fez uma reforma num sítio do ex-Presidente Lula, no interior? O senhor tomou conhecimento disso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não tomou conhecimento. O Léo Pinheiro reclamou muito de ter sido abandonado, ficado tanto tempo na cadeia, sem que ninguém do PT ou o ex-Presidente Lula fossem visitá-lo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A mim, não, porque eu fiquei em ala separada.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ala separada. Não tinha contato? Nem no banho de sol, vocês não tinham contato?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Muito pouco.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. Conversava com ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Dificilmente. Bom dia. Boa tarde. Tudo bem? Como tá? Como deixa de tá? Nada além disso.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. O senhor conhece, conheceu pessoalmente o Ministro do STF Dias Toffoli?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não conhece. Soltaram-se muitos rojões dentro do presídio aqui quando ele foi indicado como membro da Turma que iria julgar a liberdade dos empreiteiros do mensalão? Houve comemoração quando se tomou conhecimento de que ele teria sido indicado ao STF? Ele já era do STF, mas ele estava no Eleitoral e, de repente, faltava um Ministro e ele foi indicado para a vaga. Houve comemoração, houve festa pela indicação dele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu não vi.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não viu comemoração?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não ouvi e não vi comemoração.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não houve comemoração?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Os empreiteiros comentavam, ali no banho de sol, que agora ficaria mais fácil serem colocados em liberdade? Alguém comentou?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certeza?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Absoluta.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Absoluta? (*Risos.*) Essa visita a Vaccari, em 2014, tem relação com o pedido de trazer 20 milhões feito pelo senhor José Felipe para a campanha de Dilma em 2014?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, como eu disse, o Vaccari foi ao meu escritório, eu não estava. Logo depois, houve a Operação Lava-Jato, e eu vim preso. Então, eu não fiquei sabendo o que ele queria conversar comigo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Nenhum assessor do senhor que ficou lá não disse: "*Olha, era aquela graninha que está lá...*"?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não. O.k.

O senhor já comentou que os pagamentos dos Parlamentares eram feitos semanalmente. Era semelhante ao mensalão ou do PP? Aos Parlamentares do PP, que o senhor fazia era mensalmente, semanalmente? Era semelhante ao mensalão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu pagava aos Líderes, e eles faziam os repasses. Agora, se era semelhante ao mensalão...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Mas esse pagamento que o senhor fazia era pelo apoio lá atrás ou era pelas votações? Os Deputados comentavam, o senhor ia a várias festas.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Isso era uma coisa sistêmica, era uma coisa normal, corriqueira dentro do partido.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Era algo sistêmico?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - É.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Se era no PP, era também em algum outro partido que o senhor tinha conhecimento?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho conhecimento de outros partidos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Como foi a parceria que o senhor teve na Labogen com o ex-Deputado Andre Vargas e que os senhores conseguiram uma parceria no Ministério da Saúde?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom. Nós não tivemos parceria nenhuma com o Deputado Andre Vargas com respeito a esse assunto. Simplesmente, eu fiz um pedido ao Deputado Andre Vargas para que ele conseguisse que o Ministério da Saúde recebesse o laboratório Labogen, para que o laboratório Labogen apresentasse algumas propostas de parceria público-privada para que fossem fornecidos alguns medicamentos, alguns remédios para o Ministério da Saúde. E assim foi feito, ele fez a apresentação, e, dali à frente, a própria Labogen teve suas reuniões, entregando as suas documentações e fazendo as propostas ao próprio Ministério da Saúde.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Agora, a gente tem visto na imprensa esses vários escândalos, mensalão e, agora, a Lava-Jato e outros que vão vir e outros que já passaram. Nesses governos, o que eu tenho percebido, nos governos do PT, sempre que surge um escândalo, ele é jogado para o Congresso Nacional: *“Olhe, os Deputados e os Senadores são responsáveis por esse escândalo”*. São sempre os Parlamentares que pagam o pato. Eles são os culpados.

Contudo, se alguns foram corrompidos no Congresso — e nós não podemos dizer que alguns foram corrompidos, porque temos até alguns presos, e o senhor afirmou que pagou propina, dinheiro ilícito para vários deles e tem algumas provas a respeito —, por outro lado, nós temos lá Parlamentares que trabalham muito, que são honestos. Mas eu vejo sempre que, normalmente, até a imprensa generaliza. Vocês, nesses depoimentos aqui, eu percebi também que generalizaram os Parlamentares, mas têm outros Parlamentares que são honestos. Eu tenho família, eu tenho filha, o Deputado Luiz tem, o nosso Presidente tem, e fica aquela pecha de que todos os Deputados são malandros, de que todos estão errados.



Eu vejo algo que... E tentei conversar com o senhor aqui e tirar isso do senhor. O senhor até deu uma caminhada, os outros delatores não conseguiram, ninguém... Nós estamos do lado do Palácio do Planalto, mas ninguém atravessa a rua e aponta: *“Olhe, a culpa é lá do outro lado, é aqui do outro lado, é só atravessar a rua”*. Ninguém fala isso. É isso que eu acho muito estranho.

Nesse sentido eu indago: como eram e foram distribuídos pelo ex-Presidente Lula e pela Presidenta Dilma as nomeações dos diretores da PETROBRAS? Como eram feitas essas nomeações? De acordo com o que V.Sa. tem conhecimento, quem era ou quem eram as pessoas responsáveis pela interlocução entre a PETROBRAS e a Presidência da República? Quem é o mandante intelectual de todo esse esquema? O Congresso, o Congresso não pode ser a lata de lixo da Presidência da República de jeito nenhum! Nós não vamos ser a lata de lixo! Existem pessoas erradas, mas lá existem Parlamentares honestos e corretos. Lá nós temos Parlamentares dignos e sérios, e são muitos. Os ratos têm que ser tirados de lá, mas existem ratos do outro lado da rua, que ninguém tem tocado até agora. Eu queria a manifestação do senhor.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em primeiro lugar, eu, em momento algum, generalizei que todos os Deputados são corruptos ou deixam de ser. Eu acho que eu dei os nomes e disse quais os Deputados e os Senadores envolvidos. Quanto à questão de quem nomeia, quem faz o pedido, normalmente, quem vai e faz o pedido de cargo ao Planalto, até onde eu tenho o meu conhecimento, é o Líder do partido, é o Presidente do partido que vai ao Planalto e pede os cargos, vai do Planalto dar o cargo ou não, até onde eu tenho esse conhecimento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Uma última pergunta, Sr. Presidente, já é para concluir, sim, realmente. Essa é só uma curiosidade minha.

Essa é só uma curiosidade, Sr. Alberto Youssef. O senhor é de Londrina, não é?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Foi vendedor ambulante lá?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu comecei a trabalhar...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Vendedor de pastel. Começou vendendo pastel.



---

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Vendedor de pastel.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu comecei a trabalhar desde os meus 7 para 8 anos de idade.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sete, oito anos. Eu sou igual ao senhor. Eu sou de Jacarezinho, fui vendedor, fui engraxate, vendedor de sorvete e de picolé, fui servente de pedreiro, hoje sou Deputado Federal, o mais votado da história de Goiás.

Eu vi também que o Dr. Paulo Roberto é de Telêmaco Borba. Eu vi também que o Janine é de Londrina. Eu vi que o Vaccari é de Terra Rica, onde eu trabalhei como policial, como escrivão. Vi que a base do Zé Dirceu é aqui em Jandaia. O Andre Vargas também é aqui do Paraná. O Dr. Sérgio Moro, que está metendo ferro em todo mundo, é daqui do Paraná, também. Que coincidências nós temos nesses fatos? Existe alguma coincidência? Isso facilitou a corrupção? É isso que começou lá atrás? Era mais fácil ser vendedor de pastel? Era menos perigoso? Era mais fácil, ou é mais fácil levar dinheiro de propina para alguns políticos e para o Executivo Federal? O que o senhor me diz disso?

É só para finalizar, mesmo. Eu vi essas coincidências ao longo dos depoimentos, e eu não tinha como fazer essa pergunta para o senhor, que é considerado aqui o líder dessa organização criminosa, então eu queria uma manifestação pessoal do senhor.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Tem coisas na vida da gente que a gente não tem como explicar, às vezes elas acontecem naturalmente, e foi o que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A próxima inscrita é a Deputada Eliziane Gama.

Antes, eu gostaria de fazer dois pedidos a V.Sa. Primeiro, que os seus advogados procurassem a secretaria da CPI para deixar seus nomes, com os respectivos registros na OAB, para que possamos fazer o registro. E também se V.Sa. poderia — e já foi feito no seu termo de delação premiada — encaminhar as contas que V.Sa. já entregou ao Ministério Público Federal, na sua delação à Justiça Federal, as contas do exterior de que V.Sa. tinha conhecimento e operava fora do País.



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Tem um termo de declaração em que eu relato todo esse assunto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Certo. Se os advogados puderem encaminhar é importante, porque foi solicitação de um Parlamentar, e eu estou apenas reforçando.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Alberto Youssef, quando foi questionado acerca do seu conhecimento com a ex-Governadora do Maranhão, Roseana Sarney, o senhor falou que a conhecia. Eu queria saber como é que se dava esse conhecimento. O senhor teve contatos com ela?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, eu não tive contato com a Governadora Roseana Sarney.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas o senhor a conhece, o senhor teve conversa com ela?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em nenhum momento eu disse que a conhecia, Deputada. Se a senhora pegar todos os meus termos de declaração, eu deixo claro que eu não conhecia a Roseana Sarney.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Alberto, como se deu aquele acordo que aconteceu referente à antecipação do pagamento de precatórios referentes à UTC, constando o Maranhão, em que o Estado acabou pagando 120 milhões e o pagamento de propina da ordem de 6 milhões de reais? Como é que se deu esse acordo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu já relatei esse assunto no meu termo de colaboração, não sei o número, mas eu posso pedir que meus advogados entreguem à Deputada. Não foram 6 milhões, foram 3 milhões, e esse assunto foi tratado diretamente com o Secretário da Casa Civil, João Abreu, e não com a Governadora Roseana Sarney.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Quem levou a propina ao João Abreu?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Parte eu levei, e parte o meu funcionário Rafael Ângulo levou.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então, o senhor entregou pessoalmente na mão do ex-Secretário, Chefe da Casa Civil?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu não cheguei a entregar pessoalmente, porque o dia em que eu fui levar esse valor para entregar a ele, foi o dia em que teve a minha apreensão no hotel, em São Luís do Maranhão. Deixei para que uma outra pessoa entregasse esse valor a ele.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mesmo assim o dinheiro chegou à mão dele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Até onde eu tenho conhecimento, chegou.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Essa parte que o senhor levou foi da ordem de quanto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Um milhão e quatrocentos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Além da OAS, além da UTC, qual é a sua relação, ou o senhor tem alguma relação com as empresas Galvão Engenharia, Fidens e Engevix, que é o consórcio responsável pela Refinaria Premium no Maranhão?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A relação que eu tenho é com a relação dos contratos que ela tinha na Premium II, que é, se não me engano a Premium II, que é o contratos de terraplanagem lá do Maranhão.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor fez negociação? Houve negociação de propinas com essas empresas referente à Premium I? No Maranhão é Premium I.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Premium I. Então, teve negociação, sim, e foi feito o recebimento.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - As negociações dessas empresas, da Premium I, dessas propinas, elas foram pagas a quem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Pela Galvão Engenharia, a mim.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas direcionado a qual agente político?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Pela (*ininteligível*), a mim. Não, não diretamente a algum agente político. Isso entrava em um caixa geral e, depois, era distribuído ao partido e ao Paulo Roberto Costa.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas nomes, por exemplo, de políticos do Estado do Maranhão receberam propina especificamente da Premium I?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, Deputado do Partido Progressista do Maranhão, que eu sei, só havia um, que era o Waldir Maranhão.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Ele recebeu da...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele recebia junto com os líderes. Os líderes faziam pagamento a ele. Agora, não necessariamente se fazia pagamento por um contrato ou por outro contrato, e, sim, isso tudo se juntava e era distribuído.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O Senador Edison Lobão recebeu propina também?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Comigo não. E eu não tenho conhecimento de que recebeu.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O Sr. Aldarico Negromonte participou também dessa entrega de recursos?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Ele esteve lá com o Rafael Ângulo, quando foi entregar ao Sr. João Abreu.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Foram, então, os dois. Referente a exatamente esse sinal que o senhor, em alguns momentos, fala que recebia do Planalto, referente ao pagamento de propinas ao PP, o senhor esteve em algum momento no Planalto, o senhor se sentou e se reuniu com alguém, em algum momento, no Planalto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca estive no Planalto. Nunca me sentei com ninguém no Planalto ou que fazia parte do Planalto, no caso os Ministros da Casa Civil, o Secretário Gilberto Carvalho, Ideli Salvatti. Nunca estive com nenhuma dessas pessoas.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O que o senhor sabe da relação de executivos da OAS com o ex-Presidente Lula?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Só o que o noticiário reporta.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor, efetivamente, não tem nenhuma informação referente a isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não tenho.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor em algum momento se sentou com ele? Com o ex-Presidente Lula?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Nunca conversou com ele? Sentaram-se?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca conversei com ele.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor pode afirmar de fato que Fernando Baiano operava para o PMDB?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, eu tenho essa informação por conta do Paulo Roberto Costa. Agora, o Fernando nunca afirmou isso a mim e eu nunca procurei saber se realmente, de fato, isso era verdadeiro ou não.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor ouviu ou o senhor sabe dizer se em algum momento houve complacência, conhecimento de alguém do Tribunal de Contas da União referente ao esquema de propina ou mesmo de membros do Judiciário?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca ouvi dizer.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Como eram recebidas as auditorias do TCU? Qual era o clima que o senhor sentia durante a realização das auditorias do TCU quando eram feitas junto à PETROBRAS? O senhor sentia um clima de temor por parte dos diretores da PETROBRAS ou não? Ou era irrelevante?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não tenho ideia.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor não conseguia ter essa percepção durante os momentos de auditorias que eram realizadas pelo TCU?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Nunca discuti esse assunto com o Diretor Paulo Roberto.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E, por fim, Presidente: além do PP, em quais outros partidos o senhor também operou?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu acho que eu já especifiquei aqui. Eu operava para o PP e fiz alguns pagamentos pontuais a pedido do Paulo Roberto Costa para o PT e para o PMDB, que, no caso, foi a doação ao Valdir Raupp, ao Senador, e, a pedido da Toshiba, o pagamento que eu fiz ao João Vaccari.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Referente ao seu sócio Leonardo Meireles, ele tinha relação também próxima aos partidos? Por exemplo, com o PSDB, a relação dele como se dava?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu não sei, porque eu nunca conversei com ele a respeito desse assunto.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E, por fim, eu queria que o senhor me dissesse o que o senhor sabe, por exemplo, dos ex-Ministros Palocci e Dirceu, que são acusados também de terem recebido propina das empresas da Lava Jato. O senhor já disse que não conhecia o Palocci, mas, em relação ao Dirceu, o senhor o conhecia? E, mesmo não conhecendo o Palocci, o senhor acredita ou teve informações ou dados de que os dois, de fato, têm uma relação direta e receberam, efetivamente, propina das empresas da Operação Lava Jato?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, o que eu sei é que o Júlio Camargo era muito próximo ao José Dirceu e ao Palocci. É o que eu lhe posso dizer.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Apenas isso. Por último, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, pedir a V.Exa. — V.Exa. tem sido muito preciso nos trabalhos desta Comissão — que seja aprovada urgentemente a convocação do Palocci. A cada dia... Agora mesmo, a revista *Veja*, a *Folha de S.Paulo*, os jornais, na verdade, têm colocado de forma reiterada, a cada delação e a cada informação que vem ao conhecimento público, a necessidade urgente de a CPI aprovar e convocar o Palocci, assim também como o Dirceu, que também tem requerimento de nossa autoria para serem ouvidos nesta Comissão. Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Tenho aqui um pedido do Relator que quer fazer ainda algumas perguntas. Irei voltar a palavra para o Deputado Luiz Sérgio. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Youssef, V.Sa. teve uma sociedade com o Sr. Meirelles.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, o Sr. Meirelles operava para mim alguns valores e, em determinado momento, ele deixou de pagar esses valores.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas ele foi sócio de V.Sa. em alguma empresa?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu vou explicar, nobre Relator. E, por conta de ele não ter condições de fazer esse ressarcimento, que ele havia gasto esse dinheiro com a Labogen, eu propus a ele em reestruturar a Labogen e ficar com parte das quotas da Labogen e assim eu estava fazendo, junto com mais dois investidores que eu trouxe para que pudesse ser feito o investimento no laboratório.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E como se deu o rompimento dessa parceria?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Na verdade, nós fizemos o parque fabril que não tinha. Então, nós levantamos a fábrica e estávamos colocando toda a documentação em ordem, contratações, licenças e tudo isso custa um certo valor. Por isso, foram trazidos mais dois investidores para o negócio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, o que V.Sa. está dizendo é que operava com ele na área de câmbio?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, operava com ele na área de que eu... Quando eu emitia as notas para as empreiteiras, eu recebia isso nas contas da MO, Rigidez e eu precisava fazer reais disso. Alguns bancos estavam mais difíceis de fazer reais disso. Então, eu trocava esses valores em TED por reais com Leonardo Meirelles. E como ele tinha contas lá fora, eu também, muitas vezes, tinha recebimento a ser feito lá fora, então, eu indicava as contas dele, para que eu pudesse receber esses valores.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, nesse período, já tinha a LABOGEN na jogada ou ela entra depois?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Ela entra depois. Ele usava a LABOGEN para fazer remessas ao exterior. Ele, Leonardo Meirelles. Quando eu falo eu e mais os dois investidores resolvemos investir na LABOGEN, a LABOGEN parou totalmente de fazer remessas ao exterior e passou, sim, a só se dedicar ao que estava dentro do estatuto dela.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, vamos aqui a uma outra questão. Quando o Deputado Ivan Valente fez uma pergunta em relação a FURNAS, V.Sa. disse assim: *“O que eu tinha de dizer, eu já disse. Foi o que eu ouvi do Sr. Paulo Roberto”*.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, do Deputado José Janene.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Do Deputado José Janene. Isso mesmo, do Deputado José Janene. Mas quando eu leio aqui, tem uma passagem da sua delação premiada em que V.Sa. diz que recorda que, em alguns eventos sociais, em São Paulo, o diretor da Bauruense, Airton Daré, entregou recurso em espécie a José Janene, tendo o declarante — no caso, V.Sa. — presenciado esse evento e que, quando o PT já tinha assumido o Governo, o Janene foi pegar recursos e V.Sa. teria dito que, embora o PT tivesse assumido o Governo, esses recursos versavam sobre contratos pretéritos e que quem tinha influência em FURNAS era o então Deputado Aécio Neves. O que eu quero focar aqui é que, em relação à Bauruense, V.Sa. não ouviu. Aqui, V.Sa. presenciou a entrega de recursos. É isso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim, ao Deputado José Janene.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E essa outra estória de quem comandava FURNAS, da influência do Aécio, o senhor ouviu de quem?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Do Deputado José Janene, falecido.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas todas as vezes... Sim, mas vamos aqui em frente também. V.Sa. sempre diz aqui “no meu entendimento”, mas não tem nenhum dado concreto, porque, levando em consideração que V.Sa. já foi preso oito vezes, gosta de viver perigosamente, cinco, por contrabando, duas por crime financeiro... Essa é a oitava prisão. Pelo que nós podemos verificar, como é que o entendimento de um criminoso pode ter como base a verdade sem um dado concreto, levando em consideração que V.Sa. ainda é uma pessoa jovem, já foi preso oito vezes, tinha uma relação com a irmã que foi presa também por questões de contrabando? Quer dizer, baseado em que a fala solta de um criminoso pode ter uma base de verdade, concreta, palpável, em relação a essa afirmação de que o Palácio sabia?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu já expliquei isso, Relator.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Porque quando o senhor se refere também ao PMDB, V.Sa. se refere ao PMDB, à operação do Jaime Baiano com o mesmo argumento: “Ouvi do Paulo Roberto”. Só que o Paulo Roberto também é um criminoso, um diretor da PETROBRAS que estava roubando a empresa. Quer dizer, como é que a base de um criminoso sustenta o argumento de um outro criminoso para poder dar uma veracidade sem um dado concreto nesse juízo de valor?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, eu recebia as informações do Dr. Paulo Roberto, após a morte do Dr. José Janene, e são as informações que me passavam e eu estou lhe passando aqui.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Que, por sinal, V.Sa. gosta muito de sustentar a relação com quem já morreu, porque, no caso do PSDB também, é o Sérgio Guerra que já morreu. No caso do PP, é o Janene que já morreu. Aí, os vivos é ouvi dizer.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu acho que não é bem assim, nobre Relator. Infelizmente, essas pessoas já faleceram.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, quando, por exemplo, longe de querer pontuar ou apontar para A ou para B, mas V.Sa. aqui disse assim, quer ver: "*O Jaime fez várias entregas em Minas Gerais*". O que são várias entregas? São duas três, cinco, dez? Porque várias deixa alguma coisa abstrata. Aí, V.Sa. não lembra um endereço que deu e não lembra uma pessoa que recebeu esses recursos.

**SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu já disse que, na maioria das vezes, foi na sede da UTC. Respondi.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em Minas Gerais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Em Minas Gerais .

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas houve entregas em casas também?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Se ouve, uma ou duas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Uma ou duas é abstrato também. Foi uma ou foi duas?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Que eu me lembre, foi uma ou duas. Eu fiz várias operações.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas também não lembra um endereço de uma dessas casas.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Mas não posso lembrar operações feitas de 2007 a 2014.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas V.Sa. tem horas e horas de delação. Lembra fatos e mais fatos e não consegue lembrar um endereço em Minas Gerais ou um endereço no Rio de Janeiro?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu já lembrei de vários endereços do Rio de Janeiro...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quando...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - ... sede da OAS, sede do Júlio Camargo, sede da UTC.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deixa eu ver um outro dado...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E em Belo Horizonte, o senhor lembra de algum endereço?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sede da UTC.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só a sede da UTC?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não lembro o endereço da rua.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Jaime de Oliveira levou esse dinheiro na sede da UTC?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Levou, algumas vezes, alguns valores na sede da UTC.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu gostaria de...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Permita-me só, Relator... Quando ele diz que entregou a uma pessoa que, depois, ele reconheceu como sendo o Senador Anastasia, ele entregou na sede da UTC?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Isso foi em outro endereço totalmente separado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E o senhor sabe qual é?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., aqui, quando um Deputado fez uma pergunta a respeito de se recursos da propina viravam recursos legais de campanha, e V.Sa. disse que, em alguns casos, sim, que já tinha feito esse depósito, o senhor coloca a ajuda que V.Sa. intermediou para o PSB de Pernambuco nessa mesma esfera? Houve recursos de propina que viraram recursos legais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, doações oficiais foram feitas através da Jaraguá Equipamentos e através da Queiroz Galvão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Para Pernambuco?



**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Com obras que foram feitas em Pernambuco. Agora, eu não me lembro de ter feito doação oficial ao PSDB. Eu, Alberto Youssef, não me lembro.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas essas duas empresas fizeram doações e foram doações legais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Foram doações legais e que foram descontadas do 1% que tinha que ser ressarcido das obras da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas o Deputado... V.Sa. operava para o PP?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Paulo Roberto, pelo PP. E como é que entra o PSB nessa história de doações que foram debitadas do mesmo esquema que serviu ao PP e ao Paulo Roberto?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, até onde eu fiquei sabendo, por essa obra ser na RNEST, foram direcionados alguns recursos de obras feitas na RNEST para que fossem dados, então, à campanha do Governador Eduardo Campos, na época.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, eu gostaria de retomar um tema aqui, porque, numa questão, num processo complexo como esse, não pode ter margem de dúvida. Quando o Deputado Ivan Valente fez a pergunta em relação ao Deputado José Mentor, o senhor disse que conheceu. O senhor pode relatar aqui em que circunstâncias?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu estive no escritório dele, entregando um valor a ele, em reais, pessoalmente, na Praça da Árvore, perto da Praça da Árvore. Eu, pessoalmente, fui entregar um recurso lá, a pedido do Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Esse endereço o senhor lembra?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Lembro, porque foi mais recente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, o senhor foi...

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Porque fui eu, pessoalmente, que entreguei.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, normalmente o senhor usava terceiros?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Nesse caso específico, foi o senhor pessoalmente?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, o senhor foi interrogado pelo Deputado José Mentor na época da CPI do BANESTADO?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Fui.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Naquela época em que o senhor foi interrogado, o senhor se encontrava em que situação? Em liberdade ou preso?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não lembro se eu já estava preso ou se estava em liberdade.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E nem se foi antes ou depois da delação premiada que V.Sa. fez e depois quebrou essa delação?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Acredito que tenha sido depois.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Acredita que tenha...

E, naquela época do BANESTADO, V.Sa. também era conhecido como um doleiro de proximidade com doleiros ligados ao PSDB. Na delação premiada, contou sobre alguma operação de pessoas, doleiros que operavam para o PSDB, na época?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Todos os meus contatos e todas as pessoas que operavam comigo — doleiros, pessoas físicas, jurídicas — foram relatados, na época, na minha delação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas envolvia pessoas próximas ao PSDB?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não sei lhe dizer.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não sabe, não lembra ou esqueceu?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não sei lhe dizer. Com sinceridade, não sei lhe dizer se algum desses doleiros tinha relação próxima ao PSDB.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx, 1 minuto para V.Exa. fazer as duas perguntas.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É um questionamento só: o senhor funcionava como Banco Marka, algo que a gente pode referenciar...



---

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Era uma câmara de compensação.

Quanto é que o senhor estima que tenha operado dentro da Diretoria de Abastecimento? O senhor era o braço direito do Paulo Roberto Costa. Quanto é que o senhor acredita que tenha operado?

O seu depoimento, o depoimento do Barusco, o depoimento do Paulo Roberto falam, por exemplo, que algumas empresas só aceitavam movimentar recursos oriundos dos contratos na PETROBRAS — vou dar nome para aos bois: a Odebrecht é citada nos depoimentos — em operações fora do Brasil, ou seja, o crédito era feito lá. Então, os seus préstimos eram muito importantes, porque o senhor tinha uma rede capaz de fazer o dólar arcar, porque a transferência era fora do Brasil, e a entrega dos reais, aqui.

O senhor operava, preferencialmente, prioritariamente, para a Diretoria de Abastecimento. Agora, a Diretoria de Abastecimento tinha uma vinculação com a Diretoria de Serviços, porque 90% das operações da PETROBRAS passavam pela Diretoria de Serviços.

O esquema, segundo todos os seus relatos e os relatos do próprio Paulo Roberto, era: 3% na Diretoria do Paulo Roberto; 1% para o PP, que era a cota que o senhor administrava com o Paulo Roberto, sendo, lá: 30% do Paulo Roberto, 60% do partido, sua comissão era de 5% daquilo que o senhor operava; e 2% eram para o Partido dos Trabalhadores, mesmo na Diretoria do Paulo Roberto, que o senhor operava; e, no caso da Diretoria de Serviços, os 3% eram operados pelo PT. E aí lá estava Vaccari e, nesse processo, muito fortemente, o Julio Camargo, pela forte relação que ele tinha com o José Dirceu. Inclusive com o uso rotineiro, após deixar a Casa Civil, José Dirceu se valia do Citation, que era de propriedade do Julio Camargo.

Então, para a gente poder entender: o senhor estima em quanto o valor que o senhor movimentou nesses anos todos? Uma fase vai de 2003 até mais ou menos 2004, 2005; depois, outra fase vai de 2007 até agora. Quer dizer, são quase 9 anos de operação. O que o senhor operou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concluiu, Deputado Onyx?



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Depois tem uma pergunta em cima dessa, rapidinho.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Olha, de 2003 a 2005... Bom, de novembro de 2003 ao final, a dezembro de 2005, eu não operei nada, até porque não estava disponível. De 2006 para frente, eu comecei a operar poucos valores, porque, até então, a PETROBRAS ainda não tinha todas essas obras avançadas.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Na verdade, 2008 e 2009 é que alavancaram.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - É. E aí depois vêm 2008, 2009, 2010.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Aí, é o grosso.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Aí, 2010 é o mais grosso. Então, eu estimo que eu deva ter operado, lá fora e aqui, em torno de 180, 200, 220 milhões, no máximo.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Dólares ou reais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Reais.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Reais?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Reais.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu pergunto isso porque, por exemplo, o Augusto Mendonça, da Toyo, relata que 111 milhões foram operados por ele, de contratos derivados da PETROBRAS. Ele passou 20 milhões para o senhor, através da Setec, da Tipuana, da Projotec. Depois, ele colocou 38 milhões com o Adir Assad, e 4,3 milhões foram direto para o PT, lá com o Vaccari.

Eu pergunto ao senhor o seguinte: o Júlio Camargo era quem trabalhava com uma série de empresas mais ligadas lá à Diretoria de Serviços, mas as suas relações com o Júlio são intensas, pelos seus depoimentos, porque, em muitos momentos, o senhor é o viabilizador dos reais no Brasil. O próprio Júlio mantinha uma série de empresas *offshore*, exatamente para não movimentar dinheiro aqui dentro, para tentar despistar as autoridades. O senhor era quem aportava os recursos para o Júlio Camargo. E o Júlio Camargo fundamentalmente atendia a quem, ao PT ou ao PP?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - As obras que a Toyo tinha na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS... Nós recebíamos esses valores, esse 1%, através



do Júlio Camargo. Alguns valores que a Camargo devia sob os contratos dela foram pagos e viabilizados através do Sr. Júlio Camargo e direcionados a mim. Outros valores que o Sr. Júlio Camargo operou para que pudesse fazer pagamentos à Diretoria de Serviços...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Aí inverteu: o senhor operou e entregou o dinheiro a ele?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Eu operei e entreguei o dinheiro a ele.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E o senhor entregou o dinheiro em dois locais: no Rio e em São Paulo?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - No Rio e em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - No Rio, muito provavelmente...  
Veja se o meu raciocínio está certo.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - A maioria das vezes foi no Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E no Rio de Janeiro muito provavelmente para atender à Diretoria da PETROBRAS, leia-se Renato Duque, correto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx, para concluir.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Espere aí, é só essa última pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não! Para concluir.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É a última pergunta.

E São Paulo fundamentalmente atendia ao Partido dos Trabalhadores?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Muito obrigado. O senhor colaborou e muito.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, V.Exa. pode me dar 1 minuto só para concluir?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - São duas coisas. A primeira questão, depois desta audiência pública com Alberto Youssef, eu vou, amanhã... Na quinta-feira, nós vamos fazer uma sessão deliberativa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, é para questionar o minuto, não é para fazer discurso. V.Exa. questiona e depois a gente abre para fazer discurso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu vou falar só isso, que o seu depoimento foi importante porque o Sr. Júlio Camargo aparece como uma figura importante. Então, eu pedi a convocação imediata dele. A segunda coisa que eu não vi perguntada, e eu quero essa resposta: o senhor operacionalizou recursos naquela transação em que a operação-abafa, na CPI em 2009, envolvendo Líderes do PP e o Senador à época Sérgio Guerra... O Sr. Paulo Renato falou em 10 milhões de reais que foram oferecidos. Foi o senhor que operacionalizou essa operação?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não, não fui eu que operacionalizei. Eu simplesmente fiquei sabendo, porque, quando eu fui cobrar a Queiroz Galvão dos valores devidos desses contratos, a Queiroz Galvão disse a mim que tinha repassado outros valores por conta dessa situação do abafa a CPI. Aí eu fui questionar o Paulo Roberto, e o Paulo Roberto me disse: *“É correto.”* Nesse assunto, que estava envolvido...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E o senhor estava cobrando outros 10 milhões?

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Não. Não é que eu estivesse cobrando os outros 10 milhões, eu estava cobrando os 30 e poucos milhões que eram devidos, dos contratos da Queiroz.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, sim. Está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao depoente para as suas considerações finais.

**O SR. ALBERTO YOUSSEF** - Bom, primeiro eu quero agradecer a vinda a esta CPI e espero ter esclarecido o que os Deputados, pelo menos no caso, queriam que eu esclarecesse. Eu acredito que eu deva ter esclarecido isso de maneira correta. Em nenhum momento, eu quero dizer que eu coloquei algum Parlamentar aqui sob suspeita sem que este Parlamentar tivesse realmente participado desse assunto, até porque eu tenho uma boa relação com vários outros Parlamentares que não participaram disso. E queria mais uma vez pedir desculpas à minha família, às minhas filhas, à minha esposa — ex-esposa, agora —, e à sociedade brasileira



também, por com de tudo isso que nós estamos passando neste momento. Isso é o que eu tenho a dizer.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. V.Exa. ainda considera a possibilidade de uma eventual acareação do Sr. Youssef ainda nessa...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Ele já se propôs a permanecer aqui, que ele fosse mantido aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós não temos requerimentos aprovados que permitam essa acareação. Isso poderá ser alvo de uma nova vinda nossa aqui a Curitiba, se necessário for.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, não poderia ser apresentado um requerimento aqui à Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não. Não posso, porque eu não tenho reunião deliberativa. V.Exa. não me coloque o constrangimento de poder neste momento ter que deliberar sobre uma coisa que nós não podemos fazer perante o Regimento da Casa que V.Exa. representa aqui na tarde de hoje.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, eu agradeço ao Sr. Youssef. Não descarto aqui essa possibilidade. Esta CPI vem hoje aqui com esse propósito e voltará quantas vezes for necessário, para que a gente possa avançar nas investigações. Agora, no dia de hoje, nós temos um cronograma a ser seguido, como também, no dia de amanhã, temos um cronograma extenso que nós vamos cumprir de maneira incontestável, fazendo um esforço aqui não só dos Parlamentares, mas da imprensa aqui presente e de todos que querem ver realmente essa investigação caminhar da forma que a sociedade brasileira espera.

Agradeço ao Sr. Alberto Youssef e já convido o Sr. Mário Frederico Mendonça Goes para tomar assento à mesa.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento às nossas oitivas, eu peço aos senhores que tomem assento, Deputado Júlio Delgado, Deputado Delegado Waldir.



Sr. Mário Goes, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a sua condição, inclusive de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Concedo a palavra ao Sr. Mário Goes por até 20 minutos.

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Exmos. Srs. Deputados, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, desde já manifesto o meu respeito a todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Embora tenha sido chamado a prestar esclarecimentos (*o orador se emociona*) perante esta respeitável Comissão, informo, com o devido respeito, que, por orientação de minha defesa, exercerei neste momento o direito constitucional de permanecer em silêncio, cuja prerrogativa inclusive já foi ressaltada pelo Exmo. Juiz Sérgio Moro em decisão proferida em 7 de maio de 2015. Assim, peço que V.Exas. compreendam (*o orador se emociona*) a extensão das garantias constitucionais que asseguram o direito ao silêncio, como consectário do exercício de ampla defesa e do contraditório, além da presunção de inocência, não havendo, na opção que faço, qualquer postura de desrespeito ou afronta à autoridade desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa..

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, demais Deputados, uma vez que o Sr. Mário Goes está arguindo o direito constitucional de permanecer calado, para que nós possamos agilizar e não transformar isso aqui apenas em discursos nossos, sem produção real de nada de concreto que possa ajudar os trabalhos da CPI, eu solicito, no meu entendimento, que deveríamos dispensar o depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu indago de V.Sa.: V.Sa. já manifesta o desejo de ficar calado sobre toda e qualquer pergunta a ser feita por qualquer membro desta CPI.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Deixe ele responder primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu respeito os senhores aqui. V.Exas. fazem todos os questionamentos, eu aguardo as respostas, passo a palavra. Eu fiz um questionamento ao Sr. Mário Goes.

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Visando ao bom funcionamento e, acima de tudo, as demais oitivas a serem realizadas na tarde hoje, nós dispensamos V.Sa. para que a gente possa seguir o nosso cronograma.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao Deputado Onyx e, sem seguida, ao Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, eu quero só fazer uma ponderação. Aqueles Parlamentares que tiverem algum questionamento ou informações que possam colaborar no processo investigativo, acho que nós podemos fazer algo de forma agilizada, mas precisa se estabelecer as conexões: por que o Sr. Mário Goes está preso? Onde é que ele anda? Qual foi a participação dele? Eu sei que há Parlamentares que têm questionamentos e não apenas... O silêncio fala muito. Quero só lembrar que Paulo Roberto Costa foi lá à CPMI, ficou quieto, e muito daquilo que foi falado lá depois se confirmou na delação premiada dele. Portanto, apenas para que a CPI não aceite esse expediente, e aqueles Parlamentares que tenham questões contundentes pelo menos coloquem essas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu acho que é um direito constitucional do depoente ficar calado. Agora, eu entendo que o Sr. Renato Duque foi de Curitiba para lá, no avião da Polícia Federal, depôs durante várias horas e também fez a mesma afirmação. Então, os Deputados que quiserem perguntar devem perguntar, mesmo que ele exerça o direito de ficar calado, porque, às vezes, ele responde alguma coisa. Eu acho que nós devemos prosseguir.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, Deputado Onyx, V.Exas. sabem do respeito que tenho pelos dois Parlamentares, um brilhante Deputado do Rio Grande do Sul, outro brilhante Deputado de São Paulo, mas nós temos aqui que ter o discernimento da responsabilidade que nós temos e não apenas termos a preocupação que todo esse questionamento que vocês estão levantando pode ser feito de forma escrita. Nós temos aqui que produzir. Nós temos sete pessoas para ouvir; nós estamos aqui há quase 2 horas da tarde e só ouvimos uma pessoa, e nós temos ainda mais seis pessoas. Então, não vou ficar aqui, se o depoente está aqui dizendo que vai ficar calado, apenas para que os Deputados façam as perguntas. Eu entendo que isso não é ser produtivo.

Então, a decisão está tomada, nós iremos liberar o Sr. Mário Goes e já chamar, de imediato,...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu acho que o senhor deveria submeter ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, apenas eu vou entregar à Taquigrafia, para que fiquem consignadas as perguntas que eu faria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que todos os Parlamentares entreguem as perguntas à Taquigrafia, para que a gente possa documentar as perguntas feitas.

Deputada Eliziane, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - A gente tem dificuldade aqui de microfone.

Eu só queria saber, Presidente, o que me preocupa, eu acho que — e não sei se foi o Onyx ou foi o Deputado Ivan que colocou isso —, às vezes você faz uma pergunta e poderá ou não o depoente responder. Então, eu acho que nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mas, Deputada Eliziane, isso é muito subjetivo, isso é muito subjetivo...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta... Deixe-me finalizar o meu raciocínio, Sr. Presidente, por sua bondade. Eu quero apenas saber se esse mesmo tratamento que está sendo dado ao Goes poderá ser dado aos demais que vierem e também recorrerem ao direito de ficar calados. Ou seja, se todos... se os demais seis vierem tomar a mesma medida que



tenham o seu direito legal, na verdade, se mantiverem calados, então, nós vamos voltar daqui a pouquinho para casa.

Então, eu só quero saber se será assim também da mesma forma. Eu acho que fica inviabilizada, Sr. Presidente, a necessidade que nós temos até de colocar as perguntas. Por exemplo, quando o Renato Duque veio à CPI, ele disse que não ia falar. E nós conseguimos ainda quatro ou cinco respostas que foram extremamente fundamentais e importantes. Então, eu queria fazer a minha colocação referente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O apelo que eu estou fazendo, Deputada Eliziane, não é porque eu queira aqui que as oitivas não aconteçam. O que eu estou querendo fazer aqui é prezar pelo bom funcionamento. No dia em que o Sr. Renato Duque esteve na CPI, nós só tínhamos o depoimento dele marcado. Nós temos sete depoimentos marcados, e um já foi feito; veio aqui o Sr. Youssef e contribuiu, respondeu os questionamentos. Agora, nós vamos ficar aqui a tarde inteira, talvez porque um Deputado quer 1 minuto na televisão, para podermos ver uma pergunta a ser feita e não sair?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, questão de ordem.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não concordo com isso, não, Sr. Presidente. Não é isso, não, Sr. Presidente. O problema é o precedente, Sr. Presidente. Permita-me,...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, uma sugestão.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu acho que nós devemos o seguinte: é óbvio que se a situação se configura em 15 minutos, falam dois ou três Deputados, tem perguntas para serem feitas, mas tem questões...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mas, Deputado Ivan...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Por exemplo, as oitivas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - As perguntas passaram 15 minutos sendo feitas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É, mas o Sr. Fernando Baiano, em seguida, pode falar a mesma coisa. Eu quero perguntar para o Sr. Fernando Baiano.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sugestão, Sr. Presidente, tenho uma sugestão.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não quero sair daqui, mesmo que eu vá para mesa só para perguntar para ele. Eu quero perguntar para ele.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Deputado Ivan, uma sugestão aqui.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não vou acatar isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vamos adiar a oitiva do Sr. Mário?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Adiar?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não adiar... Se tiver outra pessoa que queira falar vamos ouvir. Se houver tempo, a gente retoma e vai fazer as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não. Ou nós escutamos o Sr. Mário Goes agora ou não escutamos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu acho que ele pode contribuir sim.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu também acho.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Agora, podemos priorizar quem quer falar primeiro.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Cabe pelo menos uma indagação de V.Exa., saber se o Sr. Mário Goes estaria disposto a falar numa reunião reservada. Se ele estiver disposto, a gente transforma em reunião reservada — e isso aí é uma disposição dele — para que a gente possa ter uma contribuição, senão eu concordo com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já fiz esse questionamento.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não, o senhor não fez, formalmente, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Fiz o questionamento, e ele me disse que vai ficar calado a toda e qualquer pergunta, aqui ou reservada. O Sr. Mário Goes pode responder.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente...

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Eu não responderei às perguntas.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, há uma colaboração do Sr. Pedro Barusco, que devolveu 97 milhões de dólares, dizendo que o Sr. Mário Goes atuava em nome de várias empresas; inclusive, que o Sr. Barusco, que devolveu 97 milhões de dólares, na semana passada — e o Dr. Sérgio Moro aqui



devolveu 157 milhões para PETROBRAS —, disse que se reencontrava periodicamente com esse cidadão; que ele levava mochilas com valores que variavam de 300 a 400 mil reais. Ele tem o direito de ficar calado. Agora, os Parlamentares e a sociedade do Brasil têm que saber por que ele está aqui. Ele não está de graça esse tempo todo, aqui, preso. O Dr. Sérgio Moro deve ter considerações importantes para mantê-lo aqui.

Posso tentar fazer uma sugestão a V.Exa.? Todos aqueles, então, que usarem esse tipo de estratégia, nós deixamos para o final. Vamos aos que vão contribuir e depois chamamos de novo e fala de novo. Se não quer falar, vai ouvir, porque nós sabemos as conexões. Porque, daqui a pouco, vem uma palavra fora do lugar, uma frase fora do lugar. Eu já vi depoente falar depois de 3, 4 horas, e falar bastante, porque alguém tocou num ponto lá que desencadeou. Nós estamos aqui para trabalhar, Sr. Presidente, o senhor sabe disso.

Então, eu concordo com V.Exa., vamos dar agilidade, vamos ouvir quem quer falar. Quem não quiser falar, já fica acertado que volta aqui amanhã, e acabou, pronto!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não, nós temos que cumprir o cronograma de hoje.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Mas estão todos presos aqui. Quem vai, volta, não tem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos fazer o seguinte: então, se não há acordo, o que eu queria aqui fazer era justamente produzir, mas se V.Exas. querem ficar falando e o ouvir dizer que vai ficar calado, vamos seguir a ordem.

O Deputado Luiz Sérgio tinha a palavra. Vamos cumprir o cronograma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, diante...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, a proposta de adiar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não! Não, Deputado Izalci. Da mesma forma que V.Exas. não concordaram com o encaminhamento que eu fiz, eu também não concordo com o encaminhamento que V.Exas. fizeram. Vamos seguir o cronograma.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu concordo com o Presidente. Eu concordo com o Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agora, nós vamos aqui ver, passar aqui, vamos varar a noite e a madrugada?

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu concordo com a posição de V.Exa., e gostaria que o senhor colocasse em votação, porque eu acho que vai ser vencedora a proposta de V.Exa. Coloque em votação dentre os membros que estão aqui. Eu concordo com o senhor.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu também acho, está sob sua a responsabilidade a decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não! Porque, na verdade, na hora em que eu vou tomar uma decisão pelo bom funcionamento, eu sou entendido de forma errada, como que eu estou querendo beneficiar quem vai ficar calado. Não é isso!

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - De maneira alguma. Eu concordo com V.Exa..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Quem mais quer que esta CPI seja esclarecedora somos nós. Isso está muito claro.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - V.Exa. está corretíssimo. Eu acho que o senhor tem a maioria dos membros. Coloque em votação.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu também acho.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Coloque em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, é o seguinte: nós temos aqui uma proposta do Relator e uma proposta do Deputado Onyx, do Deputado Imbassahy e do Deputado Ivan Valente, que sugere...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - As propostas, desculpe-me, Sr. Presidente, do Deputado Ivan Valente, a minha e da Eliziane, elas são coincidentes. Nós dispensamos — nós, não o senhor —, e aí o que fazemos: fica ajustado que, depois que nós cumprirmos o roteiro aqui, nós chamamos de novo para expor o trabalho que...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mas chamarmos novamente? Então, é melhor expor agora, porque a gente já segue o cronograma. É a mesma coisa! Nós vamos só adiar, vamos só adiar o problema, entendeu?

Então, nós temos aqui a proposta do Relator, que é a proposta colocada, e que nós entendemos também ser a mais prudente, que seria, no caso de ele ficar calado, liberarmos e seguirmos para outra oitiva, e temos a opção de ficar aqui fazendo perguntas, mesmo sabendo previamente que o Sr. Mário Goes não vai responder.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, com todo o respeito, o senhor sabe que eu lhe respeito muito. Eu vi a CPI do Cachoeira ser destruída por esse expediente e, por isso, que eu estou brigando para que a gente não o adote.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tudo bem.

Deputado Luiz Sérgio, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu, primeiro, gostaria de fazer uma pergunta a V.Sa., Sr. Mário Goes: se V.Sa. vai, diante do que ouviu, responder ou se vai se manter em silêncio.

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Está desligado o microfone.

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, Sr. Presidente, eu trouxe uma sequência de perguntas para serem feitas, mas não vim...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Relator, poderia perguntar primeiro, ele podia se apresentar, e passa adiante, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O tempo é do Relator, Deputado Ivan. V.Exa. terá oportunidade de fazer as suas perguntas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado Ivan Valente, a primeira ação do Presidente Hugo Motta foi dar os 20 minutos ao depoente, que não quis utilizar e afirmou que vai ficar em silêncio. Então, eu não estou aqui para fazer um... começar a fazer perguntas a uma pessoa que não vai responder nada. Então, eu vou deixar consignado na Taquigrafia o conjunto de perguntas que organizei para fazer, e vou...



Porque também não vim aqui para fazer nem discurso, nem utilizar o mecanismo de forçar. Ele tem o direito constitucional de se manter, e eu vou respeitar. Vou deixar consignadas as perguntas que havia preparado para fazê-las.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa..

O próximo é o Deputado Altineu Côrtes, 1º Sub-Relator. Tem S.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Presidente, eu aqui também, entendendo o direito do depoente de usar a prerrogativa de não responder às perguntas e respeitando o estado de saúde deste senhor, que visivelmente está abalado, quero dizer que eu sou do Município de Itaboraí, lá no Rio de Janeiro, onde fica o COMPERJ, por exemplo. Vinte três mil pessoas perderam o emprego lá, Sr. Mário Goes.

As empresas estão citadas, aqui, eu poderia ler — eu também vou consignar as minhas perguntas, que eu quero terminar em 1 minuto, para não tomar o tempo, já acompanhando aqui o desejo de todos nós de dar celeridade ao nosso trabalho — ...as empresas com que o Sr. Pedro Barusco fez sua deleção, e citou o nome do senhor, são as empresas que participaram da corrupção do COMPERJ. Ele citou as mochilas com 300 e 400 mil reais, as contas no exterior, os 39 milhões e 700 mil reais pagos a Riomarine, de propriedade do senhor. Então, realmente, apesar de ser constitucional, é uma frustração, acredito para a população brasileira, o senhor não poder, o senhor usar o seu direito de não falar. E que o senhor saiba que, com o devido que eu tenho ao senhor, pela idade do senhor, pela condição de saúde do senhor, mas que esse assunto foi um assunto que, quando o senhor estava praticando, deu no que deu. Só no Rio de Janeiro, foram 23 mil desempregados, lá na nossa cidade, Itaboraí, fora o Brasil afora.

Então, Sr. Presidente, eu vou encerrando aqui, eu vou consignar as perguntas que eu faria aos depoentes. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas.  
(Pausa.)

O Deputado Bruno Covas também vai encaminhar por escrito, segundo informações do Deputado Izalci.

Vamos agora aos autores dos requerimentos.



O primeiro autor, Deputado Izalci.. Tem S.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, é muito importante que as pessoas saibam o que o Sr. Mário Goes está fazendo aqui.

O Sr. Mário Goes é operador financeiro da Andrade Gutierrez, da Mendes Júnior, da carioca Bueno Engenharia, da MPE/EBE, Schain, UTC e Setal.

Pedro Barusco fez aqui diversos depoimentos, em termos de colaboração, que ele deve conhecer todos. Eu não vou aqui para ganhar tempo, mas quero fazer, sim, algumas perguntas para que ele possa responder. Inclusive, até perguntaria: qual é a sua relação com o Pedro Barusco? V.Sa. confirma as informações que foram dadas pelo seu amigo Barusco? V.Sa., que foi sócio dele, por incrível que pareça, na JPA — Lavanderia Industrial Limitada, o que o motivou para constituição dessa sociedade: a lavagem de capital? A facilitação do repasse de propina para Pedro Barusco?

Segundo levantamentos que fizemos, em 88 projetos da PETROBRAS indicados por Pedro Barusco, cerca de 95 milhões de dólares de propina foram intermediados por V.Sa. — 95 milhões de dólares foram intermediados por V.Sa.! — e desse montante Renato Duque teria ficado com cerca de 19 milhões, Pedro Barusco com cerca de 13 milhões, Paulo Roberto com cerca de 28 milhões de dólares, e Vaccari Neto, de acordo com o levantamento que fizemos, 31 milhões de dólares. Além deles, alguém mais recebeu recurso de V.Sa.? E, se souber, quem foi, além deles, que recebeu mais alguma coisa? V.Sa. tem envolvimento com Pedro Barusco, conforme delação premiada, de 2004 até 2013. Isso é correto? Provavelmente V.Sa. intermediou também operações do mensalão. Por que, no caso da OAS, em relação à parcela de propina destinada a João Vaccari Neto, do PT, V.Sa. tratava diretamente com Léo Pinheiro, Presidente da empresa? Precisamos saber disso. Por que os pagamentos de propina para Pedro Barusco, em nome próprio, ou agindo em favor de Renato Duque, foram feitos na sua maior parte no exterior, e apenas uma pequena parte concretizada em dinheiro no Brasil? V.Sa., quando tratava de propinas com Renato Duque ou Pedro Barusco, enxergava o PT por trás das negociações? V.Sa. chegou a fazer alguma tratativa diretamente com Vaccari Neto? Quando, onde e em que circunstância? De acordo com o Ministério Público, V.Sa. controlava as *offshore* Maranelle e Investimentos S.A. e,



por intermédio dela, foram lavados recursos para Pedro Barusco e Renato Duque, de contratos inclusive tocados pelo estaleiro Jurong. V.Sa. operou com Pedro Barusco e Renato Duque também em contrato da Sete Brasil? Conhecia a Sete Brasil? Quais os contratos da Sete Brasil que V.Sa. operou? Pedro Barusco disse que V.Sa. adquiriu, no ano de 2008, um avião Baron, no valor de 600 mil dólares, no Brasil. Barusco inclusive participou da compra com 300 mil dólares, e, posteriormente, V.Sa. trocou a aeronave pelo avião B-200 turboélice, bem antigo, 1990. Pedro Barusco participou com mais 200 mil dólares. V.Sa., em alguma oportunidade, chegou a transportar parte dos recursos desviados nas aeronaves, usou essa aeronave para transportar recursos desviados?

Então, são essas, Sr. Presidente, e outras. Há diversas aqui, porque, na prática... Aqui, por exemplo, V.Sa. confirmou que repassou 7,5 milhões de dólares para Pedro Barusco, por intermédio de *offshore* de sua propriedade. Além desse valor, quanto V.Sa. repassou, em espécie, para ele, para Renato Duque e para Vaccari? V.Sa. entende que esse esquema serviu aos interesses políticos e partidários do PT? V.Sa., em alguma oportunidade, ouviu dizer que o Palácio do Planalto tinha conhecimento desse esquema?

Então, Sr. Presidente, precisa, sim. Ele pode não falar, mas precisa ouvir muita coisa. São essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, vamos ao próximo autor, Deputada Eliziane Gama.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - V.Exa. podia só listar quem são os convocantes, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é o próximo autor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tá.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Srs. Relatores, eu queria só mais uma vez colocar que, considerando inclusive esse tempo que nós temos, quando a gente faz a insistência de fazer as perguntas, é exatamente considerando a questão do precedente, sob pena de a gente, de repente, chegar ao final desta vinda aqui, e todos os demais convocados acabarem não falando, recorrendo a esse mecanismo e, portanto, inviabilizando os trabalhos desta



Comissão. Mas na verdade eu vou fazer, eu tenho algumas perguntas, mas eu vou fazer apenas duas perguntas, já que o Mário Goes realmente se manifesta com o seu direito, que lhe é peculiar, de não responder às perguntas. E as perguntas são basicamente na linha do que já foi feito, que é exatamente sobre a sua relação com Pedro Barusco, qual o grau de proximidade que existe entre vocês e, ao mesmo tempo também, qual a sua relação com Renato Duque e com João Vaccari, que foi uma das pessoas que acabou tendo um papel muito proeminente no que se refere à questão do pagamento de propinas ao PT?

Referente também à aquisição do avião que já foi colocado aqui, um King Air, em sociedade com Pedro Barusco, no valor de 1 milhão de reais, se realmente essa informação é confirmada e em nome de quem está essa aeronave, ao mesmo tempo também se ela está incluída no valor de 97 milhões de dólares que o Pedro Barusco já se comprometeu a devolver aos cofres públicos.

Ao mesmo tempo, o senhor, Sr. Mário, é acusado por Pedro Barusco de repassar propina por ele, Barusco, e para o Diretor Renato Duque. O senhor, portanto, poderia nos confirmar essa informação e até mesmo quais os valores que foram repassados por V.Sa. dentro desse esquema de corrupção.

As demais perguntas, Presidente, eu vou consignar por escrito para que possa ser consignado... Vou encaminhar por escrito para que possa ser consignado no relatório da Comissão.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pelo fato de o depoente se manter calado, vamos ao próximo autor, o Deputado Ivan Valente. V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Mário Frederico Goes, o senhor conhece a Sra. Cíntia Provesi Francisco?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Eu permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Bem, eu queria colocar o seguinte, o senhor Mário Frederico não é uma peça secundária nos mecanismos, ele é um grande operador, é um grande operador. Então, veja, Barusco foi a pessoa que falou na maior soma de desfalques da PETROBRAS: devolver 97 milhões de dólares,



quer dizer, isso é mais de 300 milhões de reais. Em todas essas questões, o senhor é uma espécie de sócio do Sr. Pedro Barusco, inclusive, segundo denúncia do MPF, o senhor atuou como operador financeiro em nome de várias empresas e/ou consórcios controlados pela PETROBRAS. E são várias as grandes empreiteiras — Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Carioca, Schahin, OAS, Setal, UTC e assim por diante. O que eu quero perguntar ao senhor é o seguinte: o senhor foi sócio do Sr. Pedro Barusco?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Como já disse antes, eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor era... A pergunta que eu faço é a seguinte: o Sr. Pedro Barusco fez graves denúncias ao senhor, ele acusou o senhor de vários ilícitos gravíssimos e de vantagens indevidas. Por que ele o acusaria, estando em delação premiada, se ele vai ser prejudicado com isso?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Conforme dito, eu continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Essa conta Maranelle está em nome do senhor? É sua essa conta no exterior?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Conforme dito, com todo o respeito, permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor ou suas empresas financiaram campanhas eleitorais?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Permaneço em silêncio conforme já informado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Dos empreiteiros presos, quantos o senhor conhece?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Conforme dito, continuo permanecendo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu acho que é um direito do nosso depoente permanecer em silêncio.

Agora, eu queria concluir a minha fala, Presidente, colocando o seguinte: o Sr. Mário Goes aparenta estar em situação precária de saúde. Teve dificuldades até



para se locomover até aqui. Ele poderia ter apresentado um atestado médico para depor em seguida, mas ele preferiu vir de qualquer forma e manter o silêncio.

É interessante porque são situações bastante distintas. Teve gente que não foi depor e apresentou atestado médico lá naquele momento. Então me parece que o depoente está adotando um mecanismo, e nós não devemos deixar que, uma vez ele ouvido aqui em Curitiba, ele não possa ser ouvido novamente pela CPI. Eu estou colocando que reapresentarei o pedido de convocação depois da oitiva de várias outras pessoas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É um direito que assiste a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Júlio Delgado. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu estou vendo certamente aqui... O Deputado Delegado Waldir vai fazer... Eu quero, como autor do requerimento — há as perguntas que foram feitas pelo Deputado Izalci e Deputado Ivan Valente —, indagar o seguinte: o Sr. Mário Goes, que está alegando até uma certa precariedade de saúde para vir aqui e negar as respostas às nossas perguntas, não vai perder a oportunidade de nos ouvir e os questionamentos que são apontados contra ele. E eu gostaria de dizer a ele que eu deixo as perguntas também para a Taquigrafia, mas, de tudo o que foi dito pelos meus companheiros Deputados, o senhor foi responsável por muita coisa de ruim que a PETROBRAS está passando e que as pessoas estão passando, como disseram os próprios empregados da COMPERJ, em Itaboraí, e meu colega Deputado Altineu Côrtes, muita coisa ruim. Agora quem pode estar passando algo de ruim é V.Sa. com o problema de saúde alegado, não querendo responder com uma elucidação de que a sociedade precisa. É com essa sua imagem que a sociedade vai ficar, essa imagem de uma pessoa precária, como se não tivesse feito tanto mal ao País e a uma empresa tão importante como a PETROBRAS.

Digo que vai ter que ouvir. E mais, vai ter que ser chamado novamente com toda a precariedade. Também concordo com o Deputado Ivan Valente, vai ter que voltar a Brasília para nos esclarecer, em algum dia, em algum momento, isso tudo



que, como interlocutor, muleiro, maleiro, seja qual for o nome, o mal que o senhor fez à PETROBRAS e ao Brasil. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Celso Pansera. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, quando eu propus a vinda para cá, não me frustrei ao saber que alguns não... Não me frustrei com a atitude do depoente e não vou me frustrar com os demais, porque quem está frustrada na verdade é a Nação brasileira com tudo o que aconteceu.

Se fosse fácil arrancar a verdade, nós não precisaríamos da CPI nem precisaríamos da Justiça e da Polícia Federal trabalhando. Então, a gente tem que estar preparado para esses reveses. A gente vai continuar trabalhando para um bom relatório.

Eu vou também deixar as minhas perguntas com a Mesa. Eu só queria fazer um... Eu vou ler aqui um trecho do pedido de prisão do Sr. Mário Goes, escrito pelo Juiz Sérgio Moro, para que a sociedade pelo menos saiba de alguma coisa por que ele está aqui.

Primeiro, vou começar antes. No dia 28 de fevereiro o portal G1 publicou o seguinte trecho: um que esse senhor é um *“Intermediador de propinas entre empreiteiras contratadas para obras na PETROBRAS e dirigentes e empregados da PETROBRAS”*. (...) *“foram apreendidos diversos contratos celebrados entre a Riomarine Oil e a Gás Engenharia e Empreendimentos LTDA e diversas empreiteiras”*. A reportagem dizia assim ao fim, *“Os contratos visavam habilitar Goes a receber propinas, que depois seriam repassadas a empregados e dirigentes da PETROBRAS”*.

Aí no trecho em que o Juiz Dr. Sérgio Moro determina a prisão dele, ele escreve o seguinte: *“Em especial, perturba este Juízo a existência de provas de que Mário Goes, na intermediação de propinas, teria atuado para Pedro Barusco”* (ex-gerente da PETROBRAS - delator da Lava-Jato) *“e Renato Duque no passado e persistiria atuando, na intermediação de propinas periódicas, agora da Arxo para a PETROBRAS Distribuidora, de 2012 até pelo menos o final de 2014”*.



Esse é um trecho do pedido de prisão feito pelo Juiz Sérgio Moro. Eu vou fazer uma única pergunta ao nosso depoente: o que o senhor tem a dizer sobre esse trecho da decisão do juiz?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Conforme já dito, permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, era isso. Eu vou deixar as minhas perguntas com a Mesa organizadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos agora à lista dos inscritos.

Deputado Aluisio Mendes.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente, eu sei que essa é uma estratégia de defesa — inclusive recomendo ao Sr. Mário Goes que consulte outros advogados. Ele, se tivesse aderido à colaboração premiada, talvez estivesse em uma situação muito melhor. E essa figura adoentada, alquebrada aí, essa é uma estratégia de defesa. Eu estou com fotos dele aqui, dias antes da prisão, no Jockey Club, altivo, altaneiro, comemorando a vitória de cavalos, mas eu acho também que é uma perda de tempo. Eu vou encaminhar minhas perguntas à Comissão, porque nós não vamos ganhar nada com essa figura patética, alquebrada, simulando aqui estar mal de saúde, para sensibilizar a sociedade brasileira.

Então, eu declino de fazer minhas perguntas e as encaminho à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Primeiro eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Mário Goes. Sr. Mário Goes, o senhor pensa em fazer uma delação premiada? Sim ou não?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Eu permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Bom, então o senhor vai ouvir em silêncio o que pede o Ministério Público a seu respeito: onze vezes por corrupção ativa, entre 2007 e 02 de dezembro de 2011; mais 11 vezes por corrupção passiva; mais seis vezes por corrupção ativa majorada. O senhor tem aqui mais quatro vezes por corrupção ativa majorada, no período de 2009 a 2011. O senhor tem mais quatro



vezes, no ano de 2011, por corrupção passiva; mais quatro vezes entre 2006 e 2008. E, no crime de lavagem de dinheiro, que pode ser de 3 a 10 anos, o senhor é acusado 323 vezes.

Marcos Valério tinha muito menos, não tinha uma quinta parte do que o senhor é acusado, uma décima parte: pegou 40 anos. O senhor acha que o senhor vai pegar quantos? Porque é evidente que o senhor deve pensar na possibilidade do que o senhor vai pagar.

Tem um aspecto muito importante. A decisão vai ser aqui em Curitiba, com um dos mais preparados, mais capazes e mais duros juízes brasileiros. O senhor talvez passe para a história como o condenado com o maior número de anos na cadeia. Claro, a doutora vai dizer: há uma dosimetria, depois tu ficas uns 10 anos de cadeia e aí depois ganha progressão de pena. Mas creio que isso seguramente deveria fazê-lo pensar.

Outras pessoas tiveram a atitude que o senhor está tendo, refletiram melhor, as suas famílias refletiram melhor, e essas pessoas já tiveram benefícios diretos. Está aí o Paulo Roberto Costa, que poderia pegar um tempo similar ao do senhor, e está aí com 2 anos de prisão domiciliar, que é muito mais confortável do que a cana dura que o senhor já conhece, né, de comer quentinha, ter horário para tomar banho de sol, vestir macacão, usar o banheiro na frente de outras pessoas, bem diferente do estilo de vida que seguramente o senhor tinha antes.

Então, as minhas considerações são no sentido também de que a Justiça já sabe que o senhor carregava mochila de dinheiro, que alguns encontros eram lá em São Conrado, na sua casa. O próprio Pedro Barusco afirma que ia na sua casa buscar de 300 a 400 mil reais em dinheiro lá em São Conrado, que o senhor operava as contas Maranelle e PHAD, ambas na Suíça, do Banco Safra, que depois aconteceram transferências para as contas de Daydream e Backspin, no Banco Lombard Odier, na Suíça também. Da mesma maneira, de maneira muito clara e muito objetiva, o senhor se encontra numa situação muito complicada.

Então, eu queria concluir dizendo que muito provavelmente o senhor retorne para acareações na CPI, mas, daqui até lá, eu sugiro que o senhor, primeiro, considere a possibilidade de trocar de escritório de advocacia, porque, se o senhor continuar com o atual, provavelmente o senhor seja o campeão de condenações



pelo volume. Ninguém aqui no processo tem o número de acusações que o senhor tem. Acho que o senhor devia refletir isso com muita clareza, porque é a sua vida que está em jogo, não é a de ninguém que lhe entregou dinheiro para o senhor entregar para quem quer que seja.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Fui solicitado agora pela advogada do Sr. Mário Goes, e é um direito que lhe assiste, de cobrar um pouco mais de respeito com o seu cliente. Eu disse a ela que, na fala do Deputado, eu não posso interromper. Então, eu registro aqui o apelo feito pela Sra. Advogada aos Srs. Parlamentares que ainda vão falar.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Bom, Sr. Presidente, só deixar claro que o que eu citei aqui, primeiro: é público, está no *site* do Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Segundo, é um dinheiro que tenho. Terceiro, o advogado orienta o cliente, advogado não tem autoridade para interferir na nossa investigação, autoridade sequer para interferir na investigação, sequer para falar ao microfone!

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, respeite a classe dos advogados!

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Ah, o que é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, eu peço só que o senhor mantenha a ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu mantenho a ordem.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E, se for necessário, mande sair.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao próximo inscrito, Deputado Antonio Imbassahy. *(Pausa.)* Não está aqui presente.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Graças a Deus, não! E muito menos o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Perondi.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, o cidadão que está aqui está com uma questão profissional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já restabeleci a ordem.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É inócua a nossa discussão aqui.

Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Bom dia, Sr. Mário Goes! Boa tarde, né? Acho que estou errando. Por favor, eu gostaria de saber qual é a idade do senhor?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Setenta e quatro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Setenta e quatro anos. O senhor tem uma esposa?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Tenho, lógico.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor pode falar, declinar o nome dela para gente, ou não?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Eu preferiria não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. O senhor tem filhos?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Graças a Deus!

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quantos filhos o senhor tem? Não precisa dizer o nome não.

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Quatro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quatro filhos. O.k., tranquilo. O meu nome é... Sr. Mário Goes. O meu nome é Delegado Waldir. Eu sou delegado há 15 anos. Há 15 anos eu estou acostumado a interrogar e ouvir pessoas de todas as características, criminosos, e aqui eu estou tendo uma possibilidade diferenciada de interrogar, de perguntar aos criminosos que mais quebraram o nosso País, né, tomaram o dinheiro da PETROBRAS. O senhor sabia que, em razão da falta, da corrupção na PETROBRAS, neste momento, pessoas, com menos idade que o senhor, estão morrendo nas UTIs, porque nós não temos UTIs? O senhor sabia que



está faltando medicamento nas farmácias públicas, porque foi tirado dinheiro da PETROBRAS? O senhor tem conhecimento disso, Sr. Mário Goes?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Mário Goes.

Eu percebi aqui que o senhor entrou cabisbaixo, o senhor entrou cabisbaixo, acompanhado pela Polícia Federal, cabeça baixa. Permaneceu o tempo todo agora, durante as perguntas dos meus colegas, de cabeça baixa, calado, aparentando ser uma pessoa humilde, parecendo até que os colegas Deputados, quando falaram de milhões que o senhor carregou ou que o senhor pagou, que os nossos Deputados estão mentindo, que o Dr. Sérgio Moro está mentindo, que os promotores estão mentindo, me parece que... Foi o que eu percebi. Eu faço muito a leitura da situação psicológica da pessoa. Eu vi, eu vejo o retrato do senhor, permanece de cabeça baixa, aparentemente bem humilde. Consegui tirar algumas respostas do senhor, fico feliz, como delegado, de ter conseguido.

Mas o senhor não sente vergonha da sua esposa e dos seus filhos, de estar aqui hoje, de estar no presídio, de estar nessa situação assim humilhante, que é estar num presídio brasileiro, Sr. Mário Goes?

**O SR. MÁRIO FREDERICO DE MENDONÇA GOES** - Eu permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. O senhor tem amigos, o senhor tem amigos, mas hoje o senhor é considerado, pela imprensa, pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, membro de uma organização criminosa, a maior organização criminosa que se instalou neste País. É a maior organização criminosa que se instalou neste País, e o senhor é membro dela, uma organização criminosa. Hoje, hoje, hoje, o senhor é considerado um bandido, o senhor é considerado um criminoso. E o senhor já fez parte da sociedade carioca, o senhor andou nos melhores gabinetes, veste roupa bacana, roupa boa. E o senhor envergonha as pessoas idosas honestas. Nós temos milhares...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu tenho 5 minutos, não é? Me dá um tempinho, por favor, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já esgotou os 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor envergonha as pessoas honestas deste País. O senhor envergonha, com certeza.

Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Eu vejo o seguinte: eu conversei com o Vaccari e disse para ele que ele era o maior bandido deste País. Ele deveria entrar para o *Guinness Book* e com certeza vai entrar. E eu digo que com o senhor também não vai ser diferente, com o senhor não vai ser diferente. O senhor vai entrar para o *Guinness Book* também. E eu acho que, depois, ao final, a CPI pode pedir isso aí, como a pessoa idosa que roubou o maior dinheiro do povo mais sofrido no mundo. Com certeza o senhor vai entrar como a pessoa mais idosa que meteu a mão no dinheiro do povo brasileiro.

E o senhor, com essa fisionomia hoje diferenciada, cabeça baixa, diferente dos momentos em que o senhor estava com o Barusco, é um exemplo, um exemplo muito claro, muito claro, que o bandido e o crime não têm cara, não têm cara!

Obrigado por ter levantado a cabeça agora para ouvir essa parte final da minha colocação. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Indago se mais algum Parlamentar deseja fazer algum questionamento.

Não havendo mais Parlamentares inscritos, libero o depoente, como ele já optou por ficar em silêncio sobre todas as perguntas.

De imediato, já chamo o próximo depoente, o Sr. Nestor Cerveró, para tomar assento à Mesa.

Determino, ainda, a publicação das transcrições, através da Taquigrafia, para que as perguntas encaminhadas pelos Srs. Parlamentares que não foram feitas, através do serviço de som, sejam incluídas na ata e na Taquigrafia desta reunião para que constem todas as perguntas que os Parlamentares tinham por fazer ao Sr. Mário Goes, que previamente anunciou o seu direito de ficar calado, reivindicou o seu direito de ficar calado.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos



requerimentos aprovados como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais, inerentes a sua condição, inclusive de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, devo informar a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Concedo a palavra ao Sr. Nestor Cerveró, por até 20 minutos, para que faça as suas saudações iniciais.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Boa tarde, Deputado Hugo Motta, Presidente da Comissão. Deputado Luiz Sérgio, Relator da Comissão, Deputado Altineu, Sub-Relator, Srs. Deputados, eu queria fazer uma pequena declaração, antes de se iniciar o trabalho, que eu gostaria de me permitir escrever, que são três palavras, simplesmente, que eu queria afirmar o seguinte: que eu fui preso, eu estava de férias, agora no final do ano, minha casa, dos parentes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Perto do microfone, por favor.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - ... dos parentes da minha mulher, na Inglaterra. Fui preso e voltei, fui preso e execrado, porque voltei para o Brasil para enfrentar as acusações inexistentes, confiando na Justiça brasileira. Inclusive, como foi dito na minha justificativa, na minha ordem de prisão, eu tenho passaporte espanhol. Quer dizer, eu poderia, se não tivesse confiança na Justiça brasileira e na confiança dos fatos e na realidade dos fatos que eu já relatei várias vezes, eu poderia muito bem ter permanecido na Europa e na Espanha, já que eu tenho passaporte espanhol. Mas eu preferi retornar ao Brasil, tendo em vista a minha confiança e a certeza que a verdade, ao final, vai prevalecer. Nunca me neguei a prestar esclarecimento a quem quer que solicitasse. Inclusive vou me permitir o testemunho do Deputado Hugo Motta, que me convidou, isso no ano passado, quando surgiu a questão da refinaria, convidou-me para a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, e eu fiz questão de comparecer, onde fiz uma apresentação de 2 horas, esclarecendo tudo sobre a compra e aquisição das refinarias. Além disso, eu compareci mais quatro vezes às CPIs, à CPI do Senado e três vezes à CPMI. Nunca me neguei a comparecer; ao contrário, o meu advogado, desde que eu



retornei, no ano passado, de viagem, quando surgiu o assunto, sempre nos colocamos à disposição da Justiça Federal, do Congresso e dos órgãos envolvidos no assunto para qualquer tipo de esclarecimento. Agora, estou preso, aguardando um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto ao absurdo da decisão judicial que determinou o meu encarceramento, já que eu deveria estar respondendo a esse processo em liberdade. Mas afirmo a V.Exas. que não perdi meus direitos, dentre eles o de ser assistido pelo meu advogado, bem como o de aguardar a decisão definitiva da nossa Corte Maior. Assim, por orientação do meu advogado, deixo momentaneamente de me pronunciar. Vários dos senhores que estão aqui foram testemunhas do meu comparecimento às diversas CPIs e de eu nunca ter me negado a responder a nenhuma questão, inclusive, tendo o direito de permanecer calado. Na CPMI, da última vez, com o Senador Vital do Rêgo, na época, eu tinha o direito de permanecer calado e não permaneci calado, respondi todas as perguntas. Só que agora surgiu uma questão completamente diferente. A Constituição está violando os meus direitos de responder em liberdade. Quando eu compareci à CPMI, eu estava em liberdade. Não há motivo para eu estar em prisão provisória, prisão preventiva. Não é isso? Então, é esse o manifesto só que eu queria fazer. Então, por orientação do meu advogado, eu deixo, momentaneamente, de seguir o meu procedimento habitual de me pronunciar, enquanto não forem restabelecidos os meus direitos constitucionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, eu assumirei a mesma postura que tive em relação ao Sr. Mário Goes. Não vou fazer aqui um diálogo de surdos, fazer uma série de questionamentos ao depoente que já afirmou que não vai responder. Então, eu vou protocolar, na Taquigrafia, as perguntas que faria. E reafirmo que, no meu entendimento, nós deveríamos dispensar o depoente em razão desse posicionamento dele de se valer dos direitos constitucionais para não responder as perguntas.

São minhas palavras, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Já determino novamente que todas as perguntas encaminhadas pelos Deputados sejam incluídas, pela Taquigrafia, na transcrição dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, primeiro Sub-Relator.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Cerveró, respeitando o direito do senhor de permanecer calado, que a Constituição lhe garante, mas é realmente uma frustração para a população brasileira, porque esta CPI e a Operação Lava-Jato realmente têm despertado o interesse e a revolta da população brasileira pelos milhões, bilhões de reais de prejuízo que a PETROBRAS teve e o desemprego de milhares de brasileiros que vêm ocorrendo.

O senhor era Diretor Internacional da PETROBRAS, quando, segundo o TCU, resultou um prejuízo de 792 milhões de dólares a compra da Refinaria de Pasadena. O Sr. Paulo Roberto Costa e o Sr. Youssef declararam, em delação premiada, que o senhor recebia propina, a não ser que os dois estejam colocando em risco a sua própria delação premiada. Nessa ação, o senhor responderá por dois atos de corrupção passiva e 64 de lavagem de dinheiro.

Eu não vou me estender aqui, Sr. Presidente, gostaria de fazer as perguntas.

Eu gostaria de saber, por exemplo, a relação do senhor com o Sr. Oscar Algorta, o apartamento que foi adquirido pela Jolmey do Brasil. O senhor está perdendo a oportunidade de esclarecer isso para os brasileiros, até porque, se o senhor tem razão, e o senhor defende aí, com todo o direito que a Constituição lhe assiste, sentindo-se indignado pela sua prisão, mas, se o senhor tem razão, o senhor poderia usar aqui, hoje, este momento para esclarecer. Eu, por exemplo, gostaria de perguntar ao senhor qual o salário do senhor na PETROBRAS, se o senhor anda recebendo salário desde que o senhor foi preso, porque a gente tem informações de que isso acontece. Acontece?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Eu vou lhe pedir desculpas, Deputado, mas eu vou manter a minha postura de não responder as questões.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - No vídeo que está vazando, que foi vazado na Internet, do depoimento do senhor com o Dr. Sérgio Moro, o senhor se mostra injustiçado. Na realidade, a população brasileira vem aplaudindo o trabalho do Dr. Sérgio Moro, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, que desvendou toda essa quadrilha. E o Dr. Sérgio Moro não lhe deu a resposta



completa. Uma das respostas dele diz: “*Tem mais do que a revista*”. O senhor acha que foi só a revista que foi usada como base para sua prisão pelo Ministério Público?

Então, Sr. Presidente, tem várias perguntas aqui. É uma pena a gente não poder ouvir o Dr. Cerveró.

Diz o ditado que quem cala consente, apesar do direito do senhor. Outros colegas vão fazer as suas considerações.

Eu vou, Sr. Presidente, protocolar aqui os meus questionamentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Sub-Relator, Deputado Bruno Covas. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, eu também depois vou encaminhar as minhas perguntas por escrito. Aquelas que o Dr. Cerveró quiser responder, ele pode responder. Eu só queria um esclarecimento em relação a sua justificativa. Pelo que entendi, V.Exa. disse que não vai falar enquanto não lhe for retomado o seu direito constitucional de responder em liberdade. O senhor entende a sua prisão inconstitucional?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Bom, essa eu vou responder, porque faz parte...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Até pelo que o senhor já justificou aqui, então, é um tema que o senhor mesmo abordou.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Eu estou confirmando o que eu já afirmei.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor entende a sua prisão inconstitucional? É isso?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos, agora, aos autores dos requerimentos.

O primeiro autor é o Deputado Izalci. Em seguida, Deputado Onyx, Deputado Ivan Valente, Deputado Júlio Delgado e Deputado Celso Pansera.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Nestor Cerveró, eu farei essa pergunta, porque acho que V.Sa. também irá responder, porque eu estive na CPMI do Senado e também na CPMI do Congresso. E vou fazer essa pergunta, porque há uma divergência de colocação de V.Sa., o que V.Sa. disse lá e o que V.Sa. disse aqui, agora, para o Dr. Sérgio Moro.

V.Sa. pagava o aluguel do apartamento situado na Rua Nascimento Silva, em Ipanema, no qual morou por 5 anos? É a mesma pergunta que nós fizemos lá e que V.Sa. respondeu.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Eu vou me manter dentro do meu direito constitucional de não responder.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas V.Sa. concorda que lá V.Sa. disse que pagava 7 mil reais por mês, de 7 a 8 mil, e que aqui V.Sa. disse para o Juiz Sérgio Moro que não pagava nada? Então, V.Sa. mentiu, então, na CPMI?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Eu vou manter aqui o meu direito constitucional de não responder.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas nem essa aqui, essa dúvida que está tão clara aqui? Achei que essa V.Sa. responderia, já que V.Sa. se coloca como, que não tem culpa nenhuma e que não participou de nada. Então, eu vou continuar essa mesma pergunta aqui.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - E eu vou continuar dizendo que...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, não tem problema. Mas V.Sa. vai ouvir.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Ah, sim, pois não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. pode não falar, mas tem que ouvir, porque V.Sa. foi um dos responsáveis pelo que está acontecendo neste País. V.Sa. contribuiu muito, inclusive com Pasadena, e mentiu na CPMI, mentiu, dizendo que pagava de aluguel de 7 a 8 mil por mês. Levou a esposa de V.Sa. para essa audiência e mentiu para todos nós lá. E agora aqui, na oitiva perante o Juiz Sérgio Moro, V.Sa. disse que não pagava aluguel, que, além disso, morou 5 anos em imóvel avaliado em 7,5 milhões. Havia afirmado que pagava, V.Sa. chegou a dizer lá inclusive de 4 a 5 mil reais, depois passou para 7 a 8 mil. Há muitas inconsistências. Isso aqui só prova que V.Sa. vai ficar aqui por muito tempo. Não é injusta essa



prisão, porque só essa pergunta aqui já deixa claro que V.Sa. mente descaradamente para todos.

Eu vou deixar aqui várias outras perguntas que eu espero que, sei lá, daqui a 1 ou 2 anos, quando V.Sa. sair daqui, V.Sa. possa responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Próximo autor inscrito, Deputado Onyx Lorenzoni. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu vou repetir aqui o que eu disse quando Paulo Roberto Costa esteve lá na CPMI no Senado. Essa é a minha 12ª CPI. Todas as vezes que uma pessoa se valeu desse direito foi porque ela tinha culpa no cartório. Nunca vi gente decente, com a verdade do seu lado, se valer desse direito. Sempre que se usa esse direito, na verdade, é porque tem algo a esconder, como nós vimos na delação premiada do Paulo Roberto Costa.

O Sr. Paulo Roberto Costa, na sua delação premiada, diz que Fernando Baiano — que era o Sr. Fernando Soares, que vai estar aqui, provavelmente vai usar do mesmo direito, como bandido que é — que pagou a ele, ele recebeu 1,5 milhão de dólares para não atrapalhar a compra de Pasadena. E é lícito supor que se pagou a ele 1,5 milhão de dólares, e Paulo Roberto estima, no seu depoimento, que a Operação Pasadena deve ter rendido a Nestor Cerveró, a Fernando Baiano e ao seu grupo algo entre 20 ou 30 milhões de dólares pagos pela Astra Oil. E, mais cedo ou mais tarde, o senhor vai ter que explicar isso ou, se não explicar, vai pagar a conta.

O Dr. Sérgio Moro é um juiz competente, um homem que até agora não teve nenhuma das suas decisões questionadas judicialmente, e creio que as sentenças que ele irá proferir vão revelar, em toda a sua extensão, o que nós estamos assistindo.

Mas há uma curiosidade. O Sr. Nestor Cerveró aqui, que está com os seus bens indisponíveis de tão honesto que é, por conta do Tribunal de Contas da União, do prejuízo que ele ajudou a dar de 700 milhões de dólares, ele argui, na sua defesa ao Tribunal de Contas da União, que a responsabilidade da decisão da compra de Pasadena não era da Diretoria Internacional, não era da Diretoria Executiva da PETROBRAS, porque, de acordo com o Estatuto da PETROBRAS, que li



atentamente, é verdadeiro. A responsabilidade não é, em última análise, da Diretoria. A responsabilidade é do Conselho de Administração.

O porta-voz do Palácio do Planalto, ex-porta-voz André Singer, disse que a Presidenta Dilma, então Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, na época Ministra-Chefe da Casa Civil, tomou a decisão baseada em um laudo equivocado, malfeito, incompleto, encaminhado à análise do Conselho de Administração pelo Sr. Nestor Cerveró. Então, a pergunta é: é verdade ou é mentira que o senhor encaminhou um documento malfeito?

E, segundo, o outro questionamento que eu queria fazer ao senhor é o seguinte: na medida em que a decisão foi ao Conselho, e nós já encontramos o trabalho feito pelo diretor jurídico do Departamento Internacional, que ofereceu um parecer jurídico, relatando que a Cláusula de Put Option e a Cláusula de Marlim estavam presentes no contrato analisado pela diretoria jurídica da PETROBRAS e que o Estatuto da PETROBRAS e o Regimento definem que nenhuma matéria pode ser apreciada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração sem esse parecer jurídico, que foi encaminhado a tempo, porque a elaboração dele foi no início de janeiro de 2006. A reunião é em fevereiro e a assinatura do contrato é em março de 2006. A minha segunda pergunta ao Sr. Nestor Cerveró, oportunidade dele esclarecer ao Brasil, é se confirma que o assessor jurídico, o diretor jurídico da Diretoria Internacional fez efetivamente o parecer jurídico, Dr. Altineu, encaminhou à Diretoria Executiva, e esse parecer foi à reunião do Conselho de Administração, que aprovou a tragédia da compra da Refinaria de Pasadena.

Então, essa é a oportunidade que o Sr. Nestor Cerveró tem de poder esclarecer ao Brasil — e talvez até ajudar a sua própria defesa — no sentido de dizer se esse relatório feito pelo diretor jurídico da Diretoria Internacional efetivamente foi feito, efetivamente foi apresentado à Diretoria Executiva e acompanhou o parecer que foi enviado ao Conselho de Administração da PETROBRAS. Uma boa resposta pode ajudar a livrá-lo do débito de 700 milhões de dólares que o Tribunal de Contas da União atribui ao senhor, ao Sérgio Gabrielli, ao Paulo Roberto Costa e aos demais diretores, como copartícipes desse prejuízo dado à PETROBRAS. A oportunidade é sua.



**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Deputado Onyx, desculpe, mas eu vou manter meu direito constitucional, não vou lhe responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Onyx Lorenzoni.

Vamos agora para o próximo autor, Deputado Ivan Valente. V.Exa. tem a palavra. Se desejar, pode vir até aqui à mesa para fazer os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Boa tarde, Dr. Cerveró. Vamos ver se assim o senhor fica mais relaxado e resolve (*riso*)... Eu coloquei isso, brincando, mas, sinceramente, eu já vi vários depoimentos, eu já também inquiri na Comissão de Fiscalização e Controle, assisti aos seus vídeos que estão postados aí na Internet, o senhor mostrando indignação, inclusive junto ao Juiz Moro. E aqui, no seu depoimento inicial, eu estou entendendo que o senhor está fazendo um protesto por estar se sentindo injustiçado por estar preso. A sua prisão é constitucional. Então, eu acho que aqui seria exatamente o contrário: V.Sa. tem um espaço aberto para se defender, já que V.Sa. está preso, neste momento, não tem o *habeas corpus*. Eu queria entender isso, por que o senhor, se o senhor está convicto da sua versão dos fatos e tem condições de encarar a sociedade, o senhor não pode responder às perguntas?

**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Deputado Ivan Valente, é um prazer falar com o senhor. Eu estou seguindo uma orientação da minha defesa. Então, eu lhe peço desculpas, mas não vou responder a sua pergunta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu tenho, por dever, senão eu acho que há uma imensa frustração, veja, porque eu acho que é uma incoerência nós demonstrarmos uma indignação e, ao mesmo tempo, tendo a oportunidade de desmentir... Eu vou citar outros fatos: o senhor já fez uma acareação com o Sr. Paulo Roberto Costa. Então, não é uma novidade. Fazer acareação... Exatamente o Sr. Paulo Roberto Costa e o Sr. Alberto Youssef é que estão fazendo as acusações mais pesadas, porque, sobre Pasadena, por exemplo, eu acho que tem versões e versões políticas, o que é diferente da acusação de corrupção. Certo? Então, se há 700 milhões de perdas em Pasadena, é uma coisa; outra coisa é a acusação de corrupção. Então, eu queria entender o seguinte: é mentira o que o Sr. Paulo Roberto Costa e o Sr. Youssef colocaram? Por que eles querem incriminar?



**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Eu vou continuar dentro do meu direito constitucional, sem responder à pergunta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito. Eu vi uma entrevista sua em que o senhor declara que não foi indicado por ninguém, pelo PMDB. Toda delação está sendo feita dizendo que o senhor é uma indicação do PMDB, mas, numa última entrevista, o senhor falou que foi indicado pelo Presidente da República, indicação da autoridade geral, que nomeia, no caso. O senhor não tem nenhuma relação com o PMDB?

**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Mais uma vez, Deputado, exercendo meu direito constitucional, eu não vou lhe responder. Desculpe.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mais uma pergunta que quero fazer ao senhor: o senhor conhece o Sr. Fernando Baiano, que vai depor aqui em seguida ao senhor? O senhor daria uma colaboração importante nessa direção, já que, sobre o Sr. Fernando Baiano pesa, como operador do PMDB, graves acusações. E é uma ótima oportunidade para o senhor ou se associar ou se desvincular dessa questão. O senhor conhece o Sr. Fernando Baiano, o Fernando Soares, chamado Fernando Baiano?

**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Deputado Ivan Valente, mais uma vez eu lhe peço desculpas, mas, dentro do meu direito constitucional, eu não vou lhe responder.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Muito bem, Presidente, é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Ivan Valente. O próximo autor é o Deputado Júlio Delgado. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Cerveró, eu estava ausente e ouvi agora, pelas palavras do companheiro que me antecedeu, o Deputado Ivan, ele dizendo que o senhor — eu vi essa reportagem —, num dos interrogatórios com o Dr. Sérgio Moro, revoltado e pedindo para ele a explicação da continuidade da sua prisão. Eu não estava aqui; disse que o senhor, na abertura, quando declarou o direito de permanecer em silêncio, fez alguma exposição a respeito disso. O senhor poderia só reiterar isso, porque eu não ouvi e queria saber do senhor por que o senhor teria feito essa reclamação.



**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Eu não... Desculpe, Deputado, eu posso ler para o senhor, se me permitir, a nota, mas é que eu não estou dentro dos meus direitos constitucionais. Então, por isso eu fiz essa reclamação, antes de iniciar a minha oitiva aqui.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - E por que não está dentro dos seus direitos constitucionais? É isso o que eu quero entender.

**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Porque meus direitos constitucionais preveem que eu possa responder a qualquer tipo de inquérito, de oitiva, em liberdade. É só isso o que eu posso lhe responder.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quer dizer que o senhor acha que o senhor pode estar em liberdade, mas não quer contribuir nem com a CPI nem com a Justiça. Aí eu lhe faço uma pergunta: hoje, a Sra. Graça Foster, ex-Presidente que dirigiu, enquanto todo esse processo — e na época ela era Diretora também, como V.Sa. —, disse que, e nos depoimentos que já vieram às claras nas delações, que os escândalos e o ressarcimento à PETROBRAS só virão daqui a muitos anos. Isso não vai ser esclarecido? O que o senhor tem a dizer a respeito disso?

**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Eu peço desculpas, mas, dentro do meu direito constitucional, eu não vou dar opinião sobre isso.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - E, por último, saber da sua assessoria em Direito Constitucional — hoje aqui nós já tivemos um depoimento, quando o Sr. Youssef disse a respeito do senhor e dessas indicações, como disse o Deputado Ivan. A todo o momento há essa contradita. Eu estava presente, lá na CPMI, no ano passado, quando, em uma acareação entre V.Sa. e o Sr. Paulo Roberto Costa, também ficou uma contradita sobre o que ele afirmava a sua pessoa. E, naquele dia, disposto a falar, o senhor negava com relação ao que ele vinha dizendo do recebimento de propina da PETROBRAS.

Eu lhe pergunto: o senhor está analisando a solicitação do pedido da quebra da delação do Sr. Paulo Roberto e do Sr. Alberto Youssef?

**O SR. NESTOR CUNÃT CERVERÓ** - Desculpe. Eu vou me permitir pedir que o senhor repita a pergunta.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - No ano passado, nós tivemos a CPMI. E é muito claro. Teve uma acareação sua e o Paulo Roberto em que houve



contraditas. E, hoje, aqui, nós tivemos um depoimento do Sr. Youssef com relação a sua pessoa e de uma suposta indicação do senhor para a Diretoria, o que o senhor, na minha presença lá, no ano passado, negou. Então, os dois estão sob delação.

Eu pergunto a V.Sa.: o senhor está disposto, através da sua advogada, que lá ainda é direito constitucional, a pedir a quebra da delação do Sr. Youssef e do Sr. Paulo Roberto por eles terem mentido em depoimento de delação à Justiça?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Deputado, dentro do meu direito constitucional, essas questões técnicas a minha defesa vai resolver depois.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Então, essa precisou de ajuda dos universitários aí.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - De vez em quando é bom.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Como nós temos aqui mantido a inscrição feita desde a primeira oitiva do Sr. Youssef, eu indago se algum Parlamentar aqui inscrito quer fazer algum questionamento.

Deputado Delegado Waldir. *(Pausa.)*

Deputado Perondi. *(Pausa.)*

Seria o Deputado Celso Pansera, que também é autor. V.Exa. deseja fazer algum questionamento?

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu acho, Sr. Presidente, que já...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço desculpas a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Não, sem problema nenhum.

O Congresso já tem um acervo de informações do Sr. Pedro Barusco, do Sr. Nestor Cerveró. A gente chega a se confundir. E também já tem as questões junto à Justiça para se formar um histórico disso.

De qualquer maneira, a gente não pode imaginar que uma pessoa que chegue ao cargo de Diretor da PETROBRAS não tenha firmeza de personalidade para vir aqui à frente de tantas pessoas e se negar a falar, até porque é um direito constitucional. Eu vou fazer, de qualquer maneira, uma pergunta. Depois, as demais, eu vou consignar à Mesa.



V.Sa. foi denunciado pelo Ministério Público por uso do cargo na PETROBRAS para favorecer a contratação de empreiteiras mediante o pagamento de propinas, além de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A informação é que V.Sa. foi beneficiado por um esquema de lavagem de dinheiro comandado pelo Sr. Oscar Algorta, ex-Presidente do Conselho de Administração da Jolmey S/A do Uruguai. Eu vou lhe perguntar: o senhor teve alguma participação na operação de venda de ativos da PETROBRAS na África?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Mais uma vez, Deputado, eu lhe peço desculpas, mas, dentro do meu direito constitucional, eu não vou lhe responder.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor teve alguma participação no projeto de criação da empresa Sete Brasil?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Mais uma vez, dentro do meu direito, eu não vou lhe responder.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Com esse seu nível de articulação com empresas de fora do Brasil, o senhor manteve entendimentos com empresas internacionais e estaleiros interessados no negócio da Sete Brasil?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Mais uma vez, Deputado, eu peço-lhe desculpas, mas não vou responder, dentro do meu direito constitucional.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra. Desejando, pode vir até aqui à mesa fazer os questionamentos. É sempre um prazer estar ao lado de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Do Conselho de Administração da PETROBRAS, Sr. Nestor Cerveró, o senhor participou muito tempo lá. Todos os conselheiros devem ler previamente o material distribuído e solicitar informações adicionais, se necessário, de forma a estar devidamente preparados para a reunião. O senhor é professor disso, esteve lá por muito tempo e participou de muitos Conselhos de Administração. Então, eu queria saber do senhor, sim ou não. *“Reservo o meu direito constitucional de falar apenas em juízo”*, tranquilo. Diante de todas as disposições legais, estatutárias e regência, que o senhor conhece muito bem, e agora, com base no Regimento, V.Sa. considera razoável que a ex-chefe do senhor, a Presidente Dilma, que também presidiu o Conselho de Administração,



estiveram em várias reuniões juntos, o senhor do lado dela, ela do lado do senhor, na ocasião da compra da primeira metade da refinaria de Pasadena, continue delegando, inclusive a V.Exa., disse que só o senhor é o responsável. A Presidente Dilma lhe culpa, disse que o senhor omitiu as cláusulas Marlim e Put Options e a desastrada compra de Pasadena. É tudo culpa do senhor. O senhor concorda com essa afirmação que foi trazida pela nossa Presidente, considerando que o senhor esteve com ela muito tempo? O senhor quer responder a essa pergunta ou o senhor se reserva ao seu direito constitucional?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Deputado Waldir, o senhor me desculpe, eu vou manter o meu direito constitucional de não lhe responder.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Vai manter-se calado. O.k. Tranquilo. Outra questão: o senhor vai fazer delação premiada ou não? Existe essa possibilidade ou não? O senhor vai continuar preso por mais uns 6 meses. Vamos supor que o STF negue todos os recursos. O senhor vai fazer delação premiada ou não? Conversou já com sua advogada a respeito?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Quer que eu converse com ela?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Pode. Pode conversar com ela e perguntar se o senhor vai fazer delação premiada ou não. É um direito constitucional do senhor. E daí? *(Risos.)*

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - O senhor sugeriu que eu perguntasse à minha advogada.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Fica a critério do senhor. O senhor acha que, se ficar mais uns 6 meses preso lá, existe a possibilidade de o senhor fazer delação premiada?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Eu vou, mais uma vez, me escusar com o senhor, mas eu não vou responder a essa pergunta, dentro do meu direito constitucional.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Bacana! Muito bom! Vamos lá, então, continuando, mas eu vou insistir. Nós estamos longe do Natal, mas eu queria saber se o senhor é Papai Noel para doar apartamento para parentes? O senhor é Papai Noel ou não?



**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - A essa pergunta, é evidente que eu não vou responder, não só pelo meu direito constitucional, mas porque não faz sentido nenhum também.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ah, tá. Muito obrigado. Eu vou fazer uma última situação. Diferente do senhor, porque o senhor veio aqui, fez um discurso diante da imprensa, dizendo que o senhor está sendo vítima, mais uma vítima. Saiu uma vítima daqui cambaleando, apoiando-se na advogada, de cabeça baixa, e agora vem mais o senhor. Nós estamos cheios de vítimas aqui.

Eu acho o seguinte, meus colegas Deputados, Sr. Presidente: diferente do senhor, eu confio na Polícia Federal, eu confio no Ministério Público Federal, eu confio na Justiça brasileira, eu confio no Dr. Sérgio Moro, eu confio no STF. Eu não confio em algumas artimanhas que foram feitas para colocar alguns empreiteiros em liberdade. Isso eu desaprovo. E eu digo o seguinte: o senhor está aqui hoje, o senhor está preso, o senhor está num presídio porque existem provas. O senhor não foi colocado aqui à toa. Ninguém é colocado aqui. Milhares de brasileiros estão presos. O senhor é um bandido de colarinho-branco. Vejo o paletó grã-fino com que o senhor está aqui, um paletó bonito. Eu fiquei olhando. Na hora que o senhor descia ali, a imprensa toda lhe acompanhando, e o paletó grã-fino, o sapato fino, de mais de 500 reais. É o dinheiro que os senhores roubaram da PETROBRAS.

E o senhor vai responder, como os outros que saíram daqui. O senhor vai responder, como o Vaccari, como o Barusco. Todos vocês meteram a mão, meteram a mão legal no dinheiro do povo brasileiro. Eu confio na Justiça, diferente do senhor. Eu confio. A Justiça brasileira é maravilhosa. Por isso o senhor está aqui. Por isso, vários empreiteiros ficaram vários dias, alguns meses. Depois de uma grande artimanha, saíram, mas eu confio na Justiça brasileira, eu confio na Polícia brasileira, eu confio no Ministério Público Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Perondi, V.Exa. tem a palavra para fazer seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Antes de mais nada, grandes nações fracassaram porque houve desrespeito à liberdade de expressão, houve desrespeito ao pensamento plural e houve desrespeito às instituições. Eu concordo



com o Deputado que me antecedeu. Eu tenho respeito, confiança na instituição chamada Justiça brasileira, Ministério Público e Polícia Federal. Avançamos muito em relação ao mensalão. Condenamos muita gente. Foi condenado. Mas, infelizmente, quando o mensalão estava sendo julgado, quando havia pessoas em silêncio, era construído paralelo o super e geométrico esquema de corrupção da PETROBRAS e de outras instituições. E passa por homens que se vendem e têm preço, técnicos que se vendem e têm preço.

Aqui ao nosso lado está o Nestor Cerveró, brilhante técnico, mas é um dos responsáveis, um dos responsáveis pela compra da sucata lá em Pasadena, que custa 2 bilhões à PETROBRAS. O cidadão que vendeu a metade, o que pagou pela metade pagou 100 milhões de dólares. Esse era o senhor. É frio, sorri. Frio, sorri. Foi escolhido e avalizado pelo Presidente Lula, pela Presidente do Conselho de Administração na época, Dilma, que virou Chefe da Casa Civil, continuou Presidente do Conselho e virou Presidente da República.

E nós descobrimos isso porque ela teve um repente impulsivo e emocional quando viu o que tinha feito. Que bom que o País possa ter homens como Sérgio Moro, Ayres Britto, Dallagnol. Que bom! Que bom! Que possa ter questionamentos. Ele tem o direito de recorrer ao Supremo, mas tem lá a delação. E o senhor delatar... Que o senhor fique 40 anos, como fique também o Alberto e fiquem os outros.

E nós vamos chegar, sim... Como diz o Moro, o dinheiro deixa rastro, deixa rastro. E tem gente muito superior aos Albertos, aos Figueirós, aos Nestor Cerverós e outros acima, muito pesados.

Vamos à pergunta: em depoimento ao Juiz Sérgio Moro, no dia 5 de maio, V.Sa. negou ter sido beneficiado por influência política do PMDB para a sua indicação ao cargo de Diretor. O Sr. Moro questiona: *“O senhor não teve nenhum padrinho político?”*. V.Sa. responde: *“No PMDB, não.”* Opa, no PMDB, não. O Juiz prossegue: *“E de algum outro, então?”* V.Sa. responde: *“Não. Havia uma ligação, porque eu trabalhei, durante algum tempo, com o...”* — e ficou no ponto, ponto, ponto — *“... quer dizer, eu tinha atividade já dentro da PETROBRAS mais próxima ao Partido dos Trabalhadores”*.

V.Sa. poderia detalhar essa aproximação com o Partido dos Trabalhadores? Quais eram essas atividades próximas ao PT? Com quais políticos do PT V.Sa.



mantinha contato? Quais eram os assuntos tratados? V.Sa. conhece o Sr. Vaccari Neto? Quais assuntos V.Sa. tratava com ele?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Deputado, eu vou lhe pedir desculpas, mas vou exercer meu direito constitucional de não lhe responder.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O povo brasileiro não lhe desculpa!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Perondi.

A Deputada Eliziane deseja falar?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu vou fazer só uma pergunta, Presidente, ao Nestor Cerveró, considerando que ele já deixou claro realmente que recorre ao direito de não falar.

O senhor ficou notabilizado no Brasil, Sr. Cerveró, e o Brasil inteiro lhe conhece por um ponto específico, que foi o fato de a Presidente Dilma afirmar que tomou uma decisão em cima de um relatório falho, em cima de um erro de V.Sa., ou seja, ela cometeu... acabou tomando uma decisão em função de informações e dados, segundo ela, errados, consignados, levantados e protocolados no relatório de V.Sa. Entretanto, V.Sa. na verdade hoje se coloca de forma muito clara para não falar sobre esse assunto.

Eu pergunto ao senhor: quem está mentindo? A Presidente Dilma estaria mentindo ou o senhor na verdade não teve competência suficiente para a elaboração desse relatório, induzindo a então Presidente do Conselho a um erro? Responda a essa pergunta.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Deputada, mais uma vez, eu vou me desculpar, mas vou exercer o meu direito constitucional de não lhe responder.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Lamentável isso!

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Antonio Imbassahy também deseja fazer alguns questionamentos. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Serei bem rápido.

Dr. Nestor, o senhor se considera inocente?



**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Dentro da linha de defesa, Deputado Imbassahy, eu vou exercer o meu direito de não lhe responder.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Nem isso?

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Eu...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Se V.Sa. não se considera inocente, eu acho que o povo brasileiro vai entender que V.Sa. tem responsabilidade também nesse esquema do petróleo.

**O SR. NESTOR CUÑAT CERVERÓ** - Desculpe insistir. Eu estou seguindo uma linha de defesa, seguindo o meu direito constitucional de não responder. Então, mantendo essa coerência, Deputado Imbassahy, por isso que eu não vou lhe responder.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço V.Exas.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, eu libero o depoente, já que ele, por decisão, resolve optar pelo seu silêncio, por direito constitucional que lhe assiste.

De imediato, eu já chamo o Sr. Fernando Antônio Falcão Soares para tomar assento à mesa.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Entretanto, informo a V.Exa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Baiano, por até 20 minutos, para as suas saudações iniciais.

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Só tenho a dizer que eu vou invocar, recorrer ao direito de permanecer em silêncio, atendendo às instruções que me foram dadas pelos meus advogados, na minha defesa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, vou aqui manter a minha linha de atuação, protocolando na Taquigrafia as perguntas que faria, uma vez que o depoente está optando pelo seu direito constitucional de se manter em silêncio.

Mas, como eu também tenho economizado aqui no tempo, Sr. Presidente, acho que nós iniciamos os trabalhos de hoje... E tenho certeza de que o momento acabou nos deixando de render as nossas homenagens ao Deputado Mendes Ribeiro, que faleceu, colega nosso no Parlamento; e ao Senador Luiz Henrique, que de uma maneira que nos surpreendeu, também nos deixou.

Então aqui eu quero, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, manifestar o meu pesar e a minha solidariedade à família de ambos, homens públicos que se dedicaram muito à causa democrática no nosso País.

Em relação ao depoente, Sr. Fernando Soares, como ele já afirmou que não vai responder aos questionamentos, eu vou protocolar as perguntas que faria, na Taquigrafia, para que fiquem constadas nos Anais da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, com a palavra o Primeiro Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Bruno Covas, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, também tendo em vista a fala do depoente, eu me reservo o meu direito constitucional de não perguntar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos agora aos autores.

Primeiro autor, Deputado Izalci. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu vou, na prática, colocar as minhas perguntas e vou passar para que sejam respondidas posteriormente, haja vista que não há nenhuma disposição aí do nosso depoente de contribuir com esta audiência. Então, acho que vai dar para a gente ouvir todos ainda hoje e a gente vai embora para Brasília, porque realmente vamos perder muito tempo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., já determinando também à Taquigrafia que todas as perguntas encaminhadas pelos



Deputados sejam acolhidas nas notas taquigráficas, para que constem as perguntas dos Srs. Parlamentares.

Próximo autor, Deputado Onyx Lorenzoni. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, agora eu entendo a manifestação do causídico que está à mesa, no período anterior.

Sr. Fernando Baiano, o senhor tem medo de morrer? É por isso que o senhor está quieto?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Porque esse silêncio a que nós assistimos aqui, ele é muito mais, na minha avaliação, do que uma orientação de defesas, porque são mais de um que praticam e usam o mesmo instrumento. E fico aqui pensando se não há ameaças diretas ou veladas às pessoas que participaram do esquema na PETROBRAS.

As denúncias contra o senhor, Sr. Fernando, são múltiplas, são graves e podem levá-lo a um longo tempo de prisão. O senhor enfrenta hoje, talvez, e os seus advogados, o Juiz mais preparado do Brasil para trabalhar com a questão de lavagem de dinheiro. Desde 2003 para 2004 que a equipe da 13ª Vara, aqui em Curitiba, se desenvolve com cursos dentro e fora do Brasil, e com uma capacidade de produzir resultados acima da média da Justiça brasileira.

O próprio Paulo Roberto Costa, numa delação premiada, e eu ainda perguntei a ele na semana passada, diz publicamente — está gravado, disse ao País e a esta CPI — que o senhor o procurou na compra de Pasadena para quando a discussão fosse levada à Diretoria Executiva e posteriormente ao Conselho de Administração, que ele não colocasse nenhum obstáculo, dado que a refinaria de Pasadena era uma refinaria obsoleta, era um negócio ruim, para uma *expertise* que a PETROBRAS não tinha, pelo fato de que o óleo brasileiro era um óleo pesado e aquela refinaria, já de várias décadas, só processava óleo leve. O senhor sabia disso? O grupo sabia disso?

Nestor Cerveró há pouco se sentou aqui, praticou o mesmo caminho que o senhor. E ele disse que o senhor entregou para ele 1,5 milhão de dólares.



**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu não tenho nenhuma dúvida. Eu só espero que o senhor só fique em silêncio aqui na CPI ou eventualmente no Tribunal, que não lhe silenciem, como já silenciaram outros no passado. E acho que o senhor deve fazer uma reflexão, diante da atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro. Cinco, 6 anos atrás, a lavagem de dinheiro precisava, objetivamente, de ter um crime precedente. Hoje não precisa mais. A legislação está atualizada. E as vantagens que o senhor pode obter numa delação premiada são extraordinárias. Até porque, se o senhor olhar para o Sr. Paulo Roberto Costa, ele poderia ser condenado, seguramente, a mais de 100 anos. É claro, depois tem a dosimetria, a adaptação à legislação brasileira, mas nós estamos falando de 40 anos, em regime fechado. Com a delação premiada que ele fez, ele tem 2 anos de prisão domiciliar e mais 3 de serviço comunitário. Em troca de 40, vale a pena.

Se o senhor olhar o Sr. Pedro Barusco, que devolveu 97 milhões de dólares — e o senhor sabe muito bem quem é, era o braço direito do Renato Duque, com quem o senhor seguramente operou, e com as empresas com as quais o senhor captou e operou, dentro e fora do Brasil —, ele também: ele ira a mais de 40 anos aí, com a dosimetria aplicada. Nas primeiras condenações, poderia tranquilamente ir aí a 100, 120, 130, 140 anos. Renato Duque, na mesma linha. E o Pedro Barusco vai ficar na mesma faixa do Paulo Roberto: 2 ou 3 anos, talvez um semiaberto ou uma prisão domiciliar, que é muito mais confortável do que onde o senhor se encontra hoje.

Eu sei que o senhor tem o direito de ficar calado. Eu não quero que o senhor fale, eu quero que o senhor pense.

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Excelência, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E eu não admito que nenhum advogado me impeça de falar. Primeiro, porque não lhe cabe! Não lhe cabe! Não lhe cabe!

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Pela ordem! Pela ordem!

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não lhe cabe! Não lhe cabe! Não lhe cabe! O senhor não dirija a palavra a mim!



**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Eu tenho o direito de falar pela ordem!

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O senhor não tem direito de falar aqui!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra....

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Sr. Presidente, pode haver (*ininteligível*) dos ilustres Deputados perguntas, esclarecimentos, até juízos, mas não pode haver exortações ao modo de se defender, exortações à delação premiada.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O advogado não pode falar. Ele pode falar com o cliente dele. Ele pode falar com o cliente dele. E nem me apartear!

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Não cabe exortar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero garantir a palavra ao Deputado Onyx. Foi ouvida...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu não tenho nada que falar com ele. Ele cuida do cliente dele, e mal.

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Não exorte o cliente! Sou eu que exorto! Defesa é estratégia minha, não é sua!

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O senhor aponta o dedo para quem o senhor quiser! O senhor aponta o dedo para quem o senhor quiser!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço respeito com os Parlamentares.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não vai apontar, não!

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Vou! Vou (*ininteligível*). Eu tenho o direito, sim!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço respeito com os Parlamentares.

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Eu tenho o direito, sim!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço respeito com os Parlamentares.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Presidente. Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu tenho prioridade, é questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu estou aqui. Eu já tentei falar por várias vezes, inclusive fazendo um apelo educado a ambas as partes, para que a gente possa prosseguir com o depoimento. É nessa linha...

Escutei a inquirição de V.Sa., advogado que representa aqui o Sr. Fernando Baiano. Peço que o senhor respeite os Parlamentares. V.Sa. tem o direito de conversar com o seu cliente. Nós lhe daremos esse direito, porque é constitucional. E a palavra está garantida ao Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, só uma questão, antes de voltar a palavra ao Deputado Onyx: eu queria a identificação dos advogados. É natural.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A identificação, ela está acontecendo junto à Secretaria da CPI, sempre com a OAB e com o nome dos senhores advogados.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pode ser público? Só para saber. Pode se identificar?

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Eu já dei para a Taquigrafia, posso me identificar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pois não, pois não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Quem é esse senhor? Nós estamos inquirindo o Sr. Fernando Baiano. O senhor oriente o seu advogado, o seu cliente, por favor, e deixe a gente fazer o nosso trabalho.



**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Excelência. O advogado tem o dever de...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O senhor estava aqui na plateia e falou também. O senhor oriente o seu cliente! O senhor oriente o seu cliente!

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - Quando houver (*ininteligível*) sobre a dignidade do cliente ou invasão ao trabalho da advocacia, a defesa vai falar sempre. Ninguém calará a defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, Deputado Celso, fazer um apelo...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Presidente, o advogado está batendo na mesa.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - É, isso é desacato.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Presidente, isso é desacato. Desacato dá prisão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu irei manter a ordem, Deputada Eliziane.

Eu quero pedir a V.Exa.: vamos conter os ânimos aqui.

E dizer ao Sr. Advogado... Eu não sei o nome de V.Sa. Como é o nome de V.Sa.?

**O SR. DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO** - David Teixeira.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Nem o nome tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. David Teixeira? (*Pausa.*)

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Chega e bate na mesa, Presidente. Por favor!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço ao Sr. Davi que se reporte apenas ao seu cliente, respeitando o bom funcionamento dos trabalhos, não me forçando a tomar uma decisão mais drástica. Peço que V.Exa... Se V.Exa. continuar agindo dessa forma, eu terei que tomar uma decisão mais drástica, até prejudicando a oitiva.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Muito bem, Presidente!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço só que o respeito seja dado ao Deputado Onyx Lorenzoni, que precisa concluir a sua intervenção.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, eu estou muito tranquilo. Eu posso compreender o teatro, porque a minha fala talvez estivesse produzindo algum grau de reflexão no Sr. Fernando Baiano. E o advogado dele, preocupado com os desdobramentos daquilo que a gente estava aqui abordando...

Mas eu encaminho, Sr. Fernando Soares, ao final, mais uma vez comentando esse aspecto que o senhor enfrenta hoje, de um período que é muito mais longo de detenção que o sequer supunha, no momento em que o senhor teve a sua prisão preventiva decretada. O volume de delatores que já lhe coloca como peça central no esquema de desvio da PETROBRAS é muito grande, e o senhor seguramente terá uma condenação extremamente longa. E eu estou aqui, disse ao senhor aqui já, de alguns delatores que já lhe colocam como figura central. Essas pessoas que lhe colocaram e que trataram com o senhor, figuras que inclusive o senhor pagou, o senhor entregou dinheiro — ele tem como provar que o senhor pagou dinheiro a ele —, essas pessoas vão ficar 2 anos em prisão domiciliar, e, talvez, quando o senhor cumprir 8, 9, 10, 11, 12 de regime fechado, antes de poder progredir, ou 8 que seja, ou 5 que seja, para um homem que vivia nas condições em que o senhor vivia deve ser muito duro e muito doloroso.

Então, eu sugiro ao senhor que o senhor avalie a possibilidade de avançar numa delação premiada, porque isso pode livrá-lo de um longo período de cadeia. E, se está ruim na carceragem da Polícia Federal, o senhor imagina na Papuda — deve ser bem pior!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Onyx.

Dando seguimento ao próximo autor, Deputado Ivan Valente. S.Exa. tem a palavra. Se desejar, pode vir até aqui à mesa para fazer os seus questionamentos. Em seguida, será o Deputado Júlio Delgado, próximo autor inscrito.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria começar com uma pergunta ao Sr. Fernando Soares. É o seguinte: o senhor teve um advogado chamado Mário Oliveira Filho nesse processo, antes?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nem isto o senhor pode responder, se o seu advogado anterior era o Sr. Mário Oliveira Filho?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Bem, Sr. Presidente, eu queria, primeiro, colocar o seguinte: o depoente de hoje, o Sr. Fernando Baiano, é uma das pessoas que teriam mais questões a dizer aqui à esta CPI. Foi muito difícil aprovar o requerimento de convocação dele. Levaram quase 2 meses para a CPI aprovar o seu requerimento. O senhor acha que deve ser o que isso? O senhor é blindado? O que acontece?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pode falar no microfone, por favor.

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pois não. Bem, então, o senhor é colocado como o operador-geral do PMDB. Isso foi citado pelo Youssef, pelo Paulo Roberto Costa, pelo Barusco, por todos aqueles que já depuseram e todos com delação premiada. Quer dizer, na verdade, o Sr. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor da PETROBRAS — quero fazer essa primeira pergunta mais direta —, afirmou que participou de uma negociação em que foram pagos 10 milhões de reais para o então Presidente do PSDB, Sérgio Guerra, para que a antiga CPI da PETROBRAS, lá em 2009, fosse enterrada. Segundo ele, o Sr. Paulo Roberto, essa negociação ocorreu no seu escritório. O seu escritório é onde?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor nega que participou dessa negociação em que estariam também presentes Deputados do PP?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E Senadores do PP? Nesse escritório do senhor tem gravações de vídeo no prédio?



**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Outra pergunta: os relatos de Paulo Roberto Costa, Youssef e Barusco estão em perfeita consonância. Não há divergência entre eles. O senhor é citado certamente como o operador do PMDB e junto à diretoria internacional que seria comandada por Nestor Cerveró, que também agora se negou a falar. Mas, agora há pouco, o Sr. Alberto Youssef, que falou, falou em delação premiada inclusive, disse que, para que não ocorresse a destituição do Paulo Roberto Costa, entrou em cena a bancada do PMDB no Senado, podendo citar os Senadores Valdir Raupp, Renan Calheiros, Romero Jucá, bem como o Ministro Edison Lobão, para que, a partir de então, passou-se a receber uma parcela de comissões relativas a contratos da PETROBRAS, cabendo a Fernando Baiano — isso foi dito pelo Youssef, agora — fazer as transferências financeiras implementadas pelo declarante, no caso o Youssef, no que tange aos valores devidos ao PMDB, e limitando-se o declarante, no caso o Youssef, aos recursos do PP. V.Sa. confirma a participação desses políticos no esquema? Por que o Youssef mentiria se ele está em delação premiada e ele a perderia? E, com isso, cumpriria a pena lá em cima, e, e para que ele foi fazer a delação premiada para mentir?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor é acusado de ser o operador do PMDB. Paulo Roberto Costa afirmou que o senhor tem livre trânsito em Brasília, inclusive Deputados já requisitaram, pelas câmaras da *TV Câmara* e do Senado, requisição delas para ver a sua presença lá. O senhor poderia nos falar o que o senhor ia fazer na Câmara dos Deputados e com quem o senhor se encontrava?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor conhece o Sr. Jayme de Oliveira?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Afirmou em seu depoimento que *“Fernando Baiano me pediu para pegar um dinheiro na empresa Tomé Guindastes, em São Bernardo do Campo”*. Conhece a empresa Tomé Guindastes?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele diz, o Sr. Careca, que foi uma ou duas vezes lá. *“Não me recordo se fui pegar dinheiro duas vezes ou se fui pegar dinheiro uma vez e levar na outra”*. Por que o Sr. Careca teria o seu nome anotado na caderneta dele como beneficiário de entregas feitas por ele?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor não acha muito estranha essa conspiração em que já vai para seis, sete, oito pessoas, delatores ou não, que citam o senhor como elemento central no esquema de propinas na PETROBRAS? O senhor acha que há uma conspiração contra o senhor?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor se julga inocente nesse processo?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Muito bem! O Sr. Júlio Camargo — e o Sr. Youssef acabou de confirmar aqui no depoimento hoje cedo — disse que ele foi chantageado pela apresentação de dois requerimentos na Câmara dos Deputados, apresentados, assinados pela ex-Deputada Solange Almeida, que citavam o nome dele, Sr. Júlio Camargo, porque, como ele havia parado de passar propina ao senhor, diretamente, junto a... havia uma pressão para que se negociasse junto a grandes estaleiros, inclusive asiáticos, para que ele continuasse pagando essa propina e que, depois da apresentação desses requerimentos, houve o retorno ao pagamento das propinas, e ele lhe repassou 6 milhões de reais. Ele acabou de dizer isso aqui há 2 horas. O que o senhor fez com esse dinheiro?



**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Para quem o senhor distribuiu o dinheiro?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Sr. Júlio Camargo também afirmou que o senhor disse a ele que precisaria ser paga a quantia de 15 milhões de dólares para que ele *“pudesse concluir a negociação em bom êxito”* — isso aqui é entre aspas... O Sr. Julio Camargo, delação premiada... E concluir com êxito a negociação junto à diretoria internacional. O Sr. Júlio Camargo disse que questionou o valor exigido pelo senhor, afirmando que receberia 20 milhões de dólares de comissão da Samsung, e, por isso, o fato de ter pago 15 milhões era muito — ele não queria pagar ao senhor 15 milhões. Então, o senhor disse: *“Júlio, cuida da sua parte que eu cuido da minha, eu cuido da área internacional”*. São palavras suas para o Júlio Camargo. O senhor confirma?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Algumas das empresas do Sr. Júlio Camargo, notadamente a Piemonte, mantiveram contratos com algumas das suas empresas?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Sr. Júlio Camargo disse que exatamente as suas empresas lavavam o dinheiro da propina paga pela Samsung ao Fernando Baiano. Qual a natureza desses contratos que o senhor fez?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Bom, Presidente, primeiro eu queria dizer ao Sr. Fernando Soares que certamente, devido à soma de depoimentos que o incriminam, em todas as oitivas da Polícia Federal e do Ministério Público, é uma



situação bastante difícil, mas eu entendo que o senhor é proprietário de empresas, inclusive, das quais duas tiveram ativos bloqueados. O senhor confirma?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A Hawk Eyes teve 6,5 milhões de reais sequestrados, e a Technis Planejamento sofreu congelamento de 2 milhões de reais. E o senhor é sócio ainda da Petroenge Petróleo Engenharia, que tem contratos de 71,2 milhões com a PETROBRAS, segundo a reportagem aqui da *Folha de S. Paulo*. Então o que eu queria entender do senhor é o seguinte: o seu advogado anterior, o qual o senhor não quis responder quem era, e que falou que todos os negócios têm corrupção mesmo, falou que o senhor faz negócios de prospecção. O que o senhor entende por prospecção de negócios?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, vou afirmar: prospecção de negócios, na verdade, é a forma como vai se levar vantagem no processo, fazendo rombos monumentais nas empresas públicas em especial, com conluio de empreiteiros, com conluio de operadores da PETROBRAS, intermediários e operadores como o senhor de partidos políticos e políticos que sabem que neste País nós deveríamos investir mais em educação, saúde, transporte e moradia, mas se naturalizou um processo de corrupção. E o senhor é o exemplo disso. A prospecção de negócios não é trabalhos de engenharia, não é desenvolvimento científico-tecnológico.

Eu lamento, Presidente, Srs. Deputados aqui presentes e toda sociedade que nos ouve, que nós venhamos até Curitiba e, em cima do silêncio do depoente, tenhamos que ouvir apenas que ele não vai depor. Embora ele exerça o direito constitucional de que está falando. Mas acho que, no final das contas, acho difícil que o senhor se livre de uma grande condenação. Só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. O próximo orador é o Deputado Júlio Delgado. S.Exa. tem a palavra. Se desejar, pode vir até aqui à mesa.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não, eu vou falar daqui mesmo. Até porque falo diretamente olhando para o Sr. Fernando.

Até a sua prisão, V.Sa. sabia qual era o seu apelido lá em Brasília?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O seu apelido era Cabeça de Bacalhau. Todo mundo sabia que existia, mas ninguém conseguia te ver. O seu *modus operandi* era excepcional. Tanto que, conforme foi dito pelo Deputado Ivan Valente, já há vários requerimentos pedindo as gravações da Câmara e do Senado da sua entrada nas dependências do Congresso, porque no registro de pessoas não existe a sua entrada como Fernando Soares.

Então, a gente está tentando conseguir por imagens. Se hoje, a gente não está conseguindo tirar nada de V.Sa. com relação ao seu direito constitucional de permanecer em silêncio, nós estamos podendo olhar nos seus olhos, vir aqui, conversar consigo e dizer aquilo que nós queríamos perguntar, se V.Sa. estivesse disposto a contribuir, como outros contribuíram, como outros contribuíram para esse escândalo. Um, de uma forma suspeita, que a gente pode ter na CPI, e outros de outras formas, porque dizem: "*Ah, eu estou devolvendo dinheiro...*" Você não sabe se está devolvendo dinheiro que era dele ou que não era dele, porque nunca vai ser cobrado. O dinheiro fruto de propina. Como é que vai aparecer o dono do dinheiro, não é? Alguém devolve com a maior tranquilidade. Outros, pela sua tranquilidade, com relação ao que foi dito pelos Deputados Ivan e Onyx, com relação ao que pode vir de apenamento a V.Sa.

Já foi dito aqui por outro depoente que, por muito menos que isso, cerca de 1% dos valores dimensionados na PETROBRAS, o Marco Valério pegou 40 anos, porque não fez a delação. É um julgamento seu, seguindo o acompanhamento dos seus advogados na estratégia de defesa. Eu não sei se essa é uma estratégia boa para você. Talvez seja boa para eles, ou seja boa para quem V.Sa. possa estar encobrindo, mas para você não é, para você com certeza não é. Nós não temos dúvida nenhuma de que é.

Então, resta-me fazer duas perguntas aqui e que sei... Tem todos esses que fizeram a delação, que estão falando, o Júlio Camargo, que nós não conseguimos



ouvir ainda, como o Sr. Paulo Roberto, que esteve aqui... como o Youssef, que esteve aqui hoje, e como Paulo Roberto, que esteve na semana passada. Eles lhe imputam responsabilidade com relação a isso. Aí eu vou fazer uma pergunta mais simples, talvez. O senhor conhecia estes homens: Júlio Camargo, Paulo Roberto e Alberto Youssef?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O senhor está disposto a pedir a quebra de delação deles sobre o que eles disseram aqui ou em outros locais, ou no depoimento na Justiça, que seja inverdade a respeito de V.Sa.? Existe disposição sua, ou da sua advocacia, de pedir a quebra de delação dos mesmos?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu sabia que seriam essas as suas perguntas, Fernando, mas sei também que o julgamento que fiz com relação às suas respostas esclarece muita coisa para a gente, com relação a esses que estão dispostos a se resgatar, com uma dívida com a família e tudo, mas com relação a alguns também que estejam tentando até abrandar suas penas, encobrindo algo que outros estejam fazendo, que é muito fácil para eles.

E para você, como um dos operadores que até então passava desconhecido da grande mídia, isso vai ser muito difícil. E fica, no seu silêncio, a responsabilidade daquilo que virá sobre a pena que será atribuída pelo Dr. Moro quando do sentenciamento e da sua condenação, se V.Sa. não se dispuser a contribuir com o País, antes. Conosco o seu silêncio contribui muito. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. A próxima autora é a Deputada Eliziane Gama. S.Exa. tem a palavra. Desejando, pode vir até aqui à mesa para fazer seus questionamentos.

*(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, primeiramente, eu queria fazer aqui um registro da frustração, na verdade, que está sendo este dia de hoje. Nós tivemos um começo, de manhã, importante, ouvindo Youssef, com informações



importantes, mas logo após se sucederam, na verdade, um direito que lhes é constitucional, mas que acabam não trazendo, não utilizando a oportunidade de dar os devidos esclarecimentos. E, ao mesmo também, mais uma vez lamentando, porque a gente recebe aqui o Sr. Fernando Soares, que na verdade responde na Justiça por formação de quadrilha e por vários outros crimes... Nós temos o seu advogado que faz um ato, que eu acho que ele deveria pedir desculpas a esta Comissão, de uma forma descontrolada até bate na mesa, põe o dedo em riste aos Parlamentares aqui nesta Casa, numa pura demonstração, neste colegiado, numa pura demonstração de desrespeito e de desacato aos trabalhos desta Comissão. E o Sr. Fernando Baiano é uma das pessoas que nós jamais esperamos aqui para poder trazer esses esclarecimentos. Mas, infelizmente, a sua busca ao direito de ficar... Eu queria pedir ao advogado que se distanciasse só um pouquinho para eu poder olhar aqui no rosto do Fernando. Aliás, eu vim para cá para poder ficar mais de perto e poder conhecê-lo. E eu queria... Vou lhe fazer algumas perguntas, muito embora saiba que o senhor não me vai respondê-las. Mas eu preciso fazer essas perguntas, porque são perguntas que, há muito tempo, estamos aguardando para lhe fazer.

Nós aqui, nesta Comissão, o nosso objetivo é, acima de tudo, fazer uma investigação ampla, uma investigação que não se restrinja apenas a um partido, mas a todos os partidos que estão sendo investigados na Operação Lava-Jato, extremamente bem conduzida pelo Juiz Sérgio Moro aqui nesta Casa. E eu percebo que nós poderemos voltar para casa com menos do que nós poderíamos voltar, eu digo para Brasília, do ponto de vista de informações. Mas o seu silêncio vale muito, porque o seu silêncio também traz muita informação aos trabalhos desta Comissão.

Primeira pergunta que eu faço ao senhor: qual é a sua relação com o Senador Renan?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Qual é a sua relação com o Presidente Deputado Eduardo Cunha?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Fernando, para quem o senhor operou junto ao PMDB? O Youssef falou isso agora há pouco de que o Paulo Roberto Costa deixava claro que o senhor era o grande operador no esquema direcionado ao PMDB. Para quem o senhor operou no PMDB?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor já recebeu ou está recebendo, na verdade, ameaças, depois que o senhor foi preso ou mesmo antes de ser preso?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor não vai fazer delação premiada? Não tem interesse?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Quando a gente faz uma pesquisa sobre o senhor, e a gente procura qual é a sua profissão, a gente encontra lá: cargo, ou profissão, ou função, doleiro; ou melhor dizendo, lobista. Qual é a sua profissão? O que o senhor fazia antes de entrar nesse ramo?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Quando o senhor esteve na Câmara dos Deputados, o senhor foi para sentar com quem? Para falar com quem? Com qual Parlamentar?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor esteve no gabinete do Presidente da Casa, Eduardo Cunha, e conversou com ele?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Qual é a sua relação com o Valdir Raupp?



**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E, por fim, eu quero dizer aqui ao senhor: o senhor, na verdade, tem a oportunidade de fazer como já fizeram tantos outros, dar as informações e aproveitar as oportunidades de lhe fazer realmente a defesa, porque o que está porvir para o senhor e para muitos outros não parece ser um cenário do mais promissor. Talvez, o senhor passará muitos anos com a sua privação de liberdade e sem poder, na verdade, estar presente ao lado das pessoas que eu julgo que o senhor ama, que são os seus amigos e a sua família.

Eu acho que a CPI lhe dá a oportunidade de trazer as informações necessárias e ajudar inclusive nesse processo que está em curso aqui pelo Juiz Sérgio Moro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador é o Celso Pansera. S.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Valeu! Sr. Presidente, esta CPI foi instalada em 26 de fevereiro e é a terceira que trata do assunto da PETROBRAS.

Então, é um caminho tortuoso e difícil. A gente tem que saber que essa tarefa de a gente abordar um assunto tão profundo, que mexe tanto com a vida política deste País, não é uma tarefa que se resolve de forma fácil.

Nós aprovamos a vinda para cá, essa que chamamos de Operação Curitiba, no dia 14 de abril. E, finalmente, nós estamos de fato aqui inquirindo algumas pessoas. E não temos que ter a ilusão de achar que vamos sair daqui com as respostas. Essas respostas virão na ação da Justiça, na ação da Polícia e, também, na ação política do Congresso.

Então, isso é assim. Mas, pelo que eu vi, o volume de fotos e o objetivo focado no Fernando Baiano — Fernando Soares, Fernando Baiano —, é que de fato havia uma necessidade de atualizar o arquivo fotográfico dele, porque as pessoas não tinham mesmo... Eu vi que os jornais todos focaram aqui, porque de fato é um nome de que se fala, que se ouve falar, mas que tem uma atitude bastante discreta, e que a gente... e que eu acho que hoje se está atualizando...



De qualquer maneira, eu vou deixar minhas perguntas todas na Mesa, e a gente espera ter, num outro momento, a oportunidade de fazer perguntas. Mas eu só quero fazer uma pergunta. Hoje de manhã o Youssef falou em relação ao senhor, o doleiro Youssef que, segundo o Paulo Roberto Costa, o senhor seria operador do PMDB, e que esteve em sua presença por cinco ou seis vezes ao longo do processo em que ele esteve envolvido como doleiro. E que, em nenhum momento, ele ouviu de sua boca, falando que o senhor era o operador do PMDB. E que o senhor, num determinado momento, pediu para que fizesse uma transação financeira em nome do Partido Progressista, do PP.

Então, a minha pergunta é: Qual é o seu comentário em relação a essa afirmação do doleiro Youssef, feita hoje de manhã aqui, exatamente nessa cadeira em que o senhor se encontra agora?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Obrigado, Presidente. Eu vou deixar as minhas perguntas consignadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Recebi a reivindicação do Deputado Altineu Cortês, 1º Sub-Relator, que estava fora quando o chamamos, e deseja fazer alguns questionamentos. S.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, rapidamente, diante do posicionamento do Sr. Fernando Baiano, eu quero registrar também que vou deixar consignados os meus questionamentos. Digo ao senhor que o senhor perde uma oportunidade. O senhor é uma pessoa jovem. Enfim, essa decisão cabe ao senhor. Eu vejo que o senhor perde uma grande oportunidade aqui de esclarecer os fatos, já que o senhor não tem nenhuma responsabilidade nisso, segundo o entendimento do senhor.

Seria só isso, Sr. Presidente. Vou deixar os meus questionamentos consignados.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, só para registrar que eu também estou encaminhando as perguntas que eu não fiz.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Todas as perguntas podem ser encaminhadas à Taquigrafia.

Aos Deputados que não são autores indago se há o desejo de algum deles de fazer um questionamento. Deputado Aluisio? Deputado Delegado Waldir?

O Deputado Aluisio tem a palavra. O Deputado Perondi é o último.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu vou também encaminhar minhas perguntas à Mesa, para depois serem consignadas. Mas eu queria fazer uma observação ao Fernando Baiano, ao Fernando Soares. Nos meus 30 anos de policial federal, com a experiência de lidar com muitos bandidos, marginais, a gente aprende a entender o perfil do criminoso bastando olhar para ele. Existem vários tipos de perfis de criminosos: aquele que entra por acaso no crime; aquele que entra, mas é considerado aquele criminoso frágil e frouxo, que, quando preso, delata os seus companheiros; e aquele criminoso, que nós conhecemos, que cai de pé, aquele que a gente olha e sabe que, independente da quantidade de provas e de indícios que se colete em relação a ele, ele não delata os seus companheiros.

E eu, como eu não conhecia o Sr. Fernando Soares, o vi agora aqui. E, pelas fotos dele, eu identifiquei este perfil: aquele homem que, independente da quantidade de provas, de indícios que se carreie nos autos com relação a ele, ele jamais delata os seus companheiros.

E eu não tenho dúvida nenhuma de que o Sr. Fernando Soares não vai arguir ao termo de colaboração. Ele vai manter para ele esse segredo, talvez, por isso tenha sido escolhido para ser operador de um grande esquema. O que é identificável nele é este perfil, de um homem que assume a culpa pelos erros, seus e de outros, e que não vai delatar ninguém. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, se restar apenas um desses presos da Operação Lava-Jato que não vai delatar os seus companheiros, é o Sr. Fernando Soares.

As minhas perguntas eu encaminho à Mesa posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Boa tarde, Sr. Presidente!

Por favor, como é o nome do senhor?



**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O nome? O nome o senhor não pode falar para mim? Seu nome! Não estou fazendo uma pergunta, um questionamento para o senhor. Eu estou apenas fazendo uma pergunta sobre seu nome. O senhor não pode falar o seu nome? Faz parte da sua qualificação. Eu não estou questionando o senhor sobre qualquer participação do senhor em qualquer evento. Eu estou fazendo só a parte inicial, que é só a qualificação do senhor.

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Vai permanecer calado. Não vai dizer o seu nome. Por que o senhor é conhecido por Fernando Baiano?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certo. O senhor é solteiro?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor é casado?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor tem esposa?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor tem filhos?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor tem pais?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Mãe? O senhor tem mãe?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor pensou duas vezes. Acho que o senhor não tem mãe também, então.

Foi a pergunta que mais o senhor pensou. Eu perguntei ao senhor se o senhor tem mãe. O senhor não conseguiu responder.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Por favor, doutor! As perguntas são minhas e estou no meu tempo!

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor tem mãe? Sr. Fernando, eu estou perguntando para o senhor! Eu estou fazendo a pergunta para o senhor! Sr. Fernando, eu estou fazendo a pergunta para o senhor! O senhor tem mãe?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir.

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, eu estou no meu tempo. Eu posso fazer a pergunta que eu quiser. Se ele não pode responder, eu posso fazer minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei, eu darei... Eu queria só que V.Exa. pudesse me ouvir. V.Exa. terá a palavra sem interrupção.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Certo. Mas eu não estou atacando a pessoa. Eu estou só fazendo perguntas. Ele podia ter-me respondido umas duas ou três, eu teria parado. Mas, como ele não respondeu nenhuma, eu tenho que continuar com as minhas perguntas. Eu acho que é um direito meu de Deputado Federal, eleito pelo povo de Goiás, o mais votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida, sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Vim de Brasília aqui para ouvir e, chega aqui, nem a qualificação ele pode responder? Isso é muito comum, Sr. Presidente. Então, eu gostaria só de preservar o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Darei o tempo de que V.Exa. necessitar para fazer todos os questionamentos. Só gostaria de fazer aqui uma consideração para que a questão pessoal, que nada tem a ver com a investigação



da CPI, fosse respeitada, dentro, claro, das suas considerações. É um apelo que faço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, só quero informar que as perguntas pessoais fazem parte. A gente tem que saber da personalidade do criminoso. Para você poder interrogar, você tem que saber. O doutor ali sabe disso. Ele sabe, ele participou, ele já esteve em delegacias, ele esteve em juízo, ele participou de audiências. O doutor sabe disso. Ele é um estudioso do Direito. Então, eu tenho o direito de fazer as perguntas para eu estudar o caráter dele. Se ele não considera nem a mãe dele, quem ele vai considerar? Então, eu tenho o direito de continuar fazendo as perguntas. Eu estou no meu tempo.

Eu gostaria de saber...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Fernando Baiano, eu estou falando com o senhor! Sr. Fernando, Sr. Fernando, eu estou falando com o senhor!

Qual é o endereço do senhor, por favor?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor tem filhos?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Há quanto tempo o senhor está preso?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Recorre ao direito constitucional de permanecer calado. Recorre ao direito constitucional. Isso normalmente é em relação às perguntas do interrogatório formal. O seu direito... Quando o senhor vai ser interrogado, o senhor vai ser ouvido — e o doutor tem conhecimento disso? —, a qualificação não faz parte do questionamento. E o investigado tem que responder às perguntas a respeito da sua qualificação. Nós não estamos fazendo um interrogatório da... Eu estou fazendo perguntas básicas para o senhor. O senhor



está se reservando ao direito constitucional até de esclarecer para os Deputados, para o Brasil a sua qualificação?

O senhor não vai responder a sua qualificação?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Quando eu cheguei aqui, eu já me qualifiquei perante duas pessoas que pediram as informações.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Qualificou aqui, Sr. Presidente? Ele deu a qualificação completa? Mas foi em público? Foi em público?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sim.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Foi em público? Eu gostaria de saber. Questão de ordem: foi em público ou não? Foi em público ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pode aguardar um minutinho, Sr. Deputado?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sim, Sr. Presidente. Eu aguardo o tempo que for necessário. Tenho bastante tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Está aqui a assentada do Sr. Fernando Baiano, com os seus dados. Ela é necessária antes de ele vir até a mesa e prestar o seu depoimento. Está aqui à disposição da Secretaria da CPI.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, como ele não está respondendo, tem como informar para mim a naturalidade dele? Tem aí?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não tem a naturalidade dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem. Eu deixarei aqui à disposição de V.Exa., porque...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tem se ele é solteiro, se ele é casado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu não posso aqui me passar pelo depoente para responder os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo, Sr. Presidente.

Eu vou fazer a última pergunta para ele.

O senhor foi realmente... Um dos seus atos foi meter a mão no dinheiro de Pasadena, junto com Nestor Cerveró e com Gabrielli. Eu achei muito interessante a estratégia do senhor. O senhor pegou o rabo preso que o Gabrielli tinha com o



senhor lá da Bahia. Nem sei se o senhor é da Bahia, mas já que o senhor é Fernando Baiano, o senhor não fala nada, então, o senhor é da Bahia para mim.

Então, o senhor pegou o rabo preso do Gabrielli com o senhor, meteu-o com o seu depoimento. Ele passou por um constrangimento e aí ele teve de prestar depoimento para a casa dele não cair. O senhor ligou para o Gabrielli perguntando para ele que, se ele não fizesse o depoimento, ou através do seu advogado na época, o senhor colocou-o na parede e perguntou para ele que, se ele não fosse sua testemunha no seu depoimento — uma situação constrangedora para alguém ser testemunha de um bandido, não é? —, o senhor perguntou para ele, um ex-Presidente da PETROBRAS, amigo do Lula, o senhor questionou-o que, se ele não abrisse a boca, o senhor iria derrubá-lo, o senhor iria caguetá-lo?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Muito obrigado, Sr. Fernando Baiano. O senhor contribuiu muito. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. O próximo inscrito é o Deputado Perondi. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Quando é que o senhor entrou no negócio de Pasadena?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Quanto de dinheiro o senhor ganhou no negócio da Pasadena?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Quantas reuniões o senhor fez com José Gabrielli, Presidente da PETROBRAS, e com o Sr. Cerveró?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Nós estamos na frente de um dos cérebros do negócio que consumiu 2 bilhões de reais do nosso País, numa compra



em que o vendedor comprou por 100 milhões de dólares e ganhou 2 bilhões de reais. Está aqui. Está aqui.

Quais as atividades profissionais de V.Exa.?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É sócio ou proprietário de alguma empresa? Trabalha como representante de empresas? Quais? Possui contratos de prestação de serviço com as empresas que representa?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - As empresas de sua propriedade ou representadas por V.Exa. possuem contratos com a PETROBRAS?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - V.Sa. mantinha contatos com os diretores da PETROBRAS?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Quais e em que circunstâncias?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - V.Sa. tinha conhecimento do esquema de distribuição da propina envolvendo políticos, diretores da PETROBRAS e empreiteiros?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O senhor é frio, hein? O senhor é frio. As investigações da Operação Lava-Jato indicam a participação das maiores empreiteiras do País, com acusação de formação de cartel para direcionamento de licitações. Mantinha V.Sa. contatos com representantes das grandes empreiteiras? Quais e em que circunstâncias?



**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - As empresas de sua propriedade ou representadas participaram desse cartel em algum momento?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Possui filiação partidária?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Amigo do Gabrielli, do Duque, do Lula.

Mantinha contatos com políticos? Quais e em que circunstâncias?

**O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES** - Recorro ao direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O senhor não tem medo? O Pizzolatto ficou sem pátria. Foi um dos homens do mensalão que alimentou a estrutura de poder do PT. O segundo foi o Valério, que cometeu um erro: ele, alimentado com certeza com o poder dependente dele... Devem ter prometido muito, dado enormes garantias, dito que o Lula tinha nomeado os Ministros e que os Ministros não fariam a sua condenação — e o fizeram, foram homens grandes. E, quando ele pensou em fazer a delação premiada, o bonde tinha passado, o cavalo tinha passado, e ele levou no lombo 40 anos. Perdeu a mulher e se separou. O Alberto Youssef também se separou. Está longe dos filhos, viveu crise depressiva, não sei se está sendo tratado e foi a chave, juntamente com Pizzolatto, no mensalão.

Esse exemplo não basta para o senhor tentar se salvar? Pense! Ajude o País! Pense. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Deputados inscritos, eu libero o depoente, diante do fato de ter optado por ficar em silêncio, direito constitucional que lhe assiste.

Já convido o Sr. Guilherme Esteves de Jesus para tomar assento à mesa.  
(Pausa.)



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Vai passear de camburão agora a nossa custa. Com algema ou sem algema? Sem algema? Tem que colocar algema no homem! *(Pausa.)*

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra o Sr. Guilherme Esteves, por até 20 minutos, para fazer a sua saudação inicial.

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Boa tarde! Excelências, por orientação da minha defesa, vou permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, diante da posição do Sr. Guilherme Esteves de Jesus de ficar em silêncio, um direito constitucional que ele tem, eu não vou usar o meu tempo e vou dirigir as perguntas que eu lhe faria à Taquigrafia para que fiquem registradas na ata da reunião desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Solicito à Taquigrafia que incorpore todas as perguntas encaminhadas pelos Srs. Parlamentares às notas taquigráficas para que as perguntas fiquem registradas.

Com a palavra o Primeiro Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

Além dos Relatores e Sub-Relatores, quem são os autores desse requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A Deputada Eliziane Gama e os Deputados Ivan Valente e Celso Pansera.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes. *(Pausa.) Ausente.*



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, estou aqui ao lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. estava ali, passou aqui por trás e eu não o vi. Desculpe-me.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Guilherme Esteves, o senhor tem o direito constitucional, obviamente, de permanecer calado, mas o senhor participou de uma quadrilha, poderia dizer assim, que causou enorme prejuízo ao Brasil.

Eu sou do Município de Itaboraí, na região de São Gonçalo, em Niterói, onde fica o estaleiro Jurong. O senhor foi um dos responsáveis por essa corrupção. O senhor é acusado por isso, o que causou milhares de desempregados ali. Quem passa pela ponte Rio-Niterói vê o estaleiro lá parado, fruto da corrupção na PETROBRAS, da qual o senhor participou.

Na delação premiada do Sr. Barusco, por exemplo, ele cita que o senhor transferiu aproximadamente 8 milhões de dólares para as *offshore* Natiras, do Barusco, Drenos, do Renato Duque, Firasa, do João Ferraz, para o Eduardo Musa.

O senhor tinha uma renda declarada de 1.200 reais no seu Imposto de Renda. No entanto, o senhor tinha um saldo de 2 milhões e 200 mil reais no banco. O senhor disse que esse saldo era fruto da renda mensal da sua esposa, Lílian, que tinha uma renda mensal de 21.200 reais.

Quando o senhor foi abordado pela Polícia Federal em sua residência, segundo os relatos da Polícia Federal, o senhor enganou a Polícia Federal. Isso está gravado no vídeo da sua residência, mostrando que a sua esposa, Lílian, saiu pelo portão de trás de sua casa com um pacote, o que durou 8 minutos, entre a Polícia entrar e ela sair com esse pacote. Eu gostaria de saber do senhor o que seria isso.

Após prestar depoimento na Polícia Federal no dia 6 de fevereiro, o senhor foi a uma agência do HSBC e pediu provisionamento de saque de 300 mil reais para o dia 11 de fevereiro.

Esses são fatos incontestáveis, e o senhor vai perder uma grande oportunidade de explicar isso aqui hoje. O senhor é uma pessoa jovem, tem família. Eu até sinto de estar colocando isso para o senhor, sinceramente, porque o senhor é tão jovem!



Eu gostaria que o senhor respondesse às perguntas, mas, como o senhor vai usar seu direito de permanecer calado, para darmos celeridade ao trabalho, eu não vou aqui ler as perguntas que eu faria ao senhor. Vou consigná-las em ata para deixar meus companheiros prosseguirem com os trabalhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - Seguindo o roteiro, cabe a este Sub-Relator, agora presidindo os trabalhos, fazer as perguntas.

Também vou deixar consignadas na Taquigrafia as minhas perguntas por escrito. Se a alguma delas o senhor quiser responder à CPI, pode fazer por escrito.

A próxima oradora é a Deputada Eliziane Gama, autora do requerimento.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu vou fazer minhas perguntas daqui mesmo. Vou fazer apenas duas perguntas. Eu queria que o senhor falasse ao microfone, mesmo evocando o seu direito de silêncio.

O senhor conhece Renato Duque, Pedro Barusco e João Vaccari?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu vou me reservar o direito de permanecer calado, como informei anteriormente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor conhece o Senador Edison Lobão? Conhece a ex-Governadora do Estado do Maranhão Roseana Sarney?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Excelência, vou permanecer calado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Farei mais uma pergunta apenas.

Em que países o senhor tem conta no exterior?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei calado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, as demais perguntas eu encaminharei à Secretaria da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - É regimental.

O Deputado Ivan Valente é o próximo orador. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu também vou fazer duas perguntas e as demais vou deixar consignadas, apenas para a gente consolidar a recusa do depoente.



Sr. Guilherme Esteves, reportagem do *Valor Econômico*, de 27 de março, veicula a informação do Ministério Público Federal na qual V.Sa. é apontado como intermediador de pagamentos oriundos do estaleiro Jurong, destinados aos Srs. Pedro Barusco e Renato Duque. A pergunta: V.Sa. mantinha contatos com representantes do estaleiro Jurong? Quais e em que circunstâncias?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Excelência, eu permanecerei calado.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - V.Sa. é acusado de entregar propina de empresas para agentes públicos por meio de pagamentos no exterior e em contas controladas pelos Srs. Renato Duque e Pedro Barusco, ex-diretores da PETROBRAS, e João Carlos Ferraz e Eduardo Musa, da Sete Brasil.

V.Sa. confirma a transferência de valores a eles? Quais são as justificativas?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei calado, Excelência.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, eu vou encaminhar, então, as demais perguntas para a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - O.k. Mais algum Deputado, não autor do requerimento, deseja subscrever?

Podemos continuar aqui, Deputado Ivan Valente?

Então, Deputado Delegado Waldir e Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)*

Obrigado, Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O Deputado Delegado Waldir me cedeu aqui, graciosamente, a vez dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - Permuta, então, Deputado Aluisio.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu vou fazer apenas uma colocação, porque eu já vi que o nosso depoente não vai colaborar e não percebo nele a dureza inquebrantável do Sr. Fernando Baiano.

Eu tenho muitas dúvidas, Sr. Guilherme, se o senhor vai resistir à dureza do cárcere. Acho que o senhor deveria refletir melhor e pensar em termos de colaboração, porque com certeza o senhor não vai resistir mais tempo do que já está no cárcere.



Uma coisa aqui me chamou a atenção: de todos os que foram ouvidos agora, envolvidos na Operação Lava-Jato, todos tiveram a preocupação de preservar a família. O senhor foi o único, de todos os envolvidos nesse escândalo, que não fez nenhum gesto de preservação da família. Muito pelo contrário, expôs a sua esposa, Lílian, a estar hoje denunciada na Justiça Federal, criminalmente, porque, quando a Polícia Federal chegou a sua casa, com o intuito de ludibriar os agentes da lei, o senhor disse que iria prender os cachorros e fez a sua esposa pular o muro e fugir com uma sacola de provas que depunham contra o senhor.

Então, não só vejo no senhor um ato covarde de expor a sua esposa a hoje estar denunciada como também duvido muito que o senhor resista mais algum tempo sem colaborar com a Justiça.

Eu espero que o senhor reflita sobre isso e pense, num futuro muito próximo, em colaborar com esta CPI, com o Ministério Público Federal, com a Justiça Federal, para que a gente possa avançar nessa investigação que saqueou milhões dos cofres da PETROBRAS.

As minhas perguntas eu vou encaminhar, Sr. Presidente, para serem consignadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - O.k., receberemos por escrito.

Com a palavra Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Boa tarde, Sr. Guilherme! Meu nome é Delegado Waldir. Sou de Goiás. O senhor é acusado de participação nesse esquema criminoso. Foram encontradas algumas provas contra o senhor, Segundo o relato trazido pela própria Polícia Federal, pela imprensa, como o Deputado Aluisio Mendes falou agora, o senhor expôs a sua esposa, a sua família, o que é de mais sagrado. Neste momento em que o senhor está preso, o senhor sabe quem está cuidando da sua esposa?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Excelência, eu vou permanecer calado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Como o senhor fez essa exposição dela num primeiro momento, enganando a Polícia Federal, depois disso,



ela veio fazer visita para o senhor aqui no presídio enquanto o senhor está preso?  
Ela veio te visitar?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O.k. Eram as perguntas que eu tinha a fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, só para informar que também já passei as perguntas aqui para serem anotadas e depois respondidas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - O.k. Com a palavra o Deputado Ivan Valente. Acho que agora V.Exa. é o último.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Bom, eu não concordo muito com essa ideia de entregar as perguntas para a Taquigrafia, entendeu?

Eu vou fazer as perguntas, porque, afinal, nós viemos até Curitiba, certo? E o nosso depoente, que está preso, veio até aqui com toda a estrutura da Polícia Federal. Eu acho que todos têm que saber também que são tantos acusados, tantas pessoas presas, que nós temos que saber quem é o Sr. Guilherme Esteves, lamentando também porque optou por permanecer calado, é seu direito constitucional.

Queria primeiro citar algumas questões que envolvem o Sr. Guilherme Esteves: ele foi o responsável por intermediar o pagamento de propinas em favor do Estaleiro Jurong Aracruz, subsidiária do grupo SembCorp Marine, de Cingapura, estabelecido em Aracruz, no Espírito Santo, e contratado pela Sete Brasil para a construção de seis sondas. De acordo com a denúncia, foram encontrados contratos de serviços de consultoria celebrados entre a Upnavy, empresa de Guilherme Esteves. A primeira pergunta: o senhor é proprietário dessa empresa Upnavy?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Excelência, eu permanecerei em silêncio.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nem assim, nem para dizer se o senhor tem uma relação profissional com essa empresa? Isso compromete o senhor de alguma forma, ou não?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Empresa de Guilherme Esteves de Jesus, que é o senhor, e a PCE — Projetos e Consultorias de Engenharia, em 2011, com o consórcio RAM/SONDOTÉCNICA, em 21 de outubro de 2009, ambos tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria para negociação e assinatura de contratos para o fornecimento de bens e serviços relativos ao projeto de engenharia para a construção do estaleiro Jurong, no Município de Aracruz, a serem contratados pela empresa Jurong, prevendo remuneração equivalente a 3% sobre os valores brutos a serem recebidos pela contratante junto ao estaleiro, sendo que tais serviços nunca foram prestados, confirmando assim que o denunciado possui efetiva ingerência sobre o estaleiro.

Muito bem, o Sr. Pedro Barusco é considerado talvez a pessoa que, no final das contas, deu o maior desfalque, fez a delação premiada, 97 milhões de dólares, só que ele se propôs a devolver, isso dá 300 milhões de reais. O senhor conhece o Sr. Pedro Barusco?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Excelência, eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quais as empresas envolvidas diretamente com a PETROBRAS para as quais a sua empresa prestou serviços de intermediação?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Como eram negociados os percentuais da sua comissão nesse processo negocial?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Era uma forma de lavagem de dinheiro de corrupção na PETROBRAS, as suas relações com ela? Era uma forma de corrupção?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor se encontrou com políticos alguma vez? Conhece algum?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vamos lá, atestando a estreita relação de Guilherme Esteves com o Estaleiro Jurong interessa mencionar os contratos de consultoria e agenciamento comercial firmados pela Upnavy Consultoria Empresarial Ltda. — EPP com o Estaleiro Jurong Aracruz como previsão de remuneração de 660 mil reais e o Jurong Shipyard Pte Ltda. envolvendo o pagamento de 2 milhões. Houve algum repasse de valores de sua empresa para partidos políticos?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Qual o faturamento da sua empresa?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor sabe a quem pertence a *offshore* Opdale Industries Limited?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor prestava serviços a Opdale?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Muito bem, o senhor prestava serviços a empresas *offshore*, inclusive o senhor é bastante jovem para esse tipo de operação, né? Aqui, na denúncia, o que nós podemos constatar é que o senhor prestava serviços a empresas *offshore*: Natiras, do Pedro Barusco; Firasa, do João Ferraz e — que nome sugestivo — Drenos, do Renato Duque, é que drenava, né? E o senhor teria transferido 732 milhões de dólares à *offshore* Natiras que é do Sr. Pedro Barusco, por meio da Opdale, em 4 de fevereiro de 2013. Confirma?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A pedido de quem o senhor fez essa transferência para a Opdale?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Para a Natiras, em 15 de abril de 2013, o senhor repassou um montante de 1 milhão e 985 mil dólares. Quem solicitou essa transferência?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vamos adiante.

O Sr. Guilherme Esteves também foi responsável por, em favor do Estaleiro Jurong — que é um dos maiores do mundo, tem que se ressaltar aqui —, lavar dinheiro e efetuar os pagamentos a Renato Duque, no valor de 2 milhões e 100 mil dólares, em maio de 2013, e 1 milhão e 195 mil dólares, em agosto de 2013; a João Ferraz, que foi um dos fundadores da Sete Brasil, 1 milhão e 35 mil dólares, em julho de 2013; a Eduardo Mosa, também sócio do João Ferraz, 786 mil dólares. Ou seja, o senhor não lidava com pouco dinheiro pelos volumes aqui colocados. Tais transações foram comprovadas a partir de extratos bancários apresentados por Pedro Barusco, analisados pela Secretaria de Pesquisa e Análise, da Procuradoria-Geral da República. O senhor sabia disso?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor não teve nenhum conhecimento dessas transferências pelas quais o senhor foi responsabilizado para essas contas no exterior?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Excelência, eu permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu gosto porque o senhor é insistente. O senhor permanecerá em silêncio e repete, inclusive.

Declaração de Pedro Barusco acerca do controle exercido por Guilherme Esteves sobre as contas-correntes da *offshore* Opdale Industries restou corroborada pela análise do telefone celular do denunciado — o seu, o seu telefone celular.



Constatou-se que, em 18 de julho de 2013, Fabricio Barwinski comunica Guilherme Esteves de Jesus da entrada de aproximadamente 4 milhões e 300 mil dólares em suas contas com a informação “Blackrock”, dando a entender que o depósito se deu em função de recebimento da Blackrock Oil and Services Inc., empresa possivelmente envolvida nas atividades ilícitas de Guilherme Esteves. O senhor conhece essa empresa Blackrock?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor fez alguma outra transferência das contas da Opdale para alguma *offshore* ainda não revelada?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pesa sobre o Sr. Guilherme Esteves essa mácula que já foi aqui colocada.

Eu não lido, Sr. Guilherme, com questões pessoais. Como Deputado, eu quero investigar só a verdade dos fatos, mas teve um fato realmente com a sua família, um pouco diferente das outras: é que a sua esposa colaborou para evadir provas. E eu só queria fazer uma pergunta: aqueles documentos que na fuga da polícia foram levados ainda existem ou foram destruídos?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Havia documentos que comprometiam políticos entre esses documentos que estão ou destruídos, ou escondidos?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Eu permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Era isso o que eu queria perguntar, Presidente.

Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem 1 minuto para réplica.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma última pergunta: Sr. Guilherme Esteves, o senhor conhece o Pedro Barusco e o Paulo Roberto. Neste momento, eles estão nas ruas. Devem estar tomando um uísque, num friozinho desse, um vinho, no Rio de Janeiro, passeando de carro, indo para o litoral com a família. Eles devem estar bem à vontade. E o senhor está aqui preso. Acho que a bronca do senhor não é tão grande; sua bronca é menor.

Eu queria saber do senhor o seguinte: o que é mais importante para o senhor? A preservação dessas informações de pessoas que o abandonaram nesse momento? O que é mais importante: esse dinheiro ou a preservação dessas pessoas, ou a sua família, a sua esposa que está na rua, a sua mãe, o seu pai, seus pais, se o senhor ainda os tiver? O que é mais importante para o senhor? Não lhe toca o coração ver que outros parceiros dessa ação já estão na rua desfrutando de uma situação extremamente confortável, e o senhor, daqui a pouco, vai ser algemado pelos policiais federais, vai ser colocado no camburão, vai ser levado novamente para uma cela, vai dividir cela, vai ficar não sei mais quanto tempo...? Não mexe com o senhor um pouco ver que o senhor poderia ter resolvido essa situação em tão pouco tempo, como outros colaboradores o fizeram?

O que o senhor acha? O senhor não se comove? O senhor não se propõe a fazer uma mudança na sua vida e voltar para sua família? Parece-me que, até então, o senhor era uma pessoa de bem, nunca tinha se envolvido com a malandragem, com a bandidagem. O senhor não pensa em fazer uma delação premiada? O senhor tem conversado com o seu advogado a respeito de fazer uma contribuição para a Justiça?

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Excelência, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Guilherme.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bruno Covas) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao depoente, para suas considerações finais.

**O SR. GUILHERME ESTEVES DE JESUS** - Agradeço, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu agradeço.



Convido agora o Sr. Adir Assad a tomar assento à mesa.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados como também a decisão do Juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração, para a elucidação dos fatos, certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Passo a palavra ao Sr. Adir Assad, pelo tempo de até 20 minutos para as considerações iniciais.

**O SR. ADIR ASSAD** - Bom, boa tarde! Eu começo pedindo desculpas aos senhores. Gostaria de cumprimentar os Exmos. Srs. Deputados, e, por orientação dos meus advogados, respeitosamente, eu vou exercer o meu direito constitucional de ficar em silêncio. É só, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, da mesma forma que eu agi com os outros depoentes optaram pelo direito constitucional de se manter calados, eu não farei perguntas. E dirigirei as perguntas que faria à Taquigrafia, para que conste do relatório da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio, e passo a palavra ao Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes, pelo tempo de até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Adir Assad, o senhor tem aí participação em muitos esquemas anteriores ao da Operação Lava-Jato.

Na Operação Lava-Jato, segundo consta, as empresas Rock Star Marketing, Power To Ten Engenharia, Legend Engenheiros Associados foram usadas pelo senhor para lavar 40 milhões de reais desviados da Refinaria Getúlio Vargas, por exemplo, dinheiro do povo brasileiro e destinado ao Renato Duque e ao Pedro



Barusco. Parte desse dinheiro o Pedro Barusco possivelmente tenha devolvido. Pedro Barusco fez delação premiada, e o senhor se encontra preso aqui.

Considerado o ponto central da Operação Saqueador, da Polícia Federal, foi a decisão de fechar o cerco sobre o senhor naquela ocasião. O senhor era considerado mais importante do que o Cavendish. A Polícia Federal qualifica o senhor como operador de propina da Delta. Dizia que o senhor era uma máquina de lavar dinheiro. O Dr. Sérgio Moro, nas provas colhidas, diz que o senhor desempenhava papel semelhante ao do Alberto Youssef.

O senhor também foi citado no desvio de 421 milhões de reais de contratos superfaturados da Delta nas Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal. Só aqui já são quatro operações. Na Operação Saqueador, da Polícia Federal, as empresas investigadas, empresas de fachada de sua titularidade, receberam cerca de 1 bilhão de reais.

Eu tenho insistido aqui porque só quem vê de perto, Sr. Assad, o desemprego e até a fome que as pessoas passaram... Pessoas que mudaram de endereço para trabalhar nas obras da PETROBRAS, largaram as suas famílias nas suas cidades de origem, mudaram de endereço e perderam o emprego por causa da corrupção da PETROBRAS.

Então eu imagino e sei que essa é uma situação muito desagradável para o senhor, mas o senhor imagina quanta gente que passou dificuldade, até crianças passaram fome, fruto da corrupção na PETROBRAS. Só que aí ninguém viu.

As pessoas veem aqui as pessoas que vêm depor nas oitivas, sentem as pessoas abatidas porque estão presas, e o quanto isso gerou para a população trabalhadora que ganhava lá 1.200, 1.500 reais, perdeu o seu emprego, largou a cidade, despencou de sua cidade lá para o Rio de Janeiro, lá para o Nordeste, para trabalhar, chegou lá, perdeu o emprego, a família ficou com fome, porque era isso o que acontecia. Então realmente é...

O senhor tem o direito de estar em silêncio hoje aqui, mas isso o senhor pode ter certeza de que revolta bastante gente.

Eu gostaria de fazer várias perguntas ao senhor: se o senhor está ameaçado por alguém; se o senhor não vai fazer a delação premiada, como outros, outras figuras desse processo fizeram, figuras, inclusive, que têm participação maior do que



a do senhor; se o senhor acha que o senhor vai sair ileso dessa questão mantendo-se calado ou, como aconteceu em outros processos aqui no Brasil, como, por exemplo, no processo do mensalão, figuras que se calaram pegaram muitos anos de prisão, e outros que fizeram delação premiada tiveram o benefício da delação premiada.

Apesar da minha honesta revolta sobre essa questão, sobre essa participação do senhor, como o senhor não vai responder, eu vou protocolar aqui os questionamentos que eu ia fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Com a palavra o Sub-Relator, o Deputado Bruno Covas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Adir Assad, em relação a Augusto Mendonça Neto, José Janene, Alberto Youssef, propina na PETROBRAS, propina da Delta Construções, Setal Engenharia Construções e Perfurações, Renato Duque, Pedro Barusco, conta Maranelli, Mário Goes, Vaccari Neto, Consórcio INTERPAR, Tipuana Participações, Projetec Projetos de Tecnologia, PEM Engenharia, Dario Teixeira, Sônia Mariza Branco, lavagem de propina, Eduardo Hermelino Leite e José Dirceu sobrou um desses itens, nomes, empresas sobre o qual o senhor deseje falar alguma coisa?

**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpe-me, senhor, mas vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Muito obrigado. Então, não tenho mais pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos, então, para os autores do requerimento. Inicialmente, o Deputado Ivan Valente, pelo tempo de até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Adir Assad, eu queria fazer uma primeira pergunta ao senhor, é bem simples: o senhor conhece o Sr. Janene e o Sr. Youssef, que estão denunciados na Operação Lava-Jato? Não, o Janene já faleceu, o senhor o conheceu?



**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpe-me, senhor, mas, por orientação dos meus advogados, conforme eu já havia falado antes, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nem os falecidos?

**O SR. ADIR ASSAD** - Eu vou continuar em silêncio, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só sua origem. O senhor mora em que Estado?

**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpe-me, senhor, mas eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor conhece o Sr. Paulo Preto? Já ouviu falar nesse nome?

**O SR. ADIR ASSAD** - Eu vou permanecer em silêncio, desculpe-me, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor é conhecido por ter várias empresas consideradas laranjas, para quem o senhor repassava o dinheiro fruto de desvio de recursos no caso da REPAR?

**O SR. ADIR ASSAD** - Eu vou permanecer em silêncio, desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor teve algum contato com Diretores da PETROBRAS? Quais Diretores?

**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpe-me, eu vou continuar em silêncio, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sua atuação. Conforme investigações anteriores, o senhor teve, como já foi dito aqui, envolvido, o senhor já parece ser um velho conhecido da Polícia Federal: Operação Saqueador, CPI do Cachoeira, CPMI do Cachoeira, operador da empreiteira Delta etc. O senhor poderia listar obras efetivamente realizadas pelas empresas Power To Ten Engenharia, Soterra Terraplenagem e S.M. Terraplenagem?

**O SR. ADIR ASSAD** - Perdoe-me, sem quere ofendê-lo, vou continuar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas, só uma pergunta: essas suas empresas eram empresas de verdade ou eram empresas laranjas para lavar dinheiro?

**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpe-me, senhor, eu vou continuar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sua atuação, conforme investigações anteriores, sempre se deu através de obras centralizadas no Rio de Janeiro. Foi



assim no esquema da Delta, bem como nos fatos investigados pela Operação Saqueador.

Como o senhor foi convidado a atuar em obras da REPAR no Paraná? Pelo o que eu estou vendo, o senhor passa por vários Estados inclusive. Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná. O senhor também é uma pessoa bastante conhecida aqui. É por causa da competência das suas empresas?

**O SR. ADIR ASSAD** - Eu vou continuar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Bem, Sr. Presidente, eu acho que o histórico do Sr. Adir Assad leva aqui, rigorosamente, pelo o que eu senti, a não haver empresas produtivas das quais ele faça parte. Então, é uma lógica, as empresas atuam numa lógica de lavar dinheiro, e lavar bastante dinheiro.

Então, sem dúvida, é um desgaste para a sociedade que pessoas que claramente tenham acusações formais, como essas que foram colocadas aqui, insistam nessa lógica de não responder as perguntas da CPI.

Aqui no levantamento feito pela minha assessoria, o despacho que autorizou a prisão do senhor, o Juiz Moro afirma haver prova de envolvimento direto do senhor, direto do senhor, na lavagem de dinheiro de cerca de 40 milhões de reais desviados de obras da PETROBRAS e pagamentos de propina a Renato Duque e a Pedro Barusco. O senhor tem ideia do valor que envolveu as suas operações?

**O SR. ADIR ASSAD** - Eu vou continuar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente. O próximo autor, Deputado Leo de Brito, está ausente. O Deputado Valmir Prascidelli, também autor, está ausente.

Vamos aos inscritos como membros. Indago aos Srs. Parlamentares, quais desejam falar? Deputado Delegado Waldir, Deputado Aluisio Mendes. Mais algum Deputado deseja falar? Deputada Eliziane Gama e Deputado Onyx Lorenzoni.

Então, o Deputado Delegado Waldir primeiro, depois o Deputado Aluisio, depois a Deputada Eliziane e depois o Deputado Onyx.

Deputado Delegado Waldir, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Boa tarde, Sr. Adir Assad. É assim que se pronuncia?



---

**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpa, eu vou continuar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não, só quero saber se seu nome se pronuncia assim, senão eu vou falar seu nome errado e o senhor vai ficar bravo. Só queria saber se eu estou pronunciando o seu nome correto. Vou chamar então, para facilitar, só de Adir. Adir está certo, né?

**O SR. ADIR ASSAD** - Acho que sim.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Diga-me uma coisa, eu estava olhando, sentado naquela cadeira ali, a aparência do senhor. Eu vi aqui uma foto de uma revista, o senhor de calça jeans, camiseta, bem à vontade, outra de gravata, numa expressão muito alegre. Eu percebi que a cadeia está fazendo mal ao senhor. A cadeia está fazendo mal ao senhor. Eu acho que distância da sua família. E isso eu coloquei para as demais pessoas que foram ouvidas também.

A cadeia realmente não presta para ninguém. Eu fui Delegado, fui Diretor de presídio, sei que realmente é uma situação extremamente constrangedora. O senhor sempre movimentando milhões para muita gente, para a Cavendish, para um monte de gente bacana aí, e de repente se vê algemado e encarcerado. Isso derruba qualquer pessoa. Eu estou percebendo, percebo na sua fisionomia realmente que o senhor ficou muito abatido depois que foi para a cadeia.

Não sei até quando o senhor vai ficar lá, se muito tempo, qual vai ser a sua condenação. Mas eu estava pensando, ali, olhando a sua aparência, a aparência do senhor tão triste, mas algumas outras pessoas, neste momento, estão muito felizes, muito alegres, com uma aparência muito boa — do lado de fora, ali. Se eu for ali fora, vai ter muita gente muito feliz, muito alegre. E eu também acho que tem muita gente que não dormiu de ontem para hoje. Vai que o senhor chega aqui, olha para a cara do Delegado Waldir e resolve abrir a boca, hein? Nossa! Ia cair a casa de muita gente. Muita gente iria ocupar o lugar do senhor, e, com certeza, amanhã ou depois, o senhor estaria nas ruas. Então, eu acho que, de ontem para hoje, muita gente tomou muito remédio para dormir com medo que o senhor chegasse aqui e falasse o que o senhor sabe.

Cavendish. Eu estive na Câmara Federal, em 2010. Na época, eu convoquei ele lá um pouquinho antes de estourar o caso da Delta e do Cachoeira, em Goiás. Eu sou de Goiás, eu convoquei o Cavendish lá, e aí eu vi a força que a Delta e que o



senhor, a empresa que o senhor trabalhou, que movimentou dinheiro, tinha. Eu fiz um requerimento lá, mas foi um desespero naquela Câmara Federal para não permitir que o Cavendish fosse lá, porque, na época, ele falou que com qualquer milhão ele comprava qualquer Deputado ou qualquer Senador. Lembra disso, Lorenzoni? Lembra disso? Eu convoquei ele lá. Foi um desespero só. Mas hoje a situação está diferente. A Delta já não existe mais.

Eu queria saber o seguinte: o senhor é uma bomba-relógio? Sabe demais? O senhor, se realmente abrir a boca, cai do pequeno aqui até o Planalto? O senhor é uma bomba-relógio? É a pergunta que eu estou fazendo para o senhor.

**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpa, Dr. Waldir, eu vou permanecer em silêncio. Desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. Vou fazer outro comentário aqui. Nessa mesma matéria em que eu peguei a foto do senhor aqui — vou colocar os óculos, porque depois que você entra nos “enta” você já não enxerga mais com a mesma habilidade —, nessa matéria onde aparece a foto do senhor aqui, bonitão, *playboy*, com a mãozinha na cintura, um jornalista, Lauro Jardim, diz o seguinte: “*A propósito, quando é que a CPI do Cachoeira convocará Adir Assad?*” Aí ele vem com a resposta logo em seguida: “*Quem conhece o Congresso garante: ‘nunca, nunca Adir Assad.’*”

Pois bem, digo para o senhor que a CPI da PETROBRAS, sob a Presidência do meu querido Deputado Hugo Motta, está fazendo diferente. Nós convocamos, vários Deputados convocaram, e nós estamos aqui para ouvir o senhor. Se, por um acaso, o senhor não quer delatar, não quer falar, hoje nós estamos aqui querendo ouvir o senhor. E avisem aos jornalistas que nós não temos nada a esconder.

Ainda nessa mesma matéria, meu amigo Relator, eu peguei o gancho aqui: “*PT — nessa mesma matéria — quer Adir Assad no foco da CPI da PETROBRAS*”. Não sei por que o PT quer, se ele era o principal órgão que planejava toda a roubalheira. Se o senhor delatar, cai a Dilma, cai o Lula. Eu acho que eles deveriam tomar cuidado com o que é postado nos jornais.

Muito obrigado, Sr. Adir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem a palavra.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu vou encaminhar minhas perguntas à Mesa, para que sejam consignadas pela Taquigrafia, mas eu queria fazer algumas observações ao Sr. Assad.

Na mesma linha do meu colega Deputado Altineu, eu fiz um levantamento da vida pregressa do Sr. Assad, como é de praxe todo policial de carreira fazer quando vai ouvir alguém. Eu vi aqui que o senhor foi alvo de várias operações da Polícia Federal. Talvez o senhor tenha mais entradas e saídas das instalações da Polícia Federal do que eu, com 25 anos de policial federal, de tanto que o senhor já foi e voltou como alvo da Polícia Federal. E, a meu ver, o senhor tem o mesmo perfil do Youssef, que depôs para nós aqui hoje. O Youssef tem um histórico de crimes, começou muito novo. O pai foi preso várias vezes como contrabandista, a irmã foi presa como contrabandista e por crimes financeiros, e inseriram Youssef também nessa linha familiar; ele foi preso mais de oito vezes cometendo crimes e preso novamente agora. É aquele caráter que não se corrige. E o senhor teve várias oportunidades de se corrigir. O senhor foi alvo da Polícia Federal em várias operações, já passou por vários constrangimentos e, mesmo assim, retomou, agora, na Operação Lava-Jato, como indiciado, como réu, como acusado de uma série de crimes.

Eu, realmente, não vejo muita salvação para pessoas com o seu perfil, Sr. Assad — estou sendo muito sincero com o senhor —, por conhecer, de muitos anos, por lidar com criminosos.

A minha pergunta para o senhor: depois de tudo isso que o senhor passou e está passando agora... Como disse aqui o Deputado Delegado Waldir, o senhor mostra, realmente, no seu semblante, que a cadeia não está lhe fazendo muito bem. E a cadeia não faz muito bem a ninguém. Eu também tenho experiência grande em lidar com presídios.

O senhor acha, no fundo da sua alma, que o senhor tem salvação? Se o senhor passar por essa provação agora da Operação Lava-Jato, o que é praticamente impossível, dadas as provas que estão sendo carreadas nos autos contra o senhor, citadas por vários dos delatores, o senhor acha que, passada toda essa turbulência, o senhor ainda tem alguma salvação?

Era isso o que eu queria falar, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

A próxima inscrita é a Deputada Eliziane Gama. (*Pausa.*) Ela deu uma saidinha.

Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, primeiro eu queria registrar, diferentemente do depoimento anterior, a postura adequada das advogadas do Sr. Adir Assad. Como eu me manifestei quanto a uma postura inadequada, eu quero mostrar como é uma postura adequada. Então, eu queria fazer essa referência, porque creio ser importante para que a diferença fique claramente marcada.

Bom, eu quero dizer ao Sr. Adir Assad e à Mesa Diretora dos trabalhos que eu vou apresentar um requerimento, Presidente — e eu espero que nós possamos aprová-lo —, para que a CPI da PETROBRAS vá lá na CPI do Cachoeira, e a gente busque a quebra de seis empresas. Se não me falha a memória, duas ou três delas eram laranja do Sr. Adir Assad, que ajudava a lavar o dinheiro da construtora Delta. E também há um documento subscrito por uma série de Senadores e Deputados, que foi o voto em separado de um grupo de Parlamentares que ficou conhecido como independente, em que estava o Pedro Taques, o Pedro Simon, o Randolfe, o Alvaro Dias, o amigo aqui que fala com V.Exa. Nós listamos as outras 17 cujo sigilo não conseguimos quebrar dentro da CPMI do Cachoeira, que foram levadas à Procuradoria Geral da República, e, uma vez fazendo os cruzamentos, nós poderemos trazer de lá para cá algo que poderá, vamos dizer assim, se esclarecer no curso da própria investigação que o Dr. Sérgio Moro faz.

Só queria fazer essa referência porque é correta aqui a lembrança de vários colegas da atuação importante que o Sr. Adir Assad teve na lavagem de recursos oriundos da Delta. É só lembrar que, em 2 anos, se não me falha a memória, entre 2010 e 2011, a empresa Delta, que nunca figurou no principal *ranking* das empreiteiras brasileiras, tinha no DNIT mais obras que a Odebrecht, a OAS, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão e a Camargo Corrêa somadas — só para a gente ter uma pálida ideia do que aconteceu lá no DNIT. E lembrar também que o DNIT estava nos dedos abertos da mão de Roberto Jefferson, quando citou o mensalão, da mesma maneira que a PETROBRAS.



Então, desde o início dessa investigação, eu digo que o petrolão nada mais é do que uma continuidade do mensalão, até porque a nomeação de toda essa diretoria que traficou influência e desviou dinheiro da PETROBRAS se deu nos anos de 2003 e 2004, exatamente quando se organizou o esquema criminoso do mensalão, hoje se espalhando pela PETROBRAS e com o petrolão.

Queria também dizer ao Sr. Augusto, perdão, ao Sr. Assad que o Sr. Augusto Mendonça, do grupo Setal, fez uma delação premiada, em razão da qual ele vai escapar dos 40 anos que, muito provavelmente, irá receber de pena. E aí ele o incrimina, porque ele diz aqui que uma parcela dos 111,7 milhões que foram desviados — ele acompanhou o destino desse dinheiro desviado, portanto, mal havido, roubado — o senhor operou. Lavou, para ser mais claro, 38,5 milhões de reais, é uma declaração que ele dá, e via Setec, Projotec, Tipuana, as empresas que faziam isso.

Eu só trago isso porque eu quero ler aqui que o Ministério Público Federal pede o indiciamento para o Dr. Sérgio Moro.

Eu quero lembrar, Sr. Assad, que por 322 vezes o senhor é citado pelo crime de lavagem de capitais, que é lavagem de dinheiro. Nos episódios anteriores, quando o senhor esteve preso em outras oportunidades, o crime de lavagem de dinheiro não era crime principal, era crime acessório, precisava ter crime precedente. Era mais fácil. Por isso, talvez, o senhor tenha escapado com mais facilidade em outras oportunidades. Agora não. Faz 4 anos, se não me falha a memória, que o crime de lavagem de dinheiro é crime principal com capitulação específica, o que vai ficar bem complicado. Só para o senhor ter uma ideia, cada uma dessas 322 vezes aqui ou vai multiplicar por 3, na melhor das hipóteses, ou vai multiplicar por 10, na pior das hipóteses. Então, o senhor há de convir que 322 — vamos fazer de conta que em todas elas a pena é mínima — multiplicado por 3 é uma pena que não termina mais. Precisa-se de três vidas para pagá-la.

É claro, as doutoras vão dizer que há um ajuste da dosimetria que a legislação brasileira acena. Mas eu vou lembrar de Kátia Rabello. Kátia Rabello era uma bailarina. Morreu o pai, morreu a irmã, assumiu a presidência do Banco Rural. Está com 40 anos de regime fechado. Nunca passou nem perto da bronca. Vou lembrar Marcos Valério. Acreditou até a última hora, piamente, que o PT ia livrar a



cara dele. Está lá passando o pão que o diabo amassou com o rabo. Eu posso aqui ficar elencando pessoas que acreditaram na cantilena de que iam escapar.

As pessoas que estão lhe imputando responsabilidades graves... O senhor está na mão talvez do mais preparado grupo da Justiça Federal brasileira. A 13ª Vara tem uma especialização que chama a atenção nacional e internacionalmente. O senhor está na mão de um juiz duríssimo. E o senhor está sozinho nessa peleia, é claro, auxiliado pelas suas advogadas, mas eu sugiro que o senhor pense seriamente no acordo.

Nós votamos, e foi feita uma atualização da lei que estipulou a delação premiada no Brasil, coisa de 5 anos atrás. Ela é uma lei moderna que dá grandes vantagens a quem a usa competentemente. Sei que o corpo de advogados que lhe dá sustentação seguramente vai orientá-lo a usá-la competentemente.

Agora, veja bem, Paulo Roberto Costa, nessas 322 vezes que o senhor está incurso, em que a pena mínima é 3, ele era 100 vezes. E Paulo Roberto fez o acordo, está em casa, prisão domiciliar, ar condicionado para dormir, comida boa, com a família, enquanto que aqueles que ficarem nesse estoicismo... Não sei quem o está convencendo a praticá-lo, porque muitas vezes lhe orientam a ficar calado, senão vai produzir prova. Mas tem um problema grave: a vida é sua, não é de ninguém que está tentando lhe ajudar. É a sua vida, a da sua família, a daquelas pessoas com quem o senhor se relaciona. Quem vai para a cadeia é o senhor, mais ninguém.

Então, eu faço essa rememoração aqui para que o senhor reflita: o caminho da delação premiada é o melhor caminho para o senhor. E se o senhor fizer isso, o senhor vai também ajudar o Brasil. É uma forma talvez de o senhor pedir desculpas à sociedade brasileira de maneira efetiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

A Deputada Eliziane Gama estava inscrita. Antes, falou o Deputado Onyx Lorenzoni. Em seguida, falará o Deputado Perondi

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Adir Assad, na operação Lava-Jato, que está em curso, nas informações, consta que o senhor participou do esquema de corrupção com o desvio de 1 bilhão de reais, desvio exorbitante, um valor realmente significativo. E o senhor, como operador da Delta... Delta é uma das



empresas que mais aparecem, por exemplo, lá atrás, na Operação Monte Carlo, conduzida pelo Cachoeira, e, na verdade, hoje, o senhor está no foco do debate da Operação Lava-Jato.

Pergunto ao senhor: onde é que se encontram as duas operações? Como é que se dá, na verdade, a forma de organização dessa quadrilha? Como é que se dá, na verdade, a sistemática do pagamento de propina e também de superfaturamentos?

**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpa, eu vou continuar no meu direito de ficar em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor... Uma outra pergunta que eu faço... *(Falha na gravação.)* A outra pergunta que eu faço ao senhor: o crime compensa, Sr. Adir Assad?

O senhor tinha uma empresa. Trouxe, aqui para o Brasil... Na área do *show business*, o senhor trouxe, aqui para o Brasil, U2, Beyoncé, Amy Winehouse, que são nomes internacionais. E têm, na verdade, um faturamento milionário os *shows* conduzidos por essas grandes estrelas internacionais. Entretanto, o senhor sai desse ramo e vai para a engenharia, e, aí, a sua empresa aumenta em 574%, um valor realmente muito grande, em 4 anos — são dados que constam, inclusive, na Operação Lava-Jato.

Mais uma vez, eu faço a pergunta para o senhor: o crime compensa?

**O SR. ADIR ASSAD** - Eu vou continuar em silêncio ainda, desculpe-me.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Duas perguntas só a mais, na sequência. Qual é a sua relação com Paulo Roberto Costa e com Youssef? Porque, inclusive, a própria Polícia Federal chega ao senhor com a quebra dos sigilos dos dois — quando quebra os dois, então chega realmente ao senhor. Qual é a sua relação com eles dois?

**O SR. ADIR ASSAD** - Eu vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Qual é a relação de suas empresas com a Interpar?

**O SR. ADIR ASSAD** - Eu vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Por fim, qual é a sua relação com Augusto Mendonça?



**O SR. ADIR ASSAD** - Desculpe-me, mas eu vou permanecer em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Perondi, V.Exa. tem a palavra para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Adir, o senhor é um empresário, um empreendedor, tem empresas, produz para o País e também esquentando dinheiro para alguma clientela...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Perondi, fale mais próximo do microfone, por favor.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - ...mas o senhor é um empreendedor. Reavalia. Faz a delação e ajuda o País — ajuda o País —, e vai continuar trabalhando com os seus negócios.

Eu vou deixar aqui as perguntas que a assessoria jurídica do PMDB fez. Não vou fazê-las. Vou deixá-las, para constar.

Vou fazer uma observação, que é posição do Líder Leonardo Picciani e também minha e da bancada: a de que nós vamos trabalhar — estamos encaminhando um PL — para mudar a forma de a PETROBRAS explorar o pré-sal e, em vez do modelo de partilha, voltar para o modelo de concessão. Por duas razões: a primeira, de que nós já falávamos antes na discussão do pré-sal, porque a PETROBRAS não teria dinheiro nem garantias para participar com 30% de qualquer operação do pré-sal. Não havia esse capital. Ela não teria esse capital e teria que fazer parcerias com empresas altamente especializadas. Isso nós batemos, batemos e batemos. Mas a Presidente Dilma, teimosa, desconhecadora... Parece que até o Gabrielli — informação em que não acreditei —, de qualquer maneira, discutiu com ela, no começo, mas depois ela mandou fazer. Mandou fazer! Mandou fazer, e aí nós, o Congresso aprovou 30%. E mais: com a obrigação do conteúdo local. E aí foi, com certeza, na visão da bancada do PMDB, o nascedouro — nascedouro não, porque já havia corrupção, mas foi o fermento, foi o adubo para a corrupção crescer. E algumas empresas com 3, 4, 5 anos fazendo altos negócios — altos negócios! Nós estamos vendo agora na CPI. Então, essa vai ser a posição da bancada do PMDB, do PMDB, em função, como nascedouro e estimulação de corrupção.



Em segundo, o PMDB não quer que o pré-sal vá para o fundo do inferno e não saia do fundo do inferno e não saia do mar precioso que os cientistas e os técnicos da PETROBRAS descobriram, em função de que, em 98, nós abrimos a PETROBRAS para o capital privado. Abrimos a PETROBRAS para o capital privado, e aí veio essa força inovadora tecnológica da PETROBRAS e descobrimos o pré-sal. Mas se continuar neste modelo, o pré-sal está condenado.

Essa vai ser a posição da bancada do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Deputados inscritos, eu libero o depoente, já que ele optou por ficar em silêncio, direito constitucional que lhe assiste, e já convido a Sra. Iara Galdino para tomar assento à Mesa. Ela foi convocada através de aprovação do Requerimento nº 607, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Imbassahy, Bruno Covas e Izalci e do Deputado Celso Pansera.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Advirto que V.Sa. será ouvida na qualidade de investigada, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados, como também a decisão do juiz da 13ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive de permanecer em silêncio e ser assistida pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Concedo a palavra à Sra. Iara Galdino por até 20 minutos para a sua saudação inicial.

**A SRA. IARA GALDINO** - Boa-tarde a todos. Eu me coloco à disposição de todos que quiserem perguntar. No que eu puder colaborar, estar falando aqui para ajudar, eu estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. atuou nas operações de conta CC5 do BANESTADO?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Pode informar como o nome de V.Sa. foi, então, envolvido nessa operação do BANESTADO?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não vou poder informar ao senhor, porque, na época — BANESTADO —, eu não conhecia a Sra. Nelma. Eu fazia parte do grupo dela e passei a conhecer ela em 2012. A partir de 2012.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas V.Sa. conheceu o ex-Deputado José Janene?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, não conheci.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. realizou operações financeiras para quem?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu trabalhei, a partir de 2012 para a Dona Nelma, mas não conheci o Janene, não conheci os clientes. Eu só fazia abertura de empresas, de algumas empresas, para o Sr. Lucas Pacce e para a Dona Nelma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só trabalhava do ponto de vista organizativo para abrir as empresas?

**A SRA. IARA GALDINO** - Abertura de empresa, abertura de bancos e corretoras.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A partir do momento da abertura e da legalização, V.Sa. não operava, não movimentava?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Eu conheci a Dona Nelma em janeiro de 2012, correto? Ela, em parte operacional, ela não tem conhecimento nenhum. Então, ela me apresentou ao Sr. Lucas Pacce, que era responsável pela parte operacional dos fechamentos de câmbio, os quais ela fazia. E eu passei a ser um braço do Lucas Pacce na parte técnica de abertura de empresas, abertura de bancos e abertura de corretoras.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas a senhora não chegava, dentro desse trabalho, a ouvir, a ter uma informação de que essas empresas, essas operações financeiras tinham como objetivo favorecer políticos, partidos políticos?

**A SRA. IARA GALDINO** - Todas as empresas, das quais eu fiz abertura, eram empresas de fachada. Eu tinha conhecimento de que elas seriam usadas para fechamento de câmbio. Qual a forma que seriam feitos os fechamentos de câmbios, eu não tinha conhecimento. Nunca tive conhecimento nem de clientes e nem da



forma. Eu fazia a parte técnica, a parte burocrática. Eu estruturava a empresa para que ela tivesse abertura no banco, fizesse o banco — contato com o gerente...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Qual a formação profissional de V.Sa.?

**A SRA. IARA GALDINO** - Segundo grau. Mas eu tenho toda a parte técnica de contabilidade.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O que é fechamento de câmbio, por favor?

**A SRA. IARA GALDINO** - Fechamento de câmbio seria um contrato de câmbio que seria fechado com uma corretora para que fosse mandada uma remessa para fora do País.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas essa operação de enviar recurso para fora do País é uma operação que V.Sa. domina?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não domino. Eu nunca fiz essa operação. Eu abria a empresa — correto? — e, depois que a empresa estava aberta, eu fazia a questão do banco para que se tivessem os depósitos bancários e, depois do banco, eu tinha um contato com um operador da corretora — no caso, eu sempre operei com a Corretora TOV — e, depois do cadastro feito com a Corretora TOV, todos os acessos eram passados para o Lucas Pacce, que tratava direto com a corretora. E eu era comissionada mediante os fechamentos que eram feitos com a corretora. A corretora me passava um *e-mail* dos fechamentos que foram feitos durante a semana na empresa e o Lucas Pacce me passava a comissão. Era isso que eu fazia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então você atua porque se considerava uma funcionária da Sra. Nelma?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Eu não era funcionária da Nelma. Eu era um braço do Lucas Pacce. O Lucas Pacce trabalhava com a Sra. Nelma e com outros clientes, e eu fornecia as empresas para que fossem feitas as operações.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas V.Sa. já tinha conhecimento de que as atuações da Sra. Nelma tinham tido algumas implicações na Justiça?

**A SRA. IARA GALDINO** - Quando eu a conheci, não. Eu vim a ter conhecimento depois que ela teve alguns problemas com a Justiça.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E como V.Sa. conheceu a Sra. Nelma?



**A SRA. IARA GALDINO** - Eu conheci numa reunião onde outras pessoas estavam ali também, e ela tinha uma dívida a receber e, ali, nós passamos a conversar. Ela perguntou qual era a minha função, por que que eu estava naquele local. Eu expliquei, e ela falou: *“Eu trabalho nessa área, conheço pessoas e posso estar lhe indicando”*. E me indicou o Lucas Pacce, que era o operacional dela, e, a partir dali, eu fechei um trabalho com ele. Trabalhei com ele 4 anos. E a minha função... Como ele tinha um bom conhecimento, ele foi-me orientando. Como eu tinha a parte da contabilidade e a disponibilidade de estar me locomovendo, as empresas... eu já tinha algumas empresas de que eu era procuradora, e, aí, eu ia fazendo as corretoras, fazia a parte do contato de rua. Toda a parte de rua era eu que fazia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. se lembra de quantas empresas abriu?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sete empresas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sete empresas? Todas para essa mesma pessoa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim. Todas para... Todas para... Elas eram operacionadas por vários clientes. A partir do momento em que eu passava as minhas empresas para o Lucas Pacce, ele direcionava um... Um exemplo: o senhor quer fazer um fechamento de câmbio. Ele falava: *“Eu tenho a empresa tal, as empresas “x”, “y”, “z”*. E, ali, ele operava, ele fazia o operacional e, depois, ele acertava a comissão comigo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. consegue lembrar de quais pessoas utilizaram o serviço?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu nunca tive conhecimento dos clientes.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - De cliente nenhum? Mas ele, conversando, nunca falou de um cliente, de um partido, de um Deputado, de uma...

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Ele sempre... Eu sempre fui bem isolada dessa parte, até porque não era de interesse que eu soubesse quem eram os clientes, não é?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. então se sente uma injustiçada nessa engrenagem?



**A SRA. IARA GALDINO** - Eu me sinto, porque eu nunca assinei nenhum contrato de câmbio. Mesmo a empresa sendo minha, a corretora nunca me informou um “x” exato: “*Olha, você tem que...*” Não foi um procedimento legal, feito legalmente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Você abria as empresas em seu nome?

**A SRA. IARA GALDINO** - As empresas eram abertas em nome de laranjas, e eu era procuradora das empresas. Eu tinha procuração para estar respondendo sobre a empresa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E como V.Sa. arrumava esses laranjas para serem proprietários?

**A SRA. IARA GALDINO** - Conhecimento! Pessoas que eu conhecia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas oferecia uma vantagem ou...

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eram pessoas simples, humildes?

**A SRA. IARA GALDINO** - Simples, humildes. Pessoas humildes, simples, que forneciam os nomes. E, aí, eu colocava as empresas nome, fazia todo o trâmite, fazia a parte burocrática de banco, pegava os acessos, senhas, *token*, chave J e passava para o Lucas. A partir daí, ele tinha um trabalho com a corretora. Ele me indicava um operador, operador sempre da TOV, o mesmo operador. Eu passava todos os dados que eles me pediam, passava os dados para a operadora e, dali em diante, a única ciência que eu tinha era que eu tinha a minha comissão no final de semana, uma listagem do que foi fechado e mais nada.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas essas listagem do que foi fechado não trazia nomes?

**A SRA. IARA GALDINO** - Valores.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só valores?

**A SRA. IARA GALDINO** - Valores.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E movimentava muitos recursos?

**A SRA. IARA GALDINO** - Quem pode informar quem são os clientes seria a corretora no caso, porque todo o contrato, quando ele é fechado, é indicada a conta de quem é mandado. Tipo: se eu vou mandar um dinheiro para o senhor, o senhor



me informa a conta, correto? Aí, a corretora tem todos os dados, quem são os clientes.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Que corretora é essa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Corretora TOV. E a corretora nunca me informou, nunca foi um procedimento legal o qual a corretora me passava os contratos e eu assinava os contratos e reenviava de volta. Nunca houve esse procedimento legal.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vou relacionar aqui alguns nomes e gostaria que V.Sa. me dissesse se manteve ou... se operou para Dario Messer.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Armando Santoni.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Oscar Frederico.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ettore.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Chaim.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E qual o operador, o doleiro que V.Sa. conhece?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu conheço a D. Nelma Kodama e conheço o Sr. Lucas Pacce e conheço o Sr. Carlos Augusto Dias, que ele é o operador da TOV.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E quais são, entre esses grandes, que V.Sa. sabe que lhe pagou recursos em razão dos serviços prestados?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não entendi a pergunta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. recebia comissões?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., em algum momento, recebeu comissão de alguém que considerou um grande doleiro, um grande operador?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Eu recebia comissão do Sr. Lucas Pacce. Ele acertava comigo. Toda sexta-feira ele me passava as comissões. Eu não sei...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas ele também não lhe dizia para quem ele operou?



**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Eu não nunca tive conhecimento de quem eram os clientes.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E, para político, V.Sa. não se lembra de ter feito nenhuma operação?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não é que eu não lembro, eu não... Nas minhas empresas ou nas minhas contas podem ter passado vários pagamentos para políticos, vários pagamentos para várias pessoas, mas eu não sei quem são.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. sabia que estava sendo usada por uma organização criminosa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Eu não considerava como uma organização criminosa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas por quê?

**A SRA. IARA GALDINO** - Porque, quando eu passei a fazer esse trabalho, eles falavam que eram importações que eram feitas ali no mercado, tipo China, *containers*, esses tipos de coisa. Não... Jamais eu imaginei que seria político, empreiteira, alguma coisa desse tipo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - PETROBRAS.

**A SRA. IARA GALDINO** - PETROBRAS. Nunca! Jamais!

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. buscou firmar acordo de delação premiada?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não entendi a pergunta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. buscou firmar um acordo de delação premiada com a Justiça?

**A SRA. IARA GALDINO** - Quando... No dia 17 de março, quando foi feita a operação, eu não fui encontrada, porque a polícia não chegou até o meu endereço. O meu advogado, ele me orientou para que... Ele ia tentar um relaxamento de prisão para que eu me apresentasse para que seja ouvida. Logo, na sequência, houve a suspensão do processo e eu não me apresentei. Então, eu fiquei por 2 meses foragida. Quando eu me apresentei, o Sr. Lucas Pacce, ele já tinha pleiteado um acordo de delação, e todas as funções a qual ele fazia ele atribuiu a mim. O senhor entende? Ele atribuiu. Ele simplesmente, como eu era procuradora das empresas, responsável pela empresa mediante a corretora, ele falou que fazia uma simples



análise de câmbio e que ele não tinha ciência de nada, e fez uma delação premiada mentirosa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa., através dos seus advogados...

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim. Eu fui... Aí, eu fiquei um dia na Polícia Federal, não fui ouvida pela Polícia Federal, e fui transferida para o sistema penitenciário de Piraquara. Eu participei de três audiências com as testemunhas de defesa, que explicaram que eu sempre vivi no interior. Não tenho conhecimento a respeito de câmbio, não morava em São Paulo, sempre a minha vida toda eu passei no interior. E, quando eu fui ouvida no meu interrogatório, eu expliquei para o juiz que eu não entendia de fechamento de câmbio. Eu não entendo nada de câmbio. Eu simplesmente tenho a procuração das empresas e fazia o trâmite das empresas, dos bancos, mas não a parte de clientes, e eu fui condenada a 12 anos. Mesmo assim, eu fui condenada a 12 anos. O Lucas Pacce recebeu uma pena de 4 anos e continua na rua, em cima de uma delação que ele fez, que é mentirosa. A delação dele é mentirosa. Eu tenho como provar que eu não... que eu não fazia o fechamento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas os advogados de V.Sa. não estão denunciando esse acordo de delação que o Pacce fez?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, eles entraram com apelação, né... Eles entraram com apelação. Ele não tem prova daquilo que ele fala. Ele tem 35 anos no mercado de câmbio; faz 35 anos que ele trabalha com câmbio. E ele diz que ele não tinha conhecimento do que ele fazia e atribuiu todas as funções dele a mim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas os advogados de V.Sa. estão...

**A SRA. IARA GALDINO** - Eles entraram com apelação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas não foi proposto a V.Sa., então, um acordo de delação?

**A SRA. IARA GALDINO** - Olha, eu me encontro agora na Superintendência da Polícia Federal, estou à disposição para fazer a colaboração, porque tem outros inquéritos que... Cada empresa virou um inquérito. Eu fui condenada a 91 contratos de câmbios fraudulentos que eu não assinei. Nenhum contrato! Eu não assinei. Não existe *swift*, que é a comprovação do pagamento lá fora. Um contrato pode ser feito e cancelado. A *swift* é a comprovação do recebimento do dinheiro lá fora. Eu não



tenho swift, eu não assinei contrato. E eu quero sim fazer uma delação, eu falo toda vez. E o que eu venho falando desde o princípio, desde o meu interrogatório, é a verdade.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas não foi... A Justiça o condenou sem propor a V.Sa. uma delação?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sem propor uma delação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mesmo com V.Sa. manifestando o desejo de fazer?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu não tive oportunidade de propor porque a Justiça...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Ela estava foragida, Deputado.

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu estava foragida e não era mais interessante uma delação minha, haja vista que o Lucas Pacce já teria feito uma delação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim, mas a delação, desculpa, como...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Segundo o instituto da colaboração premiada, como o Lucas Pacce declarou tudo referente ao inquérito...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim, mas isso não pode ser um golpe de esperteza: quem chega primeiro relata e quem chega...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas, felizmente, quem fala primeiro tem o benefício e quem fica depois...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, para a Justiça, a meu ver, não pode ser esse o critério, até porque quais... não pode ser o melhor advogado, o golpe de esperteza.

V.Sa. disse que tem como provar que a tese de V.Sa. é uma tese verdadeira. O que a senhora tem para provar isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Quando eu conversava com... Eu estou presa por causa de grampo telefônico, correto? Eu conversava com a Sra. Nelma, com BBM, e com o Sr. Lucas o BBM foi grampeado. Com o Sr. Lucas, eu conversava só via Skype. E o Skype não foi grampeado. Então, toda a minha conversa de Skype... Eu nunca apaguei o meu histórico de conversação. Então, eu acordava de manhã, ele me dava bom dia e me passava toda a minha rotina do dia — você vai ao banco,



você faça tal TED, você transfira tanto, vá à corretora, faça isso, faça aquilo —, via Skype, e eu executava as tarefas...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Relator, só para colaborar com V.Exa. A depoente disse que ela tem todo o histórico no Skype dela dessas conversas. Esse histórico foi fornecido à Justiça Federal e à Polícia Federal?

**A SRA. IARA GALDINO** - No meu interrogatório, eu citei ao Ministério Público que eu tenho... quando eu disse ao Ministério que eu não entendia de fechamento de câmbio e não fazia fechamento de câmbio, que eu teria... Eu tenho o Skype, todo o meu histórico de Skype gravado. Foi citado no meu interrogatório. Eu declarei no meu interrogatório que eu tinha toda a conversa, via Skype.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas a senhora não disponibilizou para a Polícia Federal esse histórico?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, coloquei. Eu falei...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Mas eles não requisitaram oficialmente isso e nem seu advogado apresentou essas informações?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, o meu advogado... Eu coloquei, eu falei: *“Coloco o meu advogado à disposição para estar fornecendo, caso seja requisitado, esse material. Eu coloco à disposição”*. Está no meu interrogatório gravado que eu estou colocando à disposição o meu Skype.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Relator, por sugestão aqui, V.Exa. poderia requisitar inclusive à depoente esse histórico, porque isso é muito importante. Isso pode não só amenizar a pena a que ela foi condenada, como inclusive tornar sem efeito a colaboração premiada do Sr. Lucas Pacce.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não, causa estranheza aqui que a uma delação premiada, que busca ser contestada com dados que ela afirma ter como prova, não se deu ouvido. Qual é a análise que V.Sa. faz desse quadro? A corda estaria estourando para o lado mais fraco, como diz o ditado popular?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu, a princípio, eu não acreditei que seria condenada a 12 anos. Assim, eu tenho a minha culpabilidade pela questão das empresas, pela questão dos bancos e o cadastro nas corretoras. Essa é a minha culpabilidade. A questão da evasão de divisas, eu não fiz, haja vista que eu estou condenada por 5 milhões e 700, 91 contratos de câmbios fraudulentos, a qual eu



nunca assinei nenhum contrato. Então, eu não posso... Esses 91 contratos, eles não foram anexados no processo. Foram anexados 91 contratos ao qual a assinatura que consta, ela é falsificada. Quando o meu advogado pediu que fosse feita uma perícia da assinatura, porque foi assinado...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só uma observação: existe... V.Exa. está sendo condenada por 91 contratos.

**A SRA. IARA GALDINO** - Fraudulentos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Os contratos foram apresentados. V.Sa. está dizendo que a assinatura não é a assinatura sua...

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Assinatura do contrato... Ele é o seguinte: no contrato social existem dois sócios: Paulo Sérgio Coelho e Juliana Cordeiro de Moura. Eu sou a procuradora da empresa Da Vinci. A empresa a qual eu fui condenada a 12 chama-se Da Vinci Confecções. Essa empresa emitiu... Foram feitos 91 contratos de câmbio com a corretora TOV. A Juliana tem 10%, a qual, nesses 10%, ela não assina e não responde pela empresa. Ela não tem poderes nenhum. A única pessoa que poderia assinar esses contratos seria o Paulo Sérgio ou Iara Galdino, ao qual eu anexei a minha procuração e coloquei que eu era a única responsável pelos contratos de câmbio junto à corretora TOV. Quando a Justiça pediu para a corretora TOV os contratos de câmbio — correto? —, os 91 contratos foram mandados para a Justiça Federal com a assinatura da Juliana digitalizada. A Juliana nunca assinou nenhum contrato de câmbio, haja vista que ela não respondia e nem assinava pela empresa. Os contratos, eles foram digitalizadas as assinaturas. Quando o meu advogado requisitou junto ao juiz que fosse feita uma perícia das assinaturas, o juiz respondeu no processo que era nítido, era nítido. Que ele dispensava uma perícia porque era nítido que as assinaturas estavam digitalizadas, e requisitou os contratos originais, que até hoje não foram anexados. Quando o meu advogado questionou que não existia a comprovação da evasão de divisas, por quê? Porque não existia a *swift*, ele contestou que seria anexado o extrato da conta lá fora comprovando o recebimento do valor. E até hoje não foi anexado, porque não consta isso no processo. Então, a assinatura contratos, dos 91 contratos que eu sou condenada, elas são falsificadas. E o juiz, ele confirmou realmente que são falsificadas, e não foi feito perícia. E a corretora TOV até hoje



não apresentou os contratos originais, haja vista que a Juliana, mesmo depois de condenada, foi até a corretora TOV e indagou à corretora a respeito desses contratos — que a gente quer ter a ciência, quem são os clientes, para quem foi fechado. Existe todo... mas não existe a *swift*. Então, um contrato, ele pode ser emitido e cancelado; um contrato, ele pode ser emitido, mas não foi firmado, não existe assinatura. O Banco Central, a primeira regra é que o dinheiro teria que partir da conta da minha empresa. Todos os contratos são de maio. Em maio eu não tinha conta bancária. Eu não tinha conta bancária. A minha empresa...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Relator, só para colaborar. A senhora, quando estava foragida... O termo de colaboração premiada do Sr. Lucas Pacce foi no período em que a senhora estava foragida, correto?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Quem lhe orientou a permanecer foragida até que seu advogado entrasse com pedido de relaxamento da prisão, foi o Sr. Lucas Pacce ou foi alguém ligado a ele?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, ninguém me orientou. Eu fiquei... Quando teve a operação, eu acompanhei... eu não fiquei foragida. Eu nunca sai da minha casa.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Não, a senhora foi procurada no endereço errado, não foi encontrada, a polícia considerou a senhora foragida, certo?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E a senhora permaneceu em casa orientada a não se apresentar, certo?

**A SRA. IARA GALDINO** - Quando eu soube da operação, procurei o meu advogado, ele falou: "*Eu vou entrar com pedido de relaxamento de prisão para que você se apresente*". Para que você se apresente...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E nesse meio termo, o Sr. Lucas Pacce procurou a...

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, o Sr. Lucas Pacce, ele estava preso na Superintendência.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Foi preso. E aí imediatamente fez o acordo de colaboração.



**A SRA. IARA GALDINO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E envolveu...

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, ele ficou alguns meses, 2 meses...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - E a senhora ficou foragida esse tempo todo?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu fiquei 2 meses...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O tempo em que ele ficou preso e fez o termo de colaboração, não é isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, ele não fez o termo de colaboração enquanto eu estava foragida. Quando eu me apresentei, eu me apresentei no Fórum de São Paulo. Eu tinha que me apresentar no fórum, fui presa no Fórum de São Paulo, e quando eu vim para São Paulo...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só uma observação, só um minutinho porque essa informação é muito importante. V.Sa. afirma que nunca esteve foragida, que se manteve na sua casa.

**A SRA. IARA GALDINO** - Na minha casa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sabia que a polícia estava a sua procura, mas a polícia...

**A SRA. IARA GALDINO** - Sabia que existia um mandado de prisão contra mim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas não lhe localizou.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não me ausentei da minha casa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Depois V.Sa. se apresenta no Fórum de São Paulo. Aí é presa.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Aí é presa.

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu tinha um compromisso, porque eu tenho um regime aberto que no dia... Todo dia 1º, eu tinha que comparecer ao fórum para assinar, e eu fui cumprir com a minha obrigação de estar assinando no fórum, mesmo sabendo que havia um mandado. Eu não me ausentei de...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Essa sua condenação inicial que botou a senhora em regime aberto era por quê?



**A SRA. IARA GALDINO** - Era por causa da minha habilitação. Eu tenho... eu fui... tinha habilitação comprada. Comprei a minha habilitação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, a delação, quando ela é feita, V.Sa. já estava presa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Quando eu me apresentei no dia 1º, eu fui para a Superintendência da Polícia Federal. Eu cheguei no dia 1º, o Lucas me recepcionou, conversou comigo e no outro dia de manhã eu já fui para a penitenciária. Quando teve a audiência, dia 13 de junho, eu fiquei sabendo que ele estava fazendo delação.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - É, a situação...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - É meio estranho, porque confesso que...  
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O juiz era o Moro?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, é o Moro.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não, me causa estranheza que toda essa eficiência jurídica tenha se concluído um processo pela condenação de V.Sa. em que V.Sa. afirma que os documentos são contestados, tendo como base uma delação premiada, e que não foi dada essa oportunidade a V.Sa. Eu me dou como...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não existe nenhuma condenação sem fundamento, Sr. Relator. Tem um fundamento...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu não estou, eu não estou, eu não estou fazendo... Eu estou aqui reproduzindo uma afirmação dela, não minha, é o que ela está...

Mas, Sr. Presidente, eu confesso que eu achei no dia de hoje algo meio estranho com essa declaração feita aqui, mas eu me dou por satisfeito. Se houver necessidade, eu retorno mais à frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sra. Iara, a corretora a que a senhora se refere é TOF...?

**A SRA. IARA GALDINO** - Corretora de valores TOV.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - TOV. E o responsável pela corretora, quem era?

**A SRA. IARA GALDINO** - Na época eu tratava com o Sr. Carlos Augusto Dias, operador.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, o Sr. Carlos Augusto Dias é a pessoa que pode nos dar a informação sobre todos os contratos e pagamentos feitos pela corretora?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu acredito que sim. Ele era o operador que... Eu fazia todos os cadastros na época. As negociações todas eram feitas com ele.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Qual a relação do Sr. Carlos Augusto Dias com o Sr. Alberto Youssef?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu desconheço.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora já teve algum contato direto com o Sr. Alberto Youssef?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, apenas naarceragem da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, quero já registrar aqui que estou protocolando dois requerimentos para apreciação dos nobres colegas de convocação do Sr. Carlos Augusto Dias e, se não foi feito ainda, do Sr. Lucas Pacce.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, o Sr. Lucas Pacce... A senhora disse que ele foi o grande responsável, que a senhora não foi... A senhora, simplesmente era uma, supostamente, técnica, e ele era o verdadeiro operador. Qual era a relação dele com Carlos Augusto Dias?

**A SRA. IARA GALDINO** - Foi ele que me apresentou a Carlos Augusto Dias. Eles tinham uma relação de amizade, de negócios.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, o Sr. Lucas Pacce era o contato — vamos dizer — com as empresas e o Sr. Carlos Augusto Dias era o pagador.

**A SRA. IARA GALDINO** - Na verdade, para acontecer toda a situação, eles precisavam de uma empresa, uma empresa que tivesse os laranjas e que tivesse uma conta bancária a qual tivesse um limite bom.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Esse era o papel da senhora?



**A SRA. IARA GALDINO** - Então, era passado para mim: *“Iara, eu preciso de uma empresa que possa fechar 1 milhão/dia”*. Para que seja fechado 1 milhão/dia, eu precisava do quê? De um limite de transferência bancária de 1 milhão/dia. Não é fácil. Então, eu preparava toda a documental da empresa para que o sistema entendesse que era uma empresa que...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora montava o cadastro da empresa? Montava o cadastro para a empresa ter crédito — vamos dizer assim — de movimentação bancária?

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso. Depois que ela estava toda pronta, que o gerente me fornecia todos os acessos, acessos *on-line*, porque tudo era feito *on-line*, tudo via Internet...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A senhora que...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Essas empresas...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Desculpe, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** A senhora que fazia a movimentação?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, era feita toda *on-line*.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não, pelos... Mas a senhora era procuradora? A senhora que fazia?

**A SRA. IARA GALDINO** - É. Sim, eu era procuradora.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Agora, essas sete empresas movimentavam quanto nos bancos?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu posso falar...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora está falando em 1 milhão/dia. São sete empresas: 7 milhões por dia.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, 1 milhão/dia, uma empresa. Às vezes, um dia movimentava, outro dia não movimentava.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas quanto?

**A SRA. IARA GALDINO** - A Aquiles e Moura movimentou 83 milhões/ano.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E as outras?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu acredito que acompanhou a média.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Em quanto tempo funcionou?

**A SRA. IARA GALDINO** - Funcionaram anos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quantos anos?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu trabalho... eu estou mexendo com essas empresas desde 2012.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, a senhora vê que não é pouca coisa, não é? A senhora vê que sete empresas, 80 milhões por ano, dá 560 milhões; durante 2 anos, dá 1 bilhão de reais.

**A SRA. IARA GALDINO** - Algumas empresas movimentaram mais, outras menos. Mas a Polícia Federal tem a quebra de sigilo de todas as empresas.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, seria importante... A senhora vê que... A senhora, quando coloca aqui essas situações... A senhora é responsável, através de procuração, por movimentar mais de 1 bilhão de reais de empresas de laranjas.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, esse valor que o senhor está citando, eu não posso confirmar para o senhor que seria 1 bilhão.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Na realidade, o valor que eu estou citando é menor do que o exemplo que a senhora deu, porque a senhora falou que eram 80 milhões por empresa.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, ano...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ano. Vezes sete.

**A SRA. IARA GALDINO** - ...uma empresa comprovada, 83 milhões. Uma empresa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora falou aqui que as outras eram mais ou menos o mesmo valor.

**A SRA. IARA GALDINO** - Mas existe a quebra de sigilo.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Isso! Eu queria saber... Estou vendo aqui que a senhora hoje tem interesse, a senhora está condenada. O que a senhora pode acrescentar aqui nesta CPI? Como é que a gente pode chegar... A senhora sabe o mal que esta corrupção está fazendo à PETROBRAS, ao País — desemprego, prejuízos. E a senhora participou, operando essas empresas que faziam esses pagamentos. No final, esses pagamentos eram feitos a esse esquema



de corrupção. Com o que a senhora pode hoje colaborar? A senhora viu aqui o Deputado Luiz Sérgio colocando e também a convocação do Sr. Lucas Pacce, que eu vou propor aqui aos colegas. Isso pode ajudar a senhora.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, nosso intuito aqui não é prejudicar a senhora, não. Agora, a gente quer esclarecer os fatos, esclarecer os fatos talvez ajude a senhora.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, eu queria que a senhora, que é tecnicamente entendida... O que a senhora pode nos fornecer de informação ou a quem a gente deve, aonde a gente deve buscar informação? Para onde foi todo esse dinheiro movimentado por essas empresas da senhora?

**A SRA. IARA GALDINO** - Olha, o que eu posso dizer para vocês, e acredito que a raiz do problema não sou eu, não é o Lucas Pacce, nem a doleira Nelma, a raiz do problema chama-se o sistema, que hoje é a corretora TOV. Sem a corretora, seria impossível que esses valores fossem enviados para fora. Por quê? Porque nenhuma das minhas empresas, elas nunca tiveram SISCOMEX, não eram cadastradas. Empresas que... Tem uma empresa que fechou câmbio que nem conta bancária... Ela não tem conta bancária. Então, não segue, não segue, não segue a normativa do Banco Central. E elas continuam operando, eu estou presa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quem continua operando?

**A SRA. IARA GALDINO** - A TOV continua operando, a corretora TOV continua...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Lá na corretora TOV, seria só o Sr. Carlos Augusto Dias ou tem mais alguém?

**A SRA. IARA GALDINO** - Olha, é...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Com quem que a senhora tratava abaixo do Carlos Augusto Dias?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu tratava com o Carlos Augusto Dias, único, exclusivo. Nunca falei com ninguém. Mas não tem como ele fazer todas aquelas operações se não depender de outras pessoas. Funciona como uma engrenagem.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas a senhora tratou isso durante 2 anos, a senhora não pode ter falado só com ele, a senhora deve ter falado com mais alguém. A senhora fazia operações diárias, não é possível que só ele atendia a senhora.

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu fiz todas essas operações... O senhor é...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Deputado Altineu.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sr. Deputado, eu nunca pisei os pés dentro da TOV. Eu tratava com o Carlos Dias dentro de um bar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas com mais alguém ou só com ele?

**A SRA. IARA GALDINO** - Só com o Carlos Dias. Eu deixava todo o cadastro da empresa, aí no outro dia ele passava, ligava, falava: "*Você pode operar 'x'?*". Aí, eu passava para o Lucas Pacce, o Lucas Pacce tratava com ele *on-line*, via Skype, eles negociavam, e todas as operações eram feitas dessa forma.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O Lucas Pacce, ele, então, era a pessoa mais próxima da Sr. Nelma Kodama?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele era o número 1 da Nelma Kodama?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, eu era...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ou ele era sócio dela?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu era próxima à Nelma na questão de estar... A Nelma, ela não entende a parte técnica, nada, a parte técnica, teórica. Ela sabe assim: "*Eu tenho 'x' hoje, eu preciso mandar 'x' para tal cliente, tal cliente*". E ela...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ela fazia, fazia a divisão. A senhora fazia tecnicamente o que interessava.

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso, e ela tratava tudo isso como o Lucas. Tudo que ela fazia era tratado com o Lucas, e o Lucas... Eu era um braço do Lucas, não um braço da Nelma.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, a senhora se sente realmente injustiçada, porque a senhora é...

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu me sinto. Eu me sinto.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora seria ali...

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu assumo...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - ...terceiro escalão neste esquema: Nelma, Lucas e a senhora.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim. Sim. Eu, eu, eu assumo toda, tudo que eu fiz na questão de burocrática de empresa. Mas essa questão de operacional, de câmbio, eu não entendo nada. Se me perguntar *"Ah, o dólar se... uma nota de dólar e uma nota de euro"*, eu não sei... Eu nunca peguei na minha mão.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora não teve, então — já foi perguntado, vou perguntar mais uma vez —, a senhora não teve, então, nenhuma informação se esses pagamentos foram feitos a algum dos envolvidos na Operação Lava-Jato, como Paulo Roberto Costa, como Pedro Barusco? A senhora nunca soube para onde esse dinheiro foi?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu nunca tratei com o cliente. Eu não tinha contato com o cliente, eu tinha contato... O meu contato se limitava ao... quando eu ia ao escritório, com a dona... com o Sr. Lucas, com a D. Nelma, com o operacional ali. Quem eram os clientes? Eles nunca frequentaram o escritório. Assim, eles iam...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E os saques de dinheiro?

**A SRA. IARA GALDINO** - Como assim? Eram umas contas correntes. O dinheiro que eu... que eu conhecia era dinheiro eletrônico. Eu conhecia somente dinheiro eletrônico.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Só o dinheiro eletrônico. Mas, nessas contas que a senhora... Essas empresas... A senhora movimentou, movimentaram aí, segundo as informações da senhora, mais de 1 bilhão de reais, fazendo uma conta aproximada. Pode ter sido menos, pode ter sido mais. A senhora citou, desde 2012, 80 milhões.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não chega a 1 bilhão.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É...

**A SRA. IARA GALDINO** - Tem a quebra de sigilo...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É, mas vamos, vamos...

**A SRA. IARA GALDINO** - ...gira em torno de 103 milhões, uma coisa assim. A Polícia Federal tem a quebra de sigilo em todas...



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É, a senhora citou sete empresas, 80 milhões, mais ou menos, durante 2 anos.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu citei que uma empresa...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - ...foi 80 milhões.

**A SRA. IARA GALDINO** - ...83 milhões, que foi a empresa que era barriga de aluguel.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Durante 1 ano.

**A SRA. IARA GALDINO** - Depois era distribuído...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Já vamos concluir, Sr. Presidente. Só 1 minutinho, porque este assunto aqui é um assunto gravíssimo, não é? Aqui está onde estava o dinheiro que foi depositado aí para a corrupção.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, eu concordo.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu quero só uma informação da senhora: não houve, dessas sete empresas, nenhum momento em que a senhora participou de saque de dinheiro?

**A SRA. IARA GALDINO** - Saque de dinheiro...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ninguém sacou dinheiro nessas contas durante esses 2 anos?

**A SRA. IARA GALDINO** - Alguns saques. Alguns saques.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E quem sacava esse dinheiro?

**A SRA. IARA GALDINO** - Quem sacava eram os transportadores...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Porque a senhora era procuradora.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, mas eu não tinha talão de cheque.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora tinha que falar com a pessoa do banco.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, eu fazia o contato com o gerente do banco.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E quem ia lá pegar o dinheiro? A senhora ia pegar?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, quem ia pegar o dinheiro era algum transportador, algum motoca, algum... Eu nunca fui no banco. Eu nunca fui no banco buscar nem 1 real. Uma vez... Tem um saque...



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ**- E esse dinheiro era sacado — a senhora também não metia a mão no dinheiro — e era entregue a quem?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não sei. Não posso... Não sei... Não posso falar de que...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Deputado Altineu, ela, quando autorizava o saque no banco, ela dava o nome da pessoa que ia sacar. Só...

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu não autorizava, porque tinha o cheque, era emitido um cheque no valor, e o...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Deputado, eu já vou concluir, mas é porque este assunto aqui... Eu acho que a gente está agora num momento aqui importante, porque aqui a gente está tratando de milhões de reais que foram pagos...

**A SRA. IARA GALDINO** - O Banco do Brasil...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu fiz o requerimento, eu sei o assunto.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ah, Sr. Deputado, V.Exa. pode perguntar a partir de agora. Eu já encerro aqui o meu... Neste momento, já que V.Exa citou isso, eu passo a palavra aqui, com a autorização do Sr. Presidente.  
(Riso.)

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - (Riso.) Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Passo a palavra para o Sub-Relator Bruno Covas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sra. Iara Galdino, a senhora agora foi condenada a 11 anos e 9 meses de reclusão e a um pagamento de 360 dias de multa.

**A SRA. IARA GALDINO** - Correto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora já havia sido condenada antes?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Pelo quê?

**A SRA. IARA GALDINO** - Pelo crime de estelionato.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quando?

**A SRA. IARA GALDINO** - Em... 2003, eu acredito.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora então foi condenada em 2003 pelo crime de estelionato e agora foi condenada por evasão de divisas, operar instituição financeira irregular, corrupção ativa e pertencer à organização criminosa. É isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora disse que os doleiros com os quais a senhora trabalhava, atuando nesse caso, eram a Nelma e o Lucas. É isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Correto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E a Nelma e o Lucas trabalhavam para quem?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora sabe...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A senhora convivia com eles? Desculpe até Sr.. A senhora não convivia com eles, todo dia...

**A SRA. IARA GALDINO** - Não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - ...de 2012 para cá?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não convivia.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A senhora saía com eles, batia papo nas redes sociais, conversava. A senhora não sabe para quem que eles trabalhavam?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora sabe dizer quais empresas de fachada a senhora já abriu?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu abri a... a empresa Aquiles e Moura, a Greta Comércio... Aquiles e Moura Imagens, Greta Comércio, a... Da Vinci, a empresa Da Vinci, a qual eu estou condenada, a Mezuma, a empresa... Império Import e... a empresa Silva & Andrade.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora confirma então que são todas empresas de fachada.



**A SRA. IARA GALDINO** - Todas empresas de fachada.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora sabe se o grupo de doleiros Nelma e Lucas tratou, em algum momento, do esquema PETROBRAS com algum político?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não sei informar.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A V.Sa. foi imputado o crime de corrupção ativa de Rinaldo Gonçalves de Carvalho, empregado do Banco do Brasil, para que ele, mediante o recebimento de comissões, auxiliasse, conscientemente, o grupo criminoso a abrir e movimentar as contas em nome das empresas de fachada, deixando de comunicar as operações suspeitas ao COAF, inclusive alertando o grupo criminoso sobre o bloqueio judicial ordenado pelo juízo. O grupo de que V.Sa. fazia parte abordou outros empregados de outras instituições financeiras?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quem e de quais instituições?

**A SRA. IARA GALDINO** - O Banco Santander era tratado com o Agnaldo...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora sabe o sobrenome dele?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. O Lucas que me apresentou ao Agnaldo. Ele fazia todas as situações do Banco Santander.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Só mais essas pessoas?

**A SRA. IARA GALDINO** - É.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A defesa de V.Sa. disse que “A acusada apenas ajudou na abertura de empresas, não havendo ilícito no ato”. Mas a senhora sabia que eram empresas de fachada.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora confirma um e-mail enviado para a Sra. Nelma Kodama? Nos seguintes termos:

*“Tia (...) Os nomes dessas empresas vão mudar, só vou aproveitar a data de abertura, o resto muda td a venture já está alterada, só entrou no pacote pq vou tirar sócio e aumentar o capital, as outras vamos fazer as alterações para depois abrir bancos e cadastrar a tia sabe que td isso demora um pouco, então como combinamos*



*quero já ir adiantando, só to participando a tia e quero que fique por dentro de td, pra tia aprender, pq se acontecer alguma coisa comigo a tia sabe das empresas e sabe como conduzir td, quero que aprenda tb, pra não ficar mais na mão desses abutres que só enganaram a tia, ok ... e enviei o relatório que o contador me passou, disse td, se a tia concordar só vou precisar do tutu ... tá anotado os preços, tia ve e me fala, que já vamos mandar bala.”*

A senhora confirma a autoria desse e-mail?

**A SRA. IARA GALDINO** - Confirmo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora sabe dizer quem são esses abutres que enganaram a tia?

**A SRA. IARA GALDINO** - Os abutres era o Lucas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Por quê?

**A SRA. IARA GALDINO** - Porque ela tinha uma equipe que ela trabalhava, o Lucas é... e mais um grupo. E eu não tratava com ela a respeito de empresas; como eu disse, tratava sempre com o Lucas. E ela fez... Nós fizemos uma reunião, num dia, e ela chegou na conclusão de que ela estava sendo muito lesada. Assim, ela só adquiria dívidas, dívidas, dívidas, dívidas, e não conseguia achar o furo da situação. Como, tipo: o dinheiro foi para a empresa; da empresa, ela não... ali ninguém mexia, e não chegava. Tipo assim, ela fechava com um cliente, mas o cliente reclamava para ela que não recebeu o dinheiro lá fora. Então, eu descobri que o erro era na corretora, que, quando o dinheiro era... passava... O cliente emitia, mandava para uma empresa. Ali, não... ninguém tocava no dinheiro. Da empresa, ela ia para a corretora. Quando chegava na corretora, era... o dinheiro não chegava até o cliente. Então, existia... Tipo, o cliente começava a questionar ela, que ela não recebeu o dinheiro lá fora. É onde ela me chamava, no BB, e me falava: *“Por favor, vai na corretora e resolve pra mim”*. Porque eu, como procuradora da empresa, eu podia estar indo na corretora e questionar a corretora, porque ela questionava o Lucas e o Lucas não... falava: *“Ah, eu não sei, precisa ver...”* (Falha na gravação. Ininteligível) Ela... Não tinha como... A partir do momento que chegou na corretora, não tinha mais o que se fazer. A única pessoa que poderia ir na corretora para tentar saber o



que tinha acontecido com o dinheiro era eu. E, quando chegava na corretora, a corretora falava que tinha sido bloqueado: *“Oh, foi bloqueado, porque está faltando tal documento, tal documento”*. Como a empresa era de fachada e não existia documentação e quem era responsável pela documentação... ficavam ali parados valores dela, meses, 1 milhão, 1 milhão e meio, e o cliente questionando ela a respeito desse fechamento. Foi quando ela falou que ela queria parar com as empresas, parar com o Lucas e parar com todas aquelas empresas e ela começar com o trabalho das empresas dela, se eu poderia estar auxiliando ela nesse trabalho de ela estar abrindo as em... Ela trabalhando individual, só com empresas dela, que ela pudesse fazer o trabalho dela, sem que tivesse outros fechamentos, outras em... outros clientes, sem que passasse pelo Lucas. Então ela ia trabalhar direto com aquelas empresas, únicas e exclusivas dela, e ela não iria ter mais esse problema de que ficaria na mão de outras pessoas. E aí foi quando eu fiz o orçamento para ela e falei para ela: *“Oh, tem tal empresa, tal empresa, tal empresa, só que eu preciso que a senhora analise, veja o que é interessante, pra que a senhora não fique mais na mão desses abutres, né?”* Porque ela perdia muito dinheiro. E aí foi quando eu passei esse orçamento para ela, o qual eu não cheguei a concluir, porque logo na sequência veio a Operação.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quer dizer que o dinheiro desviado, ele também era desviado lá?

**A SRA. IARA GALDINO** - Ele também era desviado dentro da corretora.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - *“Ladrão que rouba ladrão, 100 anos de perdão”*, né?

**A SRA. IARA GALDINO** - Cem anos de perdão. É isso.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quem é roubado não pode nem denunciar (*ininteligível*).

**A SRA. IARA GALDINO** - É, e ela não podia denunciar porque ela também...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quer dizer... Mas a senhora também conhecia tudo isso, mas não sabe quem eram esses clientes que reclamavam dela?

**A SRA. IARA GALDINO** - Olha, meritíssimo, eu posso informar pro senhor... Eu não sei como eu posso me referir, mas, assim, eu posso me reportar aos nomes



fictícios. Tipo, eu sabia que ela tratava com uma pessoa que se chamava Comandante, que não era de São Paulo e que...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Se a senhora puder passar esses nomes, mesmo que fictícios...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não era de Brasília, não?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não... Isso...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quem tratava?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Do Planalto? Comandante...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Calma, calma, calma!

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso consta...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Pode ser de Brasília, do Planalto.

**O SR. DEPUTADO VILSON COVATTI** - Calma! Calma! Calma!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quem é a tia? Com quem ela tratava?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A tia era a Nelma, não é?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É a Nelma.

**A SRA. IARA GALDINO** - A tia era a Nelma.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A Nelma, inclusive, se tratava como Cameron Diaz. É isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso. Então, todos eram apelidos fictícios. Então, eu vou me reportar...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Ou Greta Garbo também?

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso, Greta Garbo ou Cameron Diaz, mas todos...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E ela falava com o Comandante?

**A SRA. IARA GALDINO** - Ela falava com o Comandante. Ela falava com várias personagens. Então...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Se a senhora puder listar... Porque a gente pode, inclusive, questionar ela amanhã.

**A SRA. IARA GALDINO** - Amanhã, o senhor... Tem todo...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Tem o comandante... Quem mais tem?

**A SRA. IARA GALDINO** - Mas tem nos autos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eu sei, mas de repente...



**A SRA. IARA GALDINO** - ...*(ininteligível)* não é eu. O que eu posso...Que eu me lembre é Comandante, primo... Esses nomes...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ela está presa com a senhora?

**A SRA. IARA GALDINO** - Ela está presa comigo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Na mesma cela?

**A SRA. IARA GALDINO** - Na mesma cela.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. Lucas, face depoimento à Polícia Federal, foi-lhe questionado o seguinte: *“Os outros acusados nesse processo, qual era, vamos dizer, o papel da Sra. Iara Galdino, se é que ela tinha algum?”* Aí ele responde: *“A Iara era proprietária de praticamente todas essas empresas que foram citadas agora há pouco,...*

**A SRA. IARA GALDINO** - Correto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - ...*Império, Aquiles, Equimed. Era ela que trazia as empresas”*. Correto isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, menos a empresa EQUIMED. A empresa EQUIMED não pertence a mim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Tá. Aí de novo o Juiz pergunta:

*“Mas ela era subordinada da senhora (ininteligível) interrompido. Ela tinha uma parceria com a Nelma, não na condição de subordinada, mas de receber pelo aluguel das empresas para troca de TEDs, para utilizar para fechamentos. Então ela tinha uma atuação de trazer as empresas e discutir situações e tomar decisões com ela”*.

Isso é correto?

**A SRA. IARA GALDINO** - É, esse é o papel dele, é o que ele fazia na empresa. Não era o meu papel.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Nessa parte é que ele diz...

**A SRA. IARA GALDINO** - É, nessa parte é que eu cito que ele atribuiu... Todas as funções que ele fazia ele atribuiu a mim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Ele também dizia o seguinte: *“A Iara tinha contato com os gerentes de bancos. Ela fazia o contato e a manutenção das*



*contas e o relacionamento com os gerentes. A movimentação efetiva era feita por funcionário dentro do escritório*". Isto está correto ou também está errado?

**A SRA. IARA GALDINO** - Está errado. É impossível eu movimentar todas as contas, fazer TEDs, *(ininteligível)* fazer todas essas situações, sendo só uma pessoa. E eu não tenho conhecimento até da parte de movimentação. A Nelma... O Lucas tinha... A Nelma distribuía a equipe dela como células — era assim que ela classificava. Ela trabalhava sozinha com os clientes, negociando com os clientes. O Lucas cuidava do operacional. E o Lucas tinha a parte que cuidava de bancos, que fazia toda a parte. Ele, como conhecedor — até no interrogatório dele, ele cita que ele tem um vasto conhecimento com bancos, ele atuou 35 anos na área —, ele me orientava todos os dias o meu procedimento: *"Você vá até o Banco Santander, fale com o gerente, peça isso, isso, isso e aquilo"*. Eu fazia o que ele... Aquilo... Com o passar do tempo, eu aprendi a fazer aquilo que ele me ensinou. E eu passei a fazer efetivamente. Na questão dos bancos, o Rinaldo, que o senhor citou, o gerente do Banco do Brasil, ele era um subordinado do Eiras. O Rinaldo nunca teve poderes para que: *"Ah, ele fez TED, ele deixou de comunicar ao COAF"*. Porque ele não era nem gerente do banco. O gerente do banco era o Eiras, Gerente-Geral Eiras, que era sócio do Raul Srouf, que é doleiro. O Gerente-Geral do Banco do Brasil Eiras era sócio do Raul Srouf em uma das empresas que ele mantinha conta, que abriu a Império, a qual eu movimentava a Império, que foi toda feita a abertura da conta através do Eiras. E o Eiras falou numa reunião, num hotel — porque eu nunca fui no banco abrir conta corrente da minha empresa, nunca pisei os pés no banco —, aí ele falou: *"Tudo que você tiver que tratar trate com o Rinaldo via BBM"*. E me passou a BBM do Rinaldo. E o Rinaldo, eu ligava para ele e falava: *"Rinaldo, você pode fazer a gentileza — porque bloqueou a chave J da empresa — de desbloquear?"* *"Ah, eu vou pedir uma perna porque eu não tenho autonomia. Eu preciso pedir uma perna para o Eiras"*. Aí ele ia, e dali a 5 minutos ele voltava e falava: *"Iara, está liberado"*. Então, o Rinaldo tem a participação dele na questão de que ele era subordinado do Eiras e fazia tudo aquilo que o Eiras... O Eiras falava: *"Você faça. Você faça isso ou você faça aquilo"*. Então, nessa questão de bancos, eu domino a questão de conversar. Banco. Eu tratar. Eu ia e tratava com o banco. O que o senhor me perguntar na questão de gerente, banco, de corretora, eu vou responder. Na



questão de clientes, na questão de o que a Nelma fazia, na questão de o que o Lucas fazia no escritório... Eu não tinha nem tempo de ficar no escritório. Eu aparecia no escritório no final do dia, quando precisava e quando eu era solicitada, ou na sexta-feira...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E onde a senhora estava nesse período fora?

**A SRA. IARA GALDINO** - Banco, banco, corretora.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Banco?

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Fazendo o quê, exatamente?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu ia levar cadastro, eu passava em Junta Comercial, Receita Federal... Passava o meu dia fazendo isso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Só para concluir aqui. A senhora disse aqui, respondendo ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, que conheceu a Sra. Nelma Kodama em 2012. É isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Em 2012. Em janeiro de 2012.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Não ficou claro para mim quem lhe apresentou à Sra. Nelma.

**A SRA. IARA GALDINO** - Quem me apresentou à Nelma... Foi uma reunião que... Na verdade, ela que se apresentou a mim. Eu estava sentada, e ela chegou — ela é muito comunicativa —, conversando com todo o mundo e perguntou: “Você é quem?” Eu falei: “Eu sou a Iara”. Ela falou: “Oi, Iara, prazer. Eu sou a Nelma”. Nisso ela entrou e começou a conversar.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Que sorte, não é?

**A SRA. IARA GALDINO** - É. Numa reunião em que ela tinha ido para receber uma dívida ou tentar receber uma dívida.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Desculpe, que reunião era essa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Era uma reunião que ela...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Onde foi essa reunião?

**A SRA. IARA GALDINO** - Essa reunião foi na Zona Leste, num escritório. Ela estava acompanhada do senhor... Com algumas pessoas, e ela estava tentando



receber uma dívida, tipo, algum dinheiro que tinha ido para uma empresa e não chegou onde tinha que chegar, e ela estava lá.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Desculpe...

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O que a senhora estava fazendo nesse escritório?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu já trabalhava naquela época...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Nesse escritório?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu, eu, eu trabalhava para o Sr. Raul Alamino. Fazia a mesma coisa, mas trabalhava para o Sr. Raul Alamino. Era a mesma área, fazia empresa para ele.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E quando que a senhora começou a trabalhar com a Sra. Nelma?

**A SRA. IARA GALDINO** - Em janeiro. Assim que...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Nesse período mesmo?

**A SRA. IARA GALDINO** - Aí ela conversou comigo. Falou: *“Olha, eu preciso de pessoas como você, se você tiver empresa, eu tenho o operacional”* e me passou um contato, e, a partir daí, eu procurei ela, e ela me apresentou o Lucas e falou: *“Olha, eu trabalho com célula. A pessoa que é responsável pela parte operacional minha é o Sr. Lucas Pacce”*, e me passou o Lucas. A partir daí, eu passei a ter um relacionamento com o Lucas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Mas a senhora disse aqui que trabalhava, mas ficava no interior de São Paulo.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Eu fui para São Paulo há 4 anos. Faz 4 anos. Então, eu tinha as empresas em São Paulo, fazia meus negócios e, quando eu não tinha o que fazer, ficava no interior, porque a minha toda é do interior.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Onde? Em que cidade?

**A SRA. IARA GALDINO** - Marília.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Em Marília. Quer dizer, por sorte, naquele dia, a senhora estava na cidade de São Paulo, no escritório em que a Sra. Nelma também estava.

**A SRA. IARA GALDINO** - Encontrei com ela.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora chegou a frequentar o restaurante chinês em que ela foi presa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Restaurante?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O restaurante chinês em que ela foi presa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu nem conheço esse restaurante.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Não? A senhora já disse que não sabia do passado criminoso da Sra. Nelma.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu falei que quando eu a conheci, quando eu a conheci, eu não sabia. Depois, eu passei a ter conhecimento.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora teve conhecimento de que o doleiro Toninho Barcelona, na CPI dos Bingos, disse que a Sra. Nelma Kodama era responsável por operações em dólar para o PT na época em que Celso Daniel era Prefeito de Santo André. A senhora soube disso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, não tive... Não é da minha época. Isso não é da minha época.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Tá bom. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Próximo Deputado a falar, o autor do requerimento, Deputado Celso Pansera. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O Deputado Bruno Covas foi na veia. Bruno, muito bem!

As pessoas olham muitas vezes o que sai na página do jornal, e não olham nas entrelinhas. Não tinha explicação a lara ter 12 anos de condenação. Por isso que foi o chamamento dela aqui.

A D. Nelma Kodama está envolvida com o Bônus Banval. Ela tem um conjunto de (*ininteligível*), é uma figuraça. Amanhã vocês vão poder... Se preparem para interrogá-la amanhã. Ela foi presa com 200 mil euros, no ano passado, e tal.

Então, por que isso? Porque hoje as pessoas vieram para ouvir o Fernando Baiano e outros empresários e tal, mas a força do Youssef reside nesse submundo que ele montou no entorno dele. Tanto que eu falei, no meu questionamento ao Youssef, da onde vem essa força de ele ser preso, ter uma delação e voltar a operar com tanta força assim depois. É exatamente na estruturação de um submundo de



crime muito forte que ele construiu no entorno dele, que envolve um conjunto de pessoas que movimentam esse dinheiro. Aqui, nós estamos falando de PETROBRAS, já se falou com ele em torno da questão lá atrás do BANESTADO. Mas essas coisas se cruzam, não é? E essas pessoas têm um conjunto de informações que vale a pena ouvir, porque é onde a gente vai buscar a complementação das informações para a pesquisa para o nosso relatório final. Eu sempre repito algumas perguntas para todos, porque a gente vai pegando contradição em todos que vêm aqui falar.

Mas como o Deputado Bruno Covas preparou bem, foi bem, pegou a veia, porque nós chamamos a Sra. Iara aqui, vocês podem ver que tem um histórico também que justifica a condenação, mas é muito desproporcional a condenação dela ao que fazem as estrelas do petrolão. Então, tem um motorista da Sra. Nelma que foi condenado também mais do que o Youssef. É o caso, se vale a pena a gente chamar para ouvir para ver onde está...

Eu vou fazer algumas perguntas para você, obviamente as que restaram e que o Deputado Bruno Covas não fez.

A senhora já falou das suas atividades aqui e quais são as empresas de que a senhora é sócia. Certo?

**A SRA. IARA GALDINO** - Certo.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Então, isso nós já temos registrado aqui. Essas empresas possuem algum contrato de prestação de serviço com empresa pública?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Nenhum. Tá. De acordo com o Ministério Público V.Sa. é apontada como braço direito da Nelma Kodama, que seria tida como contadora do Youssef, principal administrador das empresas de fachada e responsável pela execução das transações financeiras ilegais por ela, recebendo comissões. Segundo a denúncia, a Sra. Nelma Kodama é a líder do grupo criminoso mandante e executor dos crimes. A Sra. Nelma também é acusada de agir em conjunto com o Sr. Alberto Youssef. Qual é a relação que V.Sa. possui com a Sra. Nelma Kodama? Pode reafirmar para a gente?



**A SRA. IARA GALDINO** - A minha relação com a Nelma é uma relação de trabalho. Eu fiz as... Eu montei... Quando eu fiz as empresas, ela operava com as empresas... Eu passava as empresas para o Lucas, e o Lucas passava as empresas disponíveis, onde ela poderia fazer as movimentações dela. Com o passar do tempo, eu me apeguei... Há uma amizade, uma amizade com ela. Tenho bastante amizade. Mas não sou o braço direito dela, porque eu não tenho condições de ser o braço direito dela, porque eu não tenho o conhecimento que ela necessita para amparar, porque seria uma pessoa de confiança que estruturaria ela com clientes, com a parte... Eu não tenho essa condição. A minha única condição que eu fiz são só as empresas. Então, eu não me considero o braço direito dela, porque braço direito seria um termo usado para uma pessoa de extrema confiança. Eu acredito que seria isso.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Tá. A senhora falou que o Lucas Pacce Júnior, que também está em delação premiada, dava-lhe as ordens para fazer a transferência dos valores. E ele era subordinado à Sra. Nelma?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, ele era subordinado...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - A senhora falou que ele operava uma das células...

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não considero o Lucas Pacce como um subordinado, porque ele também operava com algumas pessoas do mercado. Ele trabalhava com outras pessoas. Então, ele não trabalhava num sistema de subordinado dela. Ele trabalhava com uma parceria. Aquilo que ele colocou... Toda a atribuição de parceria que ele coloca no interrogatório — porque ele cita que eu tinha uma parceria com a Nelma — é o papel dele. Ele falou dele ali. Ele não falou de mim.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Tá. A senhora tem condições de relatar as empresas, as quais eram pessoas que eram feitas as transferências de valores que a senhora recebia no seu Skype?

**A SRA. IARA GALDINO** - Toda transferência que... Os valores vinham para a conta corrente. Mas toda a direção... A TED era direcionada à TOV. Então... O único banco que eu fazia... que era a Silva & Andrade, a empresa Silva & Andrade; ela não tinha o Token com limite disponível; então o gerente fazia manual, via



transferência por carta. Eram feitas todas direcionadas à corretora TOV. Então, quando chegava, a TED era recepcionada na empresa e depois eu mandava para a TOV. Todas as TEDs eram direcionadas à TOV.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Deixe-me fazer outra pergunta. O esquema movimentava volumes muito grandes de dinheiro vivo. A senhora sabe como funcionava para sacar esse dinheiro vivo, buscar esse dinheiro nos bancos, como funcionava isso, da onde vinha isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Nas minhas contas não houve movimentação de dinheiro vivo; era dinheiro eletrônico. As minhas contas, elas eram usadas para fechamento de câmbio. Elas eram usadas...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - A senhora nunca pediu autorização para saque, nada?

**A SRA. IARA GALDINO** - Foram pedidos... Eu pedi uma vez uma autorização... Um saque que precisou ser feito, um saque de 150 mil, na Império; foi feito no meu nome. Foi o único saque que foi feito.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Deputado Celso Pansera, V.Exa. pode questionar qual agência do Banco do Brasil, e qual agência do Banco Santander, e o nome do gerente do Banco Santander?

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Está feito o questionamento. Pode responder?

**A SRA. IARA GALDINO** - O nome do gerente do Santander era Agnaldo e o do Banco do Brasil era Eiras; não era o Rinaldo. O Rinaldo era um subordinado do Eiras; ele não chegava a ser gerente da agência.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quais agências do Banco do Brasil e do Santander?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não vou saber de cabeça, mas é uma...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Onde era?

**A SRA. IARA GALDINO** - Era na... A do Banco do Brasil é na Avenida Rio Branco.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Rio de Janeiro?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - São Paulo.



**A SRA. IARA GALDINO** - E a do Santander, na Boa Vista, ali no Centro.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - São Paulo?

**A SRA. IARA GALDINO** - São Paulo.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - A senhora nunca esteve com o Sr. Alberto Youssef?

**A SRA. IARA GALDINO** - Só na carceragem, ali na...

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Só na carceragem. Tá. A senhora sabe se a Sra. Nelma Kodama possuía relações com políticos, diretores da PETROBRAS ou empreiteiros?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não vou poder informar porque eu não sei. De fato, eu não sei. Não sei se ela tinha relacionamento com políticos, empreiteiros. Se ela tinha, eu não tinha conhecimento. Ela vai poder esclarecer isso amanhã para vocês.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - A senhora conhece Carlos Habib Chater?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Não conheço.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Não. Não presenciou, em nenhum momento, nenhuma reunião com ele e com políticos, com a senhora Nelma?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Em nenhum momento?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - O.k. Presidente, era só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito... Os autores... Temos apenas um autor, o Deputado Celso Pansera.

Indago quais Parlamentares querem fazer questionamentos, para que a gente possa aqui fazer a relação. *(Pausa.)* Deputado Delegado Waldir, Deputado Imbassahy.

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu quero me inscrever também, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Também a Deputada Eliziane.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Preferência às damas!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é sempre cavalheiro.



Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu queria até ser a última, Presidente, a falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O Deputado Ivan Valente pode falar logo? *(Pausa.)*

Então, eu vou, na verdade, fazer um comentário aqui com a Iara Galdino da Silva. Eu acho que as suas informações, Iara, realmente mostram, no meu entendimento, duas questões. Uma é que, de fato, no meu entendimento, há pessoas que têm muito mais força dentro desse braço, ou melhor, dentro desse esquema e que poderiam ter inclusive penas muito maiores do que você. Mas, ao mesmo tempo também, Iara... Quando você entrou aqui, eu fiz aqui uma leitura imediata de que você, de fato, seria uma vítima também do sistema, uma injustiçada. Mas, ao mesmo tempo também, você já tem outros crimes que você cometeu, dentre eles, estelionato. Eu queria inclusive que você me dissesse qual foi o fato específico dessa sua condenação no caso de estelionato. Eu vi alguma coisa referente a uma questão de um carro de som ou coisa parecida, mas parece-me que nesse caso você não foi condenada. Como se deu essa condenação por estelionato a que você fez referência logo no início?

**A SRA. IARA GALDINO** - Nessa de carro de som, eu fui confundida — até fui absolvida — com uma moça que parecia muito comigo. E o outro crime que... É sempre relacionado a banco. Eu sempre tive muito... Trabalhei muito com a brecha do banco, assim, questão de empréstimo bancário...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu queria que você me explicasse como era que se dava essa abordagem em relação a essas pessoas das empresas de fachada, da empresa laranja, que você criava, enfim. Como é que se dava? Como é que você chegava a essas pessoas?

**A SRA. IARA GALDINO** - As que têm a empresa no nome?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Essas que você criou, as sete empresas.



**A SRA. IARA GALDINO** - Essas empresas, elas são empresas que eu já... Elas já existiam, e eu tirei... fiz troca de sócios, no caso. Você queria saber a respeito das pessoas que estão no nome da empresa?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Isso. Como é que você chegava a elas?

**A SRA. IARA GALDINO** - Assim, eu explicava que eu precisava colocar um nome, que não poderia ser no meu nome porque eu já tenho outra empresa no meu nome...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas elas sabiam que se tratava de uma empresa de...

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, sabiam que eram importações.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Elas recebiam algum dinheiro por isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Recebiam.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Você dava algum dinheiro?

**A SRA. IARA GALDINO** - Recebiam, recebiam.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E elas tinham consciência de que o nome delas ia ser emprestado e que elas iriam receber um dinheiro?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Você, especificamente... Os valores são vultosos, né? Cento e poucos milhões... Outros dizem que é bem mais do que isso. Agora, você, especificamente: qual foi o valor que você recebeu com essas operações que você fez?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu recebia um valor de 0,5% de comissão. Eu não recebia pela... igual o Lucas falou aqui, todas as TEDs enviadas ao banco eu recebia. Eu não recebia. Eu recebia em cima do fechamento do câmbio; tipo, no final, se fechou com a corretora TOV 1 milhão, eu recebia 0,5% de comissão.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Você tem noção de quanto você recebeu de 2012 para cá, que é o período que você fala que começou a operar?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu tirava uma média mensal, bruto — mas aí eu tinha os pagamentos que tinham que ser feitos —, uma média de 15 mil/mês, mais ou menos; 15 a 20 mil/mês.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Chegava a ter uns 150 mil/ano?

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Desse valor.

**A SRA. IARA GALDINO** - Mas, aí, isso bruto.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Era 0,5% que ela está colocando que é o...

**A SRA. IARA GALDINO** - Isso, bruto. Mas aí eu tinha que distribuir esse valor.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Ah, isso no bruto! Você ainda ficava com um valor menor.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, aí eu tinha que passar... Porque tinha a parte dos operadores, porque... Nenhum operador operava se ele não ganhasse alguma coisa. Então, eu tinha que repassar pro operador, repassar para a pessoa que estava com a empresa no nome. Então, na verdade, o que sobrava para mim era na divisão, entendeu?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Iara, eu estou lhe fazendo essas perguntas porque eu quero de fato ter assim uma compreensão mais real de como é que se dava, assim, por exemplo, estelionato. Quando a gente fala estelionato, a gente vê um crime que é desprovido de sentimentos, né?

**A SRA. IARA GALDINO** - Hum, hum!

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - A pessoa chega e engana. E, de repente, a pessoa que é enganada sonha com uma coisa maravilhosa, e de repente ela está ali sofrendo um golpe. Eu acho assim que é um crime muito bárbaro, eu acho assim que é um crime muito cruel, porque ele não tem sentimentos. É por isso que eu lhe pergunto, quando você abordava essas pessoas, o que você oferecia a elas, e aquilo que você oferecia era de fato aquilo que você dava, porque você se diz também vítima, digamos assim, de certo estelionato, né? Você também se diz vítima, você também se sente injustiçada. Como é que se dava essa relação com essas pessoas? Essas pessoas também não eram enganadas, essas pessoas que você recorria a elas?

**A SRA. IARA GALDINO** - A senhora é Deputada?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sim.



---

**A SRA. IARA GALDINO** - Qual o seu nome?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eliziane.

**A SRA. IARA GALDINO** - Eliziane, eu pratiquei o estelionato... Quando eu estava no interior, eu não enganei nenhuma pessoa, assim, em questão de golpe. O meu crime era troca de cheque bancária, levantar financiamento de carro, assim. Não... eu... eu cheguei a mentir pra... Eu vou explicar: as pessoas da empresa, que você procurou. Quando eu fui para São Paulo e comecei a montar as empresas para fechamento de câmbio. Todas as pessoas que constam no quadro societário tinham ciência daquilo que eu estava fazendo. Eu não enganei ninguém. Só que, na contrapartida, eu me responsabilizei, porque, a partir do momento em que eu emiti uma procuração pública, trazendo todos os poderes da empresa para mim, eu sou responsável pela empresa. As pessoas não assinaram nada, elas só tinham uma empresa no contrato social. Em todo trâmite bancário eu assinava; em todo trâmite de corretora eu era responsável pelo cadastro. Então, toda atribuição criminal, toda atribuição que foi feita ilegalmente nas empresas são atribuídas a mim. Por quê? Porque eu fiz uma procuração pública de plenos poderes, trazendo todas as responsabilidades da empresa para mim. Então, eu sou responsável pelas empresas.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Quando você... Você citou alguns nomes, no caso das conversas que se davam para tentar driblar um pouco a investigação: comandante, primo, tia, enfim. A sua relação com o Youssef, como era? Existia? Ao mesmo tempo, são valores muito altos. Você não sentia, por exemplo, que havia, por trás disso, nomes muito poderosos, de políticos, por exemplo? Você ouvia isso nas conversas com a própria Nelma? Porque acredito que você acabou criando certo vínculo pessoal com ela.

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu nunca tratei nada com o Youssef, eu nunca tive contato com o Youssef. A única...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Você não o conhece?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu fui conhecê-lo na carceragem. O único conhecimento que eu tinha a respeito do Youssef é que o Youssef manteve um relacionamento conjugal com D. Nelma. Era isso que eu sabia a respeito do Youssef. E fui ter conhecimento disso em 2014, depois de um tempo, porque a



Nelma falou: *“Eu estou indo embora, porque eu tenho uma reunião com o Youssef”*. Eu falei: *“Quem é Youssef?”* Ela falou: *“Ele é meu ex”*. Foi isso o que ela me disse. E a questão de relacionamento com Youssef, com primo, com Comandante, eu nunca tive contato.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Você não faz a menor ideia de quem seja o Comandante?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu não faço a menor ideia de quem seja. Eu acredito que a D. Nelma vai poder esclarecer para vocês.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Obrigada, Iara. Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sra. Iara Galdino. Por favor, aqui. Delegado Waldir. Eu vou fazer a leitura de dois textos aqui e gostaria que a senhora confirmasse se isso aqui é conversa da senhora com a Nelma. Por favor.

*“Outra coisa, tia. Escapamos de uma boa no Santander. Liberamos a grana e não sujamos o nome da empresa. Então, vamos pegar leve lá, para não levantar lebre à toa. O que passou, passou. Fechamos a conta lá, entramos num acordo para recuperar a capitalização. E bola para frente. Converse com o Dr. Ricardo ou o Magro sobre isso antes de tomar qualquer atitude.”*

**A SRA. IARA GALDINO** - O senhor pode continuar?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tem mais um texto aqui, mas aqui eu não tenho essa continuação. É normalmente fala sua com ela?

**A SRA. IARA GALDINO** - Então, a continuação desse texto é uma conversa do Inception com a Nelma. E, na continuação da conversa, ele falou: *“Vamos pedir para a Iara encerrar a conta ou comparecer à agência...”*.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu não tenho a parte final aqui, não. Então, não é seu, não?

**A SRA. IARA GALDINO** - Esse e-mail é um e-mail que ela trata com o Inception, não é comigo que ela tem essa conversa.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não é com a senhora então, não?

**A SRA. IARA GALDINO** - E, no restante dessa conversa, ele cita. A pessoa que fala diz: *“Vamos pedir para que a Iara vá até a agência...”*. Se o senhor tiver a continuação da conversa, o senhor vai...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não tenho, não.

**A SRA. IARA GALDINO** - A pessoa vai falar: *“Vamos pedir para que a Iara vá até a agência e encerre a conta lá”*.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. Só mais uma agora. *“Tia, me arruma o swift da remessa de 90, que a tia falou: que eu tô com o menino aqui. E a surpresa é que a Equimed tá a milhão lá, no toveview.”*

**A SRA. IARA GALDINO** - *“...na TOV, viu?”*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - *“...na TOV, viu?”* É sua? O que representa isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Delegado, foi muito bom o senhor me fazer essa pergunta, porque, na realidade, a empresa EQUIMED é atribuída a mim, como se fosse uma empresa minha, por causa dessa conversa via grampo. Então, assim, eu quero esclarecer essa conversa. Essa conversa... A Nelma trabalhava... Ela fez um fechamento na empresa EQUIMED. A empresa EQUIMED não é minha.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - De quem é?

**A SRA. IARA GALDINO** - Ela é do Sr. Roberto Ferreira da Silva. Já foi esclarecido para a Polícia Federal, quando eu fui questionada. Essa empresa me pediu para que eu fosse até a TOV e perguntasse onde estava 1 milhão, que estava faltando do fechamento dela. O dono da EQUIMED informou para ela que a empresa tinha sido bloqueada, e que ele não podia dar satisfação desse 1 milhão para ela. É onde eu falava dos abutres que pegavam o dinheiro dela na corretora.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Os abutres. Você fala no plural. Então não tem um só.

**A SRA. IARA GALDINO** - É.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quem são os outros?

**A SRA. IARA GALDINO** - Os abutres.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Um é o Lucas. E os outros?



**A SRA. IARA GALDINO** - Esse seria da EQUIMED, porque, no caso, seria o Carlos Augusto Dias, da TOV, que é o responsável pelos fechamentos. Então, eles falaram que a empresa EQUIMED estava bloqueada e não poderia estar operando. Então, eu fui procurar o Carlos Dias, sentei com ele e falei: *“Carlos, a empresa EQUIMED está bloqueada?”* Ele falou assim: *“Não, Iara. Inclusive eu estou operando com a empresa EQUIMED. Ela não está bloqueada.”* Eu falei: *“Então, onde é que está o 1 milhão da tia, que ela mandou para cá e o cliente não recebeu?”* *“Ah, eu vou precisar ver as swifts, me dá a remessa, me dá o valor.”* Aí, eu falo assim para ela, no BBM: *“Tia, me passa o valor e o cliente da remessa de 89.”* E a surpresa é que a EQUIMED está a milhão na TOV, viu? Quer dizer, eu quis dizer para ela que a EQUIMED estava a milhão na TOV, que o Carlos Dias estava fechando, haja vista que o Carlos Dias fechou 30 milhões nessa empresa, na EQUIMED. Eu peguei o relatório, e ele tem 30 milhões de fechamento na EQUIMED.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Trinta milhões?

**A SRA. IARA GALDINO** - Trinta milhões.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - De onde vem essa grana?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não sei. Toda ela vem das empresas dele. Ele tem três empresas, que passavam para a EQUIMED, e a EQUIMED fazia o fechamento. Então, o que eu quis dizer para ela é que a EQUIMED estava a milhão na TOV. Eu falei: *“Tia, a EQUIMED está a milhão na TOV, viu?”* A surpresa é que ela não estava bloqueada. Aí ela escreveu embaixo: *“Sem comentários”*, porque ela já estava cansada desse tipo de conversa. Entendeu?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo, eram só essas perguntas.

Obrigado, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Perondi, V.Exa. quer fazer alguma pergunta? *(Pausa.)*

Dispensou. Está cansado.

Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - A senhora falou: *“A culpa é do sistema”*. Eu gostaria que a senhora comentasse um pouco, quando a senhora disse



que a culpa é do sistema, se haveria, na compreensão de V.Sa., algum órgão de fiscalização do mercado que teria falhado nesse acompanhamento, nesse controle, até porque há um volume enorme de recursos, empresas laranjas e recursos oriundos de propinas, enfim. Teria algum órgão de fiscalização que tivesse falhado? Era um comentário que eu gostaria que a senhora fizesse.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim. Depois de todo o ocorrido — eu fui presa —, fui informada dos valores que eram fechados na empresa. De muitos valores, eu não tinha ciência. E eu procurei os contratos de câmbio que foram fixados na minha sentença, em maio. Os contratos foram fechados entre maio e junho pela empresa Da Vince. Entre maio e junho, eu não tinha nenhuma conta corrente aberta em banco. Para se fazer um fechamento de câmbio, por vias legais, o dinheiro teria que ter partido da minha empresa para ir para a corretora, a minha empresa teria que ser cadastrada no SISCOMEX, eu teria que ter várias documentações necessárias para estar fazendo todos esses valores vultosos. E não existia nada disso. Eu simplesmente fazia uma documentação normal, entregava para uma corretora, que é cadastrada junto ao Banco Central, responsável por tudo aquilo, e que fechou milhões e milhões e milhões nas minhas empresas. Então, eu não fechei. Eu não sou a responsável. Eu abri as empresas e passei para a corretora. No Banco Central, existem as normativas. Quais são as normativas? Que para que seja feito um fechamento de câmbio, o dinheiro tem que partir da origem, da conta. Tinha que passar pela minha conta, para que fosse feito o fechamento. Não passou pela minha conta, porque eu não tinha conta aberta nesse período de maio a junho. A Da Vince não tinha conta aberta no banco. A única conta que a Da Vince tinha era na Caixa Econômica Federal. Essa conta foi encerrada por movimentação estranha. A TOV... Existe um esquema dentro da corretora a qual elas fazem o fechamento sem que passe pela conta corrente, sem que você assine um contrato, sem que você apresente uma DI, e a empresa opera há anos. Ela é cadastrada junto ao Banco Central, que é responsável por fiscalizar a TOV, que trabalha legalmente, e continua operando legalmente, haja vista que o Carlos, que é um operador da TOV, fechou 30 milhões, e está na rua. E eu tenho como falar que ele fechou 30 milhões. Por quê? Porque quando eu mesma comecei a investigar as passagens que tinham pela minha empresa, vinham todos de um lastro das empresas do Carlos Dias, que está



no nome da mulher dele, a qual ele é procurador. Então, são três empresas que ele é procurador, que passaram 30 milhões. Ele fechou 30 milhões pela EQUIMED. Ele é operador de uma corretora que é filiada ao Banco Central. E ele ganhava de mim comissão. Eu pagava comissão para ele fazer dois, três fechamentos, 100 mil. Então, é surreal. E continua operando.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Então, dentro do conhecimento de V.Sa. e na sua compreensão, também teria havido falha na fiscalização do Banco Central.

**A SRA. IARA GALDINO** - Na fiscalização, no sistema...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - O.k. O Banco Central falhou. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, qual foi a ordem dos inscritos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, o próximo inscrito é Deputado Ivan Valente. O último inscrito é o Deputado Antonio Imbassahy. Aliás, o Deputado Antonio Imbassahy acabou de falar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sou o primeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é o primeiro.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Obrigado, Presidente.

Eu queria perguntar à D.Iara qual é a sua escolaridade?

**A SRA. IARA GALDINO** - Segundo grau.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Segundo grau?

**A SRA. IARA GALDINO** - Incompleto.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora tem alguma formação em Contabilidade?

**A SRA. IARA GALDINO** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Como é que a senhora começou esse tipo de trabalho?

**A SRA. IARA GALDINO** - A minha irmã é contadora formada.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Foi aí que a senhora....?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim. Então, como ela trabalhava para uma empresa e, nos finais de semana, fazia alguns serviços em casa, levava serviço para a casa, ela passou a me ensinar uma profissão. Então, ela me ensinou, me deu um começo de Contabilidade. E eu me aprimorei sem fazer curso, nem nada. Eu aprendi na prática.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim. Foi aí que a senhora pegou prática e começou a lidar com essas questões?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Eu tinha comércio no interior. Eu trabalhei com casa de carnes durante muito tempo. Sempre trabalhei. Eu tinha uma casa de carnes em Marília, trabalhava com isso muito...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas a senhora falou que teve problemas de condenação por estelionato.

**A SRA. IARA GALDINO** - Tive. Tive problemas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O que é exatamente a condenação de estelionato?

**A SRA. IARA GALDINO** - Foi uma questão de banco, mexia com banco, financiamento de carro, esses tipos de coisa assim...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, mas o que aconteceu exatamente?

**A SRA. IARA GALDINO** - É... Financiadinho.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, mas o que a senhora fez para ser condenada? O que a senhora fez de errado exatamente?

**A SRA. IARA GALDINO** - A minha condenação veio, porque eu peguei um documento da minha irmã, que tinha falecido, e financiei uma moto no nome dela. Isso virou um estelionato.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Hã, hã! A senhora também disse que comprou a carteira de motorista.

**A SRA. IARA GALDINO** - Comprei a carteira de motorista.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E por que a senhora comprou a carteira?



**A SRA. IARA GALDINO** - Porque eu não tirei a habilitação. Não quis tirar habilitação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Você não sabia dirigir e queria dirigir?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sabia... não sabia, não. É o contrário. Eu sabia dirigir, não queria tirar habilitação, aí, eu comprei a habilitação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora não é um perigo no volante, então?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, não. Eu dirijo bem, mas hoje não dirijo, não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora dirige bem. Por que a senhora comprou a carteira?

**A SRA. IARA GALDINO** - Comprei a carteira. Burrice!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Agora, o que eu achei interessante na sua narrativa, é que a senhora... Eu não acho uma coisa tão simples montar sete empresas. Eu acho difícil montar uma empresa, ver toda a burocracia, fazer todos esses contatos e depois operar valores como esse. A senhora falou: *"Eu nunca fiz uma operação de câmbio"*. Mas as operações de câmbio passavam pela empresa. E olha, operação de câmbio! Que eu saiba, qualquer pessoa que opera um cheque acima de 5 mil reais, se eu não me engano, o Banco Central já rastreia. Certo? Agora, uma operação de câmbio de 100 mil! A senhora chegou a falar de 100 mil dólares.

**A SRA. IARA GALDINO** - Todos os contratos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Os contratos. É. Eles são rastreados pelo Banco Central. O que eu não entendo é o seguinte: é que a Sra. Nelma Kodama, pelo que eu entendo, ficou sua amiga, não é?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quando ela foi presa com 200 mil euros no Aeroporto de Guarulhos, a senhora ficou sabendo imediatamente?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Eu fiquei sabendo no domingo. Ela foi presa na sexta-feira.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E como a senhora se sentiu? A senhora se sentiu em perigo?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora não se sentiu pressionada?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora foi presa quando, exatamente?

**A SRA. IARA GALDINO** - Fui presa dia 1º de julho.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas a sua prisão tinha uma ligação com a Sra. Nelma Kodama?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim. Eu fui presa pela Lava-Jato.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, em todo esse período em que a Kodama estava presa, a senhora não desconfiou que tinha uma coisa a ver com a outra?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não... Eu sempre... O senhor é Deputado?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim. Deputado Ivan Valente.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sr. Deputado, a minha culpabilidade, o meu crime, eu não estou me isentando dele.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Qual é o seu crime, na sua opinião?

**A SRA. IARA GALDINO** - O que eu fazia era abrir as empresas, estruturar as empresas a fazer abertura nos bancos. Depois de abertos os bancos, eu pegava a documentação e fazia o cadastro na corretora. Depois disso, eu não tinha acesso nenhum. As operações eram feitas pelo Carlos Augusto Dias e Lucas Pacce. Eu entregava toda essa documentação e não tinha mais participação nenhuma.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Carlos Rocha?

**A SRA. IARA GALDINO** - Carlos Augusto Dias, operador da TOV, e Lucas Pacce.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora sabe quem é Carlos Rocha, o Ceará?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Não conheço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nunca ouviu falar esse nome?

**A SRA. IARA GALDINO** - Nunca ouvi falar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, a senhora formou um conjunto de empresas, que são laranjas...

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ..., que era para lavar dinheiro. Mas a senhora tinha ciência disso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu tinha ciência disso. Eu não estou tirando a minha culpabilidade. A única coisa que é atribuída a mim nesse processo, no qual eu fui condenada a 12 anos, porque fala que eu fazia as operações. Eu não fazia nada disso. Eu simplesmente abria a empresa, abria os bancos e cadastrava com as corretoras. Toda transação ilegal foi feita pela corretora TOV. Se existe uma irregularidade em cadastro, processo e lavagem de dinheiro, é feita pela corretora TOV. Não fui eu que fiz.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, mas ela utilizou as suas empresas.

**A SRA. IARA GALDINO** - Ela utilizou, porque ela precisa de uma empresa para poder...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas, então, a senhora abriu as empresas laranjas.

**A SRA. IARA GALDINO** - As empresas de fachada. Sim, eu assumo isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É nisso que eu quero chegar. Eu quero dizer o seguinte: a senhora é parte desse esquema todo.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, eu sou parte. Eu não tiro a minha culpabilidade.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O que a senhora está dizendo é que tem gente que tem mais responsabilidade e está ou com delação premiada, ou solta, ou com uma menor condenação?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim, é igual à...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas a senhora tem responsabilidade. Para nós, aqui, na investigação, o que importa é se a senhora não sabe que tudo isso passou por um esquema posterior. Nós estamos falando em milhões. A senhora sabia que eram... Cento e três milhões de reais não é tão pouco dinheiro, nas contas da Sra. Nelma Kodama, entende? Isso tem a ver com a sua ação também? Amanhã, nós vamos conversar com a Sra. Nelma Kodama. Ela vai esclarecer as coisas. Nós queremos entender toda a engrenagem que abafa... Eu queria só garantir a minha palavra aqui, Presidente.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Desculpa, Deputado Ivan.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sr. Deputado...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Você quer perguntar alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu quero. Eu queria pedir licença ao senhor. Posso perguntar?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor me desculpa por incomodá-lo, mas é só uma pergunta à Sra. Iara.

A senhora falou que o Gerente do Banco do Brasil, o Eiras, era sócio de uma...

**A SRA. IARA GALDINO** - O Sr. Raul Srouf.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quem era esse Raul? Dono de qual corretora? Raul o quê? Qual o sobrenome dele?

**A SRA. IARA GALDINO** - Distri-Cash. Ele era dono da Distri-Cash.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E a senhora pode anotar esse nome para mim, Raul, o sobrenome dele e o da corretora? Se a senhora puder fazer essa gentileza.

Deputado Ivan, muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pois não.

Então, D. Iara, veja, eu só quero entender esse processo, porque, quando a senhora chegou aqui, eu tive a impressão de que a senhora era uma vítima, e não é bem assim.

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, eu não sou vítima.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não é vítima nenhuma. Então...

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu não estou me fazendo de vítima também.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É isso. Eu também acho, mas o problema não é esse, é que tem um fio condutor que leva que grandes doleiros, o Sr. Youssef tem a ver com isso. Ele usava o esquema todo que está aqui montado. Então, para a gente é importante entender desde o começo. A Sra. Nelma Kodama, por exemplo, era uma doleira que já tem... A Sra. Nelma Kodama não vem de hoje. Ela estava em outros esquemas aí, anteriores.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora sabia disso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu tive conhecimento de que ela já teve alguns problemas, eu não sabia específico. O que eu sabia é o que está na Internet.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora não sabia.

**A SRA. IARA GALDINO** - É o que está na Internet, que ela tinha uma casa de câmbio, a Havaí Câmbio, e que ela operou com essa casa de câmbio, e que ela participou de uma CPI. Eu acho que a CPI dos Bingos. Era a única coisa que eu sabia dela.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Essa empresa Da Vince, sobre a qual a senhora falou, é o quê?

**A SRA. IARA GALDINO** - Ela é uma empresa de fachada.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E ela foi criada por quem?

**A SRA. IARA GALDINO** - Ela foi criada por mim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ela está no seu nome?

**A SRA. IARA GALDINO** - Ela estava no meu nome.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não existe essa empresa de confecções?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, ela existe no papel.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só existe no papel?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim. E esses fechamentos, Deputado, que o senhor cita, 103 milhões, eu já solicitei à TOV, junto com o meu advogado, os contratos. Eu pedi os contratos. Eu falei: *"Eu quero os contratos do fechamento, é interesse meu, pra mim, porque eu não assinei, não fiz, eu quero saber, eu quero os contratos."* Eles não me fornecem contratos. Eles não me fornecem informação nenhum a respeito desses fechamentos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O.k. Eu queria só finalizar, Sr. Presidente, colocando a seguinte questão: é interessante, porque eu acho que a gente tem que tirar uma lição desse esquema aqui. É fácil montar empresa laranja — como ficou claro aqui — e depois se associar a pessoas que têm licença do Banco Central para operar uma corretora. Isso, na verdade, já aconteceu na época do mensalão. Alguém falou aqui da Corretora Bônus Banval. O nome reapareceu agora, é o mesmo nome.



Então, é importante para a CPI, nas suas conclusões finais, pegar esse fio condutor, quer dizer, que vai desde os grandes escândalos, mas tem todo um sistema pelo qual se operacionaliza. Talvez por isso tenha sido importante ouvir a D. Iara aqui.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem toda razão, até porque precisa ficar esclarecido como todo esse procedimento era feito, e pudemos, também, ter a verdadeira dimensão da quantidade de dinheiro que foi movimentada, usando esses artifícios que a Sra. Iara tem falado.

Deputado Izalci, V.Exa. é o último Deputado inscrito. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Obrigado, Sr. Presidente. Talvez para facilitar inclusive o trabalho do Relator, o que a gente percebe, na questão do petrolão e também já do mensalão, é que o petrolão é um mensalão aperfeiçoado, com inovações, e foram apresentadas diversas inovações, como nota de consultoria, palestras, empresas fantasmas. Tudo isso são inovações ao mensalão.

É evidente que, quando constituíram o mensalão e o petrolão, foram operações complexas, envolvendo o Palácio do Planalto, até várias fontes e várias raízes. Uma das coisas que eu percebi, desde o início, quando tratamos do Leonardo Meirelles, da Labogen, é a facilidade que você tem de importar e exportar, passar dinheiro a cabo, dólar, sem controle. Antigamente, já há alguns anos, o Banco do Brasil controlava muito bem isso, e o Banco do Brasil deixou de controlar essa questão de importação e exportação. Acho até, agora, que isso é proposital, porque, se tivesse mantido o antigo esquema do Banco do Brasil, controlar as importações e exportações, duvido que haveria essa facilidade toda da Labogen, Leonardo Meirelles, essa turma toda, ANEEL, essa confusão toda. Duvido que fariam isso. Então, podem anotar e vamos pesquisar isso. Eu vou fazer um requerimento, também, para o responsável do Banco do Brasil nessa área e para o COAF. Ora, acima de 10 mil reais, o COAF fica sabendo de tudo.

O que eu percebi e quero perguntar a V.Sa.: O Raul e o Eiras, que era gerente do Banco do Brasil... V.Sa. disse que o Rinaldo era um auxiliar, quem mandava era o Eiras. O Eiras tinha o poder de comunicar ao COAF ou não comunicar essas operações?



**A SRA. IARA GALDINO** - Não, o COAF é um sistema que, a partir do momento que começa a existir uma movimentação estranha na conta... Seria o que uma movimentação estranha? Todo dia um valor vultoso: 100 mil, 200 mil, 300 mil, todo dia. O COAF pede uma justificativa para o gerente...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim. E o gerente era orientado a fazer isso, para não causar nenhuma suspeita, no caso do Eiras.

**A SRA. IARA GALDINO** - Ele tem que justificar: eu estive na empresa, fiz uma visita, é uma multinacional que movimenta milhões.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k. Mas o Eiras estava orientado para isso, já que era sócio do Raul?

**A SRA. IARA GALDINO** - Ele estava orientado a como fazer essa justificativa, porque...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Para não chamar a atenção. Não é isso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Para não chamar a atenção.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k. O Raul era concorrente da Nelma antiga.

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eram concorrentes?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Usava essas empresas laranjas, fantasmas?

**A SRA. IARA GALDINO** - Quando ele apresentou o Eiras, para que fosse aberta a conta no Banco do Brasil, é porque ele tinha um débito com a Nelma. Ele precisava pagar esse débito a ela. Então, ele pegou e fez uma válvula, tipo: eu vou te colocar ali, Iara, no Banco do Brasil, porque, com o lucro do Banco do Brasil que eu tirar dessa empresa, eu vou ter o valor para repassar à Nelma, foi um contrato que eles fizeram de um valor que ele teria que repassar para ela todo mês, de dívida. Foi aonde eu comecei a operar no Banco do Brasil, na Rio Branco, porque ele tinha... É impossível, Deputado, fazer movimentações, se o gerente não tiver o conhecimento.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k. Então, fica muito claro. No Banco do Brasil, essas operações acontecem e eram feitas dessa forma, como o Eiras fazia?

**A SRA. IARA GALDINO** - Sim.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ele, já combinado com o sócio dele, já fazia essas operações para dar o ar de...

**A SRA. IARA GALDINO** - Não tem lógica. Vocês olhando para mim, como pessoa... Eu quero que o senhor seja honesto, sincero. Eu, chegando ao Banco do Brasil ou a qualquer banco, com uma documentação de uma empresa: "Eu quero abrir uma conta jurídica, porque eu vou fazer uma movimentação de 1 milhão/dia, ou 500 mil/dia, ou 100 mil/dia..." Eu não tenho nem aparência física para que o gerente me dê...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu concordo plenamente com o que V.Sa. está me dizendo. V.Sa., realmente, sabia, antecipadamente, que o gerente estava orientado, que ele tinha autonomia e que fazia...

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu nunca pisei os pés dentro da TOV. Se me perguntarem se a TOV tem um sofá vermelho ou um sofá azul, eu não sei. Eu nunca fui. Eu fui uma vez dentro do Banco do Brasil.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Agora, essas empresas de fachada que...

**A SRA. IARA GALDINO** - No Banco Santander, o Gerente Agnaldo era amicíssimo do Sr. Lucas. Eles tomavam cerveja juntos, participavam juntos. Ele ia à empresa buscar toda documentação das mãos do Sr. Lucas. Ele nunca teve contato físico comigo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E esse Eiras está onde agora? V.Sa. sabe onde ele está?

**A SRA. IARA GALDINO** - Olha, na época...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Também está preso ou não?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não. Só o Rinaldo que levou o pato. Só o Rinaldo. Ele foi transferido para o Banco, de Santana. Hoje, eu não posso informar para o senhor, porque em 10 meses e 10 dias que eu estou presa. Mas, quando eu fui presa, ele estava trabalhando no Banco do Brasil de Santana.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Deve ter sido promovido inclusive.

**A SRA. IARA GALDINO** - Ele já era Gerente-Geral. Ele já era o último escalão.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - No Santander, a mesma coisa, o esquema é o mesmo.



**A SRA. IARA GALDINO** - No Santander, o esquema é o mesmo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Essas empresas que V.Sa. constituiu ou comprou e fez alteração contratual, porque alguém sugeriu a V.Sa. pegar uma empresa já antiga e só fazer a alteração contratual...

**A SRA. IARA GALDINO** - Correto.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mudando apenas os sócios.

**A SRA. IARA GALDINO** - Mudando os sócios.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Essas empresas... Inclusive, há uma delas que tem assessoria e consultoria. Essas empresas eram utilizadas também, além dessa operação de câmbio, como nota fiscal fria para cobrir algumas coisas, como no caso do...

**A SRA. IARA GALDINO** - Nenhuma empresa tem nota fiscal, foi emitida nota fiscal nenhuma.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, só para operação de câmbio?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, só para operações de câmbio.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. recebia quanto? Eram alugadas essas empresas?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu era comissionada em cima dos fechamentos de câmbios.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quanto é o percentual disso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu recebia líquido... O que sobrava para mim era 0,1, 0,2, assim...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O que dava o que por mês mais ou menos?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu tinha um salário de 15 mil por mês.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quinze mil por mês. Quem é Juliana?

**A SRA. IARA GALDINO** - A Juliana é minha esposa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Hein?

**A SRA. IARA GALDINO** - Esposa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Esposa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu tenho uma união estável com ela.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas ela também participava da sua empresa?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, não... Ela...



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só fazia companhia?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, ela tinha uma empresa de móveis. Essa empresa estava parada, e eu peguei a procuração e passei a movimentá-la, a empresa...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E colocou alguma empresa no nome da Juliana?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, ela tinha 10% da empresa, não assinava e não respondia pela empresa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Então, ela não sabe dessas operações?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não, ela não participava. Ela trabalha no ramo de móveis planejados.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa., então, concorda agora que o Juiz Sérgio Moro realmente tem razão de puni-la dessa forma, porque foi muito... É muito recurso, apesar de V.Sa. ser apenas um instrumento que foi usado pelo Eiras, pelo Raul. O Raul está preso? Não?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O Raul também não está preso?

**A SRA. IARA GALDINO** - Não está preso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas alguém fez alguma representação contra eles, por exemplo. Você tem conhecimento?

**A SRA. IARA GALDINO** - O Raul foi preso, depois ele pagou uma fiança e foi solto. De toda essa, essa, essa operação, as únicas pessoas que estão presas sou eu e a Nelma, só. O resto, todos estão respondendo em liberdade.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O que nós precisamos, Relator, a título de sugestão, é buscarmos identificar se realmente essa ação de retirar o Banco do Brasil do controle das operações de importação e exportação não está vinculado realmente a esse esquema de desvio de recursos.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Altineu.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não, Sr. Presidente, só para fazer uma consideração aqui. Eu queria dizer que esse depoimento me surpreendeu, porque a gente tem uma ideia... O Sr. Pizzolatti, no caso do mensalão, movimentou — eu perguntei aqui ao Deputado Onyx, que participou da CPI do Mensalão — 73 milhões de reais. E esse assunto, só o assunto que a Sra. Iara declarou aqui hoje, se ela recebeu 20 mil reais por mês... Não, ela falou de 15 a 20. Então, se fosse 15, 30 milhões por mês. Durante 1 ano, 360 milhões; 2 anos, 720 milhões de reais, se nós formos considerar 2 anos a 15 mil reais a comissão dela. É dez vezes o caso do mensalão.

Nós estamos tratando aqui, neste depoimento, de um assunto gravíssimo. Essa foi uma das oitivas mais importantes que esta CPI realizou. Anotei os nomes aqui. Se o Pizzolatti foi condenado a quantos anos de prisão, Deputado Onyx... Dez anos de prisão para o Pizzolatti?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Mais de 10.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se fosse por valor, o Eiras... Pizzolatti, Pizzolato. É porque é Pizzolatti, Pizzolato. É Pizzolato. O que está na Itália é o Pizzolato. Se fosse por valor, o Eiras, do Banco do Brasil, que está solto, tinha que ser condenado a 100 anos, porque ele movimentou mais de 700 milhões de reais.

Eu só queria fazer essa consideração aqui, porque, sinceramente, eu fui surpreendido. Eu não tinha conhecimento dos fatos. Isso só no depoimento da Sra. Iara. Eu anotei aqui, vou propor à CPI trazer o Sr. Raul, o Sr. Eiras, o Sr. Rinaldo, enfim, para que a gente possa aprofundar. Vamos ver o que a Nelma vai falar amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, eu quero, como Presidente desta CPI, agradecer pelo depoimento de V.Sa. Quero dizer que foi importante para os nossos trabalhos. É sempre muito bom quando uma pessoa se dispõe a colaborar, a responder às perguntas. Quem dera se todos que tivessem passado aqui hoje...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ...tivessem tido o mesmo comportamento de V.Sa.! Então, nós agradecemos a V.Sa.

Tem a palavra o Deputado Onyx.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, é só uma sugestão: Que os advogados que acompanharem os depoentes façam, primeiro, uma identificação plena e apresentem as respectivas procurações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Exato.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Porque, quando vão a Brasília, lá nos exigimos. Pelo que eu sei, a CPI exigia as procurações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) -Exige, exige.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E aqui, V.Exa., ontem, viu que protagonizou aqui um espetáculo triste, e a gente nem sabe se ele realmente estava com procuração do seu cliente, provavelmente estivesse. Mas eu acho que seria uma medida cautelar importante.

E outro fato. Pareceu-me — e eu não pude tirar isso a limpo — que havia um grupo de advogados — eu suspeito —, do mesmo escritório, que atenderam a uma série de clientes. E isso pode nos ajudar em oitivas futuras. Todos esses detalhes são importantes. Eu só quero dar essa contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu determino que, a partir de manhã, em todas as oitivas realizadas, haja a apresentação da procuração, previamente. Sem procuração, o advogado não poderá acompanhar o cliente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, completando aqui, eu quero agradecer a V.Sa., Sra. Iara, e lhe transmitir novamente a palavra, para que a senhora possa fazer as suas considerações finais.

**A SRA. IARA GALDINO** - Eu quero agradecer a oportunidade, até mesmo a Deputada, citando as minhas questões de estelionato que eu tive no passado. Pelos meus crimes, eu paguei. Fui punida por isso, respondi a processos. Fui absolvida do que eu não participei; fui condenada pelos crimes de que eu participei. Eu cumpri fielmente as minhas obrigações e não devo à Justiça mais a questão dos meus estelionatos. Tenho consciência de tudo o que eu fiz. Sei do meu erro. Com a questão dessas CPIs e audiências, acredito, sim, que o Brasil pode mudar, mas



existe a raiz do problema. E o mal tem que ser cortado pela raiz: a lavagem de dinheiro. Eu sempre citei que a Nelma, às vezes, sai na imprensa como a maior doleira do Brasil, o Raul ou o Youssef. Eles são meros operadores, porque sem a... Eu, que fazia a parte burocrática, a parte documental... Até a Deputada citou: *“Ah, mas isso leva tempo, lara, uma empresa para ser aberta”*. Eu cheguei aonde eu cheguei indo presa, como braço da doleira Nelma Penasso, porque eu sou muito rápida, muito ágil. Eu trabalho muito na parte documental. Eu vou a fundo e trabalho nas brechas do sistema. Então, eu procurei as pessoas que trabalham nas brechas do sistema. E a brecha do sistema é a corretora. A corretora não exige a documentação para que seja mandado 1 milhão para fora do País. A corretora não exige nada. A corretora quer ganhar o percentual de comissão em cima daquele fechamento e continua operando, está operando até hoje. E existem ainda operações que estão sendo feitas, e a corretora não é punida. As pessoas ligadas à corretora não são punidas, e eu estou presa. E a situação não vai mudar, a corrupção não vai parar, entendeu? Era isso que queria dizer. Muito obrigada pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa., aos demais Parlamentares, à imprensa aqui presente, aos funcionários, à Polícia Federal, que nos deu todo apoio, aos funcionários do fórum.

Nada mais havendo a tratar, agradeço pela presença a todos. Amanhã, a partir das 9h30min, começaremos a primeira oitiva.

Declaro encerrada a presente reunião.

## **DOCUMENTOS ENCAMINHADOS AO DETAQ PARA INCLUSÃO NAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS A PEDIDO DO PRESIDENTE**

RELATOR – DEPOENTE ADIR ASSAD

### **PERGUNTAS ADIR ASSAD**

**RESUMO:** brasileiro, nascido em 14/02/ 1953, filho de Nazira Elias Muhamad, inscrito no

CPF/MF sob n 2 758.948.158-00, residente na Avenida Giovanni Gronchi, 5021, apartamento 12, Morumbi, So Paulo/SP, CEP 05724-000 **DA DENUNCIA DO MPF:**

“25. **ADIR ASSAD:** operador financeiro responsável pela lavagem e pagamento de vantagens indevidas no interesse do Consórcio INTERPAR, especialmente no âmbito da Diretoria de Serviços.



Controlador de um dos subnúcleos do sofisticado esquema de operacionalização de repasse de recursos financeiros desviados da PETROBRAS, encarregando-se, por intermédio de diversas empresas de fachada, da lavagem desses ativos com a finalidade de integrá-los à economia formal. Agia no interesse das empreiteiras, realizando os pagamentos em espécie a agentes públicos corrompidos, bem como depósitos em contas indicadas no exterior. Assim, participou de operações de lavagem de vantagens ilícitas prometidas a empregados da PETROBRAS, em decorrências dos contratos celebrados pelo Consórcio INTERPAR, na REPAR.”

**TRECHO DA DENÚNCIA DO MPF:**

“Novamente, observe-se que ALBERTO YOUSSEF era responsável pelas distribuições de vantagens indevidas no seio da Diretoria de Abastecimento, enquanto MARIO GOES, LUCELIO GOES, ADIR ASSAD, SONIA BRANCO e DARIO TEIXEIRA eram responsáveis por parte dos pagamentos perpetrados no âmbito da Diretoria de Serviços da PETROBRAS.

Nesta esfera, atuava, ainda, JULIO CAMARGO, representante contratado por diversas empreiteiras com o objetivo obter contratos com a PETROBRAS, sendo que, para tanto, também prometia e negociava o pagamento de vantagens indevidas a empregados do alto escalão da Estatal -

“Ainda no contexto da lavagem dos valores auferidos ilicitamente pelas empresas **Mendes Júnior, MPE e SETAL(SOG)**, via Consórcio INTERPAR, da PETROBRAS, insere-se o subnúcleo operacional comandado pelo denunciado ADIR ASSAD, e integrado por SONIA BRANCO e DARIO TEIXEIRA.”

“De fato, conforme revelado por AUGUSTO MENDONÇA, depois que suas

1

empresas (SETAL, PEM ENGENHARIA, TIPUANA e PROJETEC) receberam recursos financeiros do Consórcio INTERPAR, mediante celebração de contratos falsos cuja operação será detalhada mais a frente, foram firmados novos contratos “de fachada” entre a SETAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E PERFURAÇÕES SA, (SETEC TECNOLOGIA SA) e as seguintes empresas do subgrupo de ADIR ASSAD, SONIA BRANCO e DARIO TEIXEIRA:

- 1) LEGEND ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA-EPP (CNPJ 07.794.669/0001-41);
- 2) SOTERRA TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDAME (CNPJ 10.447.939/0001-52);
- 3) ROCK STAR MARKETING LTDA-EPP (CNPJ 07.829.493/0001-16);
- 4) SM TERRAPLANAGEM LTDA-EPP (CNPJ 07.829.451/0001-85) e;
- 5) POWER TO TEN ENGENHARIA LTDA-ME (CNPJ 09.485.858/0001-68).

Em ato contínuo, tal subgrupo capitaneado por ADIR ASSAD, disponibilizou a AUGUSTO MENDONÇA e demais denunciados participantes do Consórcio INTERPAR, dinheiro em espécie para o pagamento de RENATO DUQUE e PEDRO BARUSCO, bem como efetuou a pedido de AUGUSTO MENDONÇA depósitos de valores no exterior na conta MARANELLE, de MARIO GOES, para posterior repasse aos referidos funcionários da Diretoria de Serviços da PETROBRAS.”

NOTA TAQUIGRÁFICA - CPMI DO CACHOEIRA (28/8/2012):

(neste dia do depoimento de ADIR ASSAD na CPMI do Cachoeira, ele obteve *Habeas*

*Corpus* para ficar em silêncio)

“O SR. PEDRO TAQUES (PDT -MT) -(...) Apenas para corroborar o que disse o Deputado Onyx, se faz necessário, de forma urgente, que nós possamos afastar o sigilo bancário e fiscal dessas pessoas jurídicas, todas ligadas a esse Sr. Adir Assad.

Nós temos, aqui, as seguintes pessoas jurídicas: SP Terraplanagem; Power Engenharia; JSM Terraplanagem; Soterra Terraplanagem; SM Terraplanagem; MB Serviços; Legend Engenheiros. Todas elas, Sr. Presidente, receberam da Deita, somando, R\$260 milhões, R\$260 milhões. E, tendo em conta que os sócios dessas empresas -de dinheiro público - todos os sócios, Sr. Presidente, são ligados ao Sr. Assad. O capital social dessas pessoas jurídicas chega a ser ridículo, tendo em conta o valor que essas pessoas movimentaram. (...)

O SR. RUBENS BUENO (PPS -PR.) -Sr. Presidente, na última reunião, nós pedimos preferência e fizemos aqui



o comentário, presente neste plenário e depois pessoalmente, ao Relator geral e à Presidência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E nós apresentamos cinco requerimentos. Dois deles... Há o que convoca o Sr. José Augusto Quintella Freire para falar sobre o tráfico de influência da Deita no Governo, especialmente os contratos públicos; o Sr. Romeno Marcelino Machado, também para esclarecer

2

denúncias de tráfico de influência da Deita; requerimento para que se enviem cópias relativas aos contratos da empresa Deita com a Cedae, que é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro – cópias de contratos —; e também do Sr. José Francisco das Neves, o famoso Juquinha, que, numa tacada só, fez contratos de R\$500 milhões com a Deita enquanto estava na Vaiec – e todo o esquema vinculado ao Sr. Carlos Augusto Cachoeira. Então, é preciso esclarecer isso, claramente. E também da Vitapan, indústria farmacêutica, os contratos da Vitapan com órgãos públicos, sejam federais, estaduais ou municipais, porque também é uma das empresas do Sr. Carlos Augusto Cachoeira.

(...)

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)** – Sr. Presidente, quero reiterar o que já foi dito, em primeiro lugar, pelo Deputado Onyx e pelo Senador Taques, destacando mais uma vez: seria importante nós termos, já para o depoimento de hoje do Sr. Assad, (...). Encaminho isso em relação ao Sr. Adir Assad e faço a mesma consulta a V. Ex em relação ao depoimento de amanhã do Sr. Fernando Cavendish.”

**NOTA TAQUIGRÁFICA CPMI DO CACHOEIRA (28/8/2012):**

**“ONYX LORENZONI (DEM — RS)** – Sr. Paulo Vieira de Souza, eu tenho uma pergunta para o senhor que diz respeito **ao seguinte: meu objetivo aqui é ir atrás de tudo aquilo que envolva, talvez, o maior esquema de corrupção na área pública que o Brasil já foi capaz de desvendar. E tem nome e sobrenome: Fernando Cavendish e a Deita.**”

**JÚLIO CAMARGO**

**1) Qual era o tipo** de relacionamento que Vossa Senhoria mantinha com JÚLIO CAMARGO? Com que frequência se encontravam? Eram amigos íntimos? Onde se davam os encontros? E o que era tratado nesses encontros?

**2) Quais eram as atividades de JÚLIO CAMARGO?**

**3) Para quais empresas JÚLIO CAMARGO representava ou operava? MITSUI? SAMSUNG? TOYO SETAL?**

**4) Vossa Senhoria poderia relatar para que grupo político JÚLIO CAMARGO pagava vantagens indevidas? Sabe informar os nomes dos beneficiários?**

3

**5) Como seria o relacionamento de JÚLIO CAMARGO com FERNANDO SOARES, ou FERNANDO BAHIANO? Está correto o Ministério Público Federal, que, em denúncia, afirma que JÚLIO CAMARGO e FERNANDO BAHIANO serviam como operadores de vantagens indevidas para o diretor da área internacional da PETROBRAS, NESTOR CERVERÓ e para o PMDB? Descreva essas operações.**

**6) Sabe informar que políticos eram beneficiados com vantagens indevidas por intermédio de JÚLIO CAMARGO?**

**7) Vossa Senhoria conhece ou manteve algum contato com a ex-Deputada SOLANGE ALMEIDA e o Deputado SÉRGIO BRITO? Fez algum tipo de operação para eles?**

**8) A ex-Deputada SOLANGE ALMEIDA e o Deputado Sérgio Brito seriam políticos que têm interesses nas empresas MITSUI ou SAMSUNG? Saberá informar nomes de políticos que teriam interesses nas operações dessas empresas?**

**9) O senhor JÚLIO CAMARGO lhe confidenciou que teria recebido algum tipo de pressão ou assédio da ex-Deputada SOLANGE ALMEIDA ou do Deputado SÉRGIO BRITO? E de algum outro Parlamentar? Se afirmativo, por que motivos?**

**DEITA E CARLINHOS CACHOEIRA**

**10) Vossa Senhoria foi denunciado pelo Ministério Público Federal como operador ou intermediário financeiro de empreiteiras envolvidas nos atos ilícitos da Operação Lavajato. Vossa Senhoria operava em modo semelhante para a DELTA CONSTRUÇÕES ou outras empresas do grupo de CARLINHOS CACHOEIRA?**

**11) Qual era o tipo de relacionamento que Vossa Senhoria mantinha com CARLOS AUGUSTO RAMOS, vulgo CARLINHOS CACHOEIRA? Com que frequência se encontravam? Eram amigos íntimos? Onde se davam os encontros? E o que era tratado nesses encontros?**

**12) Qual era o tipo de relacionamento que Vossa Senhoria mantinha com FERNANDO CAVENDISH? Com que frequência se encontravam? Eram amigos íntimos? Onde se davam os encontros? E o que era tratado nesses**



encontros?

**CONTAS NO EXTERIOR DOLEIROS**

13) Vossa Senhoria possui imóveis no exterior? Se afirmativo, em que país e se eles foram declarados à Receita Federal?

4

14) Pergunto se Vossa Senhoria mantém contas e recursos no exterior? Em seu nome ou de terceiros?

15) Vossa Senhoria é administrador, procurador, beneficiário, proprietário ou representante legal de alguma empresa off-shore (empresas meramente de papel) ou vinculação de qualquer espécie com qualquer empresa no exterior?

16) Vossa Senhoria ainda operou ou manteve contato com os seguintes doleiros?

- a) Dano Messer
- b) Armando Santone
- c) Oscar Frederico Jager
- d) Ettore Reginaldo Tedeschi,
- e) Chaim Henoch Zalgberg,
- f) Antônio Wanis Filho,
- g) Roberto Matalon,
- h) Clark Setton, vulgo Kiko Setton,
- i) Gabriel Lewi Seszes,
- j) Clemente Dana,
- k) Benjamin Katz.

17) Quais são os maiores doleiros do Brasil atualmente e como ocorre o pagamento ou liquidação de operações feitas entre eles, especialmente as de dólar-cabo?

18) Quanto a Dano Messer, Vossa Senhoria pode informar se ele operou ou opera com alguma empreiteira ou pessoa envolvida com a Operação Lavajato? Sabe dizer se Dano Messer mantém contas ou subcontas em bancos estrangeiros? Sabe informar a atividade dele atualmente?

19) Vossa Senhoria ainda opera ou operou com as contas de Dano Messer? Sabe informar os nomes das contas operadas por Dano Messer?

5

**ADIR ASSAD II**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CPI PETROBRAS**

Reunião de 11 de maio de 2015— Curitiba / PR

**Audiência Pública para tomada de depoimento do Sr. ADIR ASSAD**

**Informações biográficas**

**ADIR ASSAD**, brasileiro, engenheiro civil, empresário e lobista. Nascido em 14/02/1953, CPF/MF sob nº 758.948.158-00, Atualmente trabalha com marketing esportivo e de entretenimento. Pivô do escândalo da construtora Deita, e alvo das investigações da CPMI do Cachoeira em 2012, Adir Assad permaneceu calado durante seu interrogatório aos delegados da



Polícia Federal. Assad foi um dos presos na Operação Que País é Esse?, décima fase da Lava Jato, que teve como alvo central o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque.

### **Requerimentos**

#### **Bloco 1: Sobre o depoente**

##### **Perguntas**

1. Qual é a formação acadêmica e profissional de **Vossa** Senhoria?
2. Qual a relação de Vossa Senhoria com a indústria naval?
3. Vossa Senhoria já foi preso ou processado anteriormente?

528	Ivan Valente PSOL/SP.
	Leo de Brito PT/AC.
540	Valmir Prascidelli PT/SP

#### **Bloco 2: Sobre as empresas do Depoente**

4. Ao que tudo indica, Vossa Senhoria possui ou tem vínculo societário com várias empresas as quais esta CPI precisa conhecer. Vou falar o nome e Vossa Senhoria, por favor, confirme se tem ou não:

- a) LEGEND ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA.;
- b) LEGEND SUPLIERS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.;
- c) ROCK STAR MARKETING COMUNICAÇÃO LTDA.;
- d) ROCK STAR MARKETING PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.;
- e) ROCK STAR PRODUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.; o ROCK STAR ENTERTAINMENT LTDA.; o S.M. TERRAPLENAGEM LTDA.;
- f) DREAM ROCK ENTRENIMENTO LTDA.;
- g) ABRIC HOLDING LIMITED;
- h) SANTA SONIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.;
- i) SOLU TERRAPLANAGEM LTDA.;
- j) STAR CONSULTORIA AERONÁUTICA LTDA.;
- k) PREST SERVIÇOS LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.;
- l) POWER TO TEN ENGENHARIA LTDA.;
- m) S.P. TERRAPLENAGEM LTDA.;
- n) E S B ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.;
- o) AFRICA DO SUL BRASIL PARTICIPAÇÕES



REPRESENTAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.;  
ENGENHARIA TERRAPLENAGEM E LOCACAO DE  
EQUIPAMENTOS SDS LTDA.;

p) SOTERRA TERRAPLENAGEM E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS  
LTDA.

5. Quais as áreas de atuação dessas empresas? Com quais outras empresas  
públicas ou privadas contrata ou **já** contratou?

6. Vossa Senhoria poderia nos dizer, em números gerais, qual é o quadro de  
funcionários dessas empresas? Quantas pessoas elas empregam cada uma?

7. Algumas das empresas de Vossa Senhoria contratou diretamente com a  
Petrobras?

8. Alguma dessas empresas relacionadas atua ou atuou com Contratos ou  
operações de Câmbio? Essas operações foram todas legais?

9. Alguma dessas empresas tem atuação no exterior? (em caso positivo) Vossa  
Senhoria poderia detalhar?

10. Vossa Senhoria tem sociedade com a Senhora Sonia Branco desde quando e  
em quais empresas?

Obs: *Sonia Branco é sócia de Assad e já era investigada na CPMI do Cachoeira.*

### **BLOCO 3: Sobre as acusações do MPF e operadores**

#### **Perguntas**

11. Vossa Senhoria é acusado pelo Ministério Público de operar um esquema de  
lavagem de dinheiro junto com outros investigados. Vossa Senhoria conhece os  
Senhores Paulo **Roberto Costa, Renato Duque e Pedro Barusco?** (em caso  
positivo) Tem ou Teve amizade com esses senhores? Pode detalhar?

12. Vossa Senhoria conhece o Senhor **Mano Goes?** (em caso

positivo) Tem ou teve amizade com ele? Pode detalhar?

13. Vossa Senhoria conhece o Senhor **Dano Teixeira?** (em caso positivo) Tem ou  
teve amizade com ele? Pode detalhar?

14. Vossa Senhoria conhece o Senhor **Júlio Camargo?** (em caso positivo) Tem ou  
teve amizade com ele? Pode detalhar?

15. Vossa Senhoria conhece o Senhor Alberto **Youssef?** (em caso positivo) Tem ou  
teve amizade com ele? Pode detalhar?

16. Vossa Senhoria conhece o Senhor Waldomiro de **Oliveira?** (em caso positivo)  
Tem ou teve amizade com ele? Pode detalhar?

17. Vossa Senhoria realizou negócios com as empresas MC Consultoria Comercial e  
Laudos Estatísticos Ltda., Empreiteira RIGIDEZ Ltda. e RCI Hardware e Software  
Ltda. (Obs:

*empresas ligadas ao Waldomiro e Yousset)*

18. Vossa Senhoria conhece o Senhor João Vaccari? Já teve algum tipo de negócio com  
ele?



i9.Vossa Senhoria atuou ou prestou serviços com alguma de suas empresas para o consórcio INTERPAR?

*Obs: (...) Com efeito, conforme revelado e documentalmente comprovado pelo denunciado AUGUSTO MENDONÇA, o Consórcio INTERPAR lançou mão aos serviços ilícitos oferecidos pelo grupo de ADIR ASSAD, entre os anos de 2009 e 2012, para lavar parte do dinheiro sujo oriundo do contrato celebrado no interesse da REPAR, no Paraná, sendo que no interesse da prática de tais delitos este sub grupo permaneceu associado com AUGUSTO e os demais denunciados, ao menos enquanto as operações de branqueamento de capitais perdurou. (...)*

20.Vossa Senhoria conhece o Senhor Augusto Mendonça ou já realizou contratos com a SETAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E PERFURAÇÕES SA, (SETEC TECNOLOGIA SA)

21.Vossa Senhoria possuiu ou possui contas no exterior?

22.Vossa Senhoria, em alguma ocasião já realizou pagamento

em espécie para diretores ou gerentes da PETROBRAS? 23.Então Vossa Senhoria afirma que nunca participou de operações de lavagem de vantagens ilícitas?

### **Para a Bancada**

1. Vossa Senhoria tem sofrido qualquer tipo de coação/pressão de quem quer que seja para fazer acordos de delação ou qualquer coisa dessa natureza?

2. Algum abuso ou anormalidade na prisão de Vossa Senhoria que mereça relato a esta CPI? Essa é uma oportunidade de Vossa Senhoria falar.

3. Senhor Adir **Assad**, esta não é a primeira vez que Vossa Senhoria depõe a uma CPI. Vossa Senhoria é figura conhecida da CPMI do Cachoeira. Naquela ocasião, as empresas Legend Engenheiros Associados, Rock Star Marketing e SM Terraplanagem figuravam como beneficiárias de um esquema de corrupção de Carlinhos Cachoeira, tendo recebido cerca de R\$ 140,000,00 (cento e quarenta milhões de reais) da empreiteira DELTA CONSTRUÇÕES, ou seja, as mesmas empresas que ora figuram nesta CPI. Vossa Senhoria, naquela ocasião, foi acusado de arrecadar recursos para campanhas do PSDB e outros partidos. Na semana passada, nós ouvimos nesta CPI o Senhor Paulo Roberto Costa. À ocasião, ele confirmou um encontro que teve com o então presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, para tratar da entrega de R\$ 10 milhões ao presidente do PSDB para sepultar a CPI do Petrobras, então em curso no Senado. Ele confirmou que a propina foi paga pela Construtora Queiroz Galvão. Com a experiência de Vossa Senhoria, essas declarações podem ser consideradas verossímeis?



4. Vossa Senhoria é um empresário do Estado de São Paulo. O delator Youssef revelou alguns esquemas relacionados às

obras do metrô de São Paulo. As empresas em que Vossa Senhoria é vinculado tiveram ou tem contratos com o Governo do Estado de São Paulo?

5. O *modus operandi* aqui é idêntico ao que foi identificado nas investigações da operação Vegas e Monte Cano?

FERNANDO BAIANO

## CÂMARA DOS DEPUTADOS CPI PETROBRAS

Reunião de 11 de maio de 2015

### Audiência Pública para tomada de depoimento

**FERNANDO** Antônio Falcão **SOARES** (FERNANDO BAIANO)

empresário apontado como operador do esquema (PMDB)

### Requerimentos

### Informações biográficas

**FERNANDO SOARES**, preso desde 18 de novembro de 2014, não deve aderir à delação premiada, como outros investigados na Operação Lava Jato. O advogado Nélio Machado, que assumiu a defesa dele em janeiro, não trabalha com clientes que aderem à delação premiada. Machado abandonou a defesa de

1

31	Carlos Sampaio (PSDB-SP), Antonio Imbassahy (PSDBBA), Bruno Covas (PSDB-SP), Izalci (PSDB-DF)
68	Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Efraim Filho (DEM-PB)
158	Ivan Valente (PSOL-SP), Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)
230	Júlio Delgado (PSB-MG)
407	Eliziane Gama (PPS-MA), Moses Rodrigues (PPS-CE)
552	Maria do Rosário (PT-RS)



**PAULO ROBERTO COSTA** quando o ex-diretor da Petrobras se comprometeu a denunciar esquemas em troca de redução da pena.

**NESTOR CERVERÓ** e **FERNANDO SOARES** foram acusados pelo Ministério Público Federal pelos crimes de corrupção contra o sistema financeiro e lavagem de capitais entre 2006 e 2012. Para o MPF, são suspeitos de receber US\$ 40 milhões de propina em 2006 e 2007 pela intermediação de contratos de navios-sonda pela Petrobras, para a perfuração de águas profundas na África e no México. Ainda segundo o MPF, **FERNANDO SOARES** era representante de **NESTOR CERVERÓ** no esquema.

Ao portal de Internet GI (Globo), o advogado Nélcio Machado afirmou que seu cliente **FERNANDO SOARES** “não é nem nunca foi operador do PMDB ou do esquema”. De acordo com Machado, o inquérito aberto no Supremo é baseado “em uma referência vaga e solta de **PAULO ROBERTO COSTA**”. O advogado Nélcio Machado também ingressou com questionamentos sobre a competência do juiz Sérgio Moro no caso Lava-Jato, pois os supostos crimes teriam ocorrido em São Paulo e no Rio de Janeiro –fora, portanto, da jurisdição de Curitiba. Além disso, questionou a isenção de Moro, que escreveu artigo sobre a Operação Mãos Limpas na Itália e seus reflexos no Brasil. Outros juristas questionam o papel no Moro na Lava-Jato, já que o magistrado atuaria no caso como um “juiz-acusador”.

A coluna “Radar”, da revista Veja, veiculou na Internet que **FERNANDO SOARES** frequentava a casa do presidente da Câmara, **EDUARDO CUNHA**. **PAULO ROBERTO COSTA** disse que **FERNANDO SOARES** tem relacionamento com **JOSÉ CARLOS BUMLAI**, tido como amigo do ex-presidente **LULA**.

2

#### Sobre o depoente e suas empresas

##### Perguntas

1. Qual é a formação acadêmica e trajetória profissional de Vossa Senhoria?
2. Qual sua relação com a empresa Hawk Eyes (leia RÁUQ ÁIS) Administração de Bens?
3. Qual sua relação com a empresa Technis (leia TÉQNIS) Planejamento e Gestão em Negócios?

#### 2. Sobre a delação de ALBERTO YOUSSEF

##### Perguntas

4. Vossa Senhoria conhece Alberto Youssef?
5. Alberto Youssef acusou Vossa Senhoria e o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró de receber até U\$ 40 milhões na intermediação da compra de dois navios-sonda pela Petrobras. Vossa Senhoria participou de alguma negociação



neste sentido?

Sobre a delação de PAULO ROBERTO COSTA Perguntas

6. Vossa Senhoria conhece Paulo Roberto Costa?

7. Paulo Roberto Costa disse que foi apresentado a Vossa

3

Senhoria por Nestor Cerveró, então diretor da Petrobras. Vossa Senhoria confirma?

8. Paulo Roberto Costa disse que Vossa Senhoria, pela proximidade que tinha com a empresa Andrade Gutierrez, tornou-se, nas palavras dele, “operador” de repasses de dinheiro ao PMDB. Vossa Senhoria tem ou teve negócios com dirigentes da Andrade Gutierrez? Vossa Senhoria foi, como disse Costa, “operador” de recursos para o PMDB?

9. Vossa Senhoria disponibilizou recursos para Paulo Roberto Costa no exterior? Mais especificamente, Vossa Senhoria informou que havia no exterior um saldo de 4 milhões de dólares à disposição de Costa? Costa pediu a Vossa Senhoria que transferisse 3 milhões de dólares para uma conta em nome dos genros dele, Humberto e Márcio?

10. Paulo Roberto Costa declarou que recebeu R\$ 1,4 milhão de Vossa Senhoria como um “agrado” após a empresa Estre Ambiental ter conseguido um contrato com a Petrobras. Vossa Senhoria confirma?

BLOCO 4 Sobre a delação de JULIO CAMARGO denuncia aceita pelo juiz Sérgio Moro

### **Perguntas**

11. Vossa Senhoria conhece Júlio Camargo?

12. Em denúncia aceita pela Justiça Federal, é dito que, em depoimento no inquérito da Polícia Federal, Vossa Senhoria

4

confirmou dois contratos com Júlio Camargo no valor de 10 milhões de dólares cada um, portanto 20 milhões de dólares. Vossa Senhoria confirma o depoimento no inquérito?

5

### **PARA A BANCADA**

• Vossa Senhoria é apontada como “o operador do PMDB” nas investigações da Operação Lava-Jato e acusada na Justiça Federal pelos crimes de corrupção passiva, a título de participação, e por lavagem de dinheiro. Mas, até agora, Vossa Senhoria, a partir do que foi divulgado, teria declinado, em mais de uma oportunidade, de prestar mais esclarecimentos. Por causa disso, o juiz Sérgio Moro escreveu:

*“a falta desses elementos [da defesa], quando o acusado poderia*



*apresentá-los na fase investigatória, também confere credibilidade à imputação.”*

Mais ainda, o juiz Moro disse:

*“Isso não significa, por evidente, que ele [Vossa Senhoria, no caso] tem [tenha] o ônus de provar a inocência, mas apenas de que a falta desses elementos fortalecem, por ora, a credibilidade da acusação.*

Vossa Senhoria não gostaria, neste momento, de apresentar os elementos de sua defesa? Vossa Senhoria não teme que, como disse o juiz Sérgio Moro, que a falta de explicações leve a um entendimento de que Vossa Senhoria é culpada dos crimes de que é acusada?

- Seus advogados questionaram a atuação do juiz Sérgio Moro, afirmando que ele age como um juiz acusador, figura que não existe no Brasil. Vossa Senhoria se sente vítima de alguma espécie de perseguição? Vossa Senhoria acha que, ao ser preso, foi de alguma maneira forçado a buscar um acordo para delação?

6

FERNANDO SOARES 2

#### **PERGUNTAS**

**FERNANDO SOARES (BAHIANO)**

#### **RESUMO:**

**FERNANDO SOARES (BAHIANO)**

#### **ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

- 1) Vossa Senhoria poderia informar qual era sua atividade profissional até o momento da sua prisão?
- 2) Vossa senhoria possui sociedade em alguma empresa no Brasil ou exterior? Em quais empresas, quem são seus sócios, e quais são as atividades dessas empresas?
- 3) Vossa Senhoria tem sociedade na empresa HAWK EYES ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA (ou OLHOS DE FALCÃO)? Onde ela foi constituída? Quem são os sácios e qual a atividade dessa empresa?
- 4) Vossa Senhoria tem sociedade ou mantém algum tipo de relacionamento com a empresa ESTRE AMBIENTAL? Onde ela foi constituída? Quem são os sócios e qual a atividade dessa empresa? Essa empresa tem contratos com a PETROBRAS?
- 5) Vossa Senhoria possui sociedade na PETROENGE PETROLEO E ENGENHARIA? Quem são os sócios? Qual a atividade da empresa? A PETROENGE possui contrato com a PETROBRAS e com a TRANSPETRO? Se afirmativo, como se deu a inclusão da empresa no cadastro de fornecedor da PETROBRAS e da TRANSPETRO?
- 6) Qual a sua relação com OTAVIO AZEVEDO, presidente do Conselho de Administração da ANDRADE GUTIERREZ? Já fez alguma transação com ele? Se afirmativo, do que se trata e que valor? Vossa Senhoria adquiriu dele uma lancha? Qual o valor de avaliação dessa lancha?
- 7) Vossa Senhoria possui um apartamento de cobertura na cidade do Rio de Janeiro que é condierado um dos imóveis mais caros da cidade. De quem foi adquirido esse imóvel? Qual o valor de avaliação dele?

1



4) *Mendes Ribeiro*  
2) *Luiz Henrique*  
1) *Francisco Gomes*

8) Vossa Senhoria se considera um milionário? Qual é origem do seu patrimônio? Foi declarado regularmente à Receita Federal?

9) Vossa Senhoria ou suas empresas mantinham algum tipo de negócio com a PETROBRAS, TRANSPETRO com alguma outra empresa do grupo PETROBRAS? Se afirmativo, quais negócios e o valor dos contratos?

#### **BENS NO EXTERIOR**

10) Vossa Senhoria possui bens imóveis no exterior? Poderia declarar quais em quais países?

11) Vossa Senhoria possui recursos financeiros no exterior? Em quais contas e em que bancos?

#### **RELACIONAMENTO COM PAULO ROBERTO COSTA, ALBERTO YOUSSEF E NESTOR CERVERÓ**

12) Qual a relação de Vossa Senhoria com PAULO ROBERTO COSTA? Tem ou teve relação de amizade com ele ou com membros da família dele? Quais seriam os motivos para que ele também denunciase Vossa Senhoria de ser o operador do PMDB no recebimento de vantagens indevidas de contratos da PETROBRAS?

13) Qual a relação de Vossa Senhoria com ALBERTO YOUSSEF? Tem ou teve relação de amizade com ele ou com membros da família dele? Quais seriam os motivos para que ele denunciase Vossa Senhoria de ser o responsável por operador do PMDB no recebimento de vantagens indevidas de contratos da PETROBRAS?

14) Qual a relação de Vossa Senhoria com NESTOR CERVERÓ e com a esposa dele Senhora PATRÍCIA CERVERÓ quando ele era diretor da área internacional da PETROBRAS? Que tipo de relacionamento mantinha com eles? Vossa Senhoria pagou com dinheiro em espécie o veículo RANGE ROVER EVOQUE que pertence a esposa de NESTOR CERVERÓ? Se afirmativo, qual o motivo do pagamento?

15) Vossa Senhoria mantinha algum tipo de negócio com a TOYO SETAL? Que tipo de relação mantinha com JULIO GERIN DE ALMEIDA CAMARGO, diretor da TOYO SETAL? Ele afirma em delação premiada que repassou a Vossa Senhoria cerca de US\$ 40

2

milhões de dólares em vantagens indevidas em diversas contas no exterior a pedido de Vossa Senhoria.

16) Vossa Senhoria fez alguma transação por intermédio do ex-policial JAIME CARECA? Se afirmativo, que tipo de operação?

17) Qual sua relação com os empresários cariocas JORGE LUZ e BRUNO LUZ? Sabe informar se eles têm negócios com a PETROBRAS? Quais negócios?

#### **RELACIONAMENTO COM POLÍTICOS**



/18) Vossa Senhoria está sendo acusado por ALBERTO YOUSSEF e PAULO ROBERTO COSTA de ser um operador ligado ao PMDB responsável pelo recebimento e repasse de vantagens indevidas ao partido e a parlamentares. Pergunto se Vossa Senhoria já visitou a Câmara dos Deputados ou o Senador Federal? Se afirmativo, com que frequência e qual a finalidade das visitas.

19) Vossa Senhoria tem algum tipo de relacionamento com parlamentares da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal? Que tipo de relacionamento possui com eles?

20) Vossa Senhoria já frequentou a casa de algum político? Quais políticos? Qual o motivo das visitas?]

21)

#### **PROPOSTA DE DELAÇÃO PREMIADA**

22) Foi oferecida a Vossa Senhoria proposta de celebração de acordo de delação premiada? Se afirmativo, em quais termos? A sua prisão preventiva guarda relação com a perspectiva de Vossa Senhoria aderir à colaboração premiada?

23) Vossa Senhoria está sendo acusado por quais crimes?

24) Vossa Senhoria encontra-se preso preventivamente. Em que fase está o julgamento do seu processo? Por que, na sua opinião, a sua prisão preventiva não foi revogada?

3

#### **CPI DA PETROBRAS SENADO 2009**

##### **DELAÇÃO DE ALBERTO YOUSSEF**

“QUE, por volta do ano de 2009, ainda no governo LULA, houve uma situação de emergência relacionada a criação de uma CPI pelo PSDB, visando investigar a PETROBRAS, sendo que com o pagamento de cerca de dez milhões de reais para os parlamentares SÉRGIO GUERRA, EDUARDO DA FONTE e CIRO NOGUEIRA a questão foi resolvida; QUE, CIRO e EDUARDO DA FONTE teriam cooptado SÉRGIO GUERRA para que a CPI não fosse instalada sendo que FERNANDO SOARES cuidou do pagamento aos parlamentares, utilizando recursos da QUEIROZ GALVAO; QUE, acrescenta ter ocorrido um outro repasse de comissionamento de cerca de 1,6 milhão de reais, envolvendo a QUEIROZ GALVAO na época em que HENRY HOYER atuou como operador financeiro no lugar do declarante; QUE, para operacionalizar esse repasse o declarante indicou a empresa KFC HIDROSSEMEADURA de LEONARDO MEIRELLES a qual já prestava realmente serviços a QUEIROZ GALVAO; QUE, salvo engano essa comissão foi inserida dentro de um contrato real entre a KFC e a QUEIROZ GALVAO; QUE, provavelmente esse valor passou pelas contas da LABOGEN antes de ser entregue em reais ao declarante; QUE, como não seria interessante que soubessem que o declarante estava operacionalizando

25) Vossa Senhoria poderia relatar a esta Comissão como se deu o interesse de membros da oposição (PSDB e DEM) na CPI da PETROBRAS no Senado, em 2009, em enterrar a CPI? A iniciativa foi de quem? O senhor PAULO ROBERTO DA COSTA afirmou que se encontrou algumas vezes com o então Presidente Nacional do PSDB, SÉRGIO GUERRA, para definir a propina de 10 milhões de reais para que a oposição enterrasse a CPI. PAULO ROBERTO lhe confidenciou isso? Vossa Senhoria participou dessa negociação de alguma maneira? 26) A CPI da PETROBRAS de 2009, no Senado, tinha os seguintes componentes titulares na oposição: Álvaro Dias (PSDB-PR), Antônio Carlos Magalhães Junior (DEM-BA), e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Pergunto:

27) Vossa Senhoria conhece ou manteve algum tipo de contato com o Senador ÁLVARO DIAS no período daquela CPI, em 2009? Tratou com ele alguma vez sobre algum outro tipo de favorecimento? Vossa Senhoria já realizou operações financeiras para o Senador ÁLVARO DIAS?

28) Vossa Senhoria conhece ou manteve algum tipo de contato com o Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES JÚNIOR no período daquela CPI, em 2009? Tratou com ele

4

alguma vez sobre algum outro tipo de favorecimento? Vossa Senhoria já realizou operações financeiras para o Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES JÚNIOR?

29) Vossa Senhoria conhece ou manteve algum tipo de contato com o Senador SÉRGIO GUERRA no



período daquela CPI, em 2009? Tratou com ele alguma vez sobre algum outro tipo de favorecimento? Vossa Senhoria já realizou operações financeiras para o Senador SÉRGIO GUERRA?

30) Vossa Senhoria sabe informar se a propina de 10 milhões de reais para enterrar a CPI da PETROBRAS de 2009 era destinada APENAS ao ex-Presidente do PSDB, SÉRGIO GUERRA, ou se foi informado a Vossa Senhoria que a propina era destinada aos membros da CPI? Vossa Senhoria percebeu a figura do Presidente Nacional do PSDB como um emissário, um representante do grupo da CPI ou SÉRGIO GUERRA teria demonstrado buscar a propina apenas para ele?

31) Vossa Senhoria sabe informar se o senhor ILDEFONSO COLARES, presidente da QUEIROZ GALVÃO, fez o pagamento da propina a SÉRGIO GUERRA. Pode relatar quando e em que local ou circunstâncias o executivo teria lhe passado essa confirmação?

32) Vossa Senhoria sabe informar qual teria sido o interesse da QUEIROZ GALVÃO em financiar o fim daquela CPI? Foi Vossa Senhoria que realizou o pagamento para enterrar a CPI? ALBERTO YOUSSEF afirmou que ***“FERNANDO SOARES cuidou do pagamento aos parlamentares, utilizando recursos da QUEIROZ GALVAO”***. Que Vossa Senhoria tem a dizer sobre isso?

#### **DOLEIROS**

33) Vossa Senhoria mantém contas e recursos no exterior? Em seu nome ou de terceiros?

34) Vossa Senhoria é administrador, procurador, beneficiário, proprietário ou representante legal de alguma empresa ***off-shore*** (empresas meramente de papel) ou vinculação de qualquer espécie com qualquer empresa no exterior?

35) Vossa Senhoria já operou com os seguintes doleiros?

- a. Dano Messer
- b. Oscar Frederico Jager
- c. Ettore Reginaldo Tedeschi,

5

- d. Chaim Henoch Zalgberg,
- e. Antônio Wanis Filho,
- f. Roberto Matalon,
- g. Clark Setton, vulgo Kiko Setton,
- h. Gabriel Lewi Seszes,
- i. Clemente Dana,
- j. Benjamin Katz.

36) Quanto a Dano Messer, Vossa Senhoria pode informar se ele operou ou opera com alguma empreiteira ou pessoa envolvida com a Operação Lavajato? Sabe dizer se Dano Messer mantém contas ou subcontas em bancos estrangeiros? Sabe informar a atividade dele atualmente?

37) Vossa Senhoria ainda opera ou operou com as contas de Dano Messer? Sabe informar os nomes das contas operadas por Dano Messer?

#### **JÚLIO CAMARGO – REQUERIMENTOS CFFC/CME (por fazer)**

38) Qual era o tipo de relacionamento que Vossa Senhoria mantinha com JÚLIO CAMARGO? Com que frequência se encontravam? Eram amigos íntimos? Onde se davam os encontros? E o que era tratado nesses encontros??

39) Para quais empresas JÚLIO CAMARGO representava ou operava? MITSUI? SAMSUNG? TOYO SETAL?

40) Vossa Senhoria poderia relatar para que grupo político JÚLIO CAMARGO pagava vantagens indevidas? Sabe informar os nomes dos beneficiários?

41) Teve conhecimento sobre o evento relacionado com a pressão que JÚLIO CAMARGO teria sofrido na Câmara dos Deputados?

42) Vossa Senhoria fez alguma operação tendo como beneficiários a ex-Deputada SOLANGE ALMEIDA e o Deputado SÉRGIO BRITO?

43) Dentre os seus muitos relacionamentos no mundo político, Vossa Senhoria teve algum contato ou, ao menos, ouviu falar da ex-Deputada SOLANGE ALMEIDA e o Deputado Sérgio Brito? Seriam



políticos que conhecem as operações ou têm interesses nas empresas MITSUI ou SAMSUNG?

6

44) O senhor JÚLIO CAMARGO lhe confidenciou que teria recebido algum tipo de pressão ou assédio da ex-Deputada SOLANGE ALMEIDA ou do Deputado SÉRGIO BRITO? E de algum outro Parlamentar? Se afirmativo, por que motivos?

7

GUILHERME ESTEVES DE JESUS

#### **PERGUNTAS**

#### **GUILHERME ESTEVE DE JESUS**

#### **RESUMO (DENÚNCIA MPF):**

“GUILHERME ESTEVES DE JESUS funcionou como operador financeiro para o pagamento de propinas pelo ESTALEIRO JURONG a BARUSCO, RENATO DUQUE e outros, a partir de janeiro de 2013, por meio de contratos fictícios e depósitos em contas bancárias no exterior. Segundo informado por BARUSCO, GUILHERME ESTEVES DE JESUS, por meio da offshore OPDALE INDUSTRIES LTD., transferiu aproximadamente US\$ 8.211.614 para as offshores NATIRAS (BARUSCO), DRENOS (RENATO DUQUE) e FIRASA (JOÃO FERRAZ) e para EDUARDO MUSA. A par de tais depósitos GUILHERME ESTEVES DE JESUS viabilizava o pagamento de vantagens indevidas a JOÃO VACCARI, por meio de esquema próprio.

Neste sentido, destaquem-se anotações entregues por PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO a respeito de depósitos a serem realizados pela offshore OPDALE, sendo um dos valores anotados correspondente àquele por ele indicado quando de seus depoimentos perante a autoridade policial. Extratos bancários também foram apreendidos e comprovam o depósito de valores na conta do ex-funcionário da PETROBRAS pela empresa controlada por GUILHERME ESTEVES DE JESUS”

#### **GUILHERME ESTEVE DE JESUS**

1) Vossa Senhoria tem conhecimento do mercado paralelo de moedas estrangeiras e nas transações de dólar-cabo. Pergunto se Vossa Senhoria mantém contas e recursos no exterior? Em seu nome ou de terceiros?

2) Vossa Senhoria é administrador, procurador, beneficiário, proprietário ou representante legal de alguma empresa *off-shore* (empresas meramente de papel) ou vinculação de qualquer espécie com qualquer empresa no exterior?

3) Após celebrar o primeiro acordo de delação, Vossa Senhoria ainda operou ou manteve contato com os seguintes doleiros?

- a. Dano Messer
- b. Armando Santone
- c. Oscar Frederico Jager
- d. Ettore Reginaldo Tedeschi,
- e. Chaim Henoch Zalgberg,
- f. Antônio Wanis Filho,
- g. Roberto Matalon,

1

h. Clark Setton, vulgo Kiko Setton,

i. Gabriel Lewi Seszes,

j. Clemente Dana,

k. Benjamin Katz.

4) Quais são os maiores doleiros do Brasil atualmente e como ocorre o pagamento ou liquidação de operações feitas entre eles, especialmente as de dólar- cabo?



5) Quanto a Dano Messer, Vossa Senhoria pode informar se ele operou ou opera com alguma empreiteira ou oessoa envolvida com a Operação Lavajato? Sabe dizer se Dano Messer mantém contas ou subcontas em bancos estrangeiros? Sabe informar a atividade dele atualmente?

6) Vossa Senhoria ainda opera ou operou com as contas de Dano Messer? Sabe informar os nomes das contas operadas por Dano Messer?

2

MÁRIO GOES

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CPI PETROBRAS**

OITIVAS EM CURITIBA

11 e 12 de maio de 2015

**PERGUNTAS PARA A BANCADA**

**Tomada de depoimento**

Mário Frederico de Mendonça Góes, 73 anos, sócio da empresa Riomarine Cii e Gás

**Requerimentos**

**Informações biográficas e acusações**

Mário Frederico de Mendonça Góes, 73 anos, foi preso na 9ª fase da Operação Lava Jato, em 08/02/15. Segundo sua advogada, Livia Novak, “Góes trabalha com empresas de consultoria que prestavam serviços para empresas contratadas pela Petrobras”.

Empresas de Mário Góes:

16	Carlos Sampaio .PSDB/SP
120	Eliziana Gama .PPS/MA
171	Ivan Valente .PSOL/SP

Riomarine Cii e Gás Engenharia e Empreendimentos Ltda: pertence a Mário Góes e a seu filho Lucélio Roberto Von Lehsten Goes, de 36 anos, que, por sua vez, teria sido sócio de Pedro Barusco na empresa JPA.

Mago Consultoria Ltda

Mário Góes, segundo delação premiada de Pedro Barusco, seria operador financeiro de diversas empresas (UTC, MPE, OAS, MENDES JUNIOR,



ANDRADE GUTIERREZ, SCHAIN, CARIOCA e BUENO ENGENHARIA), no esquema de desvio de dinheiro e de pagamento de propinas para a Petrobras. Para o MPF, ele atuaria também como operador da Arxo, junto à subsidiária BR Distribuidora, com a qual a empresa catarinense mantinha contratos de fornecimento de tanques de combustíveis e caminhões-tanque.

### **Perguntas:**

#### **EiOco t Sobre dúvidas em relação aos depoimentos de Cíntia Provesi e Pedro Barusco**

Na Polícia Federal, o Sr. João Gualberto, sócio da Arxo, disse que a denúncia de Cíntia Provesi é fruto de “vingança” e “revanchismo” por ter sido demitida e investigada por uma auditoria interna da empresa. O Sr. João Gualberto apresentou documentos de uma auditoria interna que incriminaria Cíntia, pelo desvio de cerca de R\$ 1 milhão e mensagens de celular enviadas pela própria delatora.

1. V. Senhoria acha que o depoimento dela contra a Arxo e contra V. Senhoria pode ter sido realmente motivado por “vingança”?
2. Por que razão ela teria citado o nome de V. Senhoria, como operador de propinas entre a Arxo e a BR Distribuidora? Ela estaria querendo se vingar também de V. Senhoria? Ela teria algum motivo para isto?
3. Não há uma coerência em tudo o que o Sr. Pedro Barusco vem declarando em sua delação premiada e no que disse em depoimento para esta CPI. Em alguns momentos, foram ditas ) coisas até mesmo contraditórias. Vossa Senhoria acha que ele disse a verdade sobre V. Senhoria?

#### **4. (Se o depoente disser que Barusco mentiu sobre ele)**

Por que ele teria dito isto sobre V. Senhoria? Houve algum desentendimento entre vocês, em algum momento? Por que ele pretenderia prejudicá-lo? Ou houve algum desentendimento entre o Sr. Barusco e alguma das empresas envolvidas na Lava jato?

#### **Sobre a reportagem do site “Lancenet”**

Uma manchete do site esportivo “Lancenet”, de 18/03/2015, disse que “PF investiga se acusado na Lava Jato usou clubes para lavar dinheiro”. A notícia dizia que “Mano Frederico Góes, apontado pelo Ministério Público como operador de propinas da Petrobras, teria

participado de negociações de Botafogo e Corinthians”. E diz mais a reportagem: “As investigações da Operação Lava Jato da Polícia Federal acabaram esbarrando na transação de jogadores com dois clubes brasileiros. Segundo informações do jornal “Valor Econômico”, as autoridades encontraram documentos que ligam as empresas



de Mano Frederico Goes, apontado pelo Ministério Público como operador de propinas da Petrobras, ao Botafogo e Corinthians. A PF agora quer entender qual o significado dessas ligações e suspeita de que investimento nos direitos econômicos de Lodeiro e Maicosuel possam ter servido para lavar dinheiro do esquema na estatal. Nas empresas de Goes, a “Riomarine Oil e Gás Engenharia e Empreendimentos Ltda” e a “Mago Consultoria Ltda”, no Rio, a PF encontrou contratos de parceria para investimentos em direitos econômicos de jogadores.”

(<http://www.lancenet.com.br/minuto/PF-investigacaacusado-Lava-Jato- dinheiro O 1322867811 .html#ixzz3ZavQmPiR>)

5. O que Vossa Senhoria tem a dizer sobre isto?

6. Os contratos, recibos e comprovantes de transferência eletrônica encontrados pela Polícia Federal se referem a quê?

7. Segundo a reportagem, o atual Conselho Diretor do Botafogo negou qualquer relação com V. Senhoria, mas disse que pediria uma auditoria para confirmar se a diretoria anterior teria feito

algum negócio com a participação de V. Senhoria. O que V. Senhoria tem a dizer sobre isto?

8. Vossa Senhoria costuma ter atuação também no ramo esportivo?

### **Bloco 3' Sobre notas fiscais e contratos encontrados na Riomarine**

Segundo relatos da imprensa, foram achados contratos e notas fiscais de sua empresa Riomarine, somando quase R\$ 40 milhões, relativos a serviços prestados a diversas empresas envolvidas na operação Lava Jato.

“A Operação Lava Jato encontrou contratos e notas fiscais de consultoria que envolvem sete empreiteiras acusadas de cartel e corrupção na Petrobras e foram firmados com a empresa Riomarine Oil e Gas, que pertence a Mário Frederico de Mendonça Góes. Preso desde 8 de fevereiro, ele é acusado de ser um dos onze operadores de propina na Diretoria de Serviços da estatal, além de carregador de malas de dinheiro para o ex-diretor da petroleira Renato Duque. Os documentos reforçam a acusação contra as empreiteiras citadas na operação, na visão dos investigadores. A força-tarefa da Lava Jato encontrou 31 notas fiscais da Riomarine emitidas para a Andrade Gutierrez que totalizam 5,3 milhões de reais e 14 notas para a UT no total de 9,7 milhões de reais referentes a seis contratos um deles uma parceria com a Odebrecht no valor de 1,5 milhão de reais.

Há ainda seis notas para a QAS, no valor total de 10,2 milhões de reais; dez notas para a MPE (9,3 milhões de reais) e outras 22 notas que totalizam 5,1 milhões de reais para o Consórcio Mendes Junior-MPE-Setal.

**As notas encontradas somam 39,7 milhões de reais.”**

(<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/lava-jato documentos-de-operador-reforcam-acusacao-de carte>.)

9. Que serviços a Riomarine prestava para estas empresas?



10. V. Senhoria já conseguiu comprovar, para a polícia e para a justiça, a prestação efetiva destes serviços para as empresas?

NESTOR CERVERÓ

**PERGUNTAS /**

**NESTORCERVERO**

**RESUMO:**

**NESTOR CERVERÓ**

1) Vossa Senhoria declarou que se vê injustiçado por ser mantido preso sem que provas concretas tenham sido apresentadas. É notório que o instrumento da delação premiada tem se mostrado muito importante às investigações. Alberto Youssef já está até em seu segundo acordo. Vossa Senhoria tem direito ao silêncio. No entanto, poderia opinar em que medida a prisão preventiva de um denunciado pode levá-lo a firmar acordo de delação premiada?

**INDICAÇÃO POLÍTICA**

2) Como são feitas as indicações para os cargos de diretores da PETROBRAS?

3) Existe necessidade de intermediação política para chegar ao cargo de diretor?

**PROP9STA DE DELAÇÃO PREMIADA**

p41' Foi feita proposta de acordo de delação premiada a Vossa Senhoria? Se afirmativo, em quais termos? Se negativo, Vossa Senhoria teria interesse em celebrá-lo?

**PATICIPAÇÃO EM EMPRESAS**

Vossa senhoria possui sociedade em alguma empresa no Brasil ou exterior? Em quais empresas, quem são seus sócios, e quais são as atividades dessas empresas?

'16) Vossa Senhoria mantém recursos no exterior em nome próprio ou de terceiros? Se afirmativo, quais valores, bancos e contas?

Vossa Senhoria foi acusado pelo Ministério Público de lavagem de dinheiro na compra de um apartamento (imóvel local zado na Rua Nascimento e Silva nr. 351, Ipanema Rio) com recursos desviados da PETTROBRAS. Pergunto a Vossa Senhoria

/

quem é o proprietário deste apartamento? Qual é o valor de avaliação deste imóvel? Qual o valor mensal que Vossa Senhoria paga de aluguel por este apartamento?

8) Que tipo de relação Vossa Senhoria possui com OSCAR ALGORTA RAQUETTI? Vossa Senhoria mantém sociedade com ele em alguma empresa no Brasil ou exterior? Representa ou representou alguma empresa dele?

Vossa Senhoria tem algum tipo de relacionamento ou representa a empresa uruguaia JOLMEY SOCIEDAD ANÔNIMA ou com a subsidiária dela no Brasil, a JOLMEY DO BRASIL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA? Sabe dizer quem as representam e quem são os sócios dessas empresas?

**JULIO CAMARGO E FERNANDO BAHIANO**

10) Que tipo de relação Vossa Senhoria mantinha com JULIO CARMARGO? São amigos? Ele frequentava sua residência?

11) Vossa Senhoria sabe informar que tipo de relação existe entre JULIO CAMARGO e a empresa coreana SAMSUNG? Sabe informar que tipo de contratos a SAMSUNG firmou com a PETROBRAS?

12) Vossa Senhoria participou de alguma maneira da contratação da empresa coreana SAMSUNG para construção do Navio-sonda Petrobras 1000 e Navio-sonda Vitória 1000? Foi



Vossa Senhoria quem recomendou a contratação da SAMSUNG? Quais critérios Vossa Senhoria utilizou para recomendar a SAMSUNG?

13) Vossa Senhoria sabe informar que tipo de relação há entre JULIO CAMARGO E FERNANDO BAHIANO?

14) Sabe informar que tipo de relação existe entre JULIO CAMARGO e ALBERTO YOUSSEF?

15) Que tipo de relação Vossa Senhoria tem ou teve com FERNANDO BAHIANO? São amigos? Ele frequentava sua residência?

16) Vossa Senhoria sabe informar se há alguma ligação entre parlamentares ou partidos políticos com FERNANDO BAHIANO? Sabe informar quais são os beneficiários finais?

17) Por que FERNANDO BAHIANO teria sido o responsável pelo pagamento em dinheiro do veículo RANGE ROVER EVOQUE que está registrado em nome de sua esposa?

2

NESTOR CERVERÓ 2

## **Câmara dos Deputados** **CPI PETROBRAS**

Curitiba, 11 de maio de 2015

### **Audiência Pública para tomada de depoimento de Nestor Cerveró**

Ex-diretor da área internacional da Petrobras e ex-diretor financeiro da BR

Distribuidora

**Requerimentos**

### **Contexto na Lava Jato**

Nestor Curnat Cerveró foi diretor da área internacional da Petrobras de 31/01/2003

a 03/03/2008, período em que foi adquirida a refinaria de Pasadena, no Texas,

Estados Unidos. Em seguida, foi Diretor-Financeiro da BR Distribuidora, de março de 2008 a março de 2014, quando foi demitido pela subsidiária em meio à polêmica sobre a compra de Pasadena.

Em depoimento à Justiça Federal do Paraná, em outubro de 2014, Paulo Roberto Costa afirmou que Cerveró recebeu propina na compra de Pasadena.

Réu em ação penal, sob a acusação de corrupção e lavagem de dinheiro, teria recebido milhões de dólares não só na aquisição de Pasadena, mas também na contratação, em 2006 e 2007, da Mitsui e da Samsung Heavy Industries para fornecimento de navios-sonda para perfuração em águas profundas no Golfo do México e na África.

Em 2012, quando Cerveró era diretor da estatal, Fernando Soares (Fernando Baiano) teria comprado carro de luxo, blindado, por R\$ 220 mil, e registrado em nome da mulher de Cerveró.

Acusado de lavagem de dinheiro por meio da compra de um apartamento duplex, no valor de R\$ 7,5 milhões, localizado em Ipanema, bairro nobre do Rio de Janeiro/RJ.

Em prisão preventiva<sup>1</sup> desde janeiro/2015, teve o pedido de *habeas corpus* negado.

<sup>1</sup> A prisão preventiva pode ser utilizada pelo juiz durante um inquérito policial ou já na ação penal, devendo, em ambos os casos, estarem preenchidos os requisitos legais para sua decretação. O artigo 312 do CPP aponta os requisitos que podem fundamentar a prisão preventiva, sendo eles: a) garantia da ordem pública e da ordem econômica (impedir que o réu continue praticando crimes); b) conveniência da instrução criminal (evitar que o réu atrapalhe o andamento do processo, ameaçando testemunhas ou destruindo provas); c) assegurar a aplicação da lei penal (impossibilitar a fuga do réu, garantindo que a pena imposta pela sentença seja cumprida).



Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=P&id=441>

1

21	Carlos Sampaio (PSDB/SP)
85	Onyx Lorenzoni (DEM/RS)
163	Ivan Valente (PSOL/SP)
229	Júlio delgado (PSB/MG)

### Informações biográficas

Engenheiro químico, Cerveró é funcionário de carreira da Petrobras desde 1974, quando foi admitido como engenheiro de processamento. Iniciou carreira na Petrobras na área de refino (refinaria de Betim/MG). Em seguida, a satisfação de ser do grupo pioneiro, de pertencer ao Grupo Pioneiro de Engenharia Básica, no Centro de Pesquisas da Petrobras - Cenpes. Liderou esse grupo na área de refino e comandou a construção de uma série de usinas que continuam operando.

Assumiu a Diretoria da área Internacional em 2003 (teria sido indicado pelo PMDB), sendo realocado em 2008 para a Diretoria-financeira da BR Distribuidora, cargo do qual foi demitido em março de 2014 devido às acusações envolvendo seu nome e possíveis irregularidades na compra da refinaria de Pasadena.

### Bloco 1: Sobre o depoente e sua trajetória institucional

#### Perguntas

1. Qual é a formação acadêmica e trajetória profissional de Vossa Senhoria? Quando ingressou na Petrobras e que funções Vossa Senhoria desempenhou?
2. Quais são as atribuições dos cargos que ocupou na Petrobras?
3. Nos cargos de gerência que Vossa Senhoria já ocupou na Petrobras, quem eram os seus respectivos superiores em cada período?
4. Houve indicação política para os cargos de gerência que Vossa Senhoria ocupou?
5. Vossa Senhoria conhece o Sr. Paulo Roberto Costa? Desde quando e que tipo de relação mantinham?
6. Em depoimento à Polícia Federal em 29/08/2014, no Termo de Colaboração nº 1, o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou, relatando a própria experiência dentro da Petrobras: *QUE chegou a um limite em sua carreira onde a competência técnica não era suficiente para progredir, sendo necessário para ascender ao nível de diretoria uma apadrinhamento político como ocorre em todas as empresas vinculadas ao governo;*

2

(...)

*QUE a divisão política de cargos e diretorias da Petrobrás era estabelecida da seguinte forma: ficava a cargo do PT a presidência e outras 04 (quatro) diretorias (serviços, gás e*



energia, exploração e produção e financeira); a diretoria de abastecimento onde atuava o depoente era comandada pelo PP e posteriormente pelo PMDB e PT, tendo realizado uma única operação para o PSDB como mencionado; e a diretoria internacional sob o comando do PMDB

(a) Vossa Senhoria concorda com essas afirmações?

(b) E em sua nomeação para a Diretoria Executiva da Petrobras, recebeu apoio ou influência de algum grupo ou partido político? Qual ou quais?

**Obs.:** *Ce, veró tem sido sempre apontado como indicação do PMDB, assim como seu sucessor no cargo de diretor para a área internacional, Jorge Zelada. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef afirmam que Ce, veró era da cota do PMDB. No entanto, em seu último depoimento à Justiça Federal, Cerveró negou ligação com o PMDB e se disse mais próximo do PT, alegando que recebeu o convite do Presidente Lula – estratégia da defesa do acusado.*

*Em depoimento à CPMI, em 22/05/12/2014:*

*já com 28 anos de casa, em 2003, eu tive a honra de ser indicado, juntamente com mais seis colegas, para a nova diretoria que entrou junto, na Petrobras, com o Presidente Lula, em 2003. Então, fui convidado a exercer a função de diretor internacional (...).*

7. Vossa Senhoria conhece Alberto Youssef? Desde quando e que tipo de relação mantinham?

*Segundo Youssef, Fernando Baiano recebeu 40 milhões de dólares na compra de navios-sonda da Mitsui e da Samsung Heavy industries. Baiano teria repassado parte desse montante para Nestor Cerveró. Youssef afirmou, ainda, que aqueles contratos foram assinados no gabinete do Deputado Eduardo Cunha e que os valores teriam sido pagos a Cerveró por Julio Camargo.*

8. Vossa Senhoria conhece o Sr. Fernando Baiano? Desde quando e que tipo de relação mantinham?

9. Foi Vossa Senhoria quem apresentou Fernando Baiano a Paulo Roberto Costa? Em que circunstâncias?

10. Vossa Senhoria conhece Julio Camargo? Desde quando e que tipo de relação mantinham?

3

), O Sr. Julio Gerín Camargo, em sua delação premiada,

“—afirmou que Vossa Senhoria recebeu vantagens pelo contrato de compra, pela Petrobras, de navios-sonda da Mitsui e da Samsung Heavy Industries. O que Vossa Senhoria tem a declarar sobre essas acusações?

os fatos relacionados à compra de SONDAS DE PERFURAÇÃO para serem utilizadas na ÁFRICA e no GOLFO DO MEXICO, envolvendo os grupos MITSEJE e SATDJSUNG, com pagamento de propina no interesse das áreas de Abastecimento e Internacional da PETROBRAS, inclusive às pessoas de NESTOR CERVERÓ e FERNANDO SOARES, vulgo “FERNANDO BAIANO”;

na forma como tais Pagamentos foram realizados, por meio de ALBERTO



YOUSSEF (DEVONSHIRE), através de contas no banco MERRILLYNCH.

(. Vossa Senhoria tem contas no exterior? Já fez alguma operação financeira em conta no Banco Merrill Lynch?

13. Em delação premiada, o Senhor Pedro Barusco fez a seguinte declaração (no Termo nº 1):

*(...) durante seus 32 (trinta e dois) anos de trabalho na PETROBRAS observou que a contratatação de sondas sempre envolvia as mesmas companhias internacionais e toda iniciativa no mercado nacional era repelida, de maneira que existia, aparentemente, uma espécie de “cartel” da aquisição de sondas (...).*

Com base em sua longa experiência na Petrobras, principalmente em seus 5 anos como Diretor Internacional da empresas, o que Vossa Senhoria diz a esse respeito? Havia um cartel entre as empresas internacionais fornecedoras de sonda?

14. Vou citar aqui outro trecho do depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa relacionado com a diretoria internacional da Petrobras à época de sua gestão:

QUE também Pasadena tinha por sócio a ASTRA PETRÓLEO

(...)

4

QUE soube que quem trouxe este assunto da refinaria de Pasadena para a Petrobrás, isto é, a NESTOR CERVERÓ, foi um ex empregado da área comercial da PETROBRÁS, chamado **ALBERTO FEILHABER**, mas já representando a **ASTRA**;

(...)

QUE no contrato de compra da refinaria foram colocadas duas cláusulas (...) que vieram a gerar certa polêmica; QUE a primeira cláusula era cláusula marlim, pela qual a PETROBRÁS deveria pagar à **ASTRA** a quantia de 6% (seis por cento) como retorno mínimo da produção; (...) a segunda cláusula foi a de “put option, que é normal em grandes negócios; QUE significa que se uma parte sair do negócio a outra é obrigada a comprar; QUE no entender do declarante essa cláusula não tem nada demais;

(...)

QUE o declarante não sabe se os valores que a PETROBRÁS teve que pagar à ASTRA pela retirada desta do desta do negócio foram objeto de conluio entre os donos da ASTRA e algumas pessoas da PETROBRAS; QUE contudo, havia boatos na empresa de que o grupo de NESTOR CERVERÓ, incluindo o PMDB e FERNANDO BAIANO, teria dividido algo entre vinte e trinta milhões de dólares, recebidos provavelmente da ASTRA

Pergunto:

(a) Quem é o Sr. **Alberto Feilhaber**? Vossa Senhoria o conhece? Ele é ou era representante da empresa **Astra**?

15. Em seu depoimento à CPMI da Petrobras, em 22 de maio de 2014, Vossa Senhoria relatou a projeção da Petrobras no exterior durante sua gestão à frente da Diretoria Internacional:

*E na diretoria internacional (...) nós tivemos a oportunidade de expandir enormemente a atividade internacional da Petrobras. (de 2003 até 2008) de uma atuação em 8 países, passamos a atuar em 26 países em todo o mundo. Nós estendemos a atividade, o nome da Petrobras, a presença da Petrobras em todos os países da América do Sul, com exceção feita às três Guianas e ao Suriname. Mas, nos demais países, nós expandimos a nossa posição. Temos presença marcante em todos os países da*



*América do Sul, expandimos nossa participação para a China, para o Japão, para a Índia, onde continuamos atuando, aumentamos a nossa participação na África, compramos uma série de ativos de grande valor, hole, adquiridos aqui na área de produção de petróleo e gás não só na África como aqui na América do Sul, principalmente no Peru. Expandimos também nossa participação no Golfo do México, onde a Petrobras foi pioneira na utilização de navios de produção. Isso é um fato relevante durante a minha atuação. O primeiro navio, que é uma coisa comum aqui na Racia de Campos, navio de produção, o famoso FPSO, sigla do navio, que operou, começou a operar no Golfo do México, foi da Petrobras, graças à experiência acumulada pela tecnologia adquirida na Bacia de Campos.*

5

ALANZINHO,

Please, acrescente essas duas às minhas perguntas para a Bancada fazer a Cervero:

Na delação premiada, o Sr. Julio Gerín Camargo afirmou que Vossa Senhoria recebeu vantagens pelo contrato de compra, pela Petrobras, de navios-sonda da Mitsui e da Samsung Heavy Industries. Desse mesmo negócio teria saído também propina para o deputado Eduardo Cunha. O Ministério Público afirma que o deputado teria chantageado a empresa Mitsui e o sr. Julio Camargo, quando eles interromperam o pagamento das comissões. Vossa Senhoria teria ouvido falar sobre isso naquela ocasião? Sobre a participação do deputado Eduardo Cunha na defesa dessa contratação?

Vossa Senhoria recebeu o deputado Eduardo Cunha nos anos de 2005 a 2006 enquanto esteve na diretoria da área Internacional da Petrobras?

8

BRUNO COVAS

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS CPI PETROBRAS**

Reunião de 11 de maio de 2015 - Curitiba / PR

**Audiência Pública para tomada de depoimento do Senhor.**

**Guilherme Esteves de Jesus**

Informações biográficas:

**GUILHERME ESTEVES DE JESUS**, CPF 722.259.637-20; Empresas UPNAVY CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP, CNPJ 07.526.190/0001-24, e GREENFIELD SERVICOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 09.302.982/0001-40, que possuem GUILHERME ESTEVES DE JESUS como sócio administrador; GUILHERME ESTEVES DE JESUS funcionou como operador financeiro para o pagamento de propinas pelo ESTALEIRO JURONG a BARUSCO, RENATO DUQUE e outros, a partir de janeiro de 2013, por meio de contratos fictícios e depósitos em contas bancárias no exterior. Segundo informado por BARUSCO, GUILHERME ESTEVES DE JESUS, por meio da offshore OPDALE INDUSTRIES LTD., transferiu



aproximadamente US\$ 8.211.614 para as offshores NATIRAS (BARUSCO), DRENOS (RENATO DUQUE) e FIRASA (JOÃO FERRAZ) e para EDUARDO MUSA. A par de tais depósitos Guilherme Esteves é acusado Pelo Ministério Público Federal pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

### **Requerimentos**

115 Eliziane Gama PPS/MA.

590 Ivan Valente PSOL/SP.

## **PERGUNTAS PARA A RELATORIA**

### **Bloco 1: Sobre o depoente**

#### **Perguntas**

1. Qual é a formação acadêmica e profissional de Vossa Senhoria?
2. Qual a relação de Vossa Senhoria com a indústria naval, petroquímicas ou similares?
3. Vossa Senhoria possui empresas registradas em seu nome, é sócio ou exerce poder de comando? (em caso positivo), Vossa Senhoria poderia declinar quais?
4. Quais áreas de atuação dessas empresas? Com quais outras empresas públicas ou privadas contratava ou contrata?
5. Vossa senhoria é filiado ou já foi filiado a algum partido político?

### **Bloco 2: Sobre a sua participação nas acusações do MPF**

#### **Perguntas**

6. Vossa Senhoria conhece o Senhor Renato Duque? (em caso positivo) Tem ou teve amizade com ele? Pode detalhar?
7. Vossa Senhoria conhece o Senhor Pedro Barusco? (em caso positivo) Tem ou teve amizade com ele? Pode detalhar?
8. Vossa Senhoria poderia dizer a esta CPI qual a sua relação com os estaleiros envolvidos em contratos com a Petrobras?
9. A principal acusação que recai sobre Vossa Senhoria é a de operar um esquema que distribuía propinas a diretores da Petrobras. Essas propinas advinham de contratos firmados entre alguns estaleiros e a SETE BRASIL. Vossa Senhoria tem ou teve alguma relação com os estaleiros:
  - a) ATLÂNTICO SUL;
  - b) KEPELL FELS;
  - c) ENSEADA DO PARAGUAÇU;
  - d) RIO GRANDE;
10. Vossa Senhoria teve alguma relação com o estaleiro JURONG? (se



sim) Poderia explicar essa relação?

11. O Sr. Pedro Barusco afirmou a esta CPI:

*O caso Sete Brasil é um termo independente, onde eu relato o que aconteceu com a Sete Brasil, que foi o pagamento de propina nos contratos de construção das sondas junto aos estaleiros.*

O que Vossa Senhoria tem a dizer sobre essa afirmação?

12. Vossa Senhoria conhece o Senhor João Vaccari? (em caso negativo, explorar:) Já teve algum tipo de negócio com ele?

13. Em alguma ocasião Vossa Senhoria já tratou de contribuições partidárias ou ajuda para campanhas com o Sr. João Vaccari em alguma ocasião?

14. Vossa Senhoria conhece o Senhor João Ferraz?

15. Vossa Senhoria possuiu ou possui contas no exterior?

16. O Senhor Pedro Barusco afirmou em sua delação junto ao Ministério Público Federal que forneceu vários números de contas em nome de off-shores abertas no BANCO suíço CRAMER, sediado em Lugano, são elas: NATIRAS INVESTMENTS CORPORATION, DRENOS, FIRASA.

Segundo ele, Vossa Senhoria faria depósitos nessas contas. O que Vossa Senhoria tem a dizer sobre isso? Esses depósitos aconteceram? Eram lícitos ou ilícitos?

17. Vossa Senhoria, seguramente deve está acompanhando com seus advogados os desdobramentos da Operação Lava Jato e os depoimentos dos demais acusados. Em relação ao Senhor Barusco, Vossa Senhoria considera que as declarações dele são falsas ou de conteúdo inverídico?

### **BLOCO 3: Sobre a busca e apreensão - ocultação de provas**

18. Sobre a busca e apreensão realizada na sua residência no dia 05 de fevereiro de 2015, Vossa Senhoria poderia nos dizer o que a Polícia Federal efetivamente levou da casa?

19. A autoridade policial considera que houve subtração de material probatório em sua casa por ocasião da busca e apreensão. O que Vossa Senhoria tem a dizer sobre isso?

20. A Polícia Federal alega que sua esposa teria saído com um pacote enorme durante a busca e apreensão na casa de Vossa Senhoria. Essa informação procede? Foi comprovada?

21. Vossa Senhoria já havia prestado esclarecimentos à autoridade policial na operação Lava Jato, se colocou a disposição para eventuais esclarecimentos antes da busca e apreensão em sua casa?

22. Vossa Senhoria tentou ocultar a arma de fogo que supostamente tinha em



sua posse e sem registro?

Vossa senhoria acha que está sendo injustiçado em relação a essa acusação de ocultação de provas nesse episódio da busca e apreensão? *Obs: Guilherme Esteves e sua esposa respondem a um processo específico por esses fatos. A pena para o crime de embarcação à*

*investigação de organização criminosa qualificado é de 3 anos e 6 meses até 13 anos e 4 meses de prisão. O MPF pediu a condenação, ainda, a uma indenização no valor de R\$ 200 mil.*

23. Vossa Senhoria tentou sacar R\$ 300 mil reais em uma conta do HSBC. Essa quantia é considerada relativamente vultosa para saque, o Senhor não acha? O que motivou essa operação? Vossa Senhoria temia algum confisco?

24. Vossa Senhoria iria utilizar essa quantia em dinheiro para quê?

25. Vossa Senhoria fazia saque dessa natureza com certa frequência?

### **Perguntas para a Bancada**

1. Durante esse período que Vossa Senhoria está preso nesta capital, quantas vezes foi interrogado em juízo ou requisitado pelo Ministério Público?

2. Vossa Senhoria foi ou é (instado/pressionado) a fazer qualquer tipo de colaboração?

3. Algum abuso ou anormalidade na prisão de Vossa Senhoria que mereça relato a esta CPI? Essa é uma oportunidade de Vossa Senhoria falar.

4. Há ou houve qualquer tipo de ameaça a Vossa Senhoria ou a sua esposa como forma de forçar declarações sobre as investigações em curso na lava jato?

5. Vossa Senhoria conhece, tinha ou tem qualquer relação/vínculo com os acusados na lava jato, atualmente presos aqui em Curitiba?

CELSO PANSERA – ALGUNS DEPOENTES

### **DEPOIMENTOS AGENDADOS PARA 11/05/2015**

#### **ALBERTO YOUSSEF - (**

**(empresário - a qualificação de “doleiro”, segundo sua contadora Meire Pozza, deve-se ao fato de que ele sempre manteve altos valores em espécie em seu escritório)**

1) V.Sa. declarou em seus depoimentos que tinha conchordamento do cartel formado pela principais empreiteiras em relação aos contratos da Petrobras. Recentemente, o Sr. Paulo Roberto Costa declarou que o valor da propina destinada a grupos políticos era extraído do lucro das empresas contratadas, e não de eventual sobrepreço dos contratos.

**V.Sa. tem conhecimento de detalhes desta negociação de valores?**

**V.Sa. tratava com empreiteiros sobre distribuição de propina? Quais e em que circunstâncias?**

**V.Sa. executou pagamento de propina a empreiteiros? Quais e em que circunstâncias?**



2) O Sr. Paulo Roberto Costa declarou à Polícia Federal que “a média de percentual pago a título de propina para os grupos políticos era em regra de 3% do valor total da obra” e que “no caso da diretoria de abastecimento, do percentual de 3% antes mencionado, 2% ficava diretamente para o PT (diretamente repassado o João Vaccari)”. A esta CPI, o Sr. João Vaccari negou ter sido beneficiado pelo esquema.

**V.Sa possui elementos que compovam que os valores repassados ao Sr. João Vaccari e ao PT tinham origem nos contratos da Petrobras?**

**É possível obter algum tipo de rastreamento do dinheiro?**

3) V.Sa. pode descrever o contexto de repasses de propina aos ex-Deputados André Vargas, Luiz Argôlo e Pedro Correa?

**V.Sa. possui elementos que comprovam que os valores repassados tinham origem nos contratos da Petrobras?**

**É possível obter algum tipo de rastreamento do dinheiro?**

4) V.Sa. declarou que, “por volta do ano 2005/2006 Paulo Roberto ficou doente e houve um movimento político” para que fosse mantido no cargo, e que “entrou em cena a bancada do PMDB do Senado”. V.Sa. afirmou que “o PMDB passou a receber uma parcela das comissões relativas aos contratos da Petrobras, cabendo a Fernando Soares fazer as transferências financeiras, limitando-se o declarante aos recursos do PP”.

**V.Sa. possui provas destas transferências de recursos do Sr. Fernando Soares à bancada do PMDB ou a algum de seus membros?**

**V.Sa. tem receio de que sua delação premiada possa ser desconsiderada e, por consequência, sua pena seja quadruplicada, em razão da fragilidade de alguma alegação?**

declarou em delação premiada “já ter utilizado os serviços de [Carlos] Habib Chater para realização de pagamentos em Brasília, sendo que o declarante mandava um emissário até o mesmo recolher a quantia e fazer a entrega a quem de direito”.

**V.Sa. pode detalhar as operações irregulares que executou com o Sr. Habib Chater?**

**Quem era o emissário utilizado e como eram executadas estas operações?**

**Quem foram os respectivos beneficiários?**

6) depoimento prestado à Polícia Federal, V.Sa. disse que “João Vaccari, mesmo antes de sumir como tesoureiro do PT, atuava perante a Diretoria de Serviços dando ordens ao Diretor Renato Duque, sendo que alguns pagamentos de comissões devidas pelas empreiteiras teriam sido feitos por meio de doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores”. Porém, o Sr. Vaccari disse à CPI que não atuava na arrecadação de recursos antes de 2010, quando assumiu como tesoureiro.

**V.Sa. sabe precisar a partir de quando o Sr. Vaccari passou a atuar na arrecadação ilícita de recursos ao PT?**

**Poderia descrever exemplos de casos em que ele atuou no esquema em período anterior a 2010?**

7) E-rf depoimento prestado à Polícia Federal no dia 3 de outubro de 2014, V.Sa. afirmou que, “em complementação ao termo de declarações realizado” no dia anterior, “o declarante gostaria de ressaltar que tanto a presidência da Petrobras quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal”, citando como exemplos o ex-Presidente Lula, a Presidente Duma, e os ex-Ministros Antonio Palocci, José Dirceu, Gleisi Hoffman, Gilberto Carvalho e outros.

**V.Sa. poderia detalhar esta declaração?**

**V.Sa. possui elementos que indicam o conhecimento destas autoridades em relação ao esquema?**

8) Há indícios de que o esquema de distribuição de propinas tenha continuado mesmo após a saída da Petrobras dos Srs. Paulo Roberto Costa e Renato Duque, em 2012. Também há notícias de que as práticas prosseguiram mesmo após a deflagração da Operação Lava-Jato, em março de 2014.

**V.Sa. pode detalhar as operações e as pessoas envolvidas, isto é, diretores da Petrobras, empreiteiros e políticos envolvidos nos anos de 2012, 2013 e 2014?**

7-7-

**Pode detalhar as operações e as pessoas envolvidas após a deflagração da Operação Lava-Jato, ao longo do ano passado?**

9) Em depoimento à Polícia Federal, V.Sa. declarou que as pessoas que lhe prestavam serviços,



carregando dinheiro em espécie, eram os Srs. Rafael Ângulo Lopes, Jaime “Careca”, Adarico Negromonte e Carlos Rocha, o “Ceará”.

**Sobre a efetiva entrega, V.Sa. recebia confirmação apenas verbal destas pessoas?**

**V.Sa. tem a relação das pessoas que recebiam estes valores em espécie, e os respectivos destinatários finais?**

**V.Sa. possui a relação dos locais e datas de encontro entre estas pessoas e aquelas que recebiam o dinheiro, a fim de que possamos buscar imagens e registros destas visitas?**

9º acordo com repoagem do jornal O Estado de São Paulo de 8 de maio, o ex-diretor da alvão Engenharia Erton Medeiros da Fonseca afirmou em depoimento à Justiça Federal que foi ameaçado por V.Sa, em 2011, para que a empreiteira não atrapalhasse a construtora Odebrecht, em um processo de contratação de R\$ 1,8 bilhão com a Petrobras nas obras do Com perj.

Segundo ele, V.Sa. disse: “Não era para incomodar a Odebrecht, que uma dessas obras seria da Odebrecht. Não me falou qual, só que não era para incomodar”.

**V.Sa. confirma este diálogo?**

**Além desta, quais foram as providências adotadas e benefícios distribuídos como contrapartida pela Odebrecht e por Vossa Senhoria?**

**Além do Comperj, V.Sa. tem conhecimento de pagamento de propina oriundo de contratos da refinaria Abreu e Lima, do Gasene e da Sete Brasil?**

**Além dos indícios quanto aos valores dos contratos, há outro elemento que comprove o pagamento de propina a Diretores da Petrobras e a grupos políticos?**

11) V.Sa. tem conhecimento deste esquema de corrupção entre a Petrobras e a SBM Offshore? V.Sa. conhece o Sr. Julio Faerman? Tem indícios de seu paradeiro? Pode delatar outras pessoas envolvidas neste esquema?

**MÁRIO GÓES**

**(apontado como operador intermediário do esquema)**

1) Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. Pedro Barusco apontou V.Sa. como responsável por realizar diversos pagamentos no exterior, em nome das empresas UTC, MPE, OAS, Mendes

Júnior, Andrade Gutierrez, Schahin, Carioca e Bueno Engenharia, “para viabilizar o pagamento das propinas relativas aos contratos específicos junto à Petrobras”.

**V.Sa. confirma esta informação? Pode detalhar como eram realizados estes pagamentos?**

**V.Sa. pode declinar os nomes dos representantes destas empresas com quem V.Sa. tratava?**

2) De acordo com reportagem do Portal Gi, “em depoimento prestado ao Ministério Público Federal (MPF), uma ex-funcionária da Arxo disse que Mário Góes recebeu em diversas oportunidades valores em espécie na sede da empresa. Em contrapartida, ele passava informações privilegiadas, contribuindo para que a Arxo fosse fornecedora exclusiva de determinados produtos para a Petrobras”.

**Qual a relação de V.Sa. com a empresa Arxo?**

**V.Sa. conhece seus representantes? Mantinha contatos frequentes com eles?**

**Quais assuntos eram tratados?**

3) De acordo com reportagem do Portal Gi de 28 de fevereiro, V.Sa. foi apontado como “um intermediador de propinas entre empreiteiras contratadas para obras na Petrobras e dirigentes e empregados da Petrobras. [...] Foram apreendidos diversos contratos celebrados entre a Riomarine Oil e Gas Engenharia e Empreendimentos Ltda. e diversas empreiteiras”. Diz a reportagem que tais contratos “visavam habilitar Goes a receber propinas, que depois seriam repassadas a empregados e dirigentes da Petrobras”.

**Quais eram as atividades de V.Sa. antes de ser detido? Estas atividades tinham alguma relação com pessoas investigadas na Operação Lava-Jato?**

**V.Sa. é proprietário ou sócio de quais empresas? Estas empresas possuem contratos com a Petrobras?**

**Conforme determinação do Juiz Sérgio Moro, V.Sa. comprovou a efetiva realização dos serviços contratados? De que forma?**

4) Um trecho da decisão do Juiz Sérgio Moro que determinou a prisão de V.Sa. assim declara:

“Em especial, perturba este Juízo a existência de provas de que Mano Goes, na intermediação de propinas, teria



atuado para Pedro Barusco (delator da Lava Jato) e Renato Duque no passado e persistiria atuando, na intermediação de propinas periódicas, agora da Arxo para a Petrobrás Distribuidora, de 2012 até pelo menos o final de 2014”.

**O que V.Sa. tem a dizer sobre este trecho da decisão?**

**Qual a relação de V.Sa. com os Srs. Pedro Barusco, Renato Duque e Paulo Roberto Costa?**

5) V.Sa. conhece o Sr. João Vaccari Neto? Realizou doações ao PT p ica ou jurídica?

V.Sa. possui relação com políticos? Realizou doações de campanha utros partidos? /

**(Ex-Diretor da Área Internacional da Petrobras de 2003 até 2008)**

1) Em depoimento ao Juiz Sérgio Moro no dia 5 de maio, V.Sa. negou ter sido ben do por influência política do PMDB para sua indicação ao cargo de Diretor.

O Sr. Moro questiona: -O Sr. não teve nenhum padrinho polftico?”

V.Sa. responde: “No PMDB, não.”

O Juiz prossegue: “E de algum outro, então?”

V.Sa. responde: “Não, havia uma ligação, porque eu trabalhei durante algum tempo com o... quer dizer, eu tinha uma atividade já dentro da Petrobras mais próxima ao Partido dos Trabalhadores”.

**V.Sa. pode detalhar esta aproximação com o Partido dos Trabalhadores?**

**Quais eram estas atividades próximas ao PT?**

**Com quais políticos do PT V.Sa. mantinha contato? Quais eram os assuntos tratado?**

**V.Sa. conhece o Sr. João Vaccari Neto? Quais os assuntos V.Sa. tratava com ele?**

2) V.Sa. teve alguma participação no projeto de criação da empresa Sete Brasil? Manteve entendimentos com empresas internacionais e estaleiros interessados no negócio?

3) Em depoimento prestado à Polícia Federal, o Sr. Pedro Barusco detalhou esquema de propina estabelecido entre a Petrobras e a SBM Offshore, por meio do Sr. Julio Faerman, representante da empresa holandesa. Ele menciona diversos contratos, inclusive um de 2007 “para fornecimento de um FPSO chamado P57, cujo valor do contrato foi de R\$ 1.258.548.071,75, época em que já ocupava o cargo de Gerente Executivo de Engenharia, tendo o declarante recebido 1% sobre o valor do contrato a título de propina, paga pelo Julio Faerman”.

**V.Sa. conhece o Sr. Julio Faerman? Tem indícios de seu paradeiro?**

**V.Sa. tem conhecimento deste esquema de corrupção entre a Petrobras e a SBM Offsh ore?**

**Pode delatar outras pessoas envolvidas neste esquema?**

4) V.Sa. foi denunciado pelo Ministério Público por uso do cargo na Petrobras para favorecer a contratação de empreiteiras mediante o pagamento de propina, além de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A informação é de que V.Sa. foi beneficiado por um esquema de

lavagem de dinheiro comandado pelo Sr. Oscar Algorta, ex-presidente do Conselho de Administração da Jolmey S/A no Uruguai, envolvendo um apartamento de cobertura em Ipanema, que foi adquirido pela Jolmey do Brasil pelo valor de R\$ 1,5 milhão, mas avaliado em R\$ 7,5 milhões.

**V.Sa. pode detalhar seu relacionamento com a Jolmey S/A e com o Sr. Oscar Algorta?**

**Esta empresa possui contratos com a Petrobras?**

5) V.Sa. teve alguma participação na operação de venda de ativos da Petrobras na África? Pode detalhar esta participação, bem como os dirigentes da Petrobras envolvidos?

**FERNANDO SOARES, O “BAIANO”**

**(mencionado em depoimentos como representante de empresas internacionais1 lobista e operador financeiro do esquema)**

1) Quais as atividades profissionais de V.Sa.?

V.Sa. é sócio ou proprietário de alguma empresa? Trabalha como representante de empresas? Quais?

– V.Sa. possui contratos de prestação de serviços com as empresas que representa?

– As empresas de sua propriedade ou representadas por V.Sa. possuem contratos com a



Petrobras? E com a Sete Brasil?

2) V.Sa. mantinha contatos com Diretores da Petrobras? Quais e em que circunstâncias?

V.Sa. tinha conhecimento do esquema de distribuição de propina envolvendo políticos, diretores da Petrobras e empreiteiros?

3) As investigações da Operação Lava-Jato indicam a participação das maiores empreiteiras do País, com a acusação de formação de cartel para direcionamento de licitações.

**= V.Sa. mantinha contatos com representantes das grandes empreiteiras? Quais e em que circunstâncias?**

**As empresas de sua propriedade ou representadas por V.Sa. participaram deste cartel em algum momento?**

4) V.Sa. possui filiação partidária? Mantinha contatos com políticos? Quais e em que circunstâncias?

5) Em depoimento prestado à Polícia Federal, o Sr. Pedro Barusco detalhou esquema de propina estabelecido entre a Petrobras e a SBM Offshore, por meio do Sr. Julio Faerman, representante da empresa holandesa. Ele menciona diversos contratos, inclusive um de 2007 “para fornecimento de um EPSO chamado P57, cujo valor do contrato foi de R\$ 1.258.548.071,75, época em que já ocupava o cargo de Gerente Executivo de Engenharia, tendo o declarante recebido 1% sobre o valor do contrato a título de propina, paga pelo Julio Faerman”.

**V.Sa. conhece o Sr. Julio Faerman? Tem indícios de seu paradeiro?**

**V.Sa. tem conhecimento deste esquema de corrupção entre a Petrobras e a SBM Offshore?**

**ADIR ASSAD**

**(empresário apontado como operador financeiro do esquema)**

1) A denúncia do Ministério Público indica que V.Sa. é controlador das empresas de fachada Legend Suppliers Importação e Exportação Ltda, Legend Engenheiros Associados, Soterra Terraplanagem, Rock Star Marketing, SM Terraplanagem e Power To Ten Engenharia, as quais teriam efetuado transferências “a contas controladas por Alberto Youssef, em contexto ainda não esclarecido”. Estas movimentações indicam o “envolvimento do grupo criminoso dirigido por Adir Assad em outros crimes de desvio de recursos da Petrobras que não o ora sob exame”.

**Qual a relação que V.Sa. possui com o Sr. Alberto Youssef?**

**V.Sa. confirma a transferência de valores a ele? Quais as justificativas?**

**V.Sa. tem condições de comprovar a realização efetiva dos serviços prestados pelas empresas aqui mencionadas?**

2) De acordo com reportagem da Carta Capital circulada em 16/03/2015, o despacho do Juiz Sérgio Moro afirma haver prova do “envolvimento direto (de Assad) na lavagem de dinheiro de cerca de 40 milhões de reais desviados das obras da Petrobras e no pagamento de propinas a Renato Duque e a Pedro Barusco. As circunstâncias em torno dos fatos, com a abertura e utilização de pelo menos cinco empresas de fachada, com simulação de contratos de prestação de serviços e emissão de dezenas de notas fiscais fraudulentas, indicam habitualidade e profissionalismo na prática de crimes graves, de lavagem e corrupção”.

**Qual a relação que V.Sa. possui com os Srs. Renato Duque e Pedro Barusco?**

**V.Sa. confirma a transferência de valores a eles? Quais as justificativas?**

**V.Sa. tem condições de comprovar a realização efetiva dos serviços prestados pelas empresas aqui mencionadas?**

3) As investigações indicam que V.Sa. é proprietário de diversas empresas de fachada, e que foram mais de R\$ 65 milhões em verbas contratuais desviadas em nome dessas empresas, entre 2009 e 2011, por meio de contratos da Petrobras com a empreiteira Toyo-Setal. De

acordo com reportagem da Revista Isto É de novembro de 2014, “o dinheiro foi canalizado por meio da Tipuana Participações LTDA., empresa registrada no nome de Augusto Ribeiro de Mendonça”.

**Qual a relação que V.Sa. possui com o Sr. Augusto Mendonça e com a Toyo Setal?**

**V.Sa. pode detalhar as operações feitas com a Tipuana Participações?**

**V.Sa. tem condições de comprovar a realização efetiva destas operações?**

**GUILHERME ESTEVES DE JESUS**

**(apontado como operador intermediário do esquema, ficou famoso por ter fugido enquanto sua**



**esposa distraía a Polícia Federal em sua residência)**

1) Quais as atividades profissionais de V.Sa.?

– V.Sa. é sócio ou proprietário de alguma empresa? Trabalha como representante de empresas? Quais?

– V.Sa. possui contratos de prestação de serviços com as empresas que representa?

– As empresas de sua propriedade ou representadas por V.Sa. possuem contratos com a Petrobras? E com a Sete Brasil?

2) V.Sa. é acusado de entregar propina de empresas para os agentes públicos, por meio de pagamentos no exterior em contas controladas pelos Srs. Renato Duque e Pedro Barusco, ex-Diretores da Petrobras, e João Carlos Ferraz e Eduardo Musa, da Sete Brasil.

**Qual a relação que V.Sa. possui com os Srs. Renato Duque, Pedro Barusco, João Ferraz e Eduardo Musa?**

**V.Sa. confirma a transferência de valores a eles? Quais as justificativas?**

3) Reportagem do Valor Econômico de 27 de março veicula informação do Ministério Público Federal, pela qual V.Sa. é apontado como intermediador de pagamentos oriundos do Estaleiro Jurong, destinados aos Srs. Pedro Barusco e Renato Duque.

**V.Sa. mantinha contatos com representantes do Estaleiro Jurong? Quais e em que circunstâncias?**

**V.Sa. mantinha contatos com representantes de outros estaleiros? Quais e em que circunstâncias?**

**V.Sa. mantinha contatos com representantes de empreiteiras? Quais e em que circunstâncias?**

**IARA GALDINO**

**(apontado braço direito de Nelma Kodama, operadora intermediária do esquema, que agia em conjunto com Alberto Youssef)**

1) Quais as atividades profissionais de V.Sa.?

– V.Sa. é sócia ou proprietária de alguma empresa? Trabalha como representante de empresas? Quais?

– V.Sa. possui contratos de prestação de serviços com as empresas que representa?

– As empresas de sua propriedade ou representadas por V.Sa. possuem contratos com a Petrobras? E com a Sete Brasil?

2) De acordo com o Ministério Público, V.Sa. é apontada como “braço direito de Nelma [Kodama], principal administradora das empresas de fachada e responsável pela execução das transações financeiras ilegais, por elas recebendo comissões”. Segundo a denúncia, a Sra. Nelma Kodama é a “líder do grupo criminoso, mandante e executora dos crimes”. A Sra. Nelma também é acusada de agir em conjunto com o Sr. Alberto Youssef

**Qual a relação que V.Sa. possui com a Sra. Nelma Kodama?**

**V.Sa. confirma a transferência ilegal de valores a pedido dela? Quais as justificativas e quem eram os destinatários?**

**V.Sa. tem condições de comprovar a realização efetiva dos serviços prestados pelas empresas aqui mencionadas?**

**Qual a relação que V.Sa. possui com o Sr. Alberto Youssef?**

**V.Sa. realizou transferência ilegal de valores a ele ou a pedido dele? Quais as justificativas e quem eram os destinatários?**

3) V.Sa. possui relação com políticos? Presenciou ou tem conhecimento se a Sra. Nelma Kodama possui relação com políticos, diretores da Petrobras ou empreiteiros?

4) V.Sa. conhece o Sr. Carlos Habib Chater? Presenciou ou tem conhecimento se ele possui relação com políticos, diretores da Petrobras ou empreiteiros?

CELSO PANSERA – DEPOENTE 3

**PERGUNTAS**

1. Estando preso até hoje, não passa pela sua cabeça a possibilidade de fazer delação



premiada?

2. O senhor acredita que sua prisão é arbitrária?

3. A que o senhor atribui o pedido de prisão contra o senhor?

4. Qual a sua formação acadêmica?

5. Qual sua principal atividade profissional?

6. Qual era sua relação com CERVERÓ? O senhor entregava propina a ele?

7. Os outros 3 veículos LAND ROVERS que o senhor comprou na Auto Star em SP foram dados para quem?

8. O senhor é acusado de distribuir dinheiro para “abafar” uma CPI da PETROBRAS na Câmara, O senhor confirma isso? Quem te pediu para fazer isso?

9. O senhor mantinha relacionamento com mais alguém, além de CERVERÓ, na PETROBRAS?

10. Qual a sua relação com o senhor WILSON QUINTELLA FILHO, o “Rei do Lixo”? Os senhores são sócios?

11. O senhor é o responsável pelos contratos da ESTRE junto a PETROBRAS?

12. Quais empresas o senhor representa junto à PETROBRAS?

13. Por que o senhor costumava utilizar o escritório dele?

14. Que tipo de assuntos os senhores tratavam?

Página 7 de 8

15. O senhor atuava exclusivamente na Diretoria Internacional?

16. Há quanto tempo o senhor exerce atividade ligada a Petrobras?

17. O senhor possui conta ou imóveis no exterior?

18. Poderia nos detalhar como funciona os lobbies dentro da PETROBRAS?

19. O senhor participou do episódio de PASADENA?

Página 8 de 8

CELSO PANSERA – DEPOENTE FERNANDO SOARES

### FERNANDO ANTONIO FALCÃO SOARES

O lobista Fernando Antonio Falcão Soares, conhecido como Fernando Baiano, prestou depoimento nesta sexta-feira na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, onde está preso, por cerca de três horas e meia, quando disse que começou a fazer negócios legais com a Petrobras ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001. Admitiu que mantém duas contas no paraíso fiscal de Liechtenstein, na Europa, uma em seu nome e outra em nome de sua empresa, a Tecnhis. Disse ainda que o doleiro Alberto Youssef lhe pedia para que fizesse doações para campanhas políticas.

#### PERGUNTA:

O Senhor disse em seu depoimento que Alberto Youssef lhe pedia para fazer doações para campanhas políticas. O Senhor fez as doações? Para quais campanhas? Quanto o senhor doou para cada uma delas? Porque o Senhor mantém contas no paraíso fiscal de Liechtenstein (na Europa) uma em seu nome pessoal e outra em nome de sua empresa, a Tecnhis?

Em seu depoimento, Baiano disse que em 2000 celebrou o primeiro contrato com a empresa espanhola Union Fenosa, objetivando a gestão de empresas termoeletricas e que a empresa foi contratada pela Petrobras em razão de suas gestões de intermediação. Nessa época, Nestor Cerveró era gerente da



Petrobras. Somente depois veio a tratar com ele já como Diretor Internacional da estatal. Segundo Baiano, recentemente soube que o cargo era ocupado por gestão política do PMDB. Mesmo assim, Baiano negou operar para qualquer partido político dentro da Petrobras. Ele declarou que tinha ligações com o doleiro Alberto Youssef. Chegou a recebê-lo no Rio a pedido de Paulo Roberto Costa, que na época era diretor de Abastecimento da Petrobras. Conforme depoimento de Baiano, esse encontro aconteceu logo após a morte do ex-deputado José Janene (PP-PR). Janene era o líder do PP na Câmara e morreu em 2010. A PF atribui a Janene e Youssef o fato de serem os mentores da Lava-Jato.

**PERGUNTAS:**

**O Senhor nega ter feito operações para qualquer partido político dentro da Petrobras. Então porque o Senhor tinha ligações com o doleiro Alberto Youssef? Porque ele pedia para o senhor fazer doações para campanhas políticas se o senhor não tinha ligação com nenhum partido?**

1

Durante o depoimento, Baiano afirmou ter recebido um “calote” de Julio Camargo, da Toyo Setal, por negócios relacionados a sondas de perfuração adquiridas pela Petrobras. Segundo Baiano, Camargo lhe devia R\$ 20 milhões.

Me pagou só R\$ 3 milhões e me enrolou no resto, disse Baiano em seu depoimento.

Julio Camargo fez delação premiada e foi ele quem revelou sobre propinas envolvendo o cartel de empreiteiras na Petrobras.

**PERGUNTAS:**

Julio Camargo fez delação premiada e foi ele quem revelou sobre propinas envolvendo o cartel de empreiteiras na Petrobras. Durante o seu depoimento o Senhor afirmou ter recebido um “calote” de Julio Camargo, da Toyo Setal, por negócios relacionados a sondas de perfuração adquiridas pela Petrobras. O Senhor disse que Camargo lhe devia R\$ 20 milhões e que pagou só R\$ 3 milhões. O Senhor poderia explicar qual foi essa negociação? Se ele devia R\$ 17 milhões o Senhor chegou a acioná-lo na Justiça para cobrar a diferença? Em caso negativo poderia explicar a razão de ter “perdoado” essa dívida?

Fernando Soares é apontado pelo doleiro Alberto Youssef como operador do PMDB no desvio de recursos da Petrobras. Segundo o advogado Mário Oliveira Filho, que deixou a sede da PF por volta das 17h30m, Fernando Soares negou ter ligação com o PMDB e com o senador Renan Calheiros, que o teria apresentado para fazer negócios com a estatal. O advogado foi o mesmo que disse na terça-feira que havia corrupção em qualquer obra pública: “Não se assenta um paralelepípedo neste país sem corrupção.”

Fernando Baiano fez negócios milionários com a Petrobras e segundo o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, ele teria sido indicado pelo PMDB para ser o operador do partido junto à estatal, sobretudo na Diretoria Internacional da companhia. De acordo com depoimento de Costa, Baiano recebia 3% dos valores dos contratos em propinas que eram repassadas ao partido. O PMDB nega que Baiano seja ligado ao partido.

**PERGUNTA:**

Paulo Roberto Costa, disse que o Senhor foi indicado pelo **PMDB** para ser o operador do partido junto à Petrobras, sobretudo na Diretoria Internacional. De acordo com depoimento de Paulo Roberto Costa, o Senhor recebia **3% dos** valores dos contratos em propinas que eram repassadas ao partido. Qual era a sua ligação com Nestor **Cerveró**?

Ele é dono de duas empresas, a Technis e a Hawk Eyes, que operavam com a Petrobras, em negócios de até R\$ 80 milhões. Foi por isso, que o juiz Sérgio Moro determinou o bloqueio de dinheiro nas contas dessas empresas, feito pelo Banco Central anteontem. Na Technis foram bloqueados R\$ 2 milhões. Na Hawk Eyes foram bloqueados R\$ 6,5 milhões. A Hawk é sócio da Petroenge, Petróleo de Engenharia, que

2

têm contratos de R\$ 71,2 milhões com a Petrobras. A Petroenge presta serviços de manutenção e apoio para as plataformas marítimas de extração de petróleo da estatal.

Baiano é peça chave na investigação da Operação Lava-Jato. O lobista Julio Camargo, que atuava pela Toyo Setal, e também falou em acordo de delação premiada, citou Baiano no esquema, o mesmo que já havia acontecido nas delações premiadas de Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Camargo disse à PF que pagou R\$ 15 milhões ao lobista e que esse valor havia lhe sido



exigido para pagar duas sondas para a Diretoria Internacional da Petrobras, à época dirigida por Nestor Cerveró.

PERGUNTA: As empresas Technis e a Hawk Eyes são de sua propriedade? O Senhor é proprietário da Petroenge, Petróleo de Engenharia? Quem são os seus sócios?

O Senhor nega ter sido o operador do PMDB no esquema de propina, mas o lobista Julio Camargo, que atuava pela Toyo Setal, e também falou em acordo de delação premiada, citou o seu nome no esquema. Da mesma forma Alberto Youssef e o ex- diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, em suas delações premiadas citaram o seu nome. É verdade que Júlio Camargo pagou R\$ 15 milhões ao Senhor? Era propina? É verdade que esse valor foi exigido para pagar duas sondas para a Diretoria Internacional da Petrobras, à época dirigida por Nestor Cerveró?

**PMDB**

A cúpula do PMDB tenta se desvincular de Fernando Baiano. A intenção é utilizar o discurso de que Baiano pode ser conhecido de alguns peemedebistas, mas não é ligado ao partido. Integrantes do partido já lembram que depoimentos mais recentes apontaram ligação de Fernando Baiano com Néstor Cerveró, ex-diretor da Área Internacional a Petrobras, que teria sido indicado para o cargo pelo PT. Cerveró está sendo investigado pela compra da refinaria de Pasadena. O líder do PMDB na Câmara, deputado Eduardo Cunha (Ri), disse na última segunda-feira ao GLOBO que “não tem nenhum relacionamento ou relação com Fernando Baiano”, mas admitiu que o recebeu, em seu escritório no Rio, na condição de representante da empresa espanhola Acciona, que fez obras no Rio em empreendimentos de Eike Batista. Cunha vem dizendo a aliados estar tranquilo com as investigações.

PERGUNTA:

O deputado Eduardo Cunha (Ri), em entrevista ao GWBO admitiu ter recebido o Senhor em seu escritório no Rio, na condição de representante da empresa espanhola Acciona, que fez obras no Rio em empreendimentos de Eike Batista. O Senhor poderia explicar quando ocorreu essa reunião e porque se reuniu com Eduardo Cunha? Quantas vezes vocês se reuniram? Qual era o interesse dele em relação à empresa espanhola Acciona?

3

Na tradução para o português, a Hawk Eyes, empresa que Baiano criou em 2006, inspirado no sobrenome, para administrar os seus bens, é “Olhos de Falcão”. O pássaro, da família das aves de rapina, destaca-se pelas garras afiadas e pela precisão na caça às presas, facilitada pelas asas finas e pontiagudas que o tornam um dos mais velozes em voo.

Levado a público pelas delações premiadas da Operação Lava-Jato, acusado de ser operador do PMDB no esquema, Baiano, aos 47 anos, cumpre agora uma temporada na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Divide a cela com um preso de 68 anos. Enquanto outros implicados no escândalo revelam o que sabem, Fernando fecha-se no seu silêncio. Seu advogado, crítico da delação premiada, prefere explorar as nulidades do processo. Aposto no erro dos adversários para livrar o cliente da condenação.

Do mundo externo, só restou a Baiano o contato periódico com o advogado, Nélcio Machado, e com o irmão, Gustavo Soares, no parlatório da cadeia paranaense. A mulher foi aconselhada a ficar em casa, com os dois filhos pequenos. A família mora no imóvel que já foi considerado o mais caro do Rio: a cobertura do 22 andar do Edifício Vieira Souto, no condomínio Atlântico Sul, na orla da Barra da Tijuca. Comprada em conjunto com o investidor do mercado financeiro Marcos Duarte Santos, o Marcão, foi desmembrada posteriormente em dois apartamentos de 1,5 mil metros quadrados.

Até o dia em que os primeiros depoimentos da Lava-Jato vazaram, pouco se sabia sobre a carreira meteórica de Baiano na franja dos negócios da Petrobras. Apesar do apelido, Baiano nasceu em Maceió, Alagoas. Porém, o pai, Clóvis Soares, fez carreira na sede da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) em Salvador, chegando a ocupar a presidência da Associação dos Engenheiros do Leste Brasileiro.

Às autoridades, Baiano contou que representava fornecedores espanhóis junto à estatal, mas quem o viu crescer garante que o empurrão inicial foi dado pelo empresário carioca Jorge Luz, um dos mais antigos lobistas na Petrobras, cujo nome tem tangenciado o escândalo. Em documentos apreendidos pela PF no escritório do ex-diretor da empresa Paulo Roberto Costa, os nomes de Jorge Luz e de seu filho, Bruno Luz, aparecem vinculados ao pagamento de comissões em negócios fechados pela Diretoria de Abastecimento. De acordo com a revista “Época”, uma empresa de Luz fechou, em 2008, contrato de R\$ 5,2 milhões com a estatal.



#### **PROXIMIDADE COM AMIGO DE LULA**

Mas Fernando, com o passar dos anos, aprendeu a voar com as próprias asas e formar novas parcerias. Uma das mais promissoras, reveladas aos amigos, foi com o pecuarista José Carlos Costa Marques Bumlai, considerado um dos empresários mais próximos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A relação foi confirmada por Paulo Roberto. Em depoimento, o delator disse que, “muito embora Fernando Soares fosse o operador do PMDE tinha uma boa circulação entre todos os partidos; por exemplo, seu amigo José Carlos Costa Marques Bumlai era uma pessoa muito ligada ao PT”.

4

Bum(ai foi sócio pc um ano e cinco meses da Imbrax, uma fornecedora da Petrobras e de empreiteiras acusadas de integrar o esquema de corrupção na estatal. No período, entre 201 e 2011, a empresa do amigo de Lula faturou R\$ 2,5 milhões em vendas diretas à co apanhia petrolífera, por meio de contratos firmados com dispensa de licitação ou na modalidade de convite, segundo informou o jornal “O Estado de S.Paulo”. O GLOBO ão conseguiu contato com o empresário.

**PERGUNTA:** Qu sua ligação com o pecuarista José Carlos Costa Marques Bumlai, considerado um empresários mais próximos do ex-presidente Lula? O Senhor ou qualquer de suas presas fez algum negócio com Bumlai?

A relação de parc ia entre o senhor e Bumlai constou do depoimento de Paulo Roberto Costa, epoimento, ele disse que, “muito embora Fernando Soares fosse o operador do Pí 1DB, tinha uma boa circulação entre todos os partidos; por exemplo, seu arni, José Carlos Costa Marques Bumlai era uma pessoa muito ligada ao PT. O Senhor aderiria dizer como e onde o conheceu? O Senhor teve alguma ligação com o ex ;sidente Lula?

Embora a Hawk E es tenha como endereço uma sala na Avenida Rio Branco, no Centro, há ao me os três anos Baiano não aparece por lá. Mudou-se para um endereço mais prá> mo à Petrobras, um escritório da Estre Ambiental, na Rua Senador Dantas, a apen 17 O metros da estatal. A Estre Ambiental, empresa citada por Paulo Roberto como a. al3aiano, é conhecida como uma gigante do setor de coleta de lixo e tratamento resíduos sólidos. Mas nos últimos anos tem ampliado sua atuação na área de petró!ec com quem firmou cerca de R\$ 845 milhões em contratos. A Estre não quis falar sob a assunto.

**PERGUNTA:** É vr e que Hawk lyes [empresa de sua propriedade] tem endereço na Avenida Ri co, no Centro do Rio de Janeiro? Consta que pelo menos há três o Senhor não ,;c ce por lá. É verdade? Porque o Senhor passou a trabalhar no endereço da E.tr. Ambiental, na Rua Senador Dantas, a apenas 150 metros da Petrobras? A E. mbiental é conhecida como uma gigante do setor de coleta de lixo e tratame. resíduos sólidos. Qual a sua ligação com a Estre Ambiental?

Outro depoimon colhido pela Lava-Jato revelou que Baiano também usava as instalações da lskin, empresa fornecedora de órteses e próteses para as redes pública e privac saúde, no Humaitá. Responsável pela distribuição da propina paga pelo doleiro Ai ‘oussef, o policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca, disse que entL, ‘ dinheiro “urnas duas ou três vezes” para Fernando no local:

“Entreguei o a para o Fernando Baiano na empresa onde ele tinha uma sala, na Rua Macedo Sobni no bairro do Humaitá. Era um escritório grande, e o Fernando Baiat haumasala, A Oscar lskin informou que “não tem qualquer relação com a a : ide de Fernando Soares, que nunca teve sala na empresa”.

5

**PERGUNTA:** O ior :nhece o policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, o Careca? Ele di eer tregou dinheiro “umas duas ou três vezes” para o Senhor na Rua Macedo %c. Lho, .65, no bairro do Humaitá, sede da empresa Oscar lskin, empresa fomes -c:a órteses e próteses para as redes pública e privada de saúde.

**Qual a sua liga. com -mpresa Oscar lskin?**

Fora do traba , Baiaco não era dado a badalações. Gostava de cuidar do corpo, seguindo uma osa Jieta à base de carnes magras, e malhava na Academia da Praia, uma das cor;. ecidas da Barra, da qual acabou tornando-se sócio. Nas horas de folga, um d azers era singlar os mares da Costa Verde a bordo da Cruela 1, lancha de 55 pé- mpredda em junho do ano passado do empresário Otavio Marques Azevedo, exec ; da Andrade Gutierrez (empresa envolvida no escândalo da Petrobras).

A lancha, fab:

tripulante e 1 navegação em classificados d tipo e ano dc participação no Baiano se deu r

O barco e o a Na delação pr. em Angra dos



prJ Vello Intermarine em 2011, tem capacidade para um ;si ros. Seis dois motores 800 Hp, Volvo Penta, permitem a a;;c. Baia disse que pagou pelo barco R\$ 1,5 milhão. Porém, ecializados em embarcações anunciam uma lancha do mesmo abricação por R\$ 2,8 milhões. A Andrade Gutierrez, que nega iema da Petrobras, informou que a relação entre Otavio Azevedo e civarente na venda da lancha. :er do AtLntico Sul estão registrados em nome da Hawk Eyes. ilclO Robto disse que Baiano também seria dono de uma casa out;c em Truncoso, no sul da Bahia.

**PERGUNTA: o Gutierrez? Cc milhão quanJ do mesmo t metade do p.**  
**Gutierrez? Ess serviço prestrv**

**ior onhece Otavio Marques Azevedo, executivo da Andrade or co -guiu comprar dele uma lancha pagando R\$ 1,5 los es; lalizados em embarcações anunciam uma lancha fabrit\*io por R\$ 2,8 milhões? O Senhor pagou quase a ft um ótimo negócio! Qual a sua relação com a Andrade hin a que o Senhor conseguiu foi em compensação a algum :a a ndrade utierrez? Que serviço foi esse?**

DEP. ALTINEU CÔRTEZ – DEPOENTE ADIR ASSAD

**JUSTIÇA BLOQUEIA R\$ 40 MILHÕES DE CONTAS DE ADIR ASSAD E DE EM PRESAS LIGADAS A ELE**

O empresário teria usado empresas de fachada para movimentar recursos desviados de obras da PETROBRAS. Por meio de cinco empresas, suspeita-se que tenham passado mais DE R\$ 60 MILHÕES em propinas. São elas Soterra Terraplanagem, Legend Engenheiros Associados, JSM Engenhana, Rock Star Marketing e SM Terraplanagem. Para dar aparência de legalidade às transações, seriam usadas notas frias de empresas de consultorias. A quebra do sigilo bancário das empresas do doleiro ALBERTO YOUSSEF e do ex-diretor de Abastecimento PAULO ROBERTO COSTA revelou esse esquema teria funcionado entre 2009 e 2011.

A PF descobriu ainda que parte dos repasses feitos pelas empresas de ASSAD tinham como destino as consultorias de fachada de YOUSSEF, que abastecia políticos ligados ao PP e à diretoria de Abastecimento.

**PERGUNTAS**

1. Porque o senhor não optou pela delação premiada? O que o senhor acha que pode ganhar ao não fazer a delação premiada?
2. Delatando tudo o que o senhor sabe para a justiça, não traria, no mínimo mais paz e tranquilidade ao senhor e a sua família?
3. Porque o senhor acha que está preso?
4. O senhor está sendo ameaçado por alguém?
5. Qual sua principal atividade profissional?

Página 3 de 4

6. Qual sua principal fonte de renda?
7. Como o senhor explica sua ligação com o doleiro ALBERTO YOUSSEF?



- a. Desde quando vocês se conhecem?
8. Com quais políticos o senhor mantém relação de negócio ou de amizade?
10. Todas as grandes empreiteiras do Brasil já utilizaram as empresas do senhor. Como você explica esse portfólio de clientes?
11. O senhor ou as empresas de vossa senhoria, financiam ou já financiaram campanhas políticas?
12. Quando o senhor iniciou esse tipo de atividade?
13. Já participou de outros esquemas de arrecadação de propinas além da PETROBRAS e DELTA?
14. Sua relação é diretamente com as empreiteiras ou é intermediada por políticos?
15. Além de emprestarem aviões, que tipo de gentileza o senhor e o seu irmão costumam fazer a políticos?
16. Caso venha ser condenado, o senhor pensa em mudar de ideia e contar tudo o que sabe?
17. Mesmo tendo sido investigado em outras duas operações da PF (Saqueadores e Monte Carlo), o senhor continuou agindo à vontade com toda desenvoltura, como se nada tivesse acontecido. O senhor se considera um homem destemido ou o senhor possui “costas quentes”?
- Página 4 de 4

DEP. ALTINEU CÔRTEZ – DEPOENTE ESTEVES

encobrir evidências da saída de sua esposa ao fechar pelos trincos internos a porta dos fundos de sua casa, ficou claro, portanto, que houve evidente intenção de sonegar provas que poderiam ser apreendidas no curso da execução do mandado de busca e apreensão em união de desígnios da casa.”, assinala o juiz SÉRGIO MORO.

**PERGUNTAS**

1. O senhor declara ter renda mensal de R\$ 1.200,00 e possui um saldo bancário de R\$ 2,2 MILHÕES de reais. Como é que o senhor explica isso? De onde vem esse dinheiro?
2. Qual o valor estimado do seu patrimônio pessoal?
3. Quanto o senhor cobrava para realizar as transferências de MILHÕES DE DÓLARES para os diretores da PETROBRAS?
4. O que havia no “pacote” que sua esposa tentou esconder quando da chegada da Polícia Federal em sua residência?
5. Formalmente, o senhor exerce qual atividade profissional?
6. Há quanto tempo o senhor operava nesse esquema da PETROBRAS?
7. Como e quando o senhor conheceu o senhor PEDRO BARUSCO?
8. O senhor frequentava a sede da PETROBRAS? Quem o recebia?
9. O senhor tem filhos?
10. Porque o senhor não optou em fazer delação premiada?
11. O senhor pretendia fugir ou fazer o que com os R\$ 300.000,00 que o senhor tentou sacar em 11 de fevereiro de 2015?

Página 3 de 3

DEP. ALTINEU CÔRTEZ



**PERGUNTAS**

1. Porque o senhor não optou em fazer a delação premiada?
2. Além dos possíveis benefícios que possa ter, você não acha que pode colaborar com a justiça e aliviar toda a angústia e sofrimento da sua família?
3. Como o senhor conheceu o senhor PEDRO BARUSCO?
4. Que tipo de relação os senhores mantinham?
5. Com que frequência o senhor entregava dinheiro ao senhor PEDRO BARUSCO?
6. O senhor fazia isto dentro da PETROBRAS? Era fácil entrar com mochilas de dinheiro na sede da PETROBRAS?
7. Com quem mais o senhor mantinha relacionamento dentro da PETROBRAS?
8. O senhor tinha conhecimento que esse dinheiro era para financiar campanhas políticas?
9. Qual o percentual que o senhor cobrava para realizar essas transações?
10. A RIOMARINE e a LAVANDERIA JPA era empresas de fachadas?
11. Qual o faturamento médio dessas empresas?
12. Desde quando o senhor começou a operar propina dentro da PETROBRAS?
13. Quais eram os principais contratos? Os mais rentáveis?
14. Alguém de propôs alguma vantagem para você ficar calado e não fazer a delação premiada?

Página 4 de 5

15. O senhor possui conta no exterior?
16. Seu patrimônio é compatível com seus rendimentos?
17. O que o senhor tem a dizer aos seus filhos e esposa desde que foi preso? Sente-se ameaçado? Tem medo de morrer?
18. Imaginava que esse esquema fosse grandioso e envolvesse tantos figurões?
19. Sabe apontar algum outro operador, além do senhor?

Página 5 de 5

DEP. ELIZIANE GAMA – DEPOENTE MÁRIO GOES

## **CPI Petrobras: oitiva de 11.05.2015.**

### **MARIO FREDERICO DE MENDONÇA GÓES**

Engenheiro naval formado pela UFRJ, com experiência internacional, dono da Riomarine, consultoria na área de petróleo e gás, Goes foi citado em pelo menos três depoimentos como operador de um esquema de pagamento de propinas em troca de contratos com a Petrobras. O mais importante depoimento foi prestado pelo delator Pedro Barusco, ex-gerente de Serviços da estatal, que garante ter recebido dinheiro das mãos do engenheiro, a quem conhecia há 15 anos.

**PERGUNTAS:**

- Senhor Mário, o senhor conhece Pedro Barusco? Qual é o grau de proximidade entre



vocês? Conhece Renato Duque? Se sim, qual é o grau de proximidade entre vocês? Conhece João Vaccari? Se sim, qual é o grau de proximidade entre vocês?

- Consta que o senhor possui um avião King Air B200, em sociedade com Pedro Barusco, valor aproximado de US\$ 1 milhão, sendo que cada um contribuiu com metade do valor, procede essa informação? Em nome de quem está essa aeronave? Ela está incluída naqueles US\$ 97 milhões que o Barusco se comprometeu a devolver para os cofres públicos?

- Senhor Mário, o senhor é acusado por Pedro Barusco de repassar propina para ele, Barusco, e para o diretor Renato Duque, o senhor confirma essa informação? Como foram repassados esses recursos? O senhor repassou recursos para algum agente público?

- Barusco afirma também que o senhor operava para oito empreiteiras: a UTC, MPE, QAS, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, Schahin, Carioca Engenharia e Bueno Engenharia, é correta essa afirmação? Tem alguma outra empresa para qual o senhor operou, seja empreiteira, seja prestadora de serviços, que não tenha sido citada? Quais?

DEP. IVAN VALENTE – MÁRIO GOES

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **LIDERANÇA DO PSOL**

## **QUESTÕES PARA MÁRIO FREDERICO MENDONÇA GÔES (EMPRESÁRIO, SÓCIO DA ARXO INDUSTRIAL LTDA.)**

*Juliano Medeiros*

Mário Frederico Goes foi o último investigado a se entrar durante a nona fase da Operação Lava Jato, realizada entre janeiro e fevereiro deste ano. Segundo o Ministério Público Federal, Goes operava um esquema de forma de atuação do dpld Youssef e do empresário Fernando Bano: recolhendo propina de empresas ocultando a origem dos recursos.

Goes apareceu nas investigações por meio de delação premiada do ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco e de depoimento espontâneo de Cíntia Provesi Francisco, ex-funcionária da Arxo Industrial, cujos sócios foram presos,

*L2I*

acusados de pagar propina à BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. Com o dinheiro oriundo de pagamentos indevidos, Goes é suspeito da compra de nome de sua empresa, a Riomarine Óleo e Gás. A ex-funcionária da Arxo afirmou que os pagamentos de propina eram

intermediados por Mário Goes. Para dar aparência de licitude aos contratos, a Arxo usava notas fiscais frias compradas de terceiros, segundo a denúncia.

Ba ru sco dlsseq troteleQ, nos quais

eram entregues “mochilas com grandes valores de propina, em espécie”, que variavam entre R\$ 300 mil e R\$ 400 mil. No local, era feita a conferência de cada contrato, contabilizando-se as propinas pagas e as pendentes.



De acordo com o Ministério Público Federal, Gilson João Pereira e João Gualberto Pereira, sócios da Arxo, e Sergio Ambrosio Marçaneiro, diretor financeiro, pagavam propina para obter contratos com a BR Distribuidora. Todos estão presos na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Os pagamentos ocorreriam em contratos com a BR Aviation, empresa da Petrobrás especializada no abastecimento de aeronaves. A Arxo vende tanques de combustíveis e caminhões-tanque.

Segundo o advogado Leonardo Pereira, os sócios da empresa nunca pagaram propina para a PT6 s o tiveram contato com o ex-gerente da estatal Pedro Barusco e com o ex-diretor de Serviços Renato Duque. Para a defesa, as acusações decorrem apenas de vingança da ex-funcionária do Departamento Financeiro, demitida por desviar cerca de R\$ 1 milhão.

Segunda a denúncia do MPF “Mátio Frederico de Mendonça Góes atuou como operador financeiro em nome de várias empresas e/ou consórcios de empresñtratadas pela Petrobras, notadamente em favor da Andrade Gutierrez, da Mendes Júnior, da Carioca, da Bueno Engenharia, da MPE/EBE, da QAS, da Schain, da Setal e da UTC”. A denúncia afirma que Góes tratava dwetamente com Pedro Barusco o pagamento de propinas oriundas de contratos firmados entre a Petrobras e as referidas empresas. Ambos se encontravam periodicamente.

Sobre a forma com que as operações se davam, o MPF informa que, segundo Barusco, a maior parte dos valores operacionalizados por Góes se deu mediante transferências para contas bancárias no exterior, principalmente para as contas MaraneHee Phadl2, mantidas pelo operador no Banco Safra na kpin\_e Dole Tech mc, detitularidade de Barusco, totalizando, em operações, mais de US\$ 7.500.000,00. Na petição do MPF

L Çv\77 verifica-se que dentre os documentos entregues por Barusco encontram-se extratos da conta bancária nº0606419.001.000.826 do Banco J. Safra Sarasin, em nome da offshore Rhea Comercial INC., em que constam transferências provenientes da conta da offshore Maranelle, utilizada por Mário Góes.

#### **Questões:**

1) O Sr. Pedro Barsuco fez denúncias muito graves contra o Sr.

/

Sabemos que o esquema de corrupção no interior da Petrobras envolvia muitas

**O Sr.**

**era—unesses operadores? O Sr. Barusn\_menteou fala\_a. verdade? Por qu eo acusaria, estando na “clção premiada”?**

2) Na petição do MPF verifica-se que dentre os documentos entregues por Barusco encontram-se extratos de uma conta bancária do Banco Safra Sarasin, em nome d2[bte\_Rhea—GomefeiaI mc., em que constam transferências provenientes da conta da offshore Maraneile, supostamente utilizãdielo **SÉsa conta é sua? (em caso de resposta afirmativa) Como o Sr. explica esses depósitos? Eles são fruto de desvios e pagamentos de vantagens indevidas?**

3) O Sr. Paulo Roberto Costa afirmou em seu depoimento à CPI que o pagamento de vantagens indevidas só ocorria porque havia uma demanda de recursos por parte de partidos da base de apoio ao governo, como PT, PP e PMDB. **O Sr. tinha conhecimento do destino da propina paga ao Sr. Pedro Barusco? O Sr. esteve alguma vez com algum político ou agente público? O Sr. ou sua empresa, financiaram campanhas eleitorais? Se sim, de quem? Com que finalidade?**

4) **A Sra. oSr que corroboram com a versão apresentada pelo Sr. Pedro Barusco. OSr**



afirmou que as denúncias feitas por ela são falsas porque elas seriam motivadas por vingança. **Pelo que seriam motivadas as denúncias do Sr. Pedro Barusco? O Sr. tinha algum tipo de problema envolvendo o Sr. Barusco?**

DEP. IZALCI – DEPOENTE ADIR ASSAD

### **Roteiro da Oitiva**

#### **ADIR ASSAD**

ADIR ASSAD, brasileiro, nascido em 14/02/1953, filho de Nazira Elias Muhamad, inscrito no CPF/MF sob n 758.948.158-00, residente na Avenida Giovanni Gronchi, 5021, apartamento 12, Morumbi, São Paulo/SP, CEP 05724- 000 Basicamente, ADIR ASSAD, por intermedio de suas empresas, possibilitou o repasse de propinas do esquema entre março de 2009 e março de 2012 A estratégia se deu a partir da simulação de prestação de serviços com as empresas Legend Engenheiros Associados, Power To Ten Engenharia Ltda, Rock Star Marketing Ltda, Soterra Terraplanagem Ltda e JSM Engenharia e Terraplanagem Registre-se que todas essas empresas estiveram presentes no caso que ficou conhecido por “Deltaduto”, comandado por FERNANDO CAVENDISH.

ADIR ASSAD, segundo o Ministério Público, era o operador financeiro responsável pela lavagem e pagamento de vantagens indevidas no interesse do Consórcio INTERPAR, especialmente no âmbito da Diretoria de Serviços. Controlador de um dos subnúcleos do sofisticado esquema de operacionalização de repasse de recursos financeiros desviados da PETROBRAS, encarregando-se, por intermédio de diversas empresas de fachada, da lavagem desses ativos com a finalidade de integrá-los à economia formal. Agia no interesse das empreiteiras, realizando os pagamentos em espécie a agentes públicos corrompidos, bem como depósitos em contas indicadas no exterior. Assim, participou de operações de lavagem de vantagens ilícitas prometidas a empregados da PETROBRAS, em decorrências dos contratos celebrados pelo Consórcio INTERPAR, na REPAR. Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

1

1.

O empresário Mendonça Neto ponderou, em depoimento prestado à CPI, que foi procurado pelo ex-deputado José Janene por volta de 2007 ou 2008. Segundo o depoimento de Mendonça Neto, Janene se dizia responsável pela indicação de Paulo Roberto Costa. Mendonça Neto disse ainda que foi Alberto Youssef quem o orientou a repassar os recursos por intermédio de contratos fictícios de prestação de serviços, como segue:

*at...Eu fui procurado pelo ex-Deputado José Janene –acredito até que ele não era mais Deputado –onde ele se colocava como o responsável pela nomeação... (.4 Talvez seja o ano 2007/2008, mais ou menos. Ele se colocou como o responsável pela indicação do Paulo*



**Roberto** [...] Eu negocieei com o Janene, na época, um determinado valor –que eu não recorro mais—, e o Janene me apresentou ao Alberto Youssef indicando que o Alberto é quem iria receber esses valores mensalmente. Naquela oportunidade, o Youssef ofereceu, disse que ele poderia oferecer, disponibilizar notas fiscais que a gente pudesse... Que nós pagaríamos. E, na verdade, esse dinheiro sena entregue a ele. Então, ele nos apresentou as empresas MO, Rídez e mais uma que eu não me recorro do nome. Nós fizemos contratos com essas empresas e pagávamos essas empresas. Mas quem efetivamente fazia contato para... quem ligava para cobrar, para pagar, era o Youssef [...]“

[...] Bem, nós, para podermos dar saída aos recursos ou fazer com que o dinheiro saísse da nossa conta para parar nas contas indicadas... Esse caso específico que o senhor está falando é relativo à Diretoria de Serviços. Então, para o dinheiro sair da nossa conta e parar nas contas indicadas pelo Renato Duque e pelo Pedro Barusco, precisava haver uma forma contábil de que esse recurso pudesse sair daqui e ir para lá. [...]”

¶ Nesse caso nós tivemos que procurar quem pudesse fazer essa parte do trabalho, quem pudesse pegar o nosso dinheiro e depositar na conta deles [Renato Duque e Pedro Barusco]. E aí surgiu uma empresa. Eu não lembro exatamente qual foi a primeira, mas

2

no final acho que foram quatro ou cinco. Está aí no meu termo de depoimento: era Soterra —foge-me o nome aqui —Rock Star, enfim, eram quatro ou cinco empresas. [...]”

[...] Depois de algum tempo, nós ficamos sabendo que todas elas pertenciam talvez à mesma pessoa, ao mesmo grupo. Na época, era a mesma pessoa. Não conheci, mas fiquei sabendo disso por conta do caso da Deita, na CPI do Cachoeira. Naquela oportunidade, a Receita Federal nos procurou. Quer dizer, depois daquilo que veio a público e tudo isso, a Receita Federal nos procurou e começou a nos investigar e a nos fiscalizar sobre essas operações aí. Então, eram notas fiscais que a gente pagava sobre serviços que não tinham sido prestados, e eles remetiam o dinheiro para a conta indicada por eles.

[Renato Duque e Pedro Barusco] [...]”

### **Diante do exposto, indago:**

- i. V.Sa. foi apresentado ao empresário Mendonça Neto por José Janene ou Alberto Youssef? Se por nenhum dos dois, por quem? V.Sa. operava algum esquema para José Janene quando ele ainda estava vivo?
2. Para que agentes políticos V.Sa. operou dentro desse contexto de desvio de recursos públicos a título de propina na Petrobras?
3. Para que agentes políticos V.Sa. operou dentro do contexto dos recursos públicos desviados a título de propina no esquema envolvendo a empresa Deita Construções?

### **II.**

O empresário Mendonça Neto relatou que participou, já como membro do “clube” de empresas, de três contratos: as

3

interligações da REPAR, duas plantas de gasolina na REPLAN e a TECAB Terminal de Gás de Cabiúnas. Segue trecho do depoimento dele que menciona as empresas ligadas a V.Sa.:



«[...] **QUE para gerar a saída de recursos do consórcio, a SETEC fez contratos sem o respectivo fornecimento com as seguintes empresas: LEGEND, SOTERRA, POWER, SM TERRAPLENAGEM e ROCKSTAR; QUE os contratos simulados eram de alugueis de equipamentos e terraplenagem para as obras da REPAR [...]**»

Com efeito, conforme revelado e documentalmente comprovado pelo denunciado AUGUSTO MENDONÇA, o Consórcio INTERPAR lançou mão aos serviços ilícitos oferecidos pelo grupo de V.Sa., **entre os anos de 2009 e zou**, para lavar parte do dinheiro sujo oriundo do contrato celebrado no interesse da REPAR, no Paraná. De fato, conforme revelado por AUGUSTO MENDONÇA, depois que suas empresas (SETAL, PEM ENGENHARIA, TIPUANA e PROJETEC) receberam recursos financeiros do Consórcio INTERPAR, mediante celebração de contratos falsos, foram firmados novos contratos “de fachada” entre a SETAL ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E PERFURAÇÕES SA, (SETEC TECNOLOGIA SA) e as seguintes empresas do suhgrupo de V.Sa.:

- i) **LEGEND ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA-EPP (CNPJ 07.794.669/0001-41);**
- 2) **SOTERRA TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME (CNPJ 10.447.939/0001-52);**
- 3) **ROCK STAR MARKETING LTDA-EPP (CNPJ 07.829.493/0001- i6);**
- 4) **SM TERRAPLANAGEM LTDA-EPP (CNPJ 07.829.451/0001-85) e;**
- 5) **POWER TO TEN ENGENHARIA LTDA-ME (CNPJ 09.485.858/0001-68).**

4

Em ato contínuo, V.Sa. disponibilizou a AUGUSTO MENDONÇA e demais denunciados participantes do Consórcio INTERPAR, dinheiro em espécie para o pagamento de RENATO DUQUE e PEDRO BARUSCO, bem como efetuou a pedido de AUGUSTO MENDONÇA depósitos de valores no exterior na conta MARANELLE, de MARIO GOES, para posterior repasse aos referidos funcionários da Diretoria de Serviços da PETROBRAS.

Diante do exposto, indago a V.Sa.:

4 V Sa chegou a tratar algum assunto relativo a esse esquema com Vaccari Neto? Se afirmativo, quando, onde e em que circunstâncias?

5. V.Sa. chegou a participar do repasse de propina por intermédio de doações oficiais de campanha? Pra quem? Quando ocorreu?

6. Percebe-se que as empresas ligadas a V.Sa. atuaram nos esquemas da Petrobras e da Deita Construções no mesmo período. V.Sa. entende que esse esquema na Petrobras e aquele envolvendo a empresa Deita Construções estão conectados?

7. V.Sa. entende que ambos os esquemas serviram para a manutenção de estruturas políticopartidárias? V.Sa. entende que esses esquemas atenderam aos interesses do Governo?

### III.

Seguem trechos da Ação Penal n2 5012331- o4.2o15.4.o4.7000/PR, que tratam da participação de V.Sa. no esquema:



“e...] No caso da propina da obra da REPAR, o repasse da cota da Diretoria de Serviços seguiu procedimentos diversos. **Parte das**

5

*propinas para a Diretoria de Serviços foi paga em espécie. Parte das propinas para a Diretoria de Serviços foi paga em depósitos no exterior. Parte da propina da Diretoria de Serviços foi direcionada a João Vaccari Neto, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, o que foi feito na forma de doações registradas perante a Justiça Eleitoral Teriam atuado como inrmediadores Adir Assad, Mano Frederico Góes e Júlio Gerin Camargo. [...]“*  
*“[...] Para alguns repasses, no montante de Rs 38.403.740, foi utilizado grupo criminoso dirigido por Adir Assad. Para tanto, seguiu-se inicialmente similar caminho ao já relatado acima quanto à Diretoria de Abastecimento. Foram, primeiro e como já visto, simulados contratos entre o Consórcio Interpor e a empresa Setal, no montante de Rs 11.00000,00, esta última dirigida por Augusto. Os valores respectivos foram repassados para outras empresas controladas por Augusto Mendonça, como a SETEC (antiga Setal Engenharia), Tipuana Participações, Projotec Projetos e Tecnologia e PEM Engenharia. Os valores foram então repassados mediante celebração de contratos simulados com as empresas Legend Engenheiros Associados, a Power To Ten Engenharia Ltda., a Rock Star Marketing Ltda, a Soterra Terraplanagem e Locação de Equipamentos, a SM Terraplanagem Lula, e a JSM Engenharia e Terraplanagem.*

[\*«J»

*«[...] Essas empresas foram indicadas a Augusto por Dano Teixeira e Sueli Mavali. Dano e Sueli, em realidade Sueli Maria Branco, já falecida, faziam parte, juntamente com Sonia Mariza Branco, de grupo dirigido por Adir Assad, que atuou no caso como intermediador financeiro da propina e da lavagem de dinheiro o grupo dirigido por Adir Assad encarregou-se então de realizar os repasses à Diretoria de Serviços mediante pagamentos em espécie e remessas ao exterior, entre março de 2009 a março de 2012. [...]“*

*«[...] Quantia substancial da propina, lis 60.000,00, foi repassada, entre 23/10/2008 a 08/03/2012, como doações eleitorais registradas ao Partido dos Trabalhadores - PT As doações foram fritas pelas empresas controladas por Augusto*

6

*Mendonça, PEM, Projotec, SOG [...] O próprio Augusto Mendonça, em colaboração premiada, declarou que teria feito as doações em questão por solicitação de Renato Duque e que elas comporiam o acerto de propina com a Diretoria de Serviços. Segundo a denúncia, João Vaccari, tesoureiro do PT, tinha conhecimento dessas doações e que elas se originavam em acerto de propina com a Diretoria de Serviços. Segundo o acusado colaborador Pedro Barusco, eram frequentes as reuniões entre João Vaccari e Renato Duque. O próprio Pedro Barusco teria participado de parte das reuniões no quais as propinas eram discutidas. A participação de João Vaccari na coleta de valores oriundos dos esquemas criminosos na Petrobrás também foi objeto de declarações de Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e Eduardo Hermelino Leite, este último dirigente da Camargo Correa. [...]»*

Diante do exposto, indago a V.Sa.:

8. V.Sa. tinha conhecimento dessa sistemática de lavagem de propina por intermédio de doação oficial de campanha? Quando tomou conhecimento e em



que circunstâncias?

9. Segundo a denúncia, V.Sa. atuou entre março de 2009 e março de 2012, correto? Antes desse período ou depois dele, V.Sa. participou com suas empresas de outros esquemas? Se afirmativo, quais, quando e em que circunstâncias?

10. V.Sa. já operou algum esquema para José Dirceu? E para Renan Calheiros?

Segue levantamento dos repasses feitos das empresas ligadas a Mendonça Neto para empresas controladas por V.Sa.:

Para a **SM Terraplanagem** Ltda.

8

Nº	Sacado/ Pagador	Emit.nt. da RI. (B.n.fldörlo do 5)		Data	RI.	Valor CR5)	Pagamentaa (Traosf.ré.vdta bancárita do Tomador pl Einit.nti)		
N	Data		Valor CR5)						
1 —	5TFC/ PROJETEC	SM TERRAPLANAGEIA		07110/10	256	450.000.00	1	08/09/10	50.000,00
	08/09/10		100.000.00						
3	08/09/10		100.000.00						
4	08/09/10		100.000.00						
5	08/09/10		1.00.000,00						
2	SETEC/ PROJETEC	SM TERRAPLANAGEIA		29/10/10	274	636.35908	6	19/09/10	36.279.00
	19/09/10		100.000,00						
8	19/09/10		100.000.00						
	19/09/10		100.000.00						
10	19/09/10		100.000.00						
11	19/09/10		100.000.00						
12	19/09/10		100.000,00						
13	19/09/10		100.000,00						
34	19/09/10		100.000,00						
3	SETEC/ TIPIUANA	SM TERRAPLANAGESA		23/12/10	19	35.813,95	1\$	12/11/10	35.813.95
Taºo doa Ratlboa doº —c5o (RL)						R\$ 1.122.173.03	Itafí3aç a.____I-__		R\$ 1.322.06295
I.1	5.cad./ Pagador	Emitaota da RI. (BanallcUri. do 5)		Data	RL	Valor CR5)	Pagam.otos (Tºrafrºoaaa bancárlaa do lomador p/		



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**CPI - PETROBRAS**  
**Número: 0541/15**

**COM REDAÇÃO FINAL**

**11/05/2015**

						E..Jrut)			
N	Data	Valor <b>CR5</b> )							
4	PEM ENG./ TIPUANA		SM TERRAPLANAGEM	07/10/10	257	750.000,00	15	03/09/10	50.000,00
17	03/09/10	100.000,00							
15	03/09/10	100.000,00							
19	03/09/10	100.000,00							
20	03/09/10	100.000,00							
21	03/09/10	100.000,00							
22	03/09/10	100.000,00 -							
23	03/09/10	100.000,00							
5	SETEC/ PROJETEC		SM TERRAPLANAGEM	29/10/10	273	749.920,00	24	1609/10	36.279,08
25	16/09/10	100.000,00							
25	16/09/10	100.000,00							
27,	16/09/10	100.000,00							
28	16/09/10	100.000,00							
29	16/09/10	100.000,00							
30	16/09/10	100.000,00							
ai::	16/09/10	100.000,00							
32	16/09/10	100.000,00							
33	16/09/10	100.000,00							
34	29/10/10	50.000,00							
	29/10/10	100.000,00							
35	29/10/10	100.000,00							
37	29/10/10	100.000,00							
5	PEE4 ENG./ TIPUANA		SM TERRAPLANAGEM	29/04/11	80 —	348.837,21	39	28/04/11	48.837,21
36	20/04/11	100.000,00							
40	20/04/11	100.000,00							
41	20/04/11	100.000,00							
7	PEM ENGI PROJETEC		SM TERRAPLANAGEM	02/12/11	232	63.846,35	42	19/05/11	63.846,35
Toadc5a doa Hboa do Loanc4o (RI.						RS J..012.603,55	TOtaI alor 9antaa		R\$ 2.448.962,64



## Para a Power To Tem Engenharia:

9

N	Sado	EmIlon do NF	1	NF	Vor IR\$
8	SETEC	POWER 10 TEN	23/12/11	20-e	63L703.00
<b>E</b> 9		ENGENHARIA			
SEIEC	POWER 10 TEN ENGENHARIA	29/02/12	<b>21-e</b>		85310002
10	<b>SEIEC</b>	POWER 10 TEN	07/03112	22-e	4973f173
		ENGENHARIA F.i b.fioai			
		INE1			\$ 1919515.75
—					
				ba.cias do <b>Toiada W</b> Eitente)	
N	EmIwe dor		Paqamentos (Traisle,ind		
Oata		ar (R			
43	PRQJETEC	POWt TO TEN	12112111		71.000.00
—		ENGENHARIA			
44	PROJETEC	POW 1V TEN	12)12/11		100000.00
		ENGENHARIA			
<b>45</b>	PRQJEIEC	POW1 1V TEN	14/12111		100000,00
—		ENGENHARIA			
46	PROJETEC	POW8 TO TEN ENGENHARIA	14/12/11		100.000.00
— <b>47</b>	PROJEFEC	P(Y* TO TEN ENGENHARIA	14/12111		100000.00
— 48	PRQEFEC	POW 70 TEN <b>ENGENHARIA</b>	<b>14/12111</b>		<b>100000.00</b>
<b>49</b>	PROJETEC	<b>P0W TO TEN</b> ENGENHARIA	<b>19/12/11</b>		<b>22.325.58</b>
50	PROJETEC	POW 70 TEN	<b>19/12111</b>		<b>100000.00</b>



		ENGENHARIA		
51	PROJETEC	PB TO TEN ENGENHARIA	19/12/11	100000.00
52	PRQJETEC	PCY*B 70 TEN ENGENHARIA	19/12(11	100000.00
53	PROJETEC	POWO 70 TEN ENGENHARIA	13/02/12	100000,00
54	PROJETEC	P0W TO TEN	13/02/12	100000.00
		ENGENHARIA		
55	PROJEIEC	POWTOTEN	13/02/12	100000,00
ENGENHARIA				
POWB 70 TEN ENGENHARIA			13/02(12	50.000,00
PCWB TO TEN ENGENHARIA			13)02(12	50.640,00
PCYW 70 TEN ENGENHARIA Pd 70 TEN ENGENHARIA PCW 70 TEN ENGENHARIA			01.103/12 01103(12 01)03/12	67.164,00 100000.00 100.000.00
P0W 70 TEN ENGENHARIA			01/03/12	100000,00
PCNI9t 70 TEN ENGENHARIA			01)03/12	100000.00
				R\$ L76L129.58

## Para a Soterra Terraplenagem e Locação de Equipamentos Ltda:

11	SETEC	SOTERRA TERRAPLENAGEM	01108/li	227	954820.00
■ ■ ■ ■	SETEC	SOTERRA TERRAPLENAGEM	11/06/li	232	1.1417L3.36
13	SETEC	SOTERRA TERRAPLENAGEM	25/11/11	425	1423.3.30.00
14	SETEC	SOTERRA TERRAPLENAGEM	27/09/li	317	1.206232.04
1_E	SETEC	SOTERRA TERRAPLENAGEM	13/ 10/11	350	1335-583.36
IS	SETEC	SOTERRA TERRAPLENAGEM	05(12/11	468	1684.532.00
EiE	SETEC	SOTERRA TERRAPLENAGEM	30/12/11	474	1.668.004.00
18	S8TEC SOTERRA TERRAPLENAGEM 29.m2/12 475 das 8os da L.a.r. <b>La. 008)</b>				808 110.00
					R* 10.221.824.76



-	iiagador	twe88 b00efidád		
Pagaaemos (TraIkrêid00 b00d,1a5 do <b>Tao. p1</b> Latie)				
	PROJETEC	SOTERRA	04/07/11	100.000.00
	PROJETEC	SOTERRA	04/07(11	100.000.00
55	PROJETEC	SOTERRA	04/07/11	100.000.00
	PROJETEC	SOTERRA	04/07/11	100.000.00
▪ ▪ 68	PROJETEC	SOTERRA	04/07/11	48.000.00
TIPUANA	SOTERRA	19/07/11	76L000.00	
69	TWUANA	SOTERRA	22/07/11	<b>687233.36</b>
	TWUANA	SOTERRA	04108(11	189.350.00
71	11PUANA	SOTERRA	09100/11	382.466.30
72	TIPUANA	SOTERRA	<b>17/08(11</b>	61.000.00
	TWUANA	SOTERRA	<b>17108111</b>	100000.00
74	TIPUANA	SOTERRA	17/06/11	100000.00
	TIPUANA	SOTERRA	<b>17/08/11</b>	100000.00
76	TIPUANA	SOTERRA	<b>17/08/11</b>	100000.00
77	TIPUANA	SOTERRA	<b>17108/11</b>	<b>100000.00</b>
78	11PUANA	SOTERRA	<b>17/00/11</b>	100000.00
	TIPUANA	SOTERRA	<b>17108/11</b>	100000.00
60	TIPUANA	SOTERRA	<b>24108111</b>	48.000.00
61	TIPUANA	SOTERRA	24106/11	100000.00
82	TIPUANA	SOTERRA	24/06/11	100000.00
<b>81</b>	FIPUANA	SOTERRA	<b>24/08(11</b>	<b>100.000.00</b>
84	11PUANA -	SOTERRA	24/08/11	100000.00
<b>85</b>	11PUANA	SOTERRA	06/09/11	72.930.00
86	TIPUANA	SOTERRA	<b>04108(11</b>	<b>247.767.76</b>
87	TIPUANA	SOTERRA	<b>21/09/11</b> -	24.000.00
88	TWUANA	SOTERRA	<b>21/09(11</b>	100.000.00
<b>89</b>	TIPUANA	SOTERRA	21/09/11	100000.00



90	IWUANA	SOTERRA	10/10/11	28.000.00
91	TIPUANA	SOTERRA	10/10/11	100000.00
92	IIIPUANA	SOTERRA	10/10/11	100.000.00
91	TWUANA	SOTERRA	10/10/11	100.000.00
94	TIPUANA	SOTERRA	10/10/11	100000.00
95	IIIPUANA	SOTERRA	10/10/11	100000.00
	TIPUANA	SOTERRA	11/10/11	61.000.00
97	IIIPUANA	SOTERRA	14/10/11	100.000.00
90	TIPUANA	SOTERRA	18/10/11	100.000.00
99	TPUANA	SOTERRA	18/10/11	100000.00
100	TIPUANA	SOTERRA	18/10/11	100000.00
101	IIIPUANA	SOTERRA	16/10/11	100.000.00
102	TIPUANA	SOTERRA	18/10/11	100.000.00
103	TIPUANA	SOTERRA	11/10/11	100000.00
104	IIIPUANA	SOTERRA	19/10/11	100000.00
105	TIPUAMA	SOTERRA	19/10/11	52.000.00
1.06	TIPUANA	SOTERRA	19/10/11	1.00000.00

**11**

i	TIPUANA	SOTERRA	19/10/11	100000.00
108	IIIPUANA	SOTERRA	19/10/11	100000.00
	TIPUANA	SOTERRA	19/10/11	100000.00
110	TIPUANA	SOTERRA	19/10/11	100.000.00
111	TIPUANA	SOTERRA	19/10/11	100000.00
1	TIPUANA	SOTERRA	01/11/11	100.0000
1	TIPUAMA	SOTERRA	01/11/11	100000.00
114	TIPUANA	SOTERRA	01/11/11	100.000.00
115	TIPUAMA	SOTERRA	01/11/11	90.97674
ii	PRO)ETEC	SOTERRA	09/12/11	1.00000.00
111	PRa ETEC	SOTERRA	09/12/11	100000.00



118	PROIETEC	SOTERRA	09/12/11	100.000.00
	PROET	SOTERRA	09/12/11	1.00000.00
120	PROJETEC	SOTERRA	09/12/11	100.0(10.00
121	PRO.PETEC	SOTERRA	<b>09/12/11</b>	100.000.00
122	PRO.IETEC	SOTERRA	09/12/11	100000.00
123	PROJETEC	SOTERRA	<b>09/12/11</b>	<b>24.000.00</b>
124	PRO.PETEC	SOTERRA	12/12/11	24.000.00
	PROJETEC	SOTERRA	12/12/11	100000.00
12	PROJETEC	SOTERRA	12/12/11	100000.00
127	PROJETEC	SOTERRA	13/12/11	100.000.00
1.28	PROJETEC	SOTERRA	<b>13/12/11</b>	100000.00
	PROJETEC	SOTERRA	<b>13/12/11</b>	10000000
1.30	PROJETEC	SOTERRA	13/12/11	00110.00
<b>ii</b>	PROJETEC	SOTERRA	19/02/12	100000.00
			15/02/12	100000.00
	PROJETEC	SOTERRA	13/02/12	100.000.00
134	PROJETEC	SOTERRA	12/12	100000.00
135	PROJETEC	SOTERRA	19/02/12	48.00000

R\$ 8.7833.16

**Para a Rock Star Marketing Ltda**

1	Sacada	En, it do	Data	RI	Vor Líquida				
	Pagador	Renciio			(R\$)	Pgamta5 nfrnc bancádos			
		doS)				do Toudo, p/ fadtente)			
						<b>N</b>	<b>Oaa</b>	<b>lcr(R\$)</b>	
1.9	SETEC/ PROJETEC	<b>ROCK STAR</b>	23/12/11	57	75L000.02	136	12/12/11	61.000.00	
							jp_j	100000.00	
						138	12/12/11	100.000.00	
						<b>iw</b>	12/12/11	100.000.00	
							12/12/11	100000.00	
							<b>12/12/11</b>	<b>100.000.00</b>	



							142	12/12/11	100000.00	
							i;—	12112/11	100.000.00	
20	SETEC/ PROJETEC	ROCK STAR	29102/12	59	761250.01		144	10)02)12	61.250.00	
							145 146	10/02/12	100.000.00	
								10)02/12	100.000.00	
							-i;—	10)02)12	100000.00	
							148	10)02/12	100.000.00	
							149	10)02/12	100.000.00	
							150	10102/12	100.000.00	
								10)02/12	100.000.00	
Tnln Rr ir Lecaç 108.1					RS 1.322250.03		Ti.L.hç á		R 1522.250.10	

## Para a Legend Engenheiros Associados Ltda:

12

21 —	ESTAI	LEGEFIO ENGENI-461905	19/03/2009	949	515.850.00
22	SETAL	LEGEMO ENGENHEIROS	23/03/2009	959	554.400.00
23	SETAL	LEGEND ENGENHEIROS	04/04/2009	900	79023000
— 24	SETAS	LEGENG ENGENHEIROS	10/06/2009	1022	550.000.00
2% —	SETAL	LEGEND ENGENHEIROS	15/06/2009	1029	354.179.12
26	SETAL	LEGELID ENGENHEIROS	01/07/2009	1033	1_395333.1S
27 —	SEIAS	LEGEND ENGENHEIROS	13/04/2009	1063	859.51912
26 —	SETEC	LEGEIED ENGENHEIROS	30/09/2009	1086	699750.06
29	SETEC	LEGErJO ENGENHEIROS	06/10/2009	1092	892133.78
30	SEEC	LEGEV41) ENGENHEIROS	03(11/2009	1114	1.206.30233



31	SETEC	LEGENO ENGENHEIROS	03/12/2009	1146	11S0.36000
32	SETEC	LEGEND ENGENHEIROS	04/01/2010	1183 -	949.200.00
33	SETEC	LEGENO ENGENHEIROS	29/01/2010	1193	726021.39
34	SerEC	LEGENO ENGENHEIROS	30/04/2010	1259	1.927172.59
35	SETEC	LEGEMO ENGENHEIROS	31/05/2010	1277	999.000.06
36	SETEC	LEGEPIO ENGENHEIROS	30/06/2010	1300	1000.767.4.4
37	SETEC	LEGEPIO ENGENHEIROS	30/07/2010	1348	999767.44
36	SETEC	LEGEFID ENGENHEIROS	30/04/2010	1375	1.157.44.185
39	SETEC	LEGEPIO ENGENHEIROS	30/04/2010	1422	1.050.000.00
40	SETEC	LEGEPIO ENGENHEIROS do	29/10/2010 £616)	1444	2.277.360.96
		6*20758.499.2*			
99	r (6\$)				
Sado 1					
41 SEMI. J	1	LEGENO ENGENHEIROS	30/1V2010	7	LJ.0&851.16
42 SETAS LEGENO ENGENHEIROS 8I Eip.a pagador E61p6996 bwfidada			23(12(2010 35 846.70146 W 996) 6\$ 1.7S135Z62 Pagawelwtos (1ranf6rci61 699c4,*as do Toinador p/ Eadt.ate)		
	PRQIEEC	LEGEND	13112/10		100.000.00
	PROJETEC	LEGENO	15/12/10		100000.00
154	PROJETEC	LEGEND	01/10/09		175.70978
155	11PUAMA	LEGEND	09/10/09		340.000.00
6	PROJETEC	LEGENO	22/10/09		80.00000
is?	PROJETEC	LEGENO	22/10/09		90.000.00
15*	PROJETEC	LEGEND	22/10/09		90.000.00
159	PROJETEC	LEGENO	22/10/09		90.000.00
160	PROErEC	LEGENI)	2%`10/09		90000.00
161	PRGJETEC	LEGENI)	29/10/09		80.000.00
162	PROJETEC	LEGENO	29/10/09		90.000.00



163	PRO)ETEC	LEGEN)	29/10109	90.000.00
164	PROJErEC	LEGENI)	04/11/09	69.302.33
▪	PROJEVEC	LEGEND	04/11/09	100000.00
166	TIPLJANA	IIGEN()	12111)09	30.000.00
167	TIPUANA	LEGENE)	12/11/09	100000.00
163	TIPUAN*.	LEGEN()	12/11/09	100000.00
16:	TIPUANA.	LEGENI)	12/11/09	100000.00
1.70	TIPUANA	LEGENO	12/11109	100.00000
171	TIPUANA	LEGENE)	12/11/09	100000.00

241

TIPUANA

LEGENO

01/06/10

100.000,00

13

172	TTPUArlA	LEGEP,IO	19/11/09	50.00000
1	SIPUArl3*	LIGElhID	1S/1.109	10000000
174	1WUP.NA	LEGE3dID	19/11/09	100.000.00
5	TTPUArl9A	LEG.E740.	19/11/09	100000.00
!..!!		LEGEP4D	24/1.1.09	50.000.00
17	PRJET1C	LEGEIID	24/11/09	100.000,00
174	PRJETEC	LE0.ElJ0.	24/12/09	1.00000.00
7,9	PRO3ETEC	LEG144D	24/1.1.09	100000.00
	PR123ElEC	LIGESJ0.	24/1.1.09	100000,00
	TIPUAP4A	LEGESIO	02/12/09	2348837
182	13PUANA	LEGEtd0.	02/12/09	100000,00
1	11PUAMA	LEGE9D	02/12/09	100000.00
184	TTPU3..IA	LEGESIO	02/12/09	100000.00
!f.	TIPUAl4*.	LiG1t.D	02/12/09	100000.00
156	11PU.%P4*	LEGE3.D	02/12/09	100.000.00



187	IIPUAr.4A	LEGES02	02/12/09	100.000.00
186	TIPUA19A	LEGE6IC2	14/12/09	10.000.00
1.99	TUAN6.	LEGE#D	10/12/09	100000.00
200	T1PU4F9A	LEGENT7	14/12/09	100000.00
201	T1PUA1'4A	LEGEWJD	14/12/09	100000.00
202	I3PUANA	LEGESIO	14/12/09	100000.00
203	TIPUANA	LEGE3.I0.	18/12/09	122093.02
204	TIPSJAMA	LEGELID	11/12/09	100.000.00
205	TWUAMA	LEGEND	1.1/12/09	100000.00
206	TIPUANS.	LEGEI40.	11/12/09	100000.00
	TIPUANA	LEGEP	12/12/09	10.000.00
208	TTPUAMA	LEGE3D	12/12/09	100000.00
209	TWUAr.1A	LEGE3dD	12/12/09	100.000.00
210	T1PUA1'4A	LEGISIO	22/12/09	100.000.00
21.1	TWUA10S	LEGESIO	23/02/10	10.000.00
232	IIPUAA	LEGESdO	23/02/10	100000.00
213	11PUAr1A	LEGISIO	23/02/10	100000.00
214	TWUA14A	LEGEJ'.IO	23/02/10	100000.00
21.5	IIPUAMA	LEGISIO	25/00/10	50.00000
225	11PUA.1A	LEGESID	25/00/10	100.000.00
217	IIPUA1aA	LEGESIO	25/00/10	100.000.00
214	11PUANA	LEGESIO	25/02/10	100000.00
21	TIPUAMA	LEGESIO	25/10	100000.00
220	T1PUAr'4A	LEGISIO	25/02/10	100.000.00
221	TIPUAV4A	LE.GESID	25/02/10	100000.00
222	TIPUA1%1A	LEGESIO	02/03/10	69.567.44
223	TUANA	LEGESIO	02/03/10	100000.00
225	TIPUANA	LEGESIO	02/03/10	100000.00
T1PUANA	LEGISIO	02/03/10	100000.00	
225	T3PUA14A	LEGESJD	02/03/10	100000.00
227	TIPUANA	LEGISIO	02/03/10	100000.00
224	TWUANA	LEGISIO -	04/03/10	10.000.00
229	TIPUANA	LEGISIO	04/03/10	100000.00
2	TIPUAriA	LEGESIC)	04/03/10	100000.00
231	TLPUAF9A	LEGISIO	04/03/10	100000.00



232	TIPUArIA	LEGISIO	04/03/10	1000000
233	TIPUAVIA	LEGESIO	09/03/10	50.000.00
i4'	TIPUArIA	LEGISIO	11/03/10	50.000.00
235	TIPUAF4A	LEGISIO	1.2/03/10	100000,00
	TIPUANA	LEGEE4D	11/03/10	-100000.00
217	TIPUAMA	LEGESIO	1.1/02/10	100.000,00
2E	TIPUANA	LEGISIO	11/03/10	100.00
i3	TTPUArIA	LEGENO	22/03/10	100000.00
241	TIPUANA	LEGEIIO	22/03/10	100.000.00
TWUAFIA	LEGENO	22/03/10	100000.00	
242	hIPUAIIA	LEGEIIO	22/03/10	100.000.00
a;i	PRGJETEC	LEGISIO	3C304(10	50.000.00
344	PR)ErEC	LEGISIO	30/04/10	100000,00
245	PRGJETE(	LEGISIO	30/04/10	100000,00
246	PRGJETEC	LEGISIO	30/04/10	100000.00
247	P9JErEC	LEGISIO	04/05/10	27.172.59
245	P9GJEIEC	LEGISIO	04/05/10	100000,00
249	P9OJEVEEC	LEGISIO	04.30(10	100000.00
250	TUANA	LEGENO	19/05/10	100000.00
251	TEPUANA	LEGISIO	19/05/10	100000.00
252	IWUAIIA	LEGEPIO	18/10	10.000.00
253	TIPUArIA	LEGISIO	19/10	100000.00
	TIPUANA	LEGISIO	2930/10	50000.00
253	11PUArIA	LEGISIO	20105(10 01/06/10 01/05/10 01/06/10	100.000.00
3.485.36				
250	TIPUANA	LEGEIIQ		
100000.00				
257	TIPUArIA	LEGISIO		
258	TIPUAV9A	LEGISIO		100000.00
	TIPUANA	LEGISIO	01/06/10	1.00000.00
	TIPUANA	LEGENO	01/05(10	100000.00



262	WUAF4A	LEGEND	01/06/10	10000000
263	1WLJAPU.	LEGENO	08./10	100000.00
264	T1PUAPU	LEG8ND	08/10	100000.00
265	TWUAMA	LEGENO	08/06/10	100000.00
266	T1PUANA	LEGEND	08/06/10	100000.00
267	PROJETEC	LEGENO	13/06/10	75.00000
268	PRQIETEC	LEGEND	14/06/10	100000.00
269	TWUANA	LEGD	23106/10	100000.00
3.70	TIPUANA	LEGEND	23/06/10	58.720.93
271	11PUANA	LEGEND	23100/10	10000000
272	TIPLIANA	LEGENE)	23./10	100000.00
273	TIPUANA	LEGENE)	23/06/10	100-000.00
274	TIPUANA	LEGENO	23/06/10	100-000.00
275	PRQJETEC	LEGENL)	06/07/10	100000.00
276	PROJETEC	LEGENt)	06/07/10	100000.00
277	PROJETEC	LEGENO	05107/10	100.000.00
276	PROJETEC	LEGIND	06/07/10	100000.00
279	PROIErEC	LEGENI)	05/07/10	100.000.00
280	PROETEC	LEGENO	06/07/10	100000.00
281	PRO.PETEC	LEGENO	03/66/10	50.000.00
262	PROJETEC	LEGEND	03/10	100000.00
283	P4DJETEC	LEGEND	03108/10	100000.00
284	PROJEEEC	LEGENO	03/06/10	100.000.00
285	PROJEEEC	LEGENO	03/06/10	100000.00
286	PnIETEC	LEGENO	08/06110	100000.00
18?	PRO,ErEC	LEGENO	04/06110	77.960.98
286	PROJETEC	LEGENO	04/08110	100000.00
289	PROJETEC	LEGENO	04/06/10	100000.00
290	POJETEC	LEGENO	04/05/10	100000.00
291	PJErEC	LEGENO	04/08/10	100000.00
292	PROJETEC	LEGEND	17/06/10	100.000.00
293	PqOJETEC	LEGENO	17/08/10	10000000



294	PROJETEC	LEGENO	17/06/10	100000.00
295	PJETEC	LEGENC)	17/06/10	100.000.00
296	P1OJETEC	LEGEND	17/06/10	50.000.00
297	1WUAMA	LEGENC)	3CW08/10	100000.00
298	TIPUAMA	LEGENO	3W06/10	100000.00
29	TIPUAP4A.	LEGENO	30108/10	100000.00
300	1WUANA	LEGEND	3CW06/10	100000.00
301	TWUANA	PRQ9TEC	30108/10	10000000
3	TIPUANA	LEGENO)	3C'08/10	30.000.00
303	PROJETEC	LEGEND	21/09/10	100000.00
304	PROJETEC	LEGEND	21/09/10	100000.00
305	PROJETEC	LEGEND	21/09/10	100000.00
	PROJEVEC	LEGENO	21/09/10	100.000.00
307	PROJETEC	LEGEND	21/09/10	100000.00
300	PROJETEC -	LEGENO	29/10/09	90.000.00
309	PROJETEC	LEGENO	29/10/09	90.000.00
310	POJETEC	LEGEND	29/10/09	80.000.00
▪	PROJETEC	LEGEND	29/10109	90.000.00
3.12	PROJETEC	LEGEND	24/1.1/10	50.000.00
31.3	PRCJETEC	LEGENO	30111(10	50.000.00
314	PROJEEEC	LEGENO	3CV1JJ10	100000.00
315	PRQJETEC	LEGEND	30111(10	100000.00
316	PROJETEC	LEGENO	3CV13J10	100000.00
317	PRO.IETEC	LEGEND	30111/10	100000.00
311	PROJETEC	LEGEND	02112/10	100000.00
319	PROJETEC	LEGEND	02/32/10	50.000.00
	PROJETEC	LEGENO	15112/10	100000.00
321	PROJETEC	LEGEND	15/32/10	96.70L46
322	PROJEFEC	LEGEND	15/12110	100000.00



Roteiro da Oitiva

**FERNANDO BAIANO**

FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES, mais conhecido por FERNANDO BAIANO, atuava como lobista nas áreas de Abastecimento e Internacional da Petrobras.

De acordo com Paulo Roberto Costa, em depoimento prestado ao Juiz Sérgio Moro, FERNANDO SOARES atuava como operador do PMDB na Diretoria Internacional da Petrobras, como segue:

*“[...] Juiz Federal: -E para as outras agremiações políticas, o senhor sabe quem eram os distribuidores?*

*Paulo Roberto Costa: -Dentro do P7’, a ligação que o diretor do PT tinha, de serviço tinha, era com o tesoureiro na época do PT, senhor João Vaccari. A ligação era diretamente com ele. Do PMDB, da Diretoria Internacional, o nome que fazia essa articulação toda chama-se Fernando Soares.*

*Juiz Federal: -É o conhecido também como Fernando Baiano, é isso?*

*Paulo Roberto Costa: -Perfeito. e...]”*

O mesmo entendimento tinha Alberto Youssef, só que em relação à Diretoria de Abastecimento, como segue:

*“j...]Juiz Federal:- Quais seriam os outros operadores?*

*Alberto Youssef -Tinha Fernando Soares, que operava com Paulo Roberto Costa, para o PMDB, e tinha quem operava a área de navios, que era o seu genro. E tinha um outro que se chamava Henri, que também operava quando o Partido Progressista perdeu a liderança, aqueles líderes antigos, da turma do senhor José, perdeu a liderança e veio a mudar a liderança, aí entrou esta pessoa de Henri pra que pudesse fazer operações pra eles. [...]”*

Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

1

## 1.

Conforme o MP, embora cada grupo de políticos contasse, via de regra, com um operador específico (ALBERTO YOUSSEF operava para o PP; FERNANDO BAIANO atuava em nome do grupo ligado ao PMDB e JOÃO VACARI NETO, pelo PT), ocasionalmente ocorria um intercâmbio entre os operadores, como ilustra a situação narrada abaixo, onde FERNANDO BAIANO foi acionado para cobrar uma parte dos recursos ilícitos devidos pela empresa ANDRADE GUTIERREZ (Termo de Colaboração n2 53, de PAULO ROBERTO COSTA, em 7 de setembro de 2014):

*“[...] QUE como detalhou em seu termo relativo a ANFFC GUTIERREZ, em certo momento os valores devidos como propina por esta empreiteira passaram a ser cobrados e geridos por FERNANDO SOARES; QUE melhor explicando, que a empresa, mesmo após ganhar algum contrato no âmbito da Diretoria de Abastecimento, custava a depositar o valor devido ao PP; QUE se recorda que a partir de 2008 ou 2009 a cobrança à ANDRADE GUTIERREZ passou a ser feita por FERNANDO SOARES (FERNANDO BAIANO), e não*



*mais por ALBERTO YOUSSEF; QUE isto significou que os valores pagos por aquela empreiteira passariam a ser destinados ao PMDB, que tinha em FERNANDO SOARES seu operador, e não mais ao PP; QUE acredita que essa mudança ocorreu devido à proximidade que FERNANDO SOARES tinha com o presidente da holding ANDRADE GUTIERREZ, chamado OTAVIO AZE VEDO; [...]*

*“[...] QUE sabe que FERNANDO SOARES tinha algum negócio em comum com OTAVIO AZE VEDO, daí a proximidade entre ambos; QUE logo que conheceu FERNANDO SOARES, este ia com frequência à PETROBRAS; QUE depois de algum tempo FERNANDO passou a usar O escritór**ESTRE**, que ficava em frente à sede da PETROBRÁS; f...]*

*“[...] QUE muito embora FERNANDO SOARES fosse o operador do PMDB, tinha uma boa circulação entre todos os partidos, por exemplo, seu amigo JOSE CARLOS COSTA MARQUESB**UMLAI** era uma pessoa muito ligada ao PT; QUE sabe*

2

*também que FERNANDO BALANO frequentava Brasília com regularidade. [...],*

Diante do exposto, indago:

i. Por que V.Sa. passou a cobrar a propina devida pela empresa Andrade Gutierrez em substituição a Alberto Youssef? V.Sa. era amigo de Otávio Azevedo? V.Sa. tinha “negócios” com ele?

II.

Ainda de acordo com o MP, um outro episódio específico demonstra de forma cristalina a simbiose entre os grupos de políticos que comandavam o esquema ilícito implantado nas Diretorias da PETROBRAS (Termo de Colaboração n 01, de ALBERTO YOUSSEF):

*“[...] QUE, com relação ao suporte político de PAULO ROBERTO COSTA, aponta que por volta do ano de 2005/2006 PAULO ROBERTO ficou doente e houve um movimento político, bem como por parte de alguns funcionários da própria PETROBRAS a fim de destituí-lo do cargo; QUE, para que isso não ocorresse, entrou em cena a bancada do senado do PMDB, podendo citar os senadores VALDIR RAUPP, RENAN CAUIEIROS, ROMERO JUCA, bem como o Ministro EDSON LOBÃO, sendo que a partir de então o PMDB passou a receber uma parcela das comissões relativas aos contratos da PFIROBRAS, cabendo a FERNANDO SOARES fazer as transferências financeiras implementadas pelo declarante no que tange aos valores devidos ao PMDB, limitando-se o declarante aos recursos do PP [...]*»

Diante do exposto, indago:

2. V.Sa. operou o pagamento de propinas para Valdir Raupp, Renan Calheiros, Romero Jucá e Edson Lobão? Pra quem mais?

3

III.

Em outro depoimento, prestado recentemente, ALBERTO YOUSSEF confirmou esses mesmos fatos (Termo de Declarações n2 25 de ii de fevereiro de 2015):

*o declarante afirma que, na época do Mensalão, PAULO ROBERTO COSTA adoeceu e ficou internado um tempo, oportunidade em que tentaram “tomar” a Diretoria; QUE através do FERNANDO SOARES, PAULO ROBERTO COSTA obteve apoio do PMDB do Senado para se manter no cargo e quem deu apoio foi ROMERO JUG4, RENAN CALHEIROS, VALDIR RAUPP e EDSON LOBÃO; QUE ouviu isto tanto de PAULO ROBERTO COSTA quando de JOÃO GENU; QUE PAULO ROBERTO COSTA disse que, a partir deste momento, o PMDB*



*passou a receber valores das empresas que prestavam serviço para a PETROBRAS, ligadas à Diretoria de Abastecimento; [...]"*

Diante do exposto, indago:

3. V.Sa. intercedeu em favor de Paulo Roberto Costa para que ele permanecesse como Diretor de Abastecimento? Essa teria sido a razão para V.Sa. passar a recolher propina também na Diretoria de Abastecimento para o PMDB?

Iv.

Em depoimento prestado à CPI, PEDRO BARUSCO informou que havia sido apresentado a V.Sa. em Houston, na *OffShore Technology Conference*, pelo Diretor PAULO ROBERTO COSTA, em 2008, como segue:

*«[...] O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO Olha, o Sr. Alberto Youssef eu nunca vi. Não fui nunca nem apresentado. Ao Fernando Baiano eu fui apresentado pelo Diretor Paulo Roberto, numa*

4

*conferência, a Offshore Technology Conference em Houston. Ele me apresentou o Fernando e*

*O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO Em que ano isso?*

*O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO Olha, eu não consigo precisar, mas foi em 2009 ou 2010, uma coisa assim. Em 2008. [...]*

*O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO Olha, quem me apresentou ao Fernando Baiano foi o Diretor Paulo Roberto, nessa conferência, e tido como amigo do Diretor Paulo Roberto. Só. [...]"*

Por outro lado, segundo o TERMO DE COLABORAÇÃO N 53, de 07/09/2014, de PAULO ROBERTO COSTA, NESTOR CERVERÓ foi quem apresentou V.Sa. a ele entre 2005 e 2006, como segue:

*«[...] QUE em relação a FERNANDO SOARES, também conhecido como FERNANDO BAIANO, este foi apresentado ao declarante ao final de 2005, início de 2006, pelo diretor da área internacional da PETROBRÁS, NESTOR CERVERÓ; QUE até então sabia quem era FERNANDO BAIANO apenas de ouvir falar, sabendo que este tinha uma atuação forte como lobista no âmbito da Diretoria Internacional, representando os interesses do PMDB; QUE um dos primeiros assuntos que FERNANDO BAIANO tratou com o declarante foi a respeito da compra da Refinaria de Pasadena, processo este que estava sendo conduzido pela diretoria da Área Internacional; [...]"*

*"[...] QUE FERNANDO BAIANO lhe pediu que não colocasse obstáculos à aprovação do referido negócio; [...] QUE FERNANDO BAIANO ofereceu ao declarante o valor de US\$ i500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares) para não causar problemas na reunião de aprovação da compra da refinaria de Pasadena; QUE o declarante aceitou o valor e FERNANDO operacionalizou a disponibilização deste valor no exterior; [...]"*

Ademais, no TERMO DE COLABORAÇÃO N° de 07/09/2014, PAULO ROBERTO COSTA disse:

5

*"[...] QUE quando o negócio da compra da Refinaria de Pasadena ia ser levado à aprovação da Diretoria da PETROBRÁS, o lobista FERNANDO BAIANO procurou o declarante para pedir que não*



*criasse problemas na reunião de Diretoria para aprovar a compra da refinaria de Pasadena; QUE quando esse encontro ocorreu o processo de compra já estava bastante adiantado no âmbito da PETROBRÁS; QUE FERNANDO BAIANO ofereceu ao declarante o valor de US\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares) para não causar problemas na reunião de aprovação da compra da refinaria de Pasadena; QUE o declarante aceitou o valor e FERNANDO operacionalizou a disponibilização deste valor no exterior; QUE não sabe ao certo, mas acredita que este valor tenha sido bancado pela própria ASTRA PETRÔLEO; QUE por volta de 2007 OU 2008 o declarante esteve com FERNANDO BAIANO em Liechtenstein no VILARTES BANK, e acredita que tenha sido neste banco que tenham sido depositados os valores acima mencionados; QUE já detalhou este pagamento em outro termo; QUE não sabe se FERNANDO BAIANO ofereceu algum valor a outros membros da Diretoria da PETROBRÁS para não causarem problema à aprovação do negócio; QUE por ser um negócio ruim pelos fatos acima elencados, era previsível que em uma análise técnica, o declarante fosse apresentar objeções à aprovação desta compra; QUE a decisão pela aprovação acabou sendo unânime no âmbito da Diretoria, à época composta por seis diretores mais o Presidente da*

*PETROBRÁS, que à época era JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI; [...]"*

Por fim, no TERMO DE DECLARAÇÕES Nº 13, de 11/02/2015, PAULO ROBERTO COSTA disse:

*QUE conhece Eduardo Gouveia, o qual era advogado do genro do depoente; QUE Eduardo Gouveia prestou serviços ao depoente depois de sua saída da Petrobras, no âmbito da empresa Costa Global; QUE Eduardo Gouveia esteve com o depoente e Fernando Baiano em Liechtenstein para abrir uma conta bancária; QUE Fernando Baiano tinha conta no mesmo banco em que o depoente iria abrir a conta bancária; QUE Fernando Baiano iria repassar valores ao depoente, referentes a repasses ilícitos da empresa Andrade Gutierrez, bem como valores relativos a propina para que o depoente*

6

*não atrapalhasse a compra da Refinaria de Pasadena (EUA) pela Petrobras; [...]"*

#### **Diante do exposto, indago:**

4. Nestor Cerveró foi quem apresentou V.Sa. a Paulo

Roberto Costa entre 2005 e 2006, correto? Foi

Paulo Roberto Costa quem apresentou V.Sa. a

Pedro Barusco em 2008, correto?

5. V.Sa. confirma que repassou 1,5 milhão de dólares para Paulo Roberto Costa não criar problemas no episódio de aquisição da Refinaria de Pasadena? Além de Paulo Roberto Costa, que inclusive já confessou ter recebido 1,5 milhão de dólares, quem mais se beneficiou de propina nessa negociata envolvendo a Refinaria de Pasadena?

6. Paulo Roberto Costa, no TERMO DE COLABORAÇÃO N de 07/09/2014, disse que boatos davam conta de que a ASTRA havia pago entre vinte e trinta milhões de dólares de propina no “negócio” Pasadena. V.Sa. confirma que foi esse o valor total desviado na compra da Refinaria de Pasadena? Quais outros agentes políticos receberam propina nesse “negócio”?

7. Efetivamente, quanto foi desviado nesse malfadado “negócio” envolvendo a Refinaria de Pasadena?

8. V.Sa. confirma que por volta de 2007 ou 2008 esteve com Paulo Roberto Costa em Liechtenstein no VILARTES BANK? A propina destinada a Paulo Roberto Costa foi depositada nesse Banco? Alguém mais da Petrobras recebeu recursos nesse Banco?

7



V.

Segundo consta do depoimento prestado por ALBERTO YOUSSEF em 13.10.2014 (Termo n. 13), colaborador cujo acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal:

«[...] **QUE** indagado acerca dos fatos referentes ao Anexo n. 13, NAVIOS E SAMSUNG, afirma que PAULO ROBERTO COSTA intermediou o aluguel de um navio plataforma junto a área internacional da PETROBRAS, em contrato que foi formalizado entre a SAMSUNG e a PETROBRÁS, também com a participação da MITSUE, cujo representante no Brasil era JULIO CAMARGO; [...]»

«[...] **QUE** para viabilizar a assinatura do contrato com a SAMSUNG, foi demandado que **JULIO CAMARGO** repassasse para o PMDB percentual que o declarante não sabe precisar, mas que se destinava a pagamento de vantagem indevida a integrantes do partido PMDB, notadamente o deputado federal EDUARDO CUNHA, bem como em favor de PAULO ROBERTO COSTA, à época Diretor de Abastecimento da PETROBRÁS; [...]»

«[...] **QUE** para gerar tal valor, JULIO CAMARGO, agindo como broker em tal operação, inclusive respaldado em contrato firmado entre ele e a SAMSUNG, passou a repassar valores a FERNANDO SOARES, conhecido por FERNANDO BAIANO; **QUE** JULIO CAMARGO, enquanto broker, recebia comissionamento da SAMSUNG, em percentual que o declarante desconhece, mas a partir do qual passou a fazer frente aos pagamentos destinados a FERNANDO BAIANO; [...]»

«[...] **QUE** FERNANDO SOARES representava o deputado EDUARDO CUNHA, do PMDB; **QUE** afirma que FERNANDO SOARES «representava» o PMDB no âmbito da PETROBRÁS, isto é, era o operador do PMDB tal qual o declarante era o operador do PP; [...]»

«[...] **QUE** FERNANDO SOARES, nesse sentido, viabilizava recursos em espécie para pagamentos de propinas e formação de caixa dois, desde o ano de 2000; **QUE** indagado

sobre o que sabe de FERNANDO SOARES, afirma que foi ele quem fez a «junção» do PMDB, tanto da Câmara Federal quanto do Senado Federal, com PAULO ROBERTO COSTA, para que, junto com o PP, mantivessem PAULO ROBERTO na posição de Diretor de Abastecimento da PETROBRÁS; [...]»

«[...] **QUE** em decorrência disso, PAULO ROBERTO COSTA passou a viabilizar também a destinação de valores ao PMDB decorrentes de contratos firmados junto à PETROBRÁS, tanto no âmbito da Diretoria de Abastecimento quanto da Diretoria Internacional, em ambas por intermédio de FERNANDO SOARES; **QUE** o contato de PAULO ROBERTO COSTA na área internacional era a pessoa de NESTOR CUNATE CERVERÓ, este também indicado pelo PMDB para coordenar a Diretoria Internacional; [...]»

«[...] **QUE** indagado sobre fraudes específicas praticadas no âmbito da Diretoria Internacional, afirma que sabe que FERNANDO SOARES operava em favor do PMDB em tal diretoria, mas não sabe detalhes das operações e dos contratos, embora saiba que um cartel de empresas também funcionava em tal diretoria, gerando valores excedentes para pagamentos de propina e formação de caixa dois; [...]»

«[...] **QUE** especificamente em relação ao afretamento do navio plataforma refrido, o declarante não sabe dizer se houve algum favorecimento pessoal de NESTOR CERVERÓ; [...]»

«[...] **QUE** durante o aluguel, a SAMSUNG suspendeu o comissionamento que era pago em



*favor de JULIO CAMARGO no exterior referente a tal locação, embora continuasse a prestar e a receber da PETROBRÁS os valores devidos a título de aluguel do navio plataforma; QUE o comissionamento se referia a intermediação feita por JULIO CAMARGO; QUE o pagamento do comissionamento era feito mediante emissão de invoice, no exterior; QUE acredita que havia contrato de brokeragem entre uma das empresas de JULIO CAMARGO e a SAMSUNG, possivelmente a TRE VISO, AUGURI ou PIEMONTE; QUE JULIO CAMARGO demandou a SAMSUNG na Corte de Londres para receber as comissões que deixaram de ser pagas; [...]"*

9

*«[...] QUE diante da paralisação do pagamento das comissões, JULIO CAMARGO deixou de repassar tal dinheiro a FERNANDO SOARES; [...]"*

*“[...] QUE EDUARDO CUNHA, por conta disto, realizou uma representação perante uma comissão na Câmara dos Deputados, e nela pediu informações junto à PETROBRÁS acerca da MITSUE, TOYO e JULIO CAIVIARGO; QUE requisitou que tais informações fossem prestadas pela PETROBRAS, sendo que na realidade isso foi um subterfúgio para fazer pressão em JULIO CAMARGO a fim de que este voltasse a efetivar os pagamentos a FERNANDO SOARES que, por sua vez, os repassaria ao PMDB; QUE diante de tal pressão, JULIO CAMARGO, de um lado, demandou contra a SAMSUNG em Londres, por causa dos contratos que esta possuía com suas empresas, conforme dito; QUE de outro lado, por conta depressão, JULIO CAMARGO pagou, ele próprio, as vantagens indevidas à pessoa de FERNANDO SOARES, por intermédio do declarante; [...]"*

*«[...] QUE o pagamento realizado pelo declarante foi no total de Rs 6 milhões de reais, em espécie; QUE desse montante, recebeu 70% no exterior mediante operações de dólar cabo, viabilizados por contas de LEONARDO MEIRELLES, e os outros 30% em espécie, entregues por JULIO CAMARGO, pela pessoa de FRANCO, tendo o declarante retirado o montante no escritório utilizado pelos mesmos em São Paulo/SP; QUE na sequência, o declarante repassou os valores a FERNANDO SOARES no seu escritório na Av. Rio Branco, em São Paulo/SP, por diversas vezes, no ano de 2012 ou 2013. [...]"*

**Diante do exposto, indago:**

9. V.Sa. confirma que operou para o Deputado Eduardo Cunha nesse contrato envolvendo a SAMSUNG, a MITSUE e a PETROBRÁS? Se afirmativo, alguém mais do PMDB foi beneficiado?

lo

VI.

Em depoimento complementar prestado no dia 11 de fevereiro de 2015 (Termo n. 15, com autorização do Supremo Tribunal Federal), ALBERTO YOUSSEF destacou:

*“[...] QUE em relação ao pagamento de valores para EDUARDO CUNHA e CERVERÔ pela empresa SAMSUNG, o declarante se recorda que, em determinado dia, o JULIO CAMARGO ligou ao declarante para que fosse ao escritório de JULIO para conversar com ele; QUE o declarante foi e ao chegar ao escritório até estranhou pois atendeu o declarante de maneira bastante rápida, o que era incomum; QUE, então, JULIO CAMARGO disse ao declarante que tinha intermediado um contrato de aluguel de sondas, no qual PAULO ROBERTO COSTA, GENU e FERNANDO SOARES participaram, entre SAMSUNG, MIESLJE e a área internacional da PETROBRAS;*



[...]“

“[...] **QUE JULIO CAMARGO** relatou ao declarante que, em determinado momento, deixou de repassar os valores para **FERNANDO SOARES** e este último, para pressionar, fez um pedido para que **EDUARDO CUNHA** pedisse a uma Comissão do Congresso para questionar tudo sobre a empresa **TOYO, MIESUE** e sobre **JULIO CAMARGO, SAMSUNG** e suas relações com a **PETROBRAS**, cobrando contratos e outras questões; **QUE** por isto **JULIO CAMARGO** ficou bastante assustado; [...]“

«[...] **QUE** este pedido à **PETROBRAS** foi feito por intermédio de dois Deputados do **PMDB**; **Que** esta Comissão fez questionamentos à **PETROBRAS** sobre a **SAMSUNG**, o que pode ser comprovado perante a **PETROBRAS**; **QUE** houve um pagamento para **FERNANDO SOARES**, no valor de **US\$2,0 milhões**, na **RFYou DGX**, em **Hong Kong**, e o declarante fez o pagamento deste valor diretamente para **FERNANDO SOARES** no escritório deste último; [...]“

“[...] **QUE** o nome do **EDUARDO CUNHA** surgiu através do **JULIO CAMARGO**; **QUE**, salvo engano, **PAULO ROBERTO COSTA** mencionou o nome de **EDUARDO CUNHA** durante esse episódio; **QUE PAULO ROBERTO COSTA** dizia ao declarante que

11

*FERNANDO BAIANO representava o PMDB, mas o declarante nunca presenciou encontros de FERNANDO BAIANO com algum político do PMDB; [...]“*

“[...] **QUE** esteve com **FERNANDO BAIANO** em três ocasiões:

*uma vez em um restaurante no Rio de Janeiro, na Marina da Glória, oportunidade em que chamou a atenção dele por estar indo cobrar valores de empresas em nome de PAULO ROBERTO COSTA; QUE nesta oportunidade FERNANDO BAIANO disse que o declarante deveria falar com PAULO ROBERTO COSTA; QUE a outra vez foi no hotel SKY, na Brigadeiro Luis Antônio e a última no escritório da São Gabriel, em ambas para tomar um café e tratar da questão do JULIO CAMARGO e da SAMSUNG; [...]»*

“[...] **QUE**, por fim, na campanha de 2010, o declarante conversou com **FERNANDO BAIANO** a pedido de **PAULO ROBERTO COSTA** e queria receber valores da **ANDRADE GUTIERREZ** referente à Diretoria de Abastecimento, pois havia pressão de cobrança de valores para a campanha; **QUE** foi **FERNANDO BAIANO** quem viabilizou estes recursos, pois ele tinha contato com **OTÁVIO AZEVEDO**, presidente da **ANDRADE GUTIERREZ**; **QUE** o declarante recebeu valores na **ANDRADE GUTIERREZ** em três segundas-feiras seguidas, e retirou lá **R\$500.000,00** em cada oportunidade; [...]“

Diante do exposto, indago:

io. V.Sa. confirma que solicitou ao Deputado Eduardo Cunha que interviesse por intermédio da apresentação de requerimento de informações na Câmara dos Deputados?

ii. V.Sa. confirma que recebeu 2 milhões de dólares por conta dessa pressão feita na Câmara dos Deputados?

12. V.Sa. confirma os três encontros citados por Alberto Youssef no depoimento dele?

12

13. V.Sa. confirma que interveio em favor de Alberto Youssef junto à empresa Andrade Gutierrez para o pagamento de propina para a campanha de 2010 no valor de 1,5 milhão de reais?

VII.



Vaccari Neto, em depoimento prestado à CPI, disse nunca ter tratado de assuntos financeiros com V.Sa., como segue:

*“[...] Eu nunca tratei com o Sr. Fernando Soares de assuntos de campanhas ou de qualquer assunto. Fui apresentado a ele num dia, aqui no Aeroporto de Brasília, embarcando num voo, e tão somente isso. Nunca mais tive qualquer contato. [...] Nunca estive com o Sr. Jayme Careca. Não o conheço. [...]”*

Diante do exposto, indago:

14. V.Sa. confirma que nunca tratou de assuntos financeiros ou qualquer outro assunto com Vaccari

Neto? Se tratou, onde e em que circunstâncias?

15. Quem o apresentou a Vaccari Neto no aeroporto de Brasília? V.Sa. sabia que Vaccari Neto operava

na Petrobras pelo PT?

#### VIII.

No **TERMO DE COLABORAÇÃO N 04**, de 31/10/2014, JÚLIO GERIN DE ALMEIDA AMARGO disse:

*“[...] QUE antes de ser finalizada a negociação comercial, FERNANDO SOARES reuniu-se com o declarante e disse que ‘precisaria estabelecer os valores reunião esta realizada no escritório do declarante no Rio de Janeiro/RJ, na rua da Assembleia, io, conj. 3410; [...]”*

13

*at...) QUE FERNANDO SOARES disse que precisa ria ser paga a quantia de US\$15 milhões de dólares para que ele «pudesse concluir a negociação em bom êxito” junto à Diretoria Internacional; QUE isso revelava que FERNANDO SOARES mantinha um «compromisso de confiança» com o Diretor Internacional NESTOR CERVERÓ; QUE o declarante questionou o valor exigido, afirmando que receberia US\$20 milhões da comissão da SAMSUNG e, por isso, o fato de ter que pagar US\$15 milhões era muito; QUE FERNANDO então disse JULIO, cuida da sua parte que eu cuido da minha, eu cuido da área internacional”; [...]*

*«í...) QUE acabou concordando em pagar os US\$ 15 milhões de dólares, pois era o único jeito de fechar o negócio; QUE o declarante fez um acordo com FERNANDO SOARES, através de uma empresa off-shore dele; í...) QUE desse valor, o declarante repassou a título de propina a quantia de [15\$ 12,5 OU 15 milhões de dólares a FERNANDO SOARES; QUE esse montante de aproximadamente [15\$ 15 milhões de dólares foram pagos mediante transfêrencias bancárias da conta do declarante mantida no banco WIJ’ITERBOTHAN, no Uruguai, em nome de uma off-shore, para inúmeras contas indicadas por FERNANDO SOARES no exterior, não se recordando neste momento, mas se compromete a apresentá-las em breve; [...]*

*“[...] QUE após dois meses aproximadamente defechado o negócio acerca da primeira sonda, FERNANDO SOARES procurou o declarante e disse que a Área Internacional precisava de outra sonda, agora para o Golfo do México; QUE FERNANDO SOARES disse que se a SAMSUNG tivesse condições de fornecer esta segunda sonda no mesmo prazo que a primeira, ter-se-ia grande chance da PETROBRAS contratar a segunda sonda, dentro das mesmas características técnicas da primeira; í...)”*

*«í...) QUE FERNANDO SOARES disse, todavia, que neste caso ele precisaria de uma comissão de US\$25 milhões de dólares; QUE o argumento utilizado por FERNANDO*



SOARES para exigir valor maior para esta segunda sonda era no sentido de que caso a SAMSUNG fabricasse e vendesse duas sondas tecnicamente iguais, o custo para ela seria menor e o lucro seria maior; [...]“

14

“[...] QUE o declarante conversou com HARRY LEE no Rio de Janeiro/RJ e disse que a comissão do declarante teria de aumentar para entre US\$ 50 a milhões de dólares; QUE HARRY LEE **concordou em pagar US\$ milhões de dólares de comissão ao declarante para o contrato das duas sondas**, mas ele não sabia que parte do valor o declarante destinaria a FERNANDO SOARES; [...]“

«[...] **QUE como havia sido exigida propina de US\$15 milhões de dólares para a primeira sonda e outros US\$35 milhões de dólares para a segunda sonda**, e o declarante deveria receber da SAMSUNG US\$ milhões de dólares para fazer frente ao pagamento daquelas vantagens indevidas, acabou ficando descoberto com a inadimplência da SAMSUNG, pois não receberia a sua parte de US\$13 milhões; [...]“

“[...] QUE como já havia utilizado parte dos valores pagos pela SAMSUNG para outros pagamentos, inclusive de propina no exterior no âmbito de contratos da PETROBRÁS, o declarante ficou numa posição de liquidez negativa no exterior; QUE **nesse momento, tentou explicar a FERNANDO SOARES que a SAMSUNG não pagaria e que precisaria de um tempo para tentar resolver o problema; QUE FERNANDO SOARES concedeu ao declarante 6 (seis) meses de prazo**, mas até hoje o declarante não conseguiu resolver o problema com a SAMSUNG, pois está não adimpliu o contrato; QUE num determinado momento, então, FERNANDO SOARES cobrou o declarante e disse que não poderia esperar mais, dizendo que tinha os compromissos dele e que eram inadiáveis, e que o declarante deveria cumprir aquilo que havia combinado; QUE nesse momento, o declarante começou a pensar em como iria pagar FERNANDO SOARES, uma vez que não tinha liquidez no exterior;

[...],

“[...] QUE diante do conhecimento que tinha a respeito da atuação de ALBERTO YOUSSEF como operador de PAULO ROBERTO COSTA, relatou a YOUSSEF que precisaria pagar FERNANDO SOARES, dizendo que tinha liquidez (recursos) no Brasil, mas que precisaria efetuar pagamentos a SOARES; QUE ALBERTO YOUSSEF **conhecia FERNANDO SOARES e acredita que a**

15

**relação entre os mesmos se dava em razão da proximidade com PAULO ROBERTO COSTA;** [...]»

“[...] QUE ALBERTO YOUSSEF sugeriu ao declarante que fizesse aportes na GFD INVESTIMENTOS, alegando que precisava de recursos em tal empresa de origem conhecida, para terminar empreendimentos hoteleiros, especificamente o Hotel dos Romeiros, em Aparecida/SP, o Hotel Príncipe da Enseada, em Porto Seguro/BA e o Edifício Residencial Dona Lila, em Curitiba/PR; QUE o declarante concordou e para tanto formalizou contratos simulados de investimentos entre as empresas AUGURI, TRE VISO e PIEMONTE com a GFD INVESTIMENTOS; QUE pela empresa PIEMONTE transfere R\$ 8.730.918,57, pela TRE VISO R\$ 1.850.000,00 e pela AUGURI R\$ 1.150.000,00, tudo para a conta da GFD, totalizando R\$ 11.730.918,57; QUE **não sabe dizer como ALBERTO YOUSSEF, na sequência, pagou estes valores a FERNANDO SOARES se no Brasil ou no exterior, mas SOARES não reclamou ao declarante, de maneira que certamente o acerto foi feito; QUE para os valores aportados a título de investimento nos empreendimentos da GFD, o declarante formalizou contratos de mútuo com a GFD, lastreados em notas promissórias, afim de obter uma dupla garantia e não parecer que fosse algo simulado;** [...]“



“[...] QUE para completar o pagamento de seu saldo com FERNANDO SOARES, que era na época de aproximadamente US\$8 milhões de dólares, efetuou pagamentos a empresas indicadas por FERNANDO SOARES no Brasil, isto é, a **TECHINIS ENGENHARIA E CONSULTORIA S/C LTDA.**, no valor de Rs **00.000,00**, a **HAWK EYES ADMINISTRA Çi O DE BENS LTDA**, CNPJ 08.2.y/0001-56, no valor de **lis** a600.00000; QUE os valores safram da conta da empresa TRE VISO; QUE os valores foram transferidos após a formalização de contratos simulados de prestação de serviços com as empresas do declarante e emissão de notas fiscais pelas contratadas; QUEo FERNANDO SOARES é **um dos** sócios da **TECHINIS e a outra empresa, HAWK EYE\$, acredita que seja de seu cunhado**, mas não tem certeza; [...]”

«[...] QUE também fez dois pagamentos no exterior, **cada um no valor de 115\$ 500 miS** dólares, **os** quais saíram da conta

16

**mantida pelo declarante no BANCO CRAMER, em setembro de 2011 e outubro de 2011, e foram para uma conta na Suíça titularizada pela offshore de FERNANDO SOARES de nome HARLEY QUE** novamente para completar o saldo de pagamento de propina exigida por FERNANDO SOARES no contrato das sondas entre a SAMSUNG e a PETROBRAS, o declarante remeteu ao exterior de forma oficial, mediante contratos de câmbio feitos por suas empresas TRE VISO e PIEMONTE, sob a rubrica de investimento no exterior, os montantes de US\$ 1.535.985,96 e US\$ 1.538.422,91, respectivamente; QUE esses valores foram creditados em contas da TRE VISO e da PIEMONTE no Banco MERRY LINCH, em Nova York, e o declarante contraiu um empréstimo no mesmo Banco em favor da off-shore DEVONSHIRE, de ALBERTO YOUSSEF, dando em garantia os recursos que mantinha em suas contas; QUE **acredita que ALBERTO YOUSSEF tenha utilizado os recursos, que eram regulares, e os aportou na GFD, pagando o mesmo valor, de outras fontes, pura FERNANDO SOARES; QUE sobre essa operação, SOARES também não reclamou, de maneira certamente foi efetivada;**

[...],

“[...] QUE somando pagamentos feitos a FERNANDO SOARES no exterior e no território nacional, assim como por meio de ALBERTO YOSSEF também destinados àquele, o declarante efetivou o pagamento total do montante exigido de US\$40 milhões de dólares; [...]”

“[...] QUE no âmbito da Diretoria Internacional, o contrato de sondas da SAMSUNG foi o único em que o declarante atuou; QUE não houve nenhum outro contrato em tal área internacional no qual o declarante participou; QUE indagado se FERNANDO SOARES (BAIANO) era uma espécie de operador dentro da Diretoria Internacional, afirma que “pode ser”, por conta das “evidências, a proximidade, a intimidade com o Diretor NESTOR cERVERO’ e o “sucesso que ele obtinha nos contratos que eram intermediados por ele»; QUE indagado sobre outros contratos que FERNANDO SOARES teve sucesso dentro da Diretoria Internacional, acredita que o mesmo tenha participado como operador na compra de PASADENA, mas não sabe de detalhes; [...]»

17

**Diante do exposto, indago:**

**i6.** V.Sa. confirma que reuniu-se com o Júlio Camargo e disse que “precisaria



*estabelecer os valores*’ reunião esta realizada no escritório dele, no Rio de Janeiro/RJ, na rua da Assembleia, **10, Cofl. 3410?**

17. V.Sa. confirma que a sua comissão nesses contratos foi de cerca de **40 milhões de dólares**? Além de V.Sa., quem mais se beneficiou desses recursos? Esses recursos foram pagos no exterior e no Brasil, correto? Como e onde?

18. V.Sa. confirma que Júlio Camargo encontrou dificuldades para honrar os compromissos firmados nesses contratos? Que medidas V.Sa. adotou para pressioná-lo? V.Sa. acionou algum agente político para tentar resolver a situação?

19. V.Sa. também operou a negociata envolvendo a compra da Refinaria de Pasadena? Quanto rendeu em propinas esse “negócio”? Quem recebeu?

20. V.Sa. fez “negócios” com Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa? Quais “negócios”? Quanto V.Sa. repassou de propina nesses “negócios” aos dois diretores?

21. Para que agentes políticos V.Sa. destinava parte da propina que recolhia?

## **Ix.**

No **TERMO DE COLABORAÇÃO N 07, de 03/U/2014, JÚLIO GERIN DE ALMEIDA CAMARGO** disse:

18

*“[...] QUE o declarante abriu a conta em nome da offshore PIAMONTE INVESTMENT LTD no BANCO WINTERBOTHAN, no Uruguai, em Montevideu, no ano de 2006, a fim de receber pagamentos referentes a contrato de intermediação feito entre a SAMSUNG HEAVY INDUSTRY com a PETROBRÁS, para a construção de duas sondas para águas ultra profundas, tendo recebido o valor de US\$ 40 milhões de dólares pelos dois contratos, está pendente o valor de US\$13 milhões; QUE os US\$ 40 milhões de dólares o declarante recebeu na conta acima referida, no Uruguai; QUE não dispõe do número da conta neste momento; QUE também utilizou tal conta para efetivar pagamentos em contrato mantido com FERNANDO SOARES, conforme já relatado, tendo feito transferências para diversas contas indicadas por ele, em torno de dez contas [...]”*

*“[...] QUE efetuou pagamentos em favor da offshore HAILEY, no BCP GENEVE BANQUE DE COMMERCE ET PLACEMENTS, em Geneva, na Suíça, indicada por FERNANDO SOARES em setembro/aoutubro/2010, cada um no valor de US\$500.000,00 dólares; [...]”*

*“[...] QUE o declarante também abriu duas contas no BANCO MARRIL LYNCH em Nova York, tão somente para operacionalizar o pagamento feito a FERNANDO SOARES, por intermédio de ALBERTO YOUSSEF, conforme já detalhado em termo anterior; QUE abriu as duas contas em nome da TRE VISO e da PIEMONTE; QUE pela TRE VISO remeteu mediante contrato de câmbio a quantia de US\$1.535.985,96, em setembro/2010; QUE pela PIEMONTE remeteu mediante contrato de câmbio o total de US\$ 1.538.422,91, em novembro e setembro/2010; QUE abriu as contas para garantir o empréstimo feito em favor DEVONSHIRE, de ALBERTO YOUSSEF, que abriu conta também no MARRIL LYNCH para receber os valores e depois os repassar a FERNANDO SOARES; [...]”*

Diante do exposto, indago:

22. V.Sa. repassou parte desses recursos para contas ou empresas de Nestor Cerveró sediadas no Uruguai? Quanto e em que época?

9



X.

No **TERMO DE COLABORAÇÃO N 18**, de 02/09/2014, PAULO ROBERTO COSTA disse:

«[...] *QUE da mesma forma como ocorria quando o declarante foi Diretor de Abastecimento, isto é, sobre a necessidade de repasses para grupos políticos a partir dos contratos firmados com a Petrobrás, também ocorria no âmbito dos contratos firmados na Diretoria Internacional, sendo que NESTOR CERVERO tinha em FERNANDO SOARES (FERNANDO BAIANO) o operador que cuidaria de viabilizar a entrega da parte devida aos partidos; QUE não sabe se NESTOR CERVERO fazia diretamente entrega de valores a DELCIDIO AMARAL; QUE NESTOR CERVERO permaneceu muitos anos no cargo de Diretor Financeiro da Petrobrás Distribuidora, tendo saído recentemente após suas declarações na CPI da Petrobrás, quando entrou em contradição em relação às declarações da Presidenta DILMA ROUSSEF no assunto da Refinaria de Pasadena; [...]*»

Diante do exposto, indago:

23.V.Sa. confirma o depoimento de Paulo Roberto Costa, no sentido de que na Diretoria Internacional funcionava o mesmo esquema de pagamento de propinas a agentes políticos? Se afirmativo, V.Sa. poderia nos dizer quem foram os beneficiários?

XI.

No **TERMO DE COLABORAÇÃO N 38**, de 04/09/2014, PAULO ROBERTO COSTA disse:

«[...] *QUE também foram efetuados em seu favor outros depósitos no ROYAL BANK OF CANADA, com sede na Suíça, em conta aberta nas Ilhas Caymã (conta essa diversa daquela na qual a construtora*

20

*ODEBRECHT efetuava depósitos); Que esta conta foi aberta em nome da OfJShore designada como "INTERNATIONAL", cujos diretores eram os seus genros MARCIO e HUMBERTO; QUE tal conta foi aberta a pedido do declarante; QUE para esta conta, a principal, foi repassado o montante total de Us 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil dólares), sendo que para duas subcontas dela decorrentes, uma em nome da OffShore "LAR ROSE" de propriedade de MARCIO e outra em nome da Off Shore GLACIER de propriedade de HUMBERTO, foram repassados US\$ 300.000,00 (trezentos mil dólares) cada; QUE o somatório dos referidos valores, no montante de Us 3.000.000,00 (três milhões de dólares americanos) foram repassados por FERNANDO SOARES, conhecido como FERNANDO "BALANO", o qual se valia de "doleiro" chamado DIEGO (o declarante não soube precisar demais dados qualificatórios); QUE FERNANDO é Iobista ligado a NESTOR CERVERO e intermediou junto ao declarante algumas contratações com a PETROBRAS; QUE os refridos pagamentos decorreram de repasses oriundos de empreiteiras contratadas pela PETROBRAS e foram efetuados a título de propina para o declarante; [...]*»

Diante do exposto, indago:

24.V.Sa. confirma o depoimento de Paulo Roberto Costa dado no **TERMO DE COLABORAÇÃO N 238**, de 04/09/2014, quando se refere à sua pessoa?



Se afirmativo, V.Sa. operou para outros agentes políticos que não os pertencentes aos quadros do PMDB? Se afirmativo, quem seriam?

XII.

No Termo de Colaboração nº35, Alberto Youssef disse:

*“[...] QUE, por volta do ano de 2009, ainda no governo LULA, houve uma situação de emergência relacionada a criação de uma CPI pelo PSDB, visando investigar a PETROBRAS, sendo que com o pagamento de cerca de dez milhões de reais para os parlamentares SERGIO GUERRA, EDUARDO DA FONTE e CIRO NOGUEIRA a*

21

*questão foi resolvida; QUE, CIRO e EDUARDO DA FONTE teriam cooptado SERGIO GUERRA para que a CPI não fosse instalada sendo que FERNANDO SOARES cuidou do pagamento aos parlamentares, utilizando recursos da QUEIROZ GALVAO*

*[...].*

Colhidos novos depoimentos, PAULO ROBERTO COSTA e ALBERTO YOUSSEF desdobraram as informações antes prestadas, apresentando novos pormenores.

No Termo de Declarações Complementar n. 19, produzido em 11 de fevereiro de 2015, PAULO ROBERTO COSTA disse:

*“[...] QUE não sabe da participação no foto de Alberto Youssef ou de Fernando\*oreà, os quais não foram acionados pelo depoente [...]”*

ALBERTO YOUSSEF, por sua vez, em seu **Termo de Declarações Complementar n. 07**, disse:

*“[...] QUE, então, PAULO ROBERTO COSTA confirmou o pagamento destes dez milhões para a CPI da PETROBRAS e esclareceu que quem intermediou isto foi FERNANDO BAIANO e quem participou desta reunião foi SERGIO GUERRA, EDUARDO DA FONTE e CIRO NOGUEIRO, além do IDELFONSO, da QUEIROZ GALVÃO; [...] QUE a reunião dos deputados foi no escritório de FERNANDO SOARES (FERNANDO BAIANO); [...] QUE na carceragem da Polícia Federal, há cerca de dez dias, FERNANDO BAIANO falou ao declarante que não operacionalizou este pagamento, mas que apenas cedeu o escritório dele para a reunião entre SERGIO GUERRA, EDUARDO DA FONTE, CIRO NOGUEIRA e o presidente da QUEIROZ GALVÃO, IDELFONSO COLARES [...]»*

**Diante do exposto, indago:**

**25.V.Sa. poderia esclarecer esse episódio para esta Comissão Parlamentar de Inquérito?**

22

XIII.

No Termo de Declarações Complementar n. 19, ALBERTO YOUSSEF negou que tenha sido o responsável pela “operacionalização” de pagamento em favor de Lindbergh Farias, como segue:

*“[...] QUE em relação ao fato envolvendo a campanha de LINDBERGH FARIAS para o Senado em 2010, o declarante não sabe nada a respeito; QUE não conhece o referido Senador e que nunca fizera m pedido ao declarante para fazer pagamento a LINDBERGH; QUE não conhece JOSÉ ANTONIO SILVA PARENTE, vulgo TOTÓ PARENTE; QUE conheceu algumas*



*peessoas do PT por intermédio de PAULO ROBERTO COSTA ou por relacionamento antigo, como no caso de ANDRÉ VARGAS, mas o declarante não tem relação com LINDBERG FARIAS; QUE não se recorda de ter feito pagamento de dois milhões em 2010 a pedido de PAULO ROBERTO COSTA; QUE PAULO ROBERTO COSTA pode ter se confundido; QUE PAULO pode ter pedido, além do declarante, tal operação para FERNANDO SOARES, JOÃO GENU ou HENRI HOYER fazerem tal pagamento, assim como pode ter pedido para as empresas realizarem o pagamento diretamente, mas não sabe ao certo. [...]"*

Diante do exposto, indago:

26. Foi V.Sa. quem operacionalizou esse pagamento de 2 milhões de reais em 2010 em favor de Lindbergh Farias? Se afirmativo, poderia nos fornecer mais detalhes?

XIV.

Camila Barral, vendedora da concessionária AutoStar São Paulo Comercial e Importadora, prestou depoimento ao Ministério Público e disse que V.Sa. passou todos os dados pessoais da mulher do ex-diretor internacional da Petrobrás Nestor Cerveró para registro no

23

**ato da aquisição da Range Rover Evoque por Rs 220 mil. Segue trecho do depoimento:**

documentos em anexo, inclusive acompanhada dos documentos bancários respectivos. Que Fernando Soares em julho de 2012 entrou em contado com a depoente para dizer que desejava indicar uma pessoa “amiga” para adquirir um veículo ER Evoque Dynamic 5D na concessionária Autostar. Que Fernando Soares passou para a depoente todos os dados de Patrícia Anne Cunat Cerveró, inclusive com cópias de CPF, RO e comprovante de endereço. Que não manteve nenhum contato com Patrícia Anne Cunat Cervero. Que foi exigido que fosse realizado depósito identificado, cujo comprovante é entregue nesta data. Que é possível verificar quem retirou o veículo da concessionária, comprometendo-se a depoente a apresentar esse documento. Que esse veículo foi blindado, também por ordem de Fernando Soares. Que desconhece a compra de outro veículo LR Evoque pela pessoa de Paulo Roberto

**Diante do exposto, indago:**

**27. Por que V.Sa. comprou esse veículo para a esposa de Nestor Cerveró? Foi a forma encontrada para “lavar” e repassar a propina recebida por V.Sa. nos “acertos” feitos na Diretoria Internacional da Petrobras?**

**28. Essa não seria a mesma concessionária que Alberto Youssef utilizou para também “presentear” PAULO ROBERTO COSTA com uma Range Rover Evoque?**

XV .

**Em depoimento prestado na CPI, o empresário Mendonça Neto disse que não conhecia V.Sa., como segue:**

«[ ] E V Sa conhece o Sr Fernando Antônio Falcão Soares, chamado de Fernando



*Baiano Teve algum contato com ele?*

**O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO** Não, não conheço. [...]»

24

Ademais, no TERMO DE COLABORAÇÃO N<sup>o</sup> 01, de 29/10/2014, Mendonça Neto disse:

*at...] QUE a respeito de FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES, conhecido por FERNANDO BAIANO, o declarante afirma que não manteve qualquer relação com o mesmo, assim como o seu GRUPO EMPRESARIAL também não manteve; QUE não conhece FERNANDO BAIANO; QUE quem teve relacionamento com FERNANDO SOARES foi JULIO C4.MARGO; [...]"*

Diante do exposto, indago:

29. V.Sa. confirma que nunca esteve com o empresário Mendonça Neto? V.Sa. nunca intermediou nenhum negócio em que as empresas dele estivessem envolvidas?

XVI.

No TERMO DE DECLARAÇÕES N<sup>o</sup> 21, de 11/02/2015, PAULO ROBERTO COSTA disse:

*"[...] QUE, inicialmente, a operacionalização dos repasses da Andrade Gutierrez era feita por Janene e Youssef porém, tendo em vista que a empresa era contumaz em atrasar os pagamentos devidos, Janene pediu ao Fernando Baiano que desempenhasse essa função, em especial porque Fernando Baiano tinha muita proximidade com o Presidente da Andrade Gutierrez; QUE esses valores eram destinados ao PP, mas após a participação de Fernando Baiano, uma parcela passou a ser destinada ao PMDB; QUE não sabe exatamente qual percentual caberia ao PP e ao PMDB, mas acredita que o PMDB tenha passado a ficar com a maior parte; QUE não tem conhecimento sobre a destinação para o PP, em 2010, de R\$ 5 milhão, quantia essa que teria sido recebida por Alberto Youssef da Andrade Gutierrez, a pedido de Fernando Baiano, [ 1 "*

Diante do exposto, indago:

25

30. V.Sa. operou para José Janene também? Se afirmativo, quando e em que circunstâncias?

XVII.

No TERMO DE COLABORAÇÃO N<sup>o</sup> .de 07/09/2014, PAULO ROBERTO COSTA disse:

*"[...] QUE FERNANDO BAIANO é um homem muito rico, sabendo que tem uma cobertura de 1.200 metros quadrados de frente para o mar na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro/RJ no condomínio Atlântico Sul; QUE FERNANDO foi quem disse ao declarante que comprou este imóvel; QUE sabe que FERNANDO também tem casa nos Estados Unidos, também casa em Trancoso, no Litoral da Bahia, também em Angra dos Reis/RJ, assim como lancha na mesma localidade, além de ativos no exterior; QUE se recorda também de uma academia de ginástica na Barra da Tijuca; QUE acredita que tais bens não estejam em nome de FERNANDO SOARES, pois o mesmo não teria como comprovar a origem dos recursos usados para adquirir todos estes bens; QUE é provável que os bens estejam em nome de*



*empresas offshore; [...]“*

*“[...] QUE não sabe de nenhuma atividade empresarial de FERNANDO BAIANO além de sua atividade de lobista; QUE sabe que FERNANDO representou no Brasil uma empresa espanhola chamada ACCIONA, que construiu parte do porto de EIKE BATISTA em São João da Barra/RJ; QUE não se recorda se esta empresa espanhola já foi contratada pela PETROBRÁS; QUE FERNANDO BAIANO era muito próximo de EIKE BATISTA; [.1”*

**Diante do exposto, indago:**

31. V.Sa. confirma ser o proprietário de todos os imóveis relatados por Paulo Roberto Costa no

Termo de Colaboração n2 53, de 07/09/2014?

26

**XVIII.**

No **TERMO DE COLABORAÇÃO N° 45**, de 05/09/2014, PAULO ROBERTO COSTA disse:

*«[...] QUE FERNANDO, acredita que ainda entre 2011 e 2013, informou que o declarante teria um saldo no exterior em torno de US\$4 milhões de dólares à sua disposição, oriundos da sua cota que a si era devida pelos contratos; QUE o declarante acredita que a conta no qual eram mantidos estes valores era no banco VIIARTES em Liechteinsteim, pois esteve certa feita neste banco junto com FERNANDO; QUE FERNANDO tinha um operador chamado DIEGO, que morava na Suíça, o qual cuidava das operações financeiras no exterior para aquele; QUE não tem certeza se DIEGO chegou a operacionalizar a abertura de uma conta no exterior, neste mesmo banco, em nome do declarante; QUE deste montante, entre US\$2 milhões a US\$ 2,5 milhões era oriundos de valores pagos pela ANDRADE GUTIERREZ; QUE do saldo de US\$ 4 milhões solicitou a FERNANDO que transferisse US\$3 milhões para uma conta no exterior em nome de seus genros HUMBERTO e MARCIO, conta esta já detalhada no Termo de Colaboração n. 38; QUE não sabe o que FERNANDO fez com o saldo de US\$ 1 milhão que havia restado como sendo devido ao declarante. [...]“*

**Diante do exposto, indago:**

32.V.Sa. confirma que operacionalizou o pagamento de propinas por parte da empresa Andrade Gutierrez em favor de Paulo Roberto Costa no exterior?

33.V.Sa. confirma que transferiu 3 milhões de dólares da conta de Paulo Roberto Costa para contas dos genros dele?

34.Qual o nome completo do seu operador na Suíça?

27

DEP. IZALCI – DEPOENTE GUILHERME ESTEVES DE JESUS – WORD

**Roteiro da Oitiva**

**GUILHERME ESTEVES DE JESUS**

GUILHERME ESTEVES DE JESUS, segundo depoimento prestado por Pedro Barusco, em sede de colaboração premiada, trata-se de representante dos



interesses de empresas corruptoras nos pagamentos das vantagens indevidas. Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

**1.**

As provas colhidas na investigação, bem como os depoimentos prestados pelo colaborador PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO e documentos por ele indicados ou fornecidos, corroborados, ainda, pelo material apreendido quando do cumprimento do mandado de busca e apreensão na residência de V.Sa., demonstraram o seu envolvimento como intermediador de interesses escusos em prol do ESTALEIRO JURONG no gigantesco esquema fraudulento erigido no seio e em desfavor da PETROBRAS e de sua subsidiária SETEBRASIL. De acordo com o que declinado por PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO em sede de acordo de colaboração premiada celebrado com o MPF, V.Sa. funcionou como operador financeiro para o pagamento de propinas provenientes do ESTALEIRO JURONG a BARUSCO, RENATO DUQUE e outros funcionários corrompidos, a partir de janeiro de 2013, por meio da celebração de contratos ideologicamente falsos, emissão de notas fiscais frias e realização de depósitos em contas bancárias no exterior.

**Diante do exposto, indago:**

**:1.**

i. V.Sa. confirma a participação no esquema de desvio de recursos em contratos celebrados pelo Estaleiro Jurong? Se afirmativo, quanto foi desviado e quem foram os beneficiários?

2. Esse esquema de desvio de recursos com o envolvimento de V.Sa. ocorreu durante qual período?

3. Quem foi o responsável por arquitetar a operação de desvio dos recursos? Vaccari Neto estava envolvido?

**II.**

BARUSCO afirmou ainda ter fornecido os dados das contas abertas no Banco Cramer a V.Sa. a fim de que fossem realizados os depósitos de valores correspondentes a vantagens indevidas do ESTALEIRO JURONG.

Segundo informado por BARUSCO, o primeiro depósito de pagamento de propina em seu favor se deu com a transferência, realizada no dia 04/02/2013, para a offshore NATIRAS do montante de US\$ 732.563,00, proveniente da offshore OPDALE INDUSTRIES LTD, de propriedade de V.Sa., nos interesses do ESTALEIRO JURONG. Posteriormente, houve outro pagamento advindo da offshore OPDALE para a NATIRAS, no valor de US\$ 1.985.555,57, datado de 15/04/2013. Tais operações não só foram mencionadas por BARUSCO, como também comprovadas mediante extratos bancários por ele apresentados, os quais atestam ambos os depósitos efetuados a partir da conta da offshore OPDALE, controlada por V.Sa.

Ademais, ainda de acordo com PEDRO BARUSCO, RENATO DE SOUZA DUQUE recebeu pagamentos do ESTALEIRO JURONG, representado V.Sa., nos valores de



US\$ 2.100.000,00, em

2

maio de 2013, e de US\$ 1.195.000,00, agosto de 2013, enquanto JOÃO FERRAZ recebeu US\$ 1.035.996,00 em julho de 2013, tendo, ainda, EDUARDO MUSA recebido US\$ 786.000,00, também em julho de 2013.

Diante do exposto, indago:

4. V.Sa. entendia que, quando realizava os pagamentos, os recursos só beneficiavam os ex- dirigentes? Não desconfiava de que havia uma estrutura político-partidária por detrás desses pagamentos?

5. V.Sa. tem conhecimento se o processo de licitação que a SETEBRASIL participou foi um jogo de cartas marcadas?

### III.

Ainda de acordo com as investigações, corroborando a conexão existente entre V.Sa. e Pedro Barusco, tem-se, ainda, o «Services Agreement» apresentado por Barusco, firmado em 01/04/2013 entre a OPDALE INDUSTRIES LTD e a NATIRAS INVESTMENTS INC, no valor de US\$ 7250392,00, objetivando estabelecer o valor a ser integralizado pela OPDALE por serviços a serem prestados.

Diante do exposto, indago:

6. Esse “ajuste de serviços” era fictício? Ou seja, funcionava apenas para justificar a transferência das propinas?

### Iv.

Segundo o Ministério Público, outras operações de lavagem de capitais realizadas por V.Sa. foram corroboradas a partir de

3

diversos documentos físicos e eletrônicos apreendidos na sua residência, muitos dos quais referentes ao ESTALEIRO JURONG, merecendo destaque:

*Contrato celebrado, em 16/11/2007, entre o JURONG SHIPYARD PTE LTD e a BLACK ROCK OIL & SERVICES INC., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria na construção da FPSO P4 CLONE. A remuneração prevista para a contratada equivale ao percentual de 2% do valor do contrato;*

*Comunicação enviada pela CARIOCA CHRISTIANI-NJELSEN ENGENHARIA para o JSL JURONG SHIPYARD PTE LTD, em que apresenta condições para execução das obras do Terminal*

*Marítimo de Barra do Riacho/ES, com os respectivos anexos;*

*Comunicação enviada pela ENGEVIX ENGENHARIA SIA para a JURONG DO BRASIL e proposta apresentada pela empreiteira para obras do Novo ESTALEIRO JURONG, localizado na Barra do Sahy/ES, e respectivos anexos;*

*“Contrato de Agenciamento Comercial de Serviços” firmado, em 26/09/2007, entre a MAC LAREN ESTALEIROS E SERVIÇOS MARÍTIMOS 5/A e a UPNAVY SERVIÇOS LTDA., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria para a ‘negociação e estabelecimento de um relacionamento técnico-comercial de longo prazo com o ESTALEIRO JURONG SHIPYARD’ prevista a remuneração de US\$ 1.500.000,00 na*



assinatura do contrato e mais uma comissão líquida durante os 5 primeiros anos, correspondente a 1,2% sobre ofaturamento bruto;

*“Contrato de Agenciamento Comercial de Serviços» firmado, em 21/10/2009, entre o Consórcio RAM/SONDOTÉCNICA (RAM ENGENHARIA LTDA e SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S/A) e a UPNAVY SERVIÇOS LTDA., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria para a «negociação e a assinatura de contratos para o fornecimento de bens e serviços relativos ao Projeto de Engenharia para construção do Estaleiro do Jurong no Município de Aracruz a serem contratados pelo JURONG SHIPYARD ou outra do mesmo*

4

*grupo’ prevista remuneração equivalente a 3% sobre os valores brutos a serem recebidos pela contratante junto ao ESTALEIRO;*

*“Contrato de Agenciamento Comercial de Serviços» firmado, em 21/10/2011, entre a PCE PROJETOS E CONSULTORIAS DE ENGENHARIA LTDA e a UPNAVY SERVIÇOS LTDA., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria para a “negociação e a assinatura de contratos para o fornecimento de bens e serviços relativos ao Projeto de Engenharia para construção do Estaleiro do Jurong no Município de Aracruz a serem contratados pelo JURONG SHIPYARD ou outra do mesmo grupo’ prevista remuneração equivalente a 3% sobre os valores brutos a serem recebidos pela contratante;*

*“Contrato de Consultoria Técnico-Comercial de Serviços de Engenharia» firmado, em 30/01/2009, entre a DORIS ENGENHARIA LTDA e a UPNAVY SERVIÇOS LTDA., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria para a «negociação e a assinatura de contratos para o fornecimento de Serviços de Engenharia e Assistência técnica em geral para o BID, FEED e DED, relativos ao convite n 0003376.08.8 emitido pela PNBV para construção de 8 cascos novos de FPSOs para o Pré-sal junto ao Jurong Shipyard USPL)’ prevista remuneração equivalente a 3% sobre os valores brutos o serem recebidos pela contratante; “Contrato de Agenciamento Comercial de Serviços» firmado, em 25/06/2011, entre o ESTALEIRO JURONG ARACRUZ e a UPNAVY SERVIÇOS LTDA., prevista remuneração de R\$ 660.000,00; “Brokerage Consultancy Agreement” firmado, em 30/09/2008, entre a UPNAVY SERVIÇOS LTDA. e a JURONG SHIPYARD PTE LTD, cujo objeto consiste na prestação de serviços de consultoria na negociação e na contratação do Aditivo os ao Projeto Pj e à conversão em FPSO e cuja remuneração totaliza US\$ 2.000.000,00. Diante do exposto, indago: 5*

7. V.Sa. poderia detalhar os valores pagos a título de propina em todos esses

contratos e quem teria se beneficiado desses pagamentos? **V.**

Ainda de acordo com as investigações do Ministério Público, especificamente no que diz respeito ao contrato celebrado, em 16/n/2007, entre o JURONG SHIPYARD PTE LTD e a BLACK ROCK OIL & SERVICES INC.

(representada por V.Sa.) tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria na construção da FPSO P4 CLONE e remuneração a razão de 2% do valor da plataforma, cumpre destacar a existência de um outro contrato, celebrado entre a BLACKROCK LTD e a offshore MARANELLE INVESTMENTS SA (controlada por MARIO GOES), também com objeto relativo a FPSO P4 CLONE, e remuneração a razão de 1,5% do valor da plataforma.

Tem-se, assim, a partir do confronto desses documentos, apreendidos em



endereços profissional/residencial de diferentes operadores utilizados por PEDRO BARUSCO, somado ao fato de que a FPSO P4 CLONE se trata de plataforma da PETROBRAS construída pelo Estaleiro JURONG, não só o relacionamento entre V.Sa. e MARIO GOES, como a própria forma utilizada para a lavagem de vantagens indevidas prometidas a PEDRO BARUSCO e RENATO DUQUE.

Diante do exposto, indago:

8. V.Sa. e Mário Góes operavam o pagamento de propinas para Pedro Barusco e Renato Duque, correto? V.Sa. sabia que Renato Duque foi indicado por José Dirceu?

Ademais, segundo o Ministério Público, V.Sa. viabilizava, de acordo com BARUSCO, o pagamento de vantagens Indevidas a **JOÃO VACCARI, pôr meio de esquema próprio. Tal contato entre**

6

V.Sa. e JOÃO VACCARI restou confirmado a partir da apreensão do celular daquele, no qual este estava registrado como contato, como também havia chamadas efetuadas no final do ano de 2013.

Diante do exposto, indago:

9. V.Sa. entendia que esses valores desviados, de alguma forma, atendiam aos interesses do PT? V.Sa. já se reuniu com Vaccari Neto? Se afirmativo, quando, onde e em que circunstâncias?

VI.

O Ministério Público ainda destacou que foram localizadas no celular de V Sa mensagens de texto, trocadas entre V Sa e FABRICIO BARWNSKI e FREDERICO GOLDIN, sobre pedidos de transferência de valores da conta OPDALE para as contas NEBRASKA, NAVE e FIRASA, esta última pertencente ao presidente da SETEBRASIL, JOÃO FERRAZ. O Ministério Público constatou, ainda, dentre outros materiais relevantes, a posse por V.Sa. de documentos atinentes a outras obras de construção de Plataformas e ao ESTALEIRO INHAÚMA.

Diante do exposto, indago:

ia. Na opinião de V.Sa. o presidente João Ferraz e o diretor Pedro Barusco foram indicados pela Petrobras para a Sete Brasil justamente para permitir que o esquema de propinas se perpetuasse em favor do PT?

VII.

Ainda de acordo com o Ministério Público, as empresas de V.Sa. compõem o quadro social das empresas UPNAVY

7

CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP e GREENFIELD SERVIÇOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA em relação às quais nenhuma das provas, informações ou elementos de prova obtidos no curso da Lava Jato, inclusive em



bancos de informações públicos ou de acesso ao Ministério Público, indicaram a possibilidade de que efetivamente desempenhassem ou mesmo possuísem capacidade para desempenhar serviços de consultoria ou assessoria. Conforme as informações constantes na Relação Anual de Informações Sociais, as empresas UPNAVY CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP e GREENFIELD SERVIÇOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

nunca possuíram qualquer empregado registrado, circunstância que se revelou manifestamente incompatível com os serviços milionários de consultoria e assessoria especializada que por diversas vezes se obrigou a prestar.

Ademais, por ocasião da busca e apreensão realizada na residência de V.Sa., a despeito de terem sido encontrados dezenas de contratos celebrados pelas empresas UPNAVY CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP e GREENFIELD SERVIÇOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, não foram apreendidos quaisquer relatórios de consultoria ou assessoria que denotassem que efetivamente tivessem sido cumpridos. O próprio endereço que por muitas vezes foi apontado como sede das empresas UPNAVY

CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP e GREENFIELD SERVIÇOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, de V.Sa., constante de diversos documentos apreendidos, consiste em imóvel visivelmente incompatível com a movimentação financeira apresentada e com os contratos subscritos pelas empresas.

**Diante do exposto, indago:**

- ii. Essas empresas foram utilizadas por V.Sa. nos procedimentos de lavagem de capitais, no sentido de ocultar ou dissimular a origem dos recursos ilícitos desviados?

8

**VIII.**

De acordo com o Ministério Público, após prestar depoimento na sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, V.Sa. dirigiu-se ao banco HSBC Bank Brasil, agência do Centro do Rio de Janeiro (0240), na qual mantinha saldo de **R\$ 2.209.471,00** em conta corrente, e solicitou o provisionamento de saque de **R\$ 300.000,00** para o dia 11/02/2015. Destaque-se, ainda, que o Relatório de Informações Financeiras RIF 15152 formulado pelo COAF informou que a renda mensal declarada de V.Sa. seria de apenas **R\$ 1.200,00**, enquanto sua esposa, LILIA LOURFIRO ESTEVES DE JESUS, apresentava renda de **R\$ 20.000,00** trabalhando como dentista. O Ministério Público destacou, portanto, como um casal com renda média mensal de **R\$ 21.200,00** possuía como saldo em apenas uma conta bancária mais de **R\$ 2.000.000,00**, bem como apresentava intensa movimentação financeira, conforme constava também no relatório formulado pelo COAF.

**Diante do exposto, indago:**

12. Qual seria a origem real dessa intensa movimentação financeira de V.Sa.?

**Ix.**

Por fim, quando do cumprimento de diligência na sua residência, LILIA LOUREIRO



ESTEVES DE JESUS, sua esposa, contando com a colaboração de V.Sa., impediu e embaraçou o regular exercício da atividade policial. Conforme o Relatório de Cumprimento de Mandado Judicial, LILIA LOUREIRO ESTEVES DE JESUS não franqueou de imediato o acesso à residência com a justificativa de que o faria após prender os cachorros. Todavia, as autoridades policiais só foram recebidas 8 minutos depois, quando V.Sa. abriu a porta da casa,

9

já havendo tentativa de entrada forçada no local por parte da equipe policial. V.Sa. informou aos policiais, após questionamento, que possuía duas armas de fogo no local – uma sem registro – assim como só estariam em casa apenas suas duas filhas. Ao ser perguntado sobre LILIA LOUREIRO ESTEVES *JESUS*, visto que foi quem os atendeu via interfone, V.sa. disse que ela também se encontrava no local e que estaria preocupado, já que não conseguia encontrá-la.

Em verdade, descobriu-se, através da análise das câmeras de segurança do local, que LILIA LOUREIRO ESTEVES DE JESUS, com a colaboração de V.Sa., durante o lapso temporal de 8 minutos em que a equipe aguardava ter o acesso franqueado, evadiu-se da residência, levando consigo um pacote de grande volume, conforme se depreende dos vídeos juntados, especialmente as imagens das câmeras de segurança.

#### **Diante do exposto, indago**

13. Qual o motivo que levou V.Sa. a impedir e embaraçar o legal exercício da investigação dos ilícitos de corrupção, organização criminosa e lavagem de ativos descobertos na Operação LavaJato da Polícia Federal?

14. Quem ainda falta aparecer nas investigações conduzidas pela Justiça Federal do Paraná, no que diz respeito ao esquema em que V.Sa. fazia parte?

lo

DEP. IZALCI – DEPOENTE GUILHEME ESTEVES 2

#### **GUILHERME ESTEVES DE JESUS**

De acordo com o que informou o ex-gerente executivo da Diretoria de Serviços da Petrobras e ex-Diretor de Operações da Sete Brasil, Pedro Barusco, Guilherme de Jesus operava propinas para o Estaleiro Jurong, por meio, inclusive, de uma offshore chamada OPDALE INDUSTRIES LTD., por meio da qual fez repasses para o próprio Pedro Barusco, para Renato Duque, para João Carlos de Medeiros Ferraz, ex-Presidente da Sete Brasil e para Eduardo Musa, então Diretor de Participações da Sete Brasil.

De acordo com um pedido de busca e apreensão formulado pelo Ministério Público Federal, Guilherme Esteves de Jesus efetuou repasses a Pedro Barusco e aos demais “a partir de janeiro de 2013, por meio de contratos fictícios e depósitos em contas bancárias no exterior. Segundo informado por BARUSCO, GUILHERME ESTEVES DE JESUS, por meio da *offshore* OPDALE INDUSTRIES LTD., transferiu aproximadamente US\$ 8.211.614 para as *offshores* NATIRAS (BARUSCO), DRENOS (RENATO DUQUE) e FIRASA (JOÃO FERRAZ) e para EDUARDO MUSA. A



parde tais depósitos **GUILHERME ESTEVES DE JESUS** viabilizava o pagamento de vantagens indevidas a JOÃO VACCARI, por meio de esquema próprio.

Neste sentido, destaquem-se anotações entregues por PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO a respeito de depósitos a serem realizados pela *offshore* OPDALE, sendo um dos valores anotados correspondente àquele por ele indicado quando deseus depósitos perante a autoridade policial. Extratos bancários também foram apreendidos e comprovam o depósito de valores na conta do ex-funcionário da PETROBRAS pela empresa controlada por **GUILHERME ESTEVES DE JESUS**”.

Eis alguns trechos do Termo de Colaboração n.º 2 de Pedro Barusco, em que há menções a esses fatos:

segundo pagamento da JURONG foi de US\$ 1985.05557 (um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil, cinquenta e cinco dólares e cinquenta e sete centavos), originado da mesma Off-shore OPDALE para a conta do declarante na NATIRAS, datado de 15/04/2013, conforme comprovante que apresenta; QUE RENATO DE SOUZA DUQUE recebeu da JURONG um primeiro pagamento de US\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil dólares), conforme menção na tabela, acreditando que a origem foi da conta OPDALE e o destino a conta DRENOS, no mês de maio de 2013; QUE conforme a mesma tabela, JOAO FERRAZ recebeu da JURONG o valor de US\$ 249.996,00 (duzentos e quarenta e nove mil dólares e novecentos e noventa e seis), acreditando que da conta da OPDALE para a FIRASA, em julho de 2013; QUE nos termos da mesma tabela, em julho de 2013, EDUARDO MUSA recebeu US\$ 786000,00 (setecentos e oitenta e seis mil dólares) em propina e JOAO FERRAZ recebeu a mesma quantia; QUE em agosto de 2013, RENATO DUQUE recebeu US\$ 1.195.000,00 (um milhão, cento e noventa e cinco mil dólares) na conta DRENOS; QUE esses pagamentos de propina mediante transferências bancárias de uma off-shore para outra eram respaldados em contratos fictícios elaborados pelo próprio declarante em favor de si próprio, de RENATO DUQUE, de JOÃO FERRAZ e de EDUARDO MUSA; QUE em razão dos contratos firmados entre o ESTALEIRO KEPELL FELS e a SETEBRASIL, já disse que parte era para JOÃO VACCARI e parte para a “Casa 1” e “Casa 2”, afirma que quando o declarante começou a contabilizar o pagamento de propinas referentes à KEPELL, em março de 2013, verificou que JOÃO VACCARI já havia recebido até aquela data, do KEPELL FELS, o valor de US\$ 4523.000,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e três mil dólares), mas não sabe dizer como e onde foi recebido; QUE essa contabilização consta de tabela ora apresentada pelo declarante, na qual JOÃO VACCARI é identificado pela sigla ‘MOCH’, que significa mochila, uma vez que o declarante quase sempre presenciava JOÃO VACCARI usando uma mochila; QUE afirma que não possui detalhes sobre como era operacionalizado o pagamento das propinas no montante de 2/3 entre os operadores dos Estaleiros EAS, PARAGUAÇU, RIO GRANDE e KEPELL FELS em favor de JOÃO VACCARI, cujo assunto ficava restrito entre os respectivos operadores; QUE se recorda que a regra do pagamento

O que motivava o pagamento de propinas pelo Estaleiro Jurong a ex-administradores da Petrobras e da Sete Brasil, como Pedro Barusco, Renato Duque, Eduardo Musa e José Carlos de Medeiros Ferraz? A obtenção dos contratos de construção de sondas? Em caso afirmativo,



quem o abordou para informar sobre a necessidade do pagamento de propinas? Vossa Senhoria chegou a pagar propinas ao sucessor de Renato Duque na gerência executiva da Diretoria de Serviços da Petrobras, Roberto Gonçalves? Por que razão?

Vossa Senhoria manteve relações com o ex-tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto? Efetuou repasses de valores a ele? Se sim, por que meios? Transferências a contas de offshores no exterior? Remessas em dinheiro vivo? Manteve reuniões com João Vaccari Neto, enquanto tesoureiro nacional ou enquanto operador de propinas do PT, para tratar do repasse de valores ao partido?

Vossa Senhoria sabe informar sobre o que realmente motivou a criação da Sete Brasil? A empresa foi criada para que parte da corrupção implementada na Petrobras fosse transportada para a nova companhia e, portanto, subtraída à atuação dos órgãos de controle e fiscalização do Estado brasileiro? Foi instituída para que o percentual de propinas pagos ao PT passasse de metade dos valores pagos pelos fornecedores a título de propina, ou seja, algo em torno de 1% de cada um dos contratos assinados pelas diretorias titularizadas por pessoas ligadas a outros partidos, como revelou Paulo Roberto Costa, para 2/3 de cada contrato, conforme percentual estabelecido por João Vaccari Neto e revelado por Pedro Barusco, com relação aos firmados no âmbito da Sete Brasil? Pode informar se foi uma das alternativas adrede mencionadas, ou ambas, o que realmente levou o PT, na pessoa do ex-Diretor Renato Duque, a gestar, na diretoria ocupada pelo último, a estruturação da Sete Brasil, idealizada por Pedro Barusco e José Carlos de Medeiros Ferraz?

DEP. IZALCI – DEPOENTE NESTOR CERVERÓ 2

NESTOR CERVERÓ

Ex-Diretor da Área Internacional da Petrobras (do início do governo Lula, em 2003, a 03 de março de 2008) e ex-Diretor Financeiro da BR Distribuidora (de 03 de março de 2008 a 21 de março de 2014, ou seja, dias após a eclosão do escândalo da compra de Pasadena e a publicação da nota pelo Palácio do Planalto e que a Presidente Dilma culpou Cerveró pelo seu desconhecimento sobre as cláusulas “Marlim” e “put option” - 19 de março de 2014)

**y:7;d PETROBRAS**

Companhia Aberta

CNPJ/MF .33.000.167(0001-01

NIRE .33300032061

**EXTRATO DE ATA**

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. .



PETROBRAS. em reunião ordinária levada a efeito em 3-3-2008. sob a presidência da Presidente Dilma Vana Rousseff e com a presença dos Conselheiros Arthur Antonio Sendas. Francisco Roberto de Albuquerque. Guido Mantega. José Sérgio Gabrielti de Azevedo e Suas Rondeau Cavalcante Silva, deliberou (Ata nº 1.301, item 13). dentre outros, sobre o assunto a seguir transcrito na íntegra:

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA DIRETORIA EXECUTIVA:** –O Conselheiro e Presidente da PETROBRAS. José Sérgio Gabrielli de Azevedo. nos termos do disposto no Artigo 38. Inciso III. do Estatuto Social, submeteu ao Conselho de Administração proposta de substituição do Diretor da Área Internacional da Companhia. Sr. Nestor Cunat Cervero, indicando para o cargo o Sr Jorge Luiz Zelada. **DECISÃO:** O Conselho de Administração, com fulcro no Artigo 29. Inciso IV, do Estatuto Social da Companhia. elegeu o Sr. Jorge Luiz Zelada, brasileiro, natural da cidade de Porto Alegre.

Estado do Rio Grande do Sul, casado, engenheiro eletrônico com domicílio na Av ri \_l j \_f li F 1. Rio de Janeiro (RJ) CEP para fins do paragrafo 2 do art 149 da Lei n 6 40476 e parágrafo 1º do art. 22 do citado Estatuto Social, portador da carteira de identidade nº

1 11 expedida pelo Instituto Felix Pacheco -IFP/RJ e do CICÍCPF no para o cargo de Diretor da Área Internacional em substituição ao Sr

Nestor Cuiat Cervero para cumprir mandato remanescente ate 24 de abril de 2008 Outrossim, resolveu consignar em ata os agradecimentos do Colegiado ao Diretor que ora deixa o cargo pelos relevantes serviços prestados a Companhia ressaltando sua competencia tecnica e o elevado grau de profissionalismo e dedicacão demonstrados no exercido do cargo Rio de Janeiro 4 de marco de 2008 Helio Shiguenobu Fujikawa -Secretário-Geral da PETROBRAS -**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CERTIDAO:** Certifico o registro sob o número 00001780847. em 07103/2008 —Valória G. t'i. Serra -Secretária-Geral.

Num determinado trecho do depoimento que prestou à CPI da Petrobras no Senado Federal, na data de 22 de maio de 2014, Vossa Senhoria declarou: “(...)E, na diretoria internacional, também eu gostaria de relatar que, nas minhas atividades, segundo até uma orientação do próprio Presidente Lula, tivemos a oportunidade de expandir enormemente a atividade internacional da Petrobras.” Neste processo de “enorme expansão” da atividade internacional da Petrobras, diretriz dada pelo próprio ex-Presidente Lula, segundo apontou, foram realizadas operações como a malfadada compra da Refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos da América, que, segundo parecer preliminar do TCU, causou prejuízos da ordem de US\$ 792 milhões à Petrobras.

Vossa Senhoria atribui a escalada de operações e obras da Petrobras, a partir dos anos de 2005/2006, à vontade do ex-Presidente Lula de desenvolver a companhia ou à necessidade de aprofundar os desvios de recursos na Petrobra, com vistas a manter o projeto de poder de Lula e do PT, depois da descoberta e do início das investigações relacionadas ao escândalo do “Mensalão”?

No Regimento Interno do Conselho de Administração da Petrobras, que veio a público na semana passada, figuram, dentre outras, as seguintes cláusulas:

“5.7.1. As informações para o entendimento da matéria devem ser expressas através dos Resumos Executivos e documentos complementares distribuídos pela Secretaria Geral, com no mínimo uma semana de



antecedência à reunião do Conselho. Este material deve ser conciso e devidamente fundamentado, fornecendo todas as informações relevantes para tomada de decisão do Conselho. Todos os Conselheiros devem ler previamente o material distribuído e solicitar informações adicionais, se necessário, de forma a estarem devidamente preparados para a reunião.” (destacou-se), cláusula que constitui um inequívoco desdobramento do art. 153 da Lei das Sociedades Anônimas, que exige que os administradores das companhias empreguem, no exercício de suas funções, “o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios”; e

“5.7.2. As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria” (item que corresponde ao § 2.º do art. 32 do Estatuto Social da Petrobras).”

Além disso, com base no item 5.10.2, fica assegurado aos membros do Conselho de Administração o direito de pedir vista dos “documentos que instruem a matéria da pauta, para o fim de fundamentarem o seu voto”.

**Pergunto:** diante de todas as disposições legais e estatutárias de regência e, agora, com base nos ditames do próprio Regimento Interno do Conselho de Administração da Petrobras, Vossa Senhoria considera razoável que a Presidente Duma, que também presidiu o Conselho de Administração da Petrobras na ocasião da compra da primeira metade da Refinaria de Pasadena, continue delegando, inclusive a Vossa Senhoria, as suas responsabilidades pela ruínoza operação?

Na acareação realizada em 02 de dezembro de 2014 entre Vossa Senhoria e o ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, no âmbito da CPMI da Petrobras, Vossa Senhoria declarou, a exemplo do que já havia afirmado nos depoimentos prestados à CPI exclusiva do Senado Federal e à própria CPMI da Petrobras, nos meses de maio, junho e setembro daquele ano, que desconhecia qualquer esquema de corrupção na Petrobras e que não havia recebido propina.

Paulo Roberto Costa confirmou, a seu turno, suas declarações no sentido de que Vossa Senhoria tinha, sim, recebido propina do esquema de corrupção implantado na Petrobras.

Vossa Senhoria foi denunciado, pelo Ministério Público Federal, pelo suposto recebimento de US\$ 40 milhões em propina nos anos de 2006 e



2007, para intermediar a contratação de navios-sonda para a perfuração de águas profundas na África e no México. A denúncia foi recebida em decisão de 17 de dezembro de 2014, de forma que Vossa Senhoria é réu no processo.

Além disso, também é réu por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, pela operação de compra dissimulada de uma cobertura de luxo no Rio de Janeiro em nome da offshore uruguaia Jolmey, uma empresa de fachada que seria de sua propriedade, com a remessa de recursos ao exterior e a sua posterior repatriação.

Apesar de tudo isso e observado, por óbvio, o princípio constitucional da presunção ou estado de inocência, Vossa Senhoria continua a negar os fatos? Vossa Senhoria mentiu à CPMI da Petrobras?

Vossa Senhoria pagava o aluguel do apartamento situado na Rua Nascimento Silva, em Ipanema, no qual morou por cinco anos? Se sim, qual era o valor desse aluguel? Se não, por que razão e com base em que Vossa Senhoria declarou à CPMI da Petrobras que pagava R\$ 7 ou 8 mil mensais para residir no imóvel? Vossa Senhoria mentiu à CPMI? Pode apresentar o contrato de aluguel que firmou com a empresa uruguaia Jolmey? Quem figurava no contrato como locador do imóvel? Esse imóvel foi disponibilizado para locação por meio de anúncio em algum meio de comunicação ou foi ofertado diretamente a Vossa Senhoria ou à sua esposa? É verdade que se tratava de uma cobertura duplex? Sabe informar por que valor esse imóvel passou a ser alugado, após Vossa Senhoria desocupá-lo?

**OBSERVAÇÃO:** Nestor Cerveró, em oitiva realizada perante o juiz Sérgio Moro, confrontou-o e alegou que não havia nada de concreto que legitimasse a manutenção de sua prisão, que já durava cinco meses. Declarou, contudo, que não pagou aluguel para residir, por

cinco anos, em imóvel avaliado em R\$ 7,5 milhões, em Ipanema, no Rio de Janeiro. Na CPMI da Petrobras, havia afirmado que pagava aluguel mensal, no montante de R\$ 4 ou 5 mil, e depois, de R\$ 7 ou 8 mil, para residir no imóvel. Há muitas inconsistências nas declarações de Cerveró sobre o caso, que podem ser dissipadas, ao menos parcialmente, por meio das perguntas acima.

Eis um trecho do depoimento que Cerveró prestou à CPMI da Petrobras, na data de 10 de setembro de 2014:

“(…) **O SR. MARCO MAIA** (PT-RS) – Segundo noticiado pela imprensa, em 2008, foi aberta em Montevidéu a Jolmey Sociedad Anonima, oficialmente em nome de um fundo de investimentos. Vossa Senhoria tem conhecimento desse fato?

**O SR. NESTOR CERVERO** – Isso aí acho que já diz respeito ao que foi publicado pela *Veja*



sobre o apartamento. Não é?

**O SR. MARCO MAIA (PT .RS)** - Isto.

**O SR. NESTOR CERVERO** - Já que o senhor tocou no assunto, esse apartamento, no próprio artigo, eu aluguei esse apartamento em 2009, 2008. Aliás, foi a minha mulher que alugou, porque ela gostou do imóvel. Eu moro, eu moro em um alugado, já há algum tempo. Antes desse imóvel, eu já tinha... Depois que a minha neta nasceu, quis trazer o meu filho para perto, e ele foi morar num apartamento em que eu morava. E, dada a urgência, a gente alugou um apartamento que não foi esse. E, três anos depois, surgiu essa oportunidade de alugar esse apartamento que foi noticiado pela *Veja*. E, agora, há três meses, eu tive que sair, porque fiquei desempregado.

Quer dizer, nesse período, eu era diretor da Petrobras, eu era diretor financeiro da BR. O meu salário era um salário elevado, que me permitia pagar um aluguel de um apartamento de melhor qualidade.

**O SR. MENDONÇA FILHO (DEM .PE)** - De que valor? Valor real? O valor do aluguel que o senhor pagava.

**O SR. NESTOR CERVERO** - Ah, isso, na época, foi na faixa de 4 a 5 mil reais por mês. Isso já faz 6 anos.

**O SR. MENDONÇA FILHO (DEM .PE)** - Não; há 3 meses, o senhor pagou o último aluguel.

**O SR. NESTOR CERVERO** - Não me lembro agora. Mas é por aí: 7, 8 mil. Porque isso foi...

**O SR. MENDONÇA FILHO (DEM .PE)** - O senhor esquece o valor do aluguel?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Não; não esqueço, não. Estou dizendo que é nessa faixa de 7, 8 mil reais por mês.

**O SR. MARCO MAIA (PT .RS)** - O advogado, Sr. Marcelo Oliveira Mello, teria sido sócio da Tautil, Chequer & Meilo, parceira do escritório Thompson & Knight, responsável pela defesa da Petrobras em processos que envolveram a aquisição da refinaria de Pasadena da Astra. V. sa conhece esse advogado e essas empresas?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Não... O Marcelo Meilo trabalhou na área internacional até pouco depois de eu entrar. Ele era da Braspetro, que é o braço internacional da Petrobras, e depois saiu para trabalhar... E ele é um especialista em... Ele representa - eu conheço o Marcelo - uma série de empresas internacionais aqui no Brasil. Ele é advogado, inclusive, da Sinopec, de empresas chinesas, empresas... Ou seja, tem um conhecimento de atividades de empresas internacionais. Eu conheço o Marcelo, claro.

**O SR. MARCO MAIA (PT .RS)** - Em 2008, a Petrobras teria gasto US\$7,9 milhões nessa defesa. V. sa confirma esse gasto?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Eu não sei. Não me lembro.

A Thompson & Knight, acabei de citar - essa outra empresa eu não conheço - a Thompson & Knight é uma empresa centenária americana, que é contratada nossa, é contratada pela PAE. Ela trabalha... Ela não só deu assessoria a Pasadena, como dá assessoria às nossas atividades nos Estados Unidos.

Agora, essa associação eu não conheço.

**O SR. MARCO MAIA (PT .RS)** - Essa Jolmey teria comprado por R\$ 1,5 milhão um apartamento na Rua Nascimento Silva, em Ipanema. O imóvel teria sido avaliado pela prefeitura do Rio de Janeiro em R\$7,5 milhões. Houve um contrato de locação, assinado pelo Sr. Marcelo Oliveira Mello, em nome da Jolmey, firmado com a S? Patrícia, sua esposa. O valor do aluguel era esse que V sa já informou, de 4 mil...

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD .PR)** - De 3.650, Presidente.

**O SR. MARCO MAIA (PT .RS)** - De 3.650.

Esse valor era compatível com o praticado no mercado à época?



**O SR. NESTOR CERVERO** - Imagino que sim. Eu não...

**O SR. FERNANDO FRANCISCHINI** (SD -PR. *Fora do microfone.*) - De uma quitinete, sim.

**O SR. NESTOR CERVERO** - Não... Isso, nós estamos falando de 2008, 2009.

**O SR. MARCO MAIA** (PT -RS) - Alguma imobiliária intermediou a locação?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Não; foi feito um contrato direto com o Marcelo.

**O SR. MARCO MAIA** (PT -RS) - Qual a relação de V. sa com o Sr. Marcelo Oliveira? Já o conhecia antes da locação do referido imóvel?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Já. Acabei de dizer que ele trabalhou na área internacional, até 2004, quando saiu para trabalhar por conta própria.

**O SR. MARCO MAIA** (PT -RS) - A relação de V. sa com o Sr. Marcelo influenciou de algum modo para que o contrato de locação fosse firmado?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Não; foi uma oportunidade. Quer dizer, a gente estava procurando um outro apartamento - queríamos sair do que a gente estava morando, alugado, - e surgiu essa oportunidade, e ele era o administrador, aqui no Brasil, desse apartamento.

**O SR. MARCO MAIA** (PT -RS) - O advogado, Sr. Marcelo Oliveira Meilo, teria feito recentemente uma alteração contratual na Jolmey: teria se desligado da sociedade e mudado a sede brasileira da empresa, do centro do Rio para a cidade de Saquarema. Nesse endereço, havia uma casa abandonada. V. sa tem conhecimento desse fato?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Não. Não, porque o meu relacionamento não era com... era, simplesmente, de locação. O que a empresa fazia eu não sei.

**O SR. MARCO MAIA** (PT -RS) - Não era do seu conhecimento?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Não, não.

**O SR. MARCO MAIA** (PT -RS) - Ao sair da Jolmey, o advogado, Sr. Mello, teria passado a sua cota para o Sr. Selson Ferreira, que, indagado sobre o assunto, teria pedido auxílio ao seu chefe, Sr. Armando Bento. O Sr. Bento teria dito que o advogado, Sr. Mello, teria pedido que um funcionário seu assumisse a representação da Jolmey

apenas para comprar o apartamento em que V. sa e sua esposa moravam. O que V. sa tem a dizer sobre isso?

**O SR. NESTOR CERVERO** - Nada. Nós mudamos desse apartamento tem 3 meses. Quer dizer, eu não tinha mais condições de pagar o aluguel e, aí, me mudei. Agora, essas modificações da empresa eu desconheço, entendeu? Eu não sei. O que o senhor está perguntando eu desconheço. Meu relacionamento era de pagamento de aluguel."

Confirma a informação de que, 45 dias antes de o TCU proferir decisão no processo de tomada de contas por meio do qual o órgão apura irregularidades na compra da Refinaria de Pasadena, e determinar o bloqueio de valores de diversos ex-administradores da Petrobras envolvidos na operação, como é o seu caso, Vossa Senhoria doou três imóveis de sua propriedade a seus filhos?

## **O Globo**

**"Cerveró alugava  
apartamento**

**avaliado em R\$ 7,5 milhões por menos de R\$ 4 mil na Zona Sul**

**Rio**

Segundo denúncia do MPF, imóvel foi comprado com dinheiro de propina e pertencia ao próprio ex-diretor da

Petrobras



---

**POR LUISA VALLE**

RIO. Uma cobertura duplex num dos pontos mais valorizados da Rua Nascimento Silva, em Ipanema, na Zona Sul do Rio; dois andares inteiros, sem vizinhos, com piscina, vaga de garagem e vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas. Preço do aluguel: R\$ 3.650. Parece irreal, mas foi esse o valor que o ex-diretor da Arca Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, um dos presos na Operação da Lava-Jato, pagou em média durante cinco anos, até meados de 2014, para ocupar um imóvel com essas características numa das regiões mais nobres do Rio. Foi essa discrepância nos valores que chamou a atenção do Ministério Público Federal (MPF), que na terça-feira ofereceu mais urna denúncia contra o ex-diretor da área Internacional da Petrobras.

De acordo com a denúncia, Cerveró não desembolsou mais que R\$ 50 mil ao ano em aluguel. Ainda segundo MPF, em 2012 ele chegou a pagar em média menos que R\$ 1 mil por mês para ocupar o apartamento avaliado em R\$ 7,5 milhões, valor muito abaixo do mercado. Fontes de imobiliárias, no entanto, avaliam que na verdade o valor de aluguel desse imóvel é bem menos camarada, e pode chegar a cerca de R\$ 30 mil. O metro quadrado na região não sai por menos de R\$ 35 mil em áreas cobertas, e R\$ 20 mil nas descobertas. Assim que desocupou o prédio de número 351 da Rua Nascimento Silva, em meados de 2014, o valor do aluguel subiu para R\$ 18 mil.

Em setembro de 2014, durante depoimento à CPI Mista que investigou irregularidades na estatal, Cerveró foi questionado sobre o imóvel. Na ocasião ele disse que pagava cerca de R\$ 8 mil de aluguel, e deixou o prédio após 'ficar desempregado'. O imóvel na verdade, pertence a uma offshore do Uruguai criada pelo próprio ex-diretor da Petrobras

para lavar dinheiro, O apartamento está em nome de uma subsidiária brasileira da empresa, que segundo o MPF foi criada apenas para a compra do apartamento.

A sede da Jolmey do Brasil Administradora de Bens LTDA, que não possui empregados e nem investimentos no país, fica numa casa abandonada em Saquarema, na Região dos Lagos. Os procuradores agora querem a desapropriação do imóvel, que custou R\$ 1,5 milhões e passou por uma reforma de cerca de R\$ 700 mil que foi supervisionada pelo próprio ex-diretor da estatal.

Além de Cerveró, o lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano, e o uruguaio Oscar Algorta, que ajudou ex-diretor na operação no país vizinho, foram denunciados por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Todas as negociações para a compra do imóvel foram feitas por email e por telefone nos primeiros seis meses de 2008. Após a reforma, o apartamento foi alugado para Patrícia Cerveró, mulher do ex-diretor.

Bem diferente de seu atual endereço, aarceragem da Polícia Federal em Curitiba, o exdiretor não tinha do que reclamar. O apartamento, com direito a piscina e vaga de garagem, ocupa dois andares inteiros cIo prédio na rua que foi imortalizada numa música de Chico Buarque. São [1 apartamentos divididos em sete andares, de acordo com a administração do edificio: duas unidades por andar e a cobertura, que ocupa dois andares inteiros.

Discreto, moradores contam que o ex-diretor não era do tipo que gostava de socializar:

Eu lembro dele, mas não tinha contato nenhum. Ele morava aqui com a mulher e os filhos, mas não falava com ninguém - conta uma moradora sem se identificar.

Um funcionário, que também preferiu não se identificar, contou que lembra de Cerveró, mas afirmou que tinha pouco contato. Segundo ele, o ex-diretor sempre chegava com um motorista à noite. Nos finais de semana ele preferia viajar. Pouco sabem dizer sobre o interior do apartamento, já que nenhum funcionário sequer entrou no local na período que ele morou por lá.

**DOAÇÃO DE IMÓVEIS APÓS DENÚNCIAS**

Cerveró deixou o imóvel após a divulgação de irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, no



Texas. O GLOBO revelou que Nestor Cerveró e a então presidente da Petrobras, Graça Foster, doaram imóveis a parentes após estourar o escândalo, já que no dia da denúncia o Tribunal de Contas da União (TCU) analisava um possível bloqueio dos bens dos envolvidos.

O ex-diretor da estatal doou três apartamentos a parentes em 10 de junho, 45 dias antes de o TCU determinar o bloqueio de seus bens e de mais nove gestores da Petrobras. Um apartamento na Rua Prudente de Moraes foi para Raquel Cerveró; outro apartamento no mesmo prédio a Bernardo Cerveró; e um apartamento na Rua Viscônde de Pirajá, também a Bernardo Cerveró. Na época, o advogado dele, Edson Ribeiro, afirmou ao GLOBO que a doação dos apartamentos aos filhos do ex-diretor da Petrobras não tiveram o objetivo de dissimular a propriedade dos bens, diante da possibilidade de bloqueio, o que acabou ocorrendo no mês seguinte.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/brasil/cervero-alugavaapartamento-avaliado-em-75-milhoes-por-irmaos-de-4-mil-na-zona-sul-rio-15432036#ixzz3Zk3kKf6W>

© 1996-2015. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

### **Diante do exposto, indago:**

• **20.** Por que FERNANDO BAIANO comprou esse veículo para a esposa de V.Sa.? Foi a forma encontrada para “lavar” a propina devida a V.Sa.?

**21.** Essa não seria a mesma concessionária que Alberto Youssef utilizou para também “presentear”

PAULO ROBERTO COSTA com uma Range Rover

Evoque?

**13**

IZALCI - DEPOENTE NESTOR CERVERÓ

### **Roteiro da Oitiva**

#### **NESTOR CERVERÓ**

De acordo com as investigações, NESTOR CUNAT CERVERÓ, ex-Diretor Internacional, recebeu propinas por intermédio de Fernando Antônio Falcão Soares, vulgo Fernando Baiano. As propinas seriam a ele destinadas e também a parlamentares federais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Não foi apontado pelos criminosos colaboradores um percentual fixo sobre os contratos. Segue trecho do depoimento de Paulo Roberto Costa:

“[...] **Juiz Federal:** O senhor tem conhecimento se outros diretores, como o senhor, também recebiam valores?

**Paulo Roberto Costa:** -É, dentro da área de serviço tinha o diretor Duque, que foi indicado na época pelo Ministro da Casa Civil, José Dirceu, não é? E ele tinha essa ligação com o João Vaccari dentro desse processo do PT. Dentro da Diretoria Internacional, era o Nestor Cerveró, que foi indicado por um político e tinha uma ligação muito forte com o PMDB.

**Juiz Federal:** Mas e o senhor sabe se, por exemplo, o senhor Nestor Cerveró e o senhor Renato Duque eles pessoalmente também recebiam valores?

**Paulo Roberto Costa:** -Bom, era conversado dentro da companhia e isso era claro que sim. Sim, a resposta é sim.

**Juiz Federal:** Então esses 3% existiam em toda, nessas três diretorias, pelo menos?

**Paulo Roberto Costa:** -Correto. [...]“

A Justiça Federal decretou, em fevereiro deste ano, o bloqueio de R\$ 106 milhões do ex-diretor. O valor confiscado correspondia à conversão de US\$ 40 milhões, pelo câmbio de 21 de



janeiro (R\$ 2,65, atingindo R\$ 106 milhões), data em que o pedido da força-tarefa da Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção na estatal petrolífera, foi acolhido. Do exposto, passo a fazer as seguintes indagações:

1.

Em depoimento prestado à CPI, PEDRO BARUSCO informou que havia sido apresentado ao lobista FERNANDO BAIANO em Houston, na *OffShore Technology Conferance*, pelo Diretor PAULO ROBERTO COSTA em 2008, como segue:

*“[...] O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, o Sr. Alberto Youssef eu nunca vi. Não fui nunca nem apresentado. Ao Fernando Baiano eu fui apresentado pelo Diretor Paulo Roberto, numa conferência, a Offshore Technology Conference, em Houston. Ele me apresentou o Fernando e O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em que ano isso?*

*O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, eu não consigo precisar, mas foi em 2009 ou 2010, uma coisa assim. Em 2008. [...]”*

*O SR. PEDRO JOSÉ BARUSCO FILHO - Olha, quem me apresentou ao Fernando Baiano foi o Diretor Paulo Roberto, nessa conferência, e tido como amigo do Diretor Paulo Roberto. Só. [...]”*

Segundo apuramos, V.Sa. e o ex-presidente Gabrielli também estiveram presentes nessa conferência.

Por outro lado, segundo o **TERMO DE COLABORAÇÃO** N<sup>2</sup> 53, de 07/09/2014, de PAULO ROBERTO COSTA, V.Sa. foi quem apresentou FERNANDO BAIANO a ele entre 2005 e 2006, como segue:

*«[...] QUE em relação a FERNANDO SOARES, também conhecido como FERNANDO BAIANO, este foi apresentado ao declarante ao final de 2005, início de 2006, pelo diretor da área internacional da PETROBRAS, NESTOR CERVERÓ; QUE até então sabia quem era FERNANDO BAIANO apenas de ouvir falar, sabendo que este tinha uma atuação forte como lobista no âmbito da Diretoria Internacional, representando os interesses do PMDB; QUE um dos primeiros assuntos que FERNANDO BAIANO tratou com o declarante foi a respeito da compra da Refinaria de Pasadena, processo este que estava sendo*

2

*conduzido pela diretoria da Área Internacional; QUE FERNANDO BAIANO lhe pediu que não colocasse obstáculos à aprovação do referido negócio; [...] QUE FERNANDO BAIANO ofereceu ao declarante o valor de US\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares) para não causar problemas na reunião de aprovação da compra da refinaria de Pasadena; QUE o declarante aceitou o valor e FERNANDO operacionalizou a disponibilização deste valor no exterior;*

*[...],*

Aliás, coincidência ou não, sempre que havia algo importante a ser definido em Houston com relação à Refinaria de Pasadena, havia, em data próxima, uma interlocução em Brasília, conforme a cronologia que se segue: Em 18/08/2005, a Diretoria Executiva aprovou a aquisição do controle acionário da Refinaria de Pasadena, como segue:

#### EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que a Diretoria Executiva da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em reunião levada a efeito em 16-8-2005, sob a presidência do Presidente José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e com a presença dos Diretores Almir Guilherme Barbassa, Guilherme Estrelia, lido Luís Sauer, Nestor Cuiat Cerveró, Paulo Roberto Costa e Renato de Souza Duque, deliberou (Ata n<sup>o</sup> 4.542, item 21), dentre outros, sobre o assunto a seguir, transcrito na íntegra:

“UNIDADE INTERNACIONAL DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS (INTER-DN) -

Aquisição do Controle Acionário da Refinaria Pasadena Refining System Inc. - PRSI, nos Estados Unidos - Apresentação de Proposta (DIP-INTER-DN-54/2005, de 18-8-2005): O Diretor Nestor Cuiat Cerveró



submeteu à Diretoria Executiva a matéria da referência, propondo autorizar o Gerente Executivo de Internacional Desenvolvimento de Negócios para, em nome da PETROBRAS, apresentar oferta para aquisição de 70% dos bens e direitos da PRSI, nos termos do DIP em apreço, determinando que a unidade INTER-DN, coordene as negociações com vistas a firmar o Contrato de Compra e Venda e demais contratos subordinados dentro dos prazos estabelecidos na oferta. DECISÃO: A Diretoria Executiva aprovou as proposições formuladas.”

Rio de Janeiro, 5 de março de 2013

Ato contínuo, entre 20/08/2005 e 23/08/2005, Nestor Cerveró e V.Sa. estiveram em visita de inspeção operacional na Refinaria de Pasadena. Em 25/08/2005, portanto dois dias depois da visita e sete dias após a aprovação da aquisição do controle acionário da Refinaria de Pasadena, V.Sa. teve uma reunião em Brasília. Em 26/08/2005, portanto três dias depois da visita e oito dias após a aprovação da aquisição do controle acionário da Refinaria de Pasadena, foi a vez de Nestor Cerveró também ter uma reunião em Brasília.

Mas vamos em frente. Entre 31/01/2006 e 01/02/2006, V.Sa. e Nestor Cerveró estiveram em Brasília para uma reunião com o ex-Presidente Lula. Ocorre que, em 02/02/2006 e 03/02/2006, portanto logo após a reunião com o ex-presidente, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, respectivamente, deliberaram sobre a aquisição do controle acionário da Refinaria de Pasadena, como segue:

#### EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que a Diretoria Executiva da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em reunião levada a efeito em 2-2-2006, sob a presidência do Presidente José Sergio Gabrielli de Azevedo e com a presença dos Diretores Almir Guilherme Barbassa, Guilherme Estrelia, lido Luís Sauer, Nestor Cufat Cerveró, Paulo Roberto Costa e Renato de Souza Duque, deliberou (Ata nº 4.567, item 27). dentre outros, sobre o assunto a seguir, transcrito na íntegra:

“UNIDADE INTERNACIONAL DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS (INTER-DN) .

Aquisição de Participação Acionária em Refinaria nos Estados Unidos (DIPINTER-DN-20r2006, de 2-2-2006): O Diretor Nestor Cufat Cerveró submeteu à Diretoria Executiva a matéria da referência, para posterior submissão ao Conselho de Administração, propondo: a) autorizar o Gerente Executivo de Internacional Desenvolvimento de Negócios a, em nome da PETROBRAS, assinar com a ASTRA Trading NV o Documento de Compra (Slociç Purchase and Sale Agreement and Limiteçi Partnership Formation Agreement) tendo como objetivo a aquisição, pela PETROBRAS, diretamente ou através de suas afiliadas, de 50% dos bens e direitos da Pasadena Reflning System Inc. - PRSI, bem como a participação em 50% na empresa PRSI Trading Company, LP, a ser criada; b) recomendar à Petrobras America mc. - PAI a assinatura do Acordo de Acionistas da Pasadena Reflning System, Inc -PRSI (Shareholders Agreement PRS1): c) recomendar à PAI a criação das empresas PAI GP, LLC e PAI LP, LLC e autorizar estas empresas a criar, em conjunto com a ASTRA, a PRSI Trading Company, LP; e d) recomendar à PAI que, após a aquisição, participe nos investimentos de adaptação da Refinaria de Pasadena ao processamento de petróleo Marlim, avaliado em US\$588 milhões, de acordo com a sua participação acionária na Pasadena Refining System, mc -PRSI. DECISÃO: A Diretoria Executiva aprovou as proposições formuladas,”

Rio de Janeiro, 5 de março de 2013

#### EXTRATO DE ATA

Certifico para os devidos fins que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em reunião levada a efeito em 3-2-2006 sob a presidência da Presidente Duma Vana Rousseff e com a presença dos Conselheiros Antonio Palocci Filho Claudio Luiz da Silva Haddad Fabio Colletti Barbosa Gletiber Vieira e José Sérgio Gabrielli de Azevedo deliberou (Ata nº 1 268 item 5) dentre outros sobre o assunto a seguir transcrito na íntegra **AQUISIÇÃO DE REFINARIA DE PETRÓLEO EM PASADENA ESTADO DO TEXAS (EUA) E PARTICIPAÇÃO DA PRSI TRADING COMPANY, LP, EMPRESA A SER CONSTITUÍDA** - Por solicitação do Conselheiro e Presidente da PETROBRAS José Sérgio Gabrielli de Azevedo o Diretor Internacional Nestor Cufat Cerveró relatou ao Conselho de Administração a matéria da referência já apreciada pela Diretoria Executiva (Ata DE 4 567 item 27 de 2-2-2006) que ria oportunidade decidiu submetê-la para deliberação do Conselho de Administração formulando proposições a respeito A referida matéria foi objeto de apresentação realizada na primeira parte da reunião DECISÃO O Conselho de Administração autorizou a PETROBRAS nos termos do



Resumo Executivo relativo à matéria a a) adquirir por Intermédio da Petrobras America mc –PAI 50% dos bens e direitos da Pasadena Refinirig System Inc –PRSI e b) participar através da PAI com 50% na PRSI Trading ÇÖrr\$any LP empresa a ser constituída  
io de Janeiro, 21 de maio de 2014

Avançando na análise, **entre** 30/04/2006 e 03/05/2006, Sérgio Gabrielli, Nestor Cerveró e V.Sa. estiveram em Houston para participar da *OffShore Technology Conference* – OTC, conferência antes mencionada, e visitar a **Refinaria de Pasadena**. Após retornarem ao Brasil, **entre** 03/05/2006 e 04/05/2006, V.Sa. e Nestor Cerveró estiveram em Brasília, mas para participar de Solenidade no Senado Federal. Quem sabe não aproveitaram e trataram de Pasadena também!

Alguns meses depois, entre 18/09/2006 e 22/09/2006, Nestor Cerveró e V.Sa. estiveram em Houston para assinatura da compra da Refinaria de Pasadena. Ato contínuo, em 25/09/2006, V.Sa. esteve em Brasília para uma reunião com a ex-Ministra da Casa Civil. Portanto, durante toda a primeira fase da aquisição da Refinaria de Pasadena, houve um acompanhamento do processo por parte de Brasília. Mas as coincidências ainda continuaram na segunda etapa da aquisição. Senão, vejamos...

Entre 31/01/2009 e 07/02/2009, Nestor Cerveró esteve em Houston para participar do processo de arbitragem da Refinaria de Pasadena. Cinco dias depois, em 12/02/2009, Nestor Cerveró esteve em Brasília para participar de uma reunião.

Registre-se, por fim, que, com relação a esse trágico episódio envolvendo a Refinaria de Pasadena, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União encaminhou, em 18/06/2014, representação (TC 005.406/2013-7), onde requereu a apuração de possível dano aos cofres públicos, gestão temerária ou ato de gestão antieconômico no processo de aquisição da refinaria americana Pasadena Refining System mc. (PRSI) pela Petrobras America mc. (PAI), subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Diante do exposto, indago:

1. Havia, de fato, uma espécie de monitoramento externo, via Casa Civil, do andamento do malfadado “negócio” da Refinaria de Pasadena? Como explicar as coincidências relatadas na cronologia anterior?
2. O Palácio do Planalto estava preocupado com o andamento das negociações? Por quê?
3. Paulo Roberto Costa, no TERMO DE COLABORAÇÃO N 5, de 07/09/2014, disse que boatos davam conta de que a ASTRA havia pago entre vinte e trinta milhões de dólares de propina. V.Sa. confirma que foi esse o valor total desviado na compra da Refinaria de Pasadena?
4. Além de Paulo Roberto, que já confessou ter recebido propina de 1,5 milhão de dólares, quem mais se beneficiou de propina nessa negociata envolvendo a Refinaria de Pasadena?
5. Na sua opinião, qual a responsabilidade do Conselho de Administração nesse episódio?
6. Quem mais da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração sabiam dessa negociata?
7. Efetivamente, quanto foi desviado nesse malfadado “negócio” envolvendo a Refinaria de Pasadena?
8. V.Sa. confirma que FERNANDO BAIANO era o operador dentro da Diretoria Internacional? Para quem ele operava? FERNANDO BAIANO foi quem operou a compra da Refinaria de Pasadena?

## II.

Com relação aos dirigentes da Petrobras, incluído V.Sa., que hoje estão sendo investigados



pela Operação Lava-Jato, Gabrielli asseverou na CPI que não fazia a mínima ideia do que estava ocorrendo, como segue:

*“[...] Não, eu não tenho a menor... Estou insistindo aqui que eu não tinha a menor condição de saber disso. O próprio Barusco aqui, no depoimento dele, disse que ele estava fazendo essa corrupção desde 1997, manteve esse dinheiro na Suíça e nunca o trouxe para cá. Então, é quase impossível eu saber que tivesse alguma coisa contra o Barusco. O Sr. Barusco nunca foi diretor da PETR OBRAS, ele foi diretor interino algumas vezes, substituindo o Duque. Portanto, eu tive algumas reuniões em diretoria com ele. Minhas relações pessoais com Duque, Barusco e Nestor **nunca passaram das reuniões. Eu não** tive nenhuma relação pessoal com eles além das relações estritamente profissionais com os diretores e **gerentes da companhia.** [...]”*

**Diante do exposto, indago:**

9. V.Sa. inocenta o ex-presidente Gabrielli de qualquer participação, mesmo que por omissão, desse esquema de corrupção na Petrobras?

io. V.Sa. concorda que a Petrobras foi loteada politicamente e que, por essa razão, as diretorias funcionavam como verdadeiros feudos, onde as negociatas eram firmadas sem que o restante da companhia tivesse conhecimento?

**III.**

Vaccari Neto, em depoimento prestado na CPI, asseverou nunca ter tratado com V.Sa. nenhum tipo de assunto. Disse, inclusive, que não conhecia V.Sa., como segue:

*“[...] Eu nunca estive com o Sr. Guilherme Estrelia. 1...] Eu não **conheço o Sr. Nestor Cerveró.** [...] Eu fui apresentado a ele uma vez. Nunca mais tive qualquer tipo de contato com o Sr. **Jorge Luiz Zelada.** [...]”*

**Diante do exposto, indago:**

ii. V.Sa. confirma que nunca esteve com Vaccari Neto ou conversou com ele? V.Sa. revelou ser muito mais próximo ao PT do que ao PMDB? De quem V.Sa. é próximo no PT? É do Sen. Delcídio Amaral? Foi ele quem o indicou para a Diretoria Internacional?

12. Quem indicou V.Sa. para a Diretoria Financeira da Petrobras Distribuidora (BR), após a sua saída da Diretoria Internacional da Petrobras, também foi o Senador Delcídio Amaral? O Senador Delcídio Amaral recebeu propina desse esquema na Petrobras? Se afirmativo, quanto e em que circunstâncias?

**Iv.**

No **TERMO DE COLABORAÇÃO** N<sup>o</sup> 04, de 31/10/2014, JÚLIO GERIN DE ALMEIDA CAMARGO disse:

*“[...] QUE nunca havia frito até então nenhum trabalho com FERNANDO SOARES, mas o mesmo já era uma figura bastante conhecida na PETROBRÁS, por ter um “bom relacionamento” um “bom trânsito” dentro da estatal, nas áreas de Abastecimento, à época dirigida por PAULO ROBERTO COSTA, e na Internacional, cujo diretor era NESTOR CERVERÔ;*

*QUE FERNANDO SOARES, mediante tratativas com NESTOR CERVERÔ, detectou junto à Diretoria Internacional que realmente a PETROBRÁS precisaria das duas sondas e que aceitava a SAMSUNG como construtora dos objetos, desde que cumpridas as condições técnicas exigidas pela PETROBRÁS e dentro do preço objetivo que ela tinha para garantir o retorno de investimento do projeto;*



*QUE o declarante pediu a FERNANDO SOARES que agendasse uma reunião com NESTÓR CERVERÓ, da qual participariam o declarante e representantes da SAMSUNG e da MITSUI, pois esta era sócia da primeira sonda; QUE a reunião ocorreu de fato e foi realizada no gabinete do Diretor da Área Internacional, NESTOR CERVERÓ, na sede da PETROBRÁS, no Rio de Janeiro/RJ, estando presentes aquele diretor e LUIZ CARLOS MOREIRA, gerente executivo da área internacional, o declarante, o vice-presidente da SAMSUNG, HARRYS LEE, residente em Seul, e o diretor regional da MITSUI no Rio de Janeiro/RJ, ISHIRO INAGUAGE, que reside atualmente em Tóquio; QUE FERNANDO SOARES disse que precisaria ser paga a quantia de US\$ 15 milhões de dólares para que ele “pudesse concluir a negociação em bom êxito” junto à Diretoria Internacional; QUE isso revelava que FERNANDO SOARES*

*mantinha um “compromisso de confiança” com o Diretor Internacional NESTOR CERVERÓ; QUE esse montante de aproximadamente US\$ 15 milhões de dólares foram pagos mediante transferências bancárias da conta do declarante mantida no banco WINTERBOTHAN, no Uruguai, em nome de uma OffShore, para inúmeras contas indicadas por FERNANDO SOARES no exterior, não se recordando neste momento, mas se compromete a apresentá-las em breve; QUE indagado se algumas dessa contas era utilizada por NESTOR CERVERÓ, afirma que “pode ser”, mas irá confirmar isso após ter acesso aos extratos de movimentação da conta no Uruguai, pela qual identificará os beneficiários; QUE indagado se FERNANDO SOARES (BAIANO) era uma espécie de operador dentro da Diretoria Internacional, afirma que “pode ser”, por conta das “evidências, a proximidade, a intimidade com o Diretor NESTOR CERVERÓ”, e o “sucesso que ele obtinha nos contratos que eram intermediados por ele”; [...]*

Registre-se que, em petição à Justiça Federal, o lobista Júlio Camargo, que denunciou o envolvimento de Cerveró na contratação de navios sonda para a Petrobrás, em 2005 e em 2006, retificou para US\$ 30 milhões o valor que o ex-diretor teria embolsado em propinas.

Diante do exposto, indago:

13. V.Sa. fez “negócios” com FERNANDO SOARES? Quais e quanto V.Sa. recebeu nos “negócios” intermediados por ele?
14. V.Sa. recebeu parte dessa propina de 30 milhões de dólares? Quanto recebeu? Onde foram depositados os recursos?
15. Para que agentes políticos V.Sa. destinava parte da propina que recolhia?

V.

No TERMO DE COLABORAÇÃO N i8, de 02/09/2014, PAULO ROBERTO COSTA disse: “[...] QUE da mesma forma como ocorria quando o declarante foi Diretor de Abastecimento, isto é, sobre a necessidade de repasses para grupos políticos a partir dos contratos firmados com a Petrobrás, também ocorria no âmbito dos contratos firmados na Diretoria Internacional, sendo que NESTOR CERVERÓ tinha em FERNANDO SOARES (FERNANDO BAIANO) o operador que cuidaria de viabilizar a entrega da parte devida aos partidos; QUE não sabe se NESTOR CERVERÓ fazia diretamente entrega de valores a DELCIDIO AMARAL; QUE NESTOR CERVERÓ permaneceu muitos anos no cargo de Diretor Financeiro da Petrobrás Distribuidora, tendo saído recentemente após suas declarações na CPI da Petrobrás, quando entrou em contradição em relação às declarações da Presidenta



*DILMA ROUSSEF no assunto da Refinaria de Pasadena; [...]*“

Diante do exposto, indago:

i6. V.Sa. confirma o depoimento de Paulo Roberto Costa, no sentido de que na Diretoria Internacional funcionava o mesmo esquema de pagamento de propinas a agentes políticos? Se afirmativo, V.Sa. poderia nos dizer quem foram os beneficiários?

VI.

V.Sa. afirmou à Justiça Federal, em Curitiba, que morou dois anos sem pagar aluguel em um apartamento de ,5 milhões de reais, localizado na praia de Ipanema (RJ) – um dos metros quadrados mais caros do Brasil. O duplex de luxo está registrado em nome da Jolmey do Brasil Administradora de Bens Ltda, uma filial da uruguaia Jolmey S/A, aberta pelo advogado Oscar Enrique Algorta Rachetti, no

Uruguai. A Jolmey do Brasil Administração de Bens Ltda foi aberta em novembro de 2008, em nome do advogado Marcelo Oliveira Melio – ex-jurídico da Petrobrás que trabalhou com Cerveró.

**Diante do exposto, indago:**

17. V.Sa. não seria **o verdadeiro dono do imóvel?** V.Sa. não acha estranho morar dois anos de graça em um apartamento de 7,5 milhões de reais?

i8. V.Sa. não teria usado a empresa Jolmey para ocultar o patrimônio originado de propina operada por Fernando Baiano, em nome do PMDB, na Diretoria de Internacional?

19. V.Sa. não seria o verdadeiro dono das empresas Jolmey do Brasil Administradora de Bens Ltda e da Jolmey S/A?

**VII.**

Camila Barral, vendedora da concessionária AutoStar São Paulo Comercial e Importadora, prestou depoimento ao Ministério Público e disse que o lobista Fernando Baiano passou todos os dados pessoais da mulher do ex-diretor internacional da Petrobrás Nestor Cerveró para registro no ato da aquisição da Range Rover Evoque por

**R\$ 220 mil.** Segue trecho do depoimento:

documentos em anexo, inclusive acompanhada dos documentos bancários respectivos. Que Fernando Soares em julho de 2012 entrou em contato com a depoente para dizer que desejava indicar uma pessoa “amiga” para adquirir um veículo LR Evoque Dynamic 5D na concessionária Autostar. Que Fernando Soares passou para a depoente todos os dados de Patrícia Anne Cunal Cerveró, inclusive com cópias de CPF, RG e comprovante de endereço. Que não manteve nenhum contato com Patricia Anne Cunal Cervero. Que foi exigido que fosse realizado depósito identificado, cujo comprovante é entregue nesta data. Que é POSSÍVEL verificar quem retirou o veículo da concessionária, comprometendo-se a depoente a apresentar esse documento. Que esse veículo foi blindado, também por ordem de Fernando Soares. Que desconhece a compra de outro veículo LR Evoque pela pessoa de Paulo Robedo

**Diante do exposto, indago:**

**20. Por** que FERNANDO BAIANO comprou esse veículo para a esposa de V.Sa.? Foi a forma encontrada para “lavar” a propina devida a V.Sa.?

**21.** Essa não seria a mesma concessionária que Alberto Youssef utilizou para também “presentear”

PAULO ROBERTO COSTA com uma Range Rover Evoque?